ESTUDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

VOLUME 10

ORGANIZADOR

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA

Editora Poisson

1º Edição
2022

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Estudos em Ciências Humanas e Sociais
Volume 10

1ª Edição

Belo Horizonte
Poisson
2022

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

MSc. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas

MSc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82
Estudos em Ciências Humanas e Sociais – Volume 10/
Organização: Anderson Lincoln Vital da Silva –
Belo Horizonte – MG: Editora Poisson,2022

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-235-8
DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título

CDD-300

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Baixe outros títulos gratuitamente em www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

Sumário

Capítulo 1: Cultura colaborativa na avaliação de restaurantes: A produção do comum para a gastronomia 08

Renata Monty

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.01

Capítulo 2: As diferentes concepções do método científico e o debate da Ciência Econômica Contemporânea..... 16

Ivo Costa Novais, Victor Emmanuel Hortencio

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.02

Capítulo 3: Reflexões sobre um cartaz das manifestações de junho a partir do paradigma materialista 32

Tatiani Daiana de Novaes

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.03

Capítulo 4: Bicentenário da Independência do Brasil no Pará: História, memória e tecnologias 40

Francivaldo Alves Nunes

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.04

Capítulo 5: Os impactos das avaliações de larga escala e a importância das avaliações diagnósticas no contexto da pandemia da COVID-19..... 47

Alexirley Ramos da Silva, Nanci Ferreira Lessa

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.05

Capítulo 6: Acervo Baumgart - Atividades durante a pandemia 2020-2022. 55

Denise Vianna Nunes, Ivan Silvio de Lima Xavier, Osvaldo Luiz de Carvalho Souza, Gabriel Crepaldi Antunes, Júlia Américo Gomes de Almeida

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.06

Capítulo 7: Políticas Públicas Educacionais Brasileiras e desenvolvimento sustentável: Síntese das pesquisas vinculadas ao *interfaces* 66

Leticia Juliana de Paula Machado, Liane Cichero Alves, Adauton Ezequiel Müller, Andréa Forgiarini Cecchin

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.07

Sumário

Capítulo 8: Avaliação da aceitação da alimentação em crianças de 02 a 04 anos matriculadas em creche pública no município de Queimadas-PB 73

Taís Lima Silva, Micaela do Nascimento Silva, Radmila Raianni Alves Ribeiro, Rikaelly Vital Costa, Samara Silva da Costa, Gabriela Mariana Cruz Pimentel

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.08

Capítulo 9: Mídia, Discurso e Poder: A cobertura jornalística dos Programas de Segurança Pública do Espírito Santo 86

Maíra Mendonça Cabral, Rafael da Silva Paes Henriques

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.09

Capítulo 10: Representações da violência e formas de resistência em Olhos D'água, de Conceição Evaristo..... 94

Sheine Tainne Rocha de Souza, Yvonélio Nery Ferreira

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.10

Capítulo 11: Retumbante Natureza Humanizada como a memória da *flânerie* da Amazônia em Luiz Braga 104

Thiago Guimarães Azevedo

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.11

Capítulo 12: Exclusão/inclusão de usuários de cadeira de rodas no mercado de trabalho: O descaso com a acessibilidade arquitetônica..... 110

Michele Barth, Christian Albers, Jacinta Sidegum Renner, Carolini Constantino, Rodrigo Renan Kich

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.12

Capítulo 13: Transtorno do Espectro Autista e Realidade Virtual como suporte no desenvolvimento social..... 121

Laryssa Rodrigues Duarte, Alessandra Dilair Formagio Martins

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.13

Capítulo 14: O discurso dos internautas sobre o Profissão Repórter "Transgêneros" no *Youtube*..... 126

Matheus Henrique Viana, Carlos Golembiewski

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.14

Sumário

Capítulo 15: Sobrevivência ao cárcere: Aprendizagens e trajetória biográfica de uma mãe, rapper, trabalhadora, militante, estudante, mulher 139

Fernanda Bispo Correia, Dinamara Garcia Feldens

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.15

Capítulo 16: Violência obstétrica: Uma definição necessária 150

Natália Bertinatto Fabris, Carla Liliane Waldow Esquivel, Adriana Larissa Liell Silveira

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.16

Capítulo 17: Emancipação e submissão femininas: O "ser mulher" na contemporaneidade a partir da ótica literária de Conceição Evaristo 165

Marciana Bezerra da Silva, Yvonélio Nery Ferreira

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.17

Capítulo 18: Ele só faz duas coisas, eu faço tudo sozinha: Educação familiar e gênero em uma comunidade rural 174

Francilene Gomes da Costa, Rebeca Hennemann Vergara de Souza

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.18

Capítulo 19: Cidade: Substantivo feminino 183

Isis Detomi Teixeira

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.19

Capítulo 20: Sobre como o automóvel teve prioridade na praça de São Pedro - Mariana (MG) 194

Maria Helena de Andrade Azevedo, Maria Berthilde Moura Filha

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.20

Capítulo 21: Women in marshy tropical zones: Adaptation and climatic variability in Quintín Arauz, Mexico 208

Marcela Biviana Rivera Ospina, Dora Elia Ramos Muñoz

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.21

Sumário

Capítulo 22: Análise das tipologias arquitetônicas dos edíficios escolares públicos do estado do Paraná construídos período de 1960-2000 222

Gleison Mendes Gerola, Sérgio Eduardo Rosales, Norma Eliane Jung

DOI: 10.36229/978-65-5866-235-8.CAP.22

Autores 230

Capítulo 1

Cultura colaborativa na avaliação de restaurantes: A produção do comum para a gastronomia

Renata Monty

Resumo: As performances e práticas de consumo gastronômico ganharam novas configurações com os usos de tecnologias da informação e comunicação (TIC's). Se até o século XX, clientes contavam com os comentários boca a boca sobre determinado estabelecimento, os guias, como Michelin, a crítica gastronômica semanal de jornais impressos e as confrarias, no contexto da web 2.0, caracterizada pela colaboração dos próprios usuários na produção de conteúdo (JENKINS, 2006; 2014; SHIRKY, 2011) observa-se a influência de comunidades digitais, blogs especializados e sites de redes sociais para a escolha de restaurantes. Ainda assim, é possível realizar reservas, pedidos e pagamentos online. Essas relações já existentes de troca de informação são potencializadas em escalas global, criando memória culinária com a disseminação de fotos, vídeos, avaliações e comentários dos próprios clientes num período contínuo 24/7 (CRARY, 2014), ou seja, disponível 24 horas, sete dias por semana, ininterruptamente.

1. INTRODUÇÃO

Não é novidade alguma que gourmands ou fãs de tendências gastronômicas busquem recomendações de locais para comer. Um dos mais antigos e populares guias gastronômicos é o Michelin, criado ainda em 1900, pelo proprietário da marca de pneus Andre Michelin, com a intenção de ajudar os viajantes pelas estradas. Mas a origem dos textos opinativos sobre comida é anterior. Surgiram ainda no século XIX, quando a burguesia pós Revolução Francesa (1789) almejava reproduzir o modo de viver da aristocracia monárquica. Como relembra Câmara (2014), Grimod La Reynière, herdeiro de uma grande fortuna, reunia um júri informal que recebia gratuitamente pratos de restaurantes em Paris para avaliá-los. Em 1803, Alexandre Reynière publicou o "Almanach des Gourmands", considerado o primeiro guia gastronômico do mundo ocidental, inaugurando o gênero da crítica gastronômica.

Como uma espécie de releitura deste costume da cultura de séculos anteriores, observa-se no meio digital inúmeras comunidades que agrupam comentários, resenhas, fotos, vídeos, avaliações dos próprios clientes num período contínuo 24/7 (CRARY, 2014), ou seja, disponível 24 horas, sete dias por semana, ininterruptamente. Se até o século XX, clientes contavam com os comentários boca a boca sobre determinado estabelecimento, os guias, como Michelin, a crítica gastronômica semanal de jornais impressos e as confrarias, no contexto da web 2.0, caracterizada pela colaboração dos próprios usuários na produção de conteúdo (JENKINS, 2006; 2014; SHIRKY, 2011) observa-se a influência de comunidades digitais, como TripAdvisor, Zomato, Yelp!, blogs especializados e sites de redes sociais, como Facebook, Instagram, e buscadores, como o Google, para a escolha de restaurantes. Ainda assim, é possível realizar reservas, pedidos e pagamentos online por meio de sites e aplicativos.

Este artigo propõe uma reflexão sobre a cultura colaborativa na avaliação de restaurantes, fazendo um percurso pelo capitalismo cognitivo e a economia da atenção. Um dos objetivos é entender as principais características do capitalismo fordista para analisar alguns aspectos do capitalismo cognitivo. Ainda temos a intenção de apontar como a cultura colaborativa atua no contexto gastronômico. A nossa hipótese é que os amadores exercem um papel importante nas críticas de restaurantes.

Para tanto, este artigo foi dividido em dois eixos de discussão. Na primeira parte do texto, faremos um resgate do capitalismo fordista e das reflexões de Foucault sobre a sociedade de controle. Em seguida, trataremos de uma nova lógica econômica, cultural e social, a partir do capitalismo cognitivo e da economia da atenção. Na segunda etapa do texto, trataremos da cultura colaborativa levando em conta mais especificamente as avaliações de clientes de restaurantes.

2. DO CAPITALISMO FORDISTA AO CAPITALISMO COGNITIVO

As bases para a criação da sociedade Moderna foram calcadas ainda nos séculos XVII e XVIII, a partir das ideias de pensadores como Locke (1632-1704), Hobbes (1588-1679) e Rousseau (1712-1778). O uso da razão como instrumento de emancipação era a matriz ideológica para a libertação dos poderes monárquicos e religiosos. Acreditava-se que o grande desenvolvimento acumulado desde o século XV, através dos instrumentos científicos, proporcionaria ao homem o controle sobre os processos da natureza. A idealização de um Estado de bem estar social, com base democrática, culminou na Revolução Francesa, ainda no século XVIII. Com ela, novas configurações para a economia, política e sociedade foram tomando contornos distintos da Idade Média. A saída da população das comunidades rurais para as áreas urbanas, a divisão do Estado em poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a noção de propriedade privada, o desenvolvimento dos meios de transporte e de outras tecnologias são apenas alguns exemplos de como a denominada sociedade "moderna" se articulou.

A vida neste novo contexto urbano demandava habilidades sensoriais e perceptivas distintas do ambiente rural ou dos feudos, vistas de forma crítica por George Simmel, Siegfred Krakauer, Walter Benjamin. Se no campo, o homem convivia com um grupo limitado de indivíduos, quase que num eixo familiar, na cidade as possibilidades de conhecer e conversar com pessoas de outros núcleos se diversificou em ambientes públicos. Ainda assim, as tecnologias desenvolvidas neste período, como a eletricidade, o trem, o bonde, a prensa e, posteriormente, o rádio, o cinema, o telefone, promovem relações distintas de espaço-tempo. Os artefatos mecânicos e artesanais passaram a co-existir com estímulos de imagens aceleradas de máquinas mecânicas, meios de transporte, iluminação artificial e as telas que capturavam movimentos.

Michael Davis define essa estimulação nervosa da modernidade como "hiperestímulo" (1910). Inspirado em Davis, Ben Singer prefere usar o termo "modernidade neurológica", para explicar como os "'nervos superexcitados e esgotados' criaram um modo de percepção 'fatigada' ou 'blasé' que imaginava o mundo 'em um tom uniformemente insípido e cinzento'" (SINGER, 2010, p. 140). Para o autor, novos

pilares delinearam a construção da modernidade, como o **conceito cognitivo** "a racionalidade instrumental como a moldura intelectual vigente", como o **conceito moral e político**, "desamparo ideológico em um mundo onde normas e valores são questionáveis", como o **conceito socioeconômico**, "com industrialização, urbanização, crescimento populacional, consumo de massa" (SINGER, 2010, p.115, grifos nossos).

Mais especificamente nas fábricas, o proletariado atuava em linhas de montagem, hierarquizadas, padronizadas, segmentadas, exercendo tarefas braçais e repetitivas por longos períodos. Na sua maioria, são trabalhadores desqualificados, oriundos do campo, e que atuam como uma "peça de uma engrenagem maior", a fábrica. Esse modelo fordista servirá de base para outras áreas de trabalho, como no caso da comunicação. Se pensarmos no organograma das redações convencionais, nota-se os profissionais em uma linha de montagem - com funções segmentadas entre chefes, editores, redatores, repórteres, diagramadores - com a padronização de textos e modos de fazer notícia. Neste modelo, a comunicação é pensada de um para muitos, de um emissor para um receptor.

Em suas reflexões sobre a modernidade, Foucault usa o termo "sociedade disciplinar" para definir este período da história consolidado a partir de instituições, como a escola, a fábrica, a prisão, o quartel e o hospital. Diante do caos instaurado nas grandes metrópoles, elas seriam instrumentos para trabalhar as disciplinas, conter os corpos "selvagens", criar regras de comportamento, como horários para o trabalho, refeições, sono. Neste modelo, o confinamento torna-se ferramenta para manter a ordem, tanto em atividades diárias (estudantes confinados na escola, trabalhadores na fábrica), quanto para regulação daqueles que fogem dos "padrões" (loucos e doentes, confinados em hospitais). O modelo do panóptico é utilizado para vigilância, com uma estrutura central que dá visibilidade para observar os indivíduos nesses ambientes. É o caso do vigia na fábrica, o carcereiro na prisão, a inspetora nas escolas...

> O crescimento de uma economia capitalista fez apelo à modalidade específica do poder disciplinar [...], cujos processos de submissão das forças e dos corpos, cuja "anatomia política" [...] podem ser postos em funcionamento através de regimes políticos, de aparelhos ou de instituições muito diversas (FOUCAULT, 1999b, p.182).

No ensaio "Jamais fomos modernos" (1991), Bruno Latour refuta as fronteiras propostas pela modernidade, levantando a hipótese de que estas jamais existiram, e trazem uma visão reducionista do mundo em que vivemos. O pensador coloca em xeque toda a tradição científica ocidental, calcada ainda nos séculos XVII e XVIII, questionando a separação de todas as áreas. Como relembra o autor, Descartes (1596-1650) propõe a separação entre mente e corpo, que vai influenciar toda a construção do método científico e do paradigma moderno: "...há uma grande diferença entre o espírito e o corpo pelo fato de o corpo por sua natureza ser sempre divisível e de o espírito ser inteiramente indivisível" (DESCARTES, 2011, p.128). Com este raciocínio, compreende-se o mundo de forma setorizada, tal como a engrenagem de um relógio, como compara o físico Luiz Alberto Oliveira: "... o mundo natural seria análogo a um vasto mecanismo" (2001, p. 140), sem levar em conta a totalidade e complexidade dos processos. Como salienta Oliveira, a separação cartesiana do todo em partes tornaria a "natureza simples", "autômata", sem nenhuma novidade. Do ponto de vista moderno, a tecnologia tem certa neutralidade e um caráter instrumental, servindo de aparato para auxiliar a ciência. No entanto, após as duas grandes guerras e o uso da bomba atômica, cientistas de todo o mundo questionam a efetividade do projeto moderno no que diz respeito à emancipação do homem, aos anseios de progresso e bem estar social. Latour identifica híbridos entre natureza e cultura, criticando o isolamento do "todo" em partes.

> Enquanto considerarmos separadamente estas práticas, seremos realmente modernos, ou seja, estaremos aderindo sinceramente ao projeto da purificação crítica, ainda que este se desenvolva somente através da proliferação dos híbridos. A partir do momento em que desviamos nossa atenção simultaneamente para o trabalho de purificação e o de hibridação, deixamos instantaneamente de ser modernos, nosso futuro começa a mudar. Ao mesmo tempo, deixamos de ter sido modernos, no pretérito, pois tomamos consciência, retrospectivamente, de que os dois conjuntos de práticas estiveram operando desde sempre no período histórico que se encerra (LATOUR, 1994, p. 16).

Faz-se, portanto, esse breve resgate do paradigma moderno para salientar que partimos das teorias do contemporâneo, que consideram as interações entre o meio e seus inúmeros agenciamentos[1] (DELEUZE e GUATTARI, 1995). Nessa concepção, as estruturas não estão separadas em "caixas", como propõem os pensadores da modernidade, mas sim conectadas numa extensa rede complexa. Não haveria dessa forma, como separar o sujeito de todo o seu contexto histórico e social para qualquer análise. Ainda assim, as tecnologias também não poderiam ser estudadas isoladamente, mas com suas inúmeras interações e efeitos, sem qualquer neutralidade. O pensamento não estaria desconectado do corpo, nem do meio em que está inserido.

Traçamos um sucinto contexto sobre o capitalismo fordista a fim de nos auxiliar na identificação de características de uma nova conjuntura econômica, social e cultural que irá se delinear no final do século XX para o XXI. Embora muitos trabalhos braçais e situações de confinamento continuem existindo na contemporaneidade, nota-se o aumento da escolarização e especialização nas grandes metrópoles para as atividades intelectuais. Na era do **capitalismo cognitivo**[2] (HARDT & NEGRI, 2002, CORSANI, 2003, grifos nossos) a mente humana é uma força direta de produção - considerando-a acoplada ao corpo. Os bens materiais continuam co-existindo com novos produtos oriundos de forças intelectuais, gerando bens imateriais, como aplicativos, sites, webséries, entre tantos outros.

Essa transição é observada por Hardt e Negri a partir da década de 1970, com a chamada Terceira Revolução Industrial. Os autores apontam para uma nova ordem econômica em escala global (globalização) que vem impactar no poder de países imperialistas. Neste contexto, a descentralização dilui as forças e fronteiras do Estado-Nação, assim como de instituições de regulação. Sobre essa nova ordem, os autores enxergam uma transição de "massa proletariada" para a categoria de "trabalhadores imateriais". Do conceito moderno de "povo", passa-se a noção de "multidão":

> A multidão com que estamos lidando hoje é, pelo contrário, uma multiplicidade de corpos, cada um com seus entrecruzamentos de poderes intelectuais e materiais de razão e comoção; são corpos ciborgues que se movimentam livremente, sem considerações às antigas fronteiras que separavam os humanos do instrumental (HARDT E NEGRI, 2002, p. 30).

A mobilidade proporcionada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) traz novas possibilidades não só às atividades laborais, mas também aos relacionamentos e ao consumo. Neste aspecto, nota-se que o confinamento não é tão imprescindível como nos séculos anteriores, visto que através de smartphones, computadores portáteis e tablets, é possível se comunicar de qualquer parte do globo. Jonathan Crary (2014) chama a atenção para a experiência subjetiva exaustiva através das TIC's, que visa minar o repouso através de um regime de trabalho ininterrupto, denominado por ele como 24/7, referindo-se às 24 horas e sete dias por semana. O autor elabora uma tese sobre a desregulação do sono que analisa como as inovações de guerras são incorporadas posteriormente na vida social. Neste sentido, "...o soldado sem sono seria o precursor do trabalhador ou consumidor sem sono" (CRARY, 2014, p. 8). Ainda segundo Crary, os "mercados 24/7 e infraestrutura global para o trabalho e consumo contínuos existem há algum tempo, mas agora está sendo criado um assunto que diz respeito a seres humanos para fazê-los coincidir mais intensamente" (idem, p.9).

Neste capítulo, resgatamos algumas características do capitalismo fordista a fim de fazer um paralelo com o chamado capitalismo cognitivo, marcado pelas atividades intelectuais e a produção de bens imateriais. No próximo capítulo, vamos discorrer sobre a cultura colaborativa, apontando alguns usos para o consumo gastronômico.

3. CULTURA COLABORATIVA E A EXPLORAÇÃO DA INTELIGÊNCIA EM REDE

O acesso popular às TIC's trouxe à tona comportamentos distintos para a contemporaneidade. A produção de dados e conhecimento em escala global se dá num regime de tempo-espaço contínuo, como citamos anteriormente. Ao utilizar dispositivos digitais, o usuário curte, compartilha, faz comentários, realiza compras e tem suas imagens registradas em câmeras de vigilância. Ao mesmo tempo, produz dados e

[1] Partimos do conceito de Deleuze que define agenciamento como "... uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos e que estabelece ligações, relações entre eles, através das idades, sexos, reinos - de naturezas diferentes. Assim, a única unidade do agenciamento é o co-funcionamento: é a simbiose, uma `simpatia`"(1996, p.84).

[2] Há outras definições como capitalismo cultural, pós-industrial, hiperindustrial.

deixa seus rastros na rede, criando um volume mensurável de informação sobre suas preferências e hábitos online. Em vez de produtor e consumidor, considera-se uma figura híbrida, o "prossumidor" (TOFFLER, 1980, ANDERSON, 2006) que ao mesmo tempo que consome, produz conteúdo sobre sua experiência. São os remixadores, customizadores, comentadores que, a partir de um determinado conteúdo, reelaboram e recriam novos produtos. Há neste contexto, a singularização do consumo como produção.

Como destaca Shirky (2005, apud JENKINS; GREEN;. FORD, 2014, p.195), "Toda vez que um novo consumidor se une a esse cenário de mídia, um novo produtor se une também, porque os mesmos equipamentos, como telefones e computadores, permitem que se consuma e se produza". Neste aspecto, Jenkins traz argumentos críticos de José Van Dijk e David Nieborg (2009) sobre a produção inexpressiva de consumidores. Esses conteúdos seriam de fato relevantes? A ação de curtir ou compartilhar poderia ser considerada uma produção?. Para embasar suas criticas, os autores citam uma pesquisa com adultos da Forester em 2007 que constatou que 52% das pessoas online eram inativas e que apenas 13% eram verdadeiras criadoras (idem, p.196). Segundo a investigação, a maioria era de espectadores inativos, que apenas fazem downloads, clicam, expressam opinião em blog ou faz upload de vídeos (idem, p.196). Por outra via, Jenkins rebate esse ponto de vista, pois acredita que cada um dos internautas, em maior ou menor grau, gera valor para determinado conteúdo. Jenkins cita uma pesquisa do Pew Center for the Internet & American Life, em que constatou-se que 64% dos adolescentes on-line dos EUA tinham produzido mídia (idem, p.197).

Em especial sobre as comunidades de marca, Jenkins destaca que essas promovem o relacionamento entre consumidores e marca, servindo de canais para reclamações, elogios e, até mesmo, adaptações de produtos e análise para a criação de novos. "A participação das comunidades não apenas reafirma a preferência por uma marca, mas também permite a esses grupos fazer suas próprias exigências à empresa" (JENKINS, 2006, p. 117).

No caso dos restaurantes, as páginas em sites de redes sociais, como Facebook, Instagram, ou plataformas de avaliação, como TripAdvisor, Zomato, Yelp!, recebem uma infinidade de comentários de clientes sobre suas experiências. Em geral, reclamações sobre a comida, atendimento ou preços, e ainda elogios ao chef, com fotos de pratos memoráveis, são os mais comuns. No You Tube, alguns vídeos com "críticas" mostram imagens do estabelecimento e pratos, em forma de "vlogs" (blog em vídeo). Esse papel engajado e de fiscalização creditado ao consumidor, principalmente em comunidades digitais, parece encorajar a proliferação de resenhas. "A voz coletiva fala mais alto e, com frequência, mais decisivamente do que a voz de membros individuais" (JENKINS, 2006, p. 127).

Ao mesmo tempo em que auxiliam outros internautas com informações sobre determinado tema, essas produções coletivas ajudam as marcas na identificação de tendências, no aperfeiçoamento e criação de produtos. Axel Bruns dá a esse tipo de participação a definição de ""produsage" (junção de "produção" e "uso") (BRUNS, 2008). Mesmo os públicos que só observam, sem produzir qualquer conteúdo, tem um papel importante nessas comunidades de avaliação. O fato de existir audiência naquelas páginas já gera valor, pois sinaliza que aquele conteúdo atraiu a atenção de alguém. Jenkins acredita que cada um desempenha tarefas importantes nestes meios:

> (...) um observador proporciona valor às pessoas que compartilham comentários ou produzem conteúdos multimídia, expandindo a audiência e potencialmente motivando o trabalho delas, enquanto os críticos e os curadores geram valor para aqueles que estão criando material e talvez de um para o outro. Os críticos fornecem ideias sobre as quais conteúdos devem ser avaliados e os curadores facilitam aos críticos o acesso aos textos a serem examinados (JENKINS, 2014, p. 200).

Do ponto de vista da lógica de produção midiática tradicional, o conteúdo produzido por amadores não teria tanto valor ou credibilidade. Clay Shirky questiona esse pensamento de que contratamos a mídia para produzir conteúdo profissional. "E se nós sempre quisemos produzir tanto quanto consumir, só que ninguém tinha nos dado essa oportunidade?" (SHIRKY, 2011, p. 22). De acordo com o autor, essa produção coletiva e compartilhada é o que nos mantém em vida social, assim como em modelos de cultura anteriores, mas agora com o uso de tecnologias digitais. "Compartilhar, na verdade, é o que torna divertido fazer - ninguém criaria um lolcat só para si mesmo" (idem, 2011, p. 23).

Ao discorrer sobre o papel dos críticos amadores, Antoine Hennion (2011) sinaliza que expressar o gosto estaria relacionado ao engajamento, à participação através da experiência. Para ele, tornar público o gosto 'e uma ação ativa, que exige habilidades cognitivas de quem avalia, levando em conta o corpo, o ambiente e as sensações. Para ele, o gosto é "uma atividade reflexiva, 'corporada', enquadrada, coletiva e equipada, produzindo, ao mesmo tempo, as competências de um amador e o repertório de objetos que ele valoriza" (HENNION, 2011, p. 255). Ainda segundo o autor, provar descompromissadamente um determinado vinho não caracterizaria o amador, mas sim o fato de perceber os aromas e sabores durante a degustação. Para Hennion, o amador tem um papel ativo e poder de criação:

> O gosto, a paixão, as diversas formas de ligação não são dados primários, propriedades fixas dos amadores que podem ser simplesmente desconstruídos analiticamente. As pessoas são ativas e produtivas; elas transformam incessantemente tanto objetos e obras quanto performances e gostos. Insistindo no caráter pragmático e performativo das práticas culturais, a análise pode colocar em evidência a capacidade dessas pessoas de transformar e criar novas sensibilidades, em vez de somente reproduzir silenciosamente uma ordem existente (HENNION, 2011, p. 256).

Ao contrário de uma atividade passiva, perceber, produzir e expressar o gosto, como os críticos amadores fazem em comunidades digitais de comida, música ou videogames, por exemplo, exige habilidades não só sobre a experiência analisada, mas também competências midiáticas (FERREZ e PISCITELLI, 2012) para a escrita de resenhas, produção de fotos ou vídeos. No caso específico da gastronomia, os avaliadores precisam conhecer os ingredientes, técnicas de preparo, apresentação do prato, origens, formas de degustação e, ainda, observar o ambiente, o atendimento, a temperatura da bebida. O desejo de tornar a experiência coletiva, integrar uma comunidade com os mesmos interesses, motiva o amador a tornar sua experiência pública, produzindo imagens da comida, do chef e até mesmo das contas pagas em restaurantes, como é o caso do TripAdvisor.

> É preciso colocar-se em grupo (pode ser pela reunião física, como é frequentemente o caso, mas pode tratar-se simplesmente do apoio indireto sobre uma comunidade, sobre as tradições, sobre os relatos e os escritos, ou sobre o gosto dos outros), é preciso treinar as faculdades e as percepções (tanto coletivamente quanto individualmente), é preciso "pegar o jeito" e aprender as maneiras de fazer, dispor de um repertório, de classificações, de técnicas que fazem falar as diferenças dos objetos, é preciso tomar consciência do corpo que se fez sensível a essas diferenças, que não somente ensina a si próprio, mas se inventa e se forma, ele também, na prova (HENNION, 2011, p. 266).

Contudo, num contexto em que o volume de informação produzido na web tomou proporções gigantescas, sem qualquer ordenamento, atrair a atenção da audiência não é tarefa fácil. As definições sobre *big data* tratam de "informações de alto volume, alta velocidade e alta variedade ativos que exigem formas econômicas e inovadoras de processamento de informações para uma melhor compreensão e tomada de decisão" (Gartner IT Glossary, n.d., apud GANDOMI & HAIDER, 2014, tradução nossa). De acordo com Helbing (2017), "estima-se que em 10 anos haverá 150 bilhões de sensores de medição em rede, 20 vezes mais do que as pessoas na Terra. Então, a quantidade de dados irá dobrar a cada 12 horas".

Neste caminho, Pasquinelli define a **economia do conhecimento ou da atenção** (grifos nossos) como a principal matriz desta era digital. Segundo o autor, dois paradigmas dominantes movem esse cenário: "(...) de um lado, exploração da propriedade intelectual; de outro lado, exploração do capital cultural" (p.3, 2010).

> A noção de economia da atenção é útil para descrever o modo pelo qual (parte do) valor de uma mercadoria é produzido hoje mediante a acumulação de desejo (dirigido pela mídia) e de inteligência. Quanto à constituição desse valor, outras escolas de pensamento falarão de "capital cultural" (Pierre Bourdieu), "capital coletivo simbólico" (David Harvey), ou de inteligência geral social [orig. general intellect] (especialmente na tradição do pós-Operaismo, com mais atenção aos traços de saberes, **de conhecimento ['cognitivos']**. (PASQUINELLI, 2010, p. 3).

Ao tratar sobre o algoritmo conhecido como PageRank, do Google, Pasquinelli relembra que a base para a criação desta fórmula matemática foi o sistema de citações acadêmicas. Seus inventores, Bin e Page ainda eram estudantes de graduação em Stanford quando em 1990 perceberam que, ao mencionar um link em determinado site, faz-se um juízo de valor. Como explica Nicholas Carr (2008, apud PASQUINELLI, 2010, p.1): "Cada vez que escrevemos um link ou clicamos num link, estamos alimentando o programa Google com nossa própria inteligência". Neste aspecto, a operação realizada através do buscador Google é semelhante ao valor atribuído a determinado artigo acadêmico, ou seja, quanto mais citações, maior relevância na comunidade. Assim também atua o algoritmo do Google para deixar ou não determinada página no topo de uma busca. Como resume Pasquinelli:

> PageRank descreve especificamente o valor de atenção de qualquer objeto, a tal ponto que se tornou a principal e mais importante fonte de visibilidade e autoridade, mesmo fora da esfera digital. PageRank oferece uma fórmula de acumulação de valor que é dominante e compatível, em vários diferentes domínios midiáticos: é um diagrama que efetivamente descreve em geral a **economia da atenção** e a **economia do conhecimento** (PASQUINELLI, 2010, p.3, grifos nossos).

Ainda segundo as considerações do autor, muito se critica a datavigilância que o Google exerce sobre seus usuários em relação a buscas por localização, hábitos de consumo e navegação. Sob outra ótica, que tira o foco do panóptico digital, o autor sugere que olhemos como o Google produz valor não somente de cima para baixo, mas também de baixo para cima. Nas suas palavras: "(...) ainda falta qualquer análise bioeconômica que explique como a empresa Google extrai valor de nossa própria vida e converte a inteligência geral social em riqueza e valor de rede dos quais a empresa apropria-se" (idem, 2010, p.2).

O pesquisador sugere três eixos para a análise do Google, passando por produção de valor, acumulação de valor e reapropriação de valor. O primeiro estaria relacionado à visão mencionada anteriormente, que cria valor em rede, ao extrair inteligência e trabalho de internautas em escala global. No segundo ponto, o Google explora essa "inteligência geral social" de forma rentável, através das formas de publicidade Adsense e Adwords. Na terceira etapa, Pasquinelli recomenda uma resposta política, com a inversão da cadeia de produção de valor, que ele mesmo define como "cobre pelo seu PageRank" (idem, 2010, p.2). Contudo, muitos dos usuários não sabem nem mesmo que estão sendo utilizados como ferramentas de trabalho e geração de "valor". Como então inverter essa lógica?

Em relação às avaliações de restaurantes, desde 2015, o Google tem uma aba de conteúdo gerada pelos próprios usuários, no canto direito do buscador. Quando o internauta procura por determinado estabelecimento, encontra neste espaço o endereço, telefone, fotos e comentários dos clientes sobre suas experiências. Um ícone com cinco estrelas dá a média de classificação, de acordo com quem esteve no local. Ainda exibe gráficos das avaliações em outras redes, como Facebook e Zomato, dá links para análises de críticos profissionais e o gráfico dos horários de pico. Já na lateral esquerda, como de costume, os clientes encontram os sites relacionados ao restaurante propriamente dito, de acordo com a sua relevância, ou seja, o PageRank.

Neste caso do Google, vemos pessoas motivadas a escrever sobre os locais e compartilhar suas fotos e opiniões de graça na rede. Fica a questão, que não será respondida neste artigo, mas nos intriga: "O que leva as pessoas a publicar relatos tão íntimos sobre a sua alimentação?".

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, realizamos uma reflexão preliminar sobre a cultura colaborativa na avaliação de restaurantes, propondo um percurso pelo capitalismo cognitivo e a economia da atenção. Na primeira parte do texto, fizemos um resgate do capitalismo fordista e das reflexões de Foucault sobre a sociedade de controle. Em seguida, tratamos de uma nova lógica econômica, cultural e social, a partir do capitalismo cognitivo e da economia da atenção.

Este artigo não encerra a discussão, mas é um ponto de partida para refletir sobre o quanto a informação produzida em comunidades colaborativas, redes sociais e plataformas de *streaming* podem estar impactando em escolhas corriqueiras, como é o caso da comida. Talvez possa parecer banal, mas enquanto discutimos as vias democráticas de acesso à informação, uma outra forma de governo, a "algocracia" pode estar interferindo de forma invisível, mas não menos importante nas nossas escolhas.

REFERÊNCIAS

[1] ANDERSON, Chris. A Cauda Longa. Rio de Janeiro: Campus. 2006.

[2] BRUNS, Axel. Blogs, Wikipedia, Second Life, and Beyond: From Production to Produsage. New York: Peter Lang. 2008.

[3] CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe. Capitalismo Cognitivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 15-32

[4] CRARY, Jonathan. 24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

[5] GRAHAM, J. and GANDINI, A. 2017. Collaborative Production in the Creative Industries. London: University of Westminster Press. DOI: https://doi.org/10.16997/book4. License: CC-BY-NC-ND 4.0

[6] FERREZ, Joan e PISCITELLI, Alejandro. La Competência Mediática: Propuesta articulada de dimensiones e indicadores. Revista Luciérnaga. Facultad de Comunicación Audiovisual. Politécnico Colombiano Jaime Isaza Cadavid. Año 4, Edición 7. Medellín, Colombia. 2012. ISSN 2017 - 1557. Págs. 72-79.

[7] FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

[8] HARDT E NEGRI. Império. Editora Record. 2002.

[9] JENKINS, H. Convergence Culture: Where old and new media colide. New York University Press, 2006.

[10] JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. Cultura da Conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Editora ALEPH, 2014.

[11] PASQUINELLI, Matteo. Google's PageRank Algorithm: A Diagram of Cognitive Capitalism and the Rentier of the Common Intellect, publicado in BECKER, Konrad, STALDER, Felix (eds), Deep Search, London: Transaction Publishers, 2009. Disponibel em: http://matteopasquinelli.com/bibliography.

[12] SHIRKY, Clay. A Cultura da Participação. Criatividade e Generosidade no Mundo Conectado. Tradução: Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

[13] SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo & SCHWARZ, Vanessa R. (Org.). O cinema e a invenção da vida moderna. Editora Cosac Naify. 1ª edição, 2010.

[14] TOFFLER, A. A Terceira Onda. Rio de Janeiro. Editora Record. 5a edição, 1980.

Capítulo 2

As diferentes concepções do método científico e o debate da Ciência Econômica Contemporânea

Ivo Costa Novais
Victor Emmanuel Hortencio

Resumo: O presente texto discute, a partir da evolução e das diferentes concepções do método científico, o status quo do debate da Ciência Econômica. Para tal fim, foi construída uma narrativa cronológica da evolução conceitual e metodológica da ciência enquanto a busca da verdade. Após a análise das principais contribuições à metodologia da ciência, a discussão é direcionada para o âmbito econômico, descrevendo a separação da economia em dois grandes programas de pesquisa: o heterodoxo e o ortodoxo. Assim, o objetivo deste artigo é discutir o papel desses dois paradigmas que juntos traduzem o pensamento econômico vigente. Diante da argumentação desenvolvida, percebeu–se que a visão do mainstream tem graves problemas quanto à tradução da realidade objetiva na teoria, criando constrangimentos quando se trata da previsão e reversão de uma característica recorrente e inegável do capitalismo, a crise econômica.

Palavras-chave: Ciência; Método científico; Ciência econômica; Heterodoxia; Ortodoxia.

1. INTRODUÇÃO[3]

É sabido que o conhecimento fornecido pela ciência se distingue pelo seu elevado grau de certeza, colocando-o numa posição privilegiada em relação aos demais tipos de conhecimento (como o metafísico, por exemplo). Essa ideia de confiança e de certeza, deve-se, em grande medida, ao extraordinário sucesso empírico alcançado pela física, química, biologia e as outras ciências naturais de cunho positivista.

Destarte, esse aparato metodológico cria uma confluência de pensamento que ajuda a entender a existência dos diferentes programas de pesquisa dentro da moderna ciência econômica. Sendo assim, entende-se que o *hard science* e o *soft science*[4] aparentemente estudando o mesmo objeto, possuem metodologias e apresentações diversas, distintas na linguagem e na conformação.

Isto posto, o objetivo deste artigo é discutir o papel dos dois paradigmas que juntos traduzem o pensamento econômico vigente. Por um lado, um se tornou hegemônico no estudo das ciências econômicas, mesmo tendo como crítica a deficiência na explicação da realidade objetiva em momentos de crises ou desequilíbrios (que por sinal são intrínsecos ao capitalismo). Em outro quadrante está a Economia Política, que se debruça essencialmente em dois pilares: i) uma ou várias reflexões ontológicas do ser social, ou seja, concepções filosóficas do homem e da sociedade econômica; ii) preocupação fundamental com as "leis de movimento", descritas através das relações dos grandes agregados e categorias econômicas, como lucros, salários e renda da terra.

Apresentados os pontos centrais do texto que segue, o presente trabalho está subdividido fundamentalmente em duas partes: a primeira, formada pelos tópicos 2 e 3, trabalham a evolução do pensamento metodológico da ciência ao longo da história; a segunda parte, constituída pelos tópicos 4 e 5, discorre sobre a gênese das duas correntes econômicas modernas – a ortodoxia e a heterodoxia –; bem como ressalta as divergências metodológicas e as críticas direcionadas à ortodoxia durante períodos de crises econômicas agudas. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. INFERÊNCIA INDUTIVA

As teorias científicas derivam dos dados obtidos a partir das experiências adquiridos por observação e experimento, neste sentido, na análise de Chalmers (1993, p. 18), o "conhecimento científico é conhecimento provado". A ciência é formulada por situações objetivas, em algo que podemos ver, tocar, ouvir, etc., e não por opiniões ou preferências individuais. O conhecimento deve ser confiável, e determinado por dados científicos, em que podemos provar. Neste sentido, a Ciência começa com a observação, que deve ser controlada, sem preconceitos, para justificar as afirmações a respeito do estado do mundo, que por consequência se tornarão preposições da observação.

Este conceito da ciência consolida o seu princípio como um definidor na sociedade moderna, entretanto, muitas teorias buscam discutir um delimitador para este conhecimento. Para Silva (2002), esta é uma das tarefas colocadas para aqueles que se dedicam à Filosofia da Ciência, e passou a ser a definição do critério de cientificidade, uma demarcação entre ciência e não ciência.

O prestígio alcançado pela ciência caminha lado a lado com o estudo filosófico e epistemológico do próprio método científico. De maneira que o indutivismo foi a primeira forma de expressão, padronização e formalização do conhecimento científico. No século XIX, a técnica e os pressupostos indutivos calcados na experimentação e na generalização dos resultados foram duramente criticados por Karl Popper, que trabalhou as fragilidades do indutivismo propondo, em contrapartida, o falsificacionismo. O método rigoroso de falseamento e refutação balizaria o que é ou não ciência. Logo, as teorias e conjecturas que não passassem nos testes de reprodução empírica deveriam ser postas de lado, consideradas como obsoletas ou como simplesmente não científicas. Seguidores de Popper, como Lakatos e Kuhn, flexibilizaram os condicionantes de cientificidade adicionando critérios mais realistas e históricos ao aparato metodológico demarcatório da ciência. Lakatos faz grandes contribuições ao acrescentar a ideia de existência das estruturas dos programas de pesquisa, assim como cria os dois núcleos de conservação e refutação – as heurísticas negativa e positiva, respectivamente – que devem orientar o programa de pesquisa.

[3] Artigo publicado na revista Nexos Econômicos, v. 15, n. 1, jan-jun. 2021, p. 24–53.

[4] No modelo *Hard Science* a história do pensamento econômico é ignorada, e é valorizado o estágio atual da teoria. Esse modelo se inicia a partir da segunda metade do século XX e se tornou hegemônico nos grandes centros, estabelecendo o conceito de fronteira do conhecimento nas ciências econômicas. No modelo *Soft Science* o protagonismo está no domínio das teorias clássicas, neste sentido a teoria é reformulada com base no resgate dos clássicos do passado (ARIDA, 2003).

Kuhn acrescenta a aceitabilidade do movimento holístico do progresso da ciência. Dessa forma, a ciência é passiva de revoluções constantes que resultam das inconsistências encontradas em momentos críticos ou de crises, colocando os paradigmas em xeque e podendo culminar em sua substituição, criando um novo paradigma dentro da própria ciência normal.

Antes de iniciar o debate contemporâneo propriamente dito sobre o que é ciência e sua demarcação, é importante levantar alguns argumentos que discutem o problema da indução. Na existência de um considerável número de exemplos e discussões, basicamente duas visões serão trabalhadas neste ensaio: o indutivismo e a crítica deste.

2.1. O INDUTIVISMO: A BUSCA DA VERDADE E OS CONDICIONANTES DA VISÃO COMUM DA CIÊNCIA

O homem tem buscado recorrentemente soluções para os problemas encontrados ao longo de sua existência. Contudo, o fator importante que deve ser observado atentamente é a evolução metodológica de como as indagações foram sendo explicadas ou resolvidas no transcorrer da história. A necessidade de descobrir e explicar a natureza vem desde os tempos remotos da humanidade, momento no qual o homem se via à mercê das intempéries naturais e da morte certa diante de doenças que matavam milhares, resultando no perecimento de cidades ou civilizações inteiras.

Nesta condição incipiente, as explicações dos fenômenos naturais tinham um cunho metafísico, baseado fortemente no conhecimento religioso e dogmático (SILVA, 2001), limitadas pela base material e pelo tipo de conhecimento disponível a época. De maneira que o senso comum aliado à explicação religiosa e aos fundamentos filosóficos greco-romanos fundamentaram as investigações sobre o homem e o universo até fim do século XVI. Silva (2001, p. 110) ressalta que:

> [...] o conhecimento religioso explicava os fenômenos da natureza e o caráter transcendental da morte como fossem revelações da divindade. O conhecimento filosófico para captar a essência imutável do real, partiu para a investigação racional da forma e das leis da natureza.

No século XVII, inicia-se o processo revolucionário da busca da verdade, da compreensão dos fenômenos naturais e da explicação sistemática a partir do método experimental. Galileu e Newton, junto com Francis Bacon, se tornaram os cientistas pioneiros a levarem a cabo a ideia de que a descoberta dos fatos verdadeiros dependia da observação pura e da experimentação dos fenômenos guiados pelo raciocínio indutivo (CHIZZOTTI, 1991 apud SILVA, 2001). Chalmers (1993, p. 22), frisa que "o filósofo Francis Bacon e muitos de seus contemporâneos sintetizavam a atitude científica da época ao insistirem que, se quisermos compreender a natureza, devemos consultar a natureza e não os escritos de Aristóteles".

Via-se, então, que as forças progressistas do século XVII consideravam como errado o ato, por parte dos filósofos naturais medievais, de revisitar as obras dos filósofos antigos – como Aristóteles – e os textos religiosos como fontes incontestes do conhecimento científico. Para os "grandes experimentadores", como Galileu, a estrutura científica deve ser construída sobre fatos, a partir da experiência, que, por sua vez, deve considerar e se basear de maneira "neutra" nos dados, não os relacionando a ideias preconcebidas. Essa posição crítica perante a forma que se dava a construção do conhecimento se caracterizou como uma verdadeira ruptura com o método tradicional anterior (CHALMERS, 1993).

Segundo o método indutivo, a ciência tem como ponto de partida a observação. O cientista que observa deve ser dotado de órgãos sensitivos normais (audição, visão, tato, etc.), objetivando registrar de maneira fiel os fenômenos observados, sem preconceitos. Assim, interpreta-se que "as afirmações a respeito do estado do mundo, ou de alguma parte dele, podem ser justificadas ou estabelecidas como verdadeiras de maneira direta pelo uso dos sentidos do observador não-preconceituoso" (CHALMERS, 1993, p. 23). A lógica indutiva defende que as afirmações singulares – resultantes da observação por meio dos sentidos num determinado lugar e tempo específicos – podem ser generalizadas, tornando-se pilares das informações gerais que afirmam coisas sobre as propriedades ou comportamentos universais. Ou seja, a heurística indutivista funciona a partir da generalização das informações singulares observadas. Podendo-se sintetizar o método indutivo como sendo um raciocínio que funciona partindo do particular para o todo.

Diante da concepção indutivista do modo de fazer ciência, Chalmers (1993, p. 25), faz a seguinte indagação:

> Se a ciência é baseada na experiência, então por que meios é possível extrair das afirmações singulares, que resultam da observação, as afirmações universais, que constituem o conhecimento científico? Como podem as próprias afirmações gerais, irrestritas, que constituem nossas teorias, serem justificadas na base de evidência limitada, contendo um número limitado de proposições de observação?

A defesa indutivista para essa questão argumenta que, satisfazendo certas condições, é possível fazer generalizações a partir de uma lista finita de proposições singulares para uma lei universal. Todavia, para que tais generalizações sejam consideradas legítimas, três condições devem ser consideradas:

1. O número de proposições de observação que forma a base de uma generalização deve ser grande;
2. As observações devem ser repetidas sob uma ampla variedade de condições; e
3. Nenhuma proposição de observação deve conflitar com a lei universal.

O processo inverso, construído da extração de proposições de uma lei geral, assumida como verdade, cai no domínio da lógica, tornando-se um caso de dedução. Segundo Chalmers (1993), o pensamento dedutivo concebe que uma vez que o cientista possui leis e teorias universais à sua disposição, torna-se possível derivar destes meios de engendrar explicações e previsões.

2.2. OBJEÇÕES À VISÃO INDUTIVISTA E O DEBATE SOBRE A CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA

O princípio da indução pode ser considerado circular porque emprega o próprio tipo de argumento indutivo para defender o método indutivista. O princípio da indução serviria, então, para se auto explicar, caindo numa circularidade explicativa viciosa. De maneira que esse raciocínio se torna mais claro analisando o exemplo a seguir: Exemplo:

- O princípio da indução deu certo na ocasião 1.
- O princípio da indução deu certo na ocasião *n*.
- Logo, conclui-se que, o princípio da indução é sempre bem-sucedido.

Sobre o exemplo anterior, Chalmers (1993, p. 38) critica a circularidade observacional da conclusão indutiva colocando que “o argumento é, portanto, indutivo e assim não pode ser usado para justificar a indução. Não podemos usar a indução para justificar a indução. Esta dificuldade associada à justificação da indução tem sido tradicionalmente chamada de ‘o problema da indução’ ”.

No que se refere à crítica da neutralidade das observações, percebe-se que ao analisar filosoficamente e psicologicamente o processo de percepção, se evidencia que o conteúdo mental (ideias, conceitos, juízos, pontos de vista, etc.) oriundo da observação de um determinado objeto ou fenômeno varia significativamente de indivíduo para indivíduo, se adequando ao conhecimento prévio ou bagagem intelectual preexistente (CHIBENI, 2004). Chalmers (1993), ratifica a crítica argumentando que é muito difícil desvincular imagens observadas por um indivíduo de sua concepção cultural. De modo que a visão do observador, isto é, a experiência visual que um observador tem ao ver um objeto, depende de sua experiência passada, de seu conhecimento e de suas expectativas.

Além dos pontos citados acima, Chalmers (1993) direciona sua argumentação deflagrando sua crítica em dois âmbitos, primeiro mostrando que a inferência indutiva não pode ser justificada com o apelo à lógica, depois, o autor faz uma análise do quão problemático é o método empírico indutivo. Quanto ao uso lógico das observações indutivas, percebe-se que mesmo a partir de premissas verdadeiras pode-se chegar a conclusões falsas. Dessa forma, o indutivismo quebra um dos pressupostos do pensamento lógico, no qual se a premissa é verdadeira, então a conclusão deve ser verdadeira também.

Vê-se, assim, que os argumentos indutivos não são logicamente válidos. Não existe contradição lógica em mudar as premissas de observação no tempo e espaço. Como, por exemplo, “não há nenhuma contradição lógica em afirmar que todos os corvos observados se revelaram pretos e também que nem todos os corvos são pretos. A indução não pode ser justificada puramente em bases lógicas” (CHALMERS, 1993, p. 36). Sendo assim, como bem afirma Chibeni (2004), mesmo baseada numa questão geral qualquer, não

importando a quantidade e a variedade de observações feitas para fundamentar a indução, é sempre possível que a próxima observação venha a contrariar as anteriores, falseando, assim, a proposição geral.

Somada à circularidade presente nas tentativas de justificar o princípio da indução, o método indutivo sofre de outras deficiências conceituais/metodológicas. Diante das exigências de legitimação, a dubiedade parte da seguinte pergunta: quantas observações constituem um "grande número"? É realmente necessário que as observações sejam feitas sob uma "ampla variedade" de circunstâncias?

As respostas dessas perguntas criam mais dúvidas do que certezas. Primeiro, atentemos ao fato de que alguns dos mais fundamentais experimentos científicos não foram repetidos a exaustão, pelo contrário, foram feitos a partir de poucas repetições. Ou até, mais radicalmente, só foram realizados uma vez.

O caso trágico de Hiroshima serve como exemplo pontual de argumento crítico de exigência da repetição indutivista. Chibeni (2004, p. 4), relata que "muitas das generalizações empíricas nas quais mais certeza depositamos resultam de uma única observação". Quem, por exemplo, duvidaria que a explosão de bombas atômicas causa a morte de seres humanos após Hiroshima haver sido arrasada? Chalmers (1993, p. 38) completa dizendo que a reação pública de compreensão dos estragos (morte, destruição e sofrimento) em larga em escala causados pelas bombas atômicas basearam-se "em apenas uma dramática observação".

Outra exigência pouco exequível é a necessidade de variações das condições de observação. Pois, ao longo do desenvolvimento da ciência, poucos são os casos que usaram essa condicionalidade. Isso ocorre, principalmente, devido à infinidade de fatores que em princípio podem alterar os resultados observacionais, tornando muito complexo usar um amplo leque de mudanças nas condições de observação.

O debate contemporâneo sobre a demarcação da ciência apresenta três vertentes que trataremos neste estudo, que são: os estudos de Popper, que mostra que o indutivismo não se sustenta logicamente, e induz o falsificacionismo como método para testar as teorias; as diretrizes apresentadas por Lakatos, que tem na comparação do método científico as bases de sua abordagem; e a descrição da ciência normal e revolucionária feita por Kuhn.

2.2.1. POPPER, O FALSIFICACIONISMO E A DEMARCAÇÃO DO QUE É CIÊNCIA

Karl Popper foi um filósofo austríaco (mais tarde naturalizado britânico), responsável por formular objeções incisivas à concepção comum de ciência durante meados do século XX. A ideia central do autor consiste na substituição do empirismo justificacionista indutivista da concepção tradicional por um empirismo não-justificacionista e não indutivista, que ficou conhecido como falsificacionismo (CHIBENI, 2004). Neste contexto, via-se que a teoria não se tornava passível de ser justificada positivamente diante na sua natureza eminentemente conjectural (PINTO, 2007).

Dessa forma, para Popper (1972, p. 41), "não existe a chamada indução. Nestes termos, inferências que levam a teorias, partindo-se de enunciados singulares 'verificados por experiência' (não importa o que isso possa significar) são logicamente inadmissíveis".

Popper (1972) afirma que as teorias científicas não são construídas por meio de um processo indutivo de base empírica neutra. Propõe-se, diferentemente, que a cientificidade deve partir de um caráter completamente conjectural. Afirmando que:

> [...] só reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que deve ser tomado com critério de demarcação, não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema científico. Em outras palavras, não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico (POPPER, 1972, p. 42).

Logo, Popper (1972) não considera a cientificidade do método indutivo. Para o autor, o método científico deve ser claro e passível de reprodução, só assim é possível validá-lo ou refutá-lo seguindo uma lógica de falseabilidade, ou seja, na procura não das verdades absolutas, mas sim no encontro das inconsistências presentes nas afirmações teóricas.

Quanto ao uso do falsificacionismo como critério de demarcação, Popper (1972, p. 41), explica que:

> O caráter de demarcação inerente à lógica indutiva – isto é, o dogma positivista do significado – equivale ao requisito de que todo os enunciados da ciência empírica (ou todos os enunciados "significativos") devem ser suscetíveis de serem, afinal, julgados com respeito à sua verdade e falsidade; diremos que eles devem ser "conclusivamente julgáveis". Isto quer dizer que sua forma deve ser tal que se torne logicamente possível verificá-los.

Sob essa lógica, as teorias são criações livres da mente, destinadas a ajustar-se tão bem quanto possível ao conjunto de fenômenos reais de que tratam. Uma vez proposta, a teoria deve ser rigorosamente e inexoravelmente testada por observação e experimentação. No caso de falha ou inconsistências, a mesma deve ser sumariamente eliminada e substituída por outra capaz de passar nos testes em que a anterior falhou. Dessa forma, a ciência avança por um processo de tentativa e erro, conjecturas e refutações. Assim, somente as teorias mais adaptadas sobrevivem às refutações. É válido ressaltar que nunca se pode dizer que uma teoria é a verdade ou é verdadeira, pode-se confiantemente dizer que ela é a melhor explicação possível no momento, tornando-se a melhor disponível, ou é a melhor comparada às anteriores (CHIBENI, 2004; CHALMERS, 1993).

Por conseguinte, o progresso constante (no sentido de um contínuo aperfeiçoamento teórico) se torna um aspecto essencial do caráter racional e empírico da ciência. Segundo Popper, se a ciência deixa de progredir, perderia essas características. Assim, o progresso contínuo é o que possibilita uma ciência racional e empírica, tornando esses dois aspectos interdependentes. As refutações e o aperfeiçoamento contínuo garantem que frequentes modificações qualitativas sejam possíveis, dando sentido e direcionamento às escolhas racionais das teorias. De maneira contrária, se a ciência se mostrasse refratária às modificações ou às refutações, não haveria sentido novos esforços de debates e de escolhas racionais das teorias.

Chalmers (1993) coloca que o falsificacionismo admite livremente que a observação é conduzida pela teoria. E que há um abandono declarado da suposição de que as teorias podem ser estabelecidas como verdadeiras ou provavelmente verdadeiras à luz da evidência observada. De modo que os aportes teóricos devem ser interpretados como conjecturas especulativas ou suposições criadas livremente pela capacidade intelectual humana na tentativa de superação dos problemas encontrados em teorias anteriores, dando a melhor explicação possível do comportamento de alguns aspectos do mundo ou do universo.

Para Marques Jr. e Pôrto Jr. (2002), a observação, os fatos e experimentos, não levam a uma verdade sem contestação, apenas possibilitam testar e revisar os problemas da teoria que se postula solucionar. Neste sentido é fácil, na análise de Popper, obter a verificabilidade de quase todas as teorias, principalmente a que se busca confirmação. Para validar esta dimensão da teoria é preciso mais que demonstrações e simulações experimentais, é preciso relacionar duas tarefas: a formulação de novos cálculos probabilísticos e as relações entre esta probabilidade e suas experiências.

Esta concepção de uma progressiva aproximação da verdade sugere a ideia de que haveria vários "degraus" no caminho da busca da teoria mais próxima da verdade. Captando, assim, a visão de Popper de cientificidade. Pois, mesmo que a verdade seja parcial ou próxima do que deveria ser, seria o melhor que se tem naquele dado momento histórico. Essa ideia de aproximação mostra que as teorias construídas estão sujeitas à refutação e que estas não devem ser encaradas como definitivas, mas sim, passíveis de refutação e superação na busca por novas teorias mais próximas do que chamamos de verdade.

2.2.2. A DEFESA DOS PROGRAMAS DE PESQUISA DE LAKATOS

Em defesa das contribuições de Lakatos, Chalmers (1993) relata que nem a ênfase indutivista ingênua "crente" na derivação das teorias da observação, nem o esquema falsificacionista de conjecturas e falsificações são capazes de produzir uma caracterização correta da gênese e desenvolvimento das teorias realisticamente complexas. De maneira que situações mais elaboradas envolvem a apresentação de teorias como espécies de todos estruturados.

Chibeni (2004) ratifica e acrescenta que a inspeção da natureza, gênese e crescimento das teorias científicas reais mostra que devem ser consideradas como estruturas complexas e dinâmicas, evidenciando um movimento de evolução ao longo do tempo, iniciado pelo nascimento e refinamento

contínuo. Esse refinamento ocorre num processo de influência recíproca com a experiência, bem como a partir da contribuição de outras teorias preexistentes.

Destarte, uma das razões pelas quais é necessário considerar as teorias como estruturas provém da análise da conformação da história da ciência. Pois, o estudo histórico revela que a evolução e o progresso das principais ciências mostram uma estrutura que não é captada pelos relatos e métodos indutivista e falsificacionista.

Observa-se, assim, que a concepção de Lakatos de ciência envolve um novo critério de demarcação entre ciência e não ciência. O critério da "ciência normal" ou indutivista considera científicas somente as teorias "provadas" empiricamente. Tal critério, ao ser demasiado forte, exclui grande parte das teorias consideradas científicas. O critério falsificacionista, segundo o qual só são científicas as teorias refutáveis, elimina do mesmo modo quase todas as teorias conhecidas, pois nenhuma teoria pode ser rigorosamente falseada. Em contrapartida, o critério de demarcação proposto por Lakatos é fundamentado em duas exigências principais: i) uma teoria deve, para ser científica, estar imersa em um programa de pesquisa; e ii) esse programa deve ser progressivo (CHIBENI, 2006).

Adentrando mais na teoria lakatosiana do método científico, pode-se dizer que o autor faz uma tentativa relevante de analisar teorias enquanto estruturas organizadas e sinérgicas. Chalmers (1993, p. 112) conceitua objetivamente o programa de pesquisa descrevendo que:

> Um núcleo de pesquisa lakatosiano é uma estrutura que fornece orientação para a pesquisa futura de uma forma tanto negativa quanto positiva. A *heurística negativa* de um programa envolve a estipulação de que as suposições básicas subjacentes ao programa, seu núcleo irredutível, não devem ser rejeitadas ou modificadas. Ele está protegido da falsificação por um *cinturão de hipótese auxiliares*, condições iniciais etc. A *heurística positiva* é composta de uma pauta geral que indica como pode ser desenvolvido o programa de pesquisa. Um tal desenvolvimento envolverá suplementar o núcleo irredutível com suposições adicionais numa tentativa de explicar fenômenos previamente conhecidos e prever fenômenos novos.

Lakatos e Musgrave (1965, p. 162) caracterizam a própria ciência como um imenso programa de pesquisa regido pela suprema regra heurística defendida por Karl Popper: "arquitetar conjecturas que tenham maior conteúdo empírico que as predecessoras". Todavia, esse e todos os programas de pesquisa devem ser dotados de regras metodológicas que dizem quais devem ser os caminhos de pesquisa a ser seguidos (heurística positiva) ou não (heurística negativa). Logo, de forma contrastante com a visão indutivista e falsificacionista, as teorias científicas não consistem de meros aglomerados de leis gerais. Elas incorporam, portanto, regras metodológicas que disciplinam a absorção de impactos empíricos desfavoráveis, norteando as pesquisas futuras em direção ao seu aperfeiçoamento (CHIBENI, 2004; LAKATOS; MUSGRAVE,1965).

Entretanto, é importante reconhecer que a atitude "conservadora" de proteção das teorias científicas deve ter seus limites. Quando o programa de pesquisa como um todo mostra-se sistematicamente incapaz de representar fatos importantes e de levar à predição de novos fenômenos (tornando-se degenerante), deve-se ceder lugar a um programa mais adequado, mais progressivo. Essa tendência pode ser observada historicamente. Porém, nota-se, também, que nunca um programa foi abandonado antes do aparecimento de um substituto melhor disponível (CHIBENI, 2006).

2.3. A HISTÓRIA DA CIÊNCIA E OS PARADIGMAS DE KUHN

Thomas Kuhn iniciou sua carreira acadêmica como físico teórico, só mais tarde direcionou sua atenção para a história da ciência. Ao estudá-la, o autor observou que a ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos em textos atuais, formulada por homens que, com ou sem sucesso, empenharam-se em contribuir com um ou outro elemento para essa constelação de conhecimento específica. Assim, o desenvolvimento da ciência aparece como um processo gradativo, consubstanciado pela adição, isolada ou em combinação, desses novos elementos, ao estoque sempre crescente que constitui o conhecimento e a técnica científicos (KUHN, 2013).

Assim, a história da ciência torna-se o campo responsável pelo estudo e registro tanto dos refinamentos metodológicos sucessivos quanto dos obstáculos que inibiram o acúmulo desse conhecimento. Para Kuhn (2013, p. 44), a preocupação com o desenvolvimento científico deve ser fundamentada em duas tarefas

principais: i) de um lado deve determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporânea foi descoberta ou inventada; e ii) por outro lado, "deve descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico".

Se opondo aos critérios de demarcação indutivista e falsificacionista do que seria ou não ciência, Kuhn (2013, p. 44) faz uma relevante reflexão:

> [...] historiadores confrontam-se com dificuldades crescentes para distinguir o componente "científico" das observações e crenças passadas daquilo que seus predecessores rotularam prontamente de "erro" e "superstição". Quanto mais cuidadosamente estudam, digamos, a dinâmica aristotélica, a química flogística ou a termodinâmica calórica, tanto mais certos tornam-se de que, como um todo, as concepções de natureza outrora correntes não eram nem menos científica, nem menos o produto da idiossincrasia do que há atualmente em voga. Se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico.

Reflexões como essa desconstruíram seus preconceitos sobre a natureza da ciência. Percebendo, portanto, que os relatos tradicionais da ciência, fosse indutivista ou falsificacionista, não suportavam uma comparação com o testemunho histórico. Diante disso, a teoria da ciência de Kuhn foi desenvolvida subsequentemente como uma tentativa de fornecer uma teoria mais coerente com a situação histórica tal como ele a interpretava (CHALMERS, 1993).

De acordo com Chalmers (1993), uma característica-chave da teoria de Kuhn é a ênfase dada ao caráter revolucionário do progresso científico, em que uma revolução implica a troca de uma estrutura teórica e sua substituição por outra mais robusta e incompatível com a anterior. Outro traço axial é o importante papel desempenhado pelas características das comunidades científicas. Vê-se que, semelhante a Lakatos, Kuhn faz sua análise filosófica da ciência tendo como exigência a resistência aos fatos críticos da história.

Conforme Thomas Kuhn (2013), a estrutura das revoluções científicas pode ser vista seguindo a lógica: 1) Existência da Ciência normal com um paradigma e dedicação para solucionar quebra-cabeças; seguida de sérias anomalias, que conduzem para 2) uma crise; e finalmente resoluções da crise por meio de 3) um novo paradigma. Sinteticamente, Chalmers (1993), elabora o seguinte quadro para mostrar a tendência de como progride a ciência:

Pré-ciência → ciência normal → crise-revolução → nova ciência normal → nova crise

Ao observar o esquema lógico de como a ciência progride por meio de revoluções estruturais e paradigmáticas, é importante entender os principais conceitos endógenos ao modelo descrito por Kuhn.

Sobre ciência normal, Kuhn (2013) conceitua como sendo a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Realizações essas, reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica, proporcionando os fundamentos para a sua prática ulterior. Chalmers (1993) complementa que a ciência normal implica em tentativas detalhadas de articular um paradigma com o objetivo de melhorar a correspondência entre ele e a natureza. A ciência normal, então, retrata a forma com uma atividade de resolução de problemas é governada por um paradigma, lidando tanto com problemas teóricos quanto experimentais.

Chalmers (1993) define paradigma como sendo o instrumento que determina os padrões para o trabalho legítimo dentro da ciência que governa. Ele, o paradigma, coordena e dirige a atividade de soluções de incógnitas do grupo de cientistas normais que trabalham em seu interior, atribuindo maneiras padrão de aplicação das leis fundamentais a uma variedade de situações com o que o cientista normal pode se deparar. De maneira que a instrumentação e as técnicas necessárias para fazer com que as leis do paradigma se apliquem à realidade devem estar incluídas no paradigma científico. Assim, Kuhn afirma como critério de demarcação "que a existência de um paradigma capaz de sustentar uma tradição de ciência normal é a característica que distingue a ciência da não ciência" (CHALMERS, 1993, p. 124).

3. A CIÊNCIA ECONÔMICA MODERNA: A GÊNESE DA DUALIDADE NA INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL E ECONÔMICA

A Ciência Econômica nasce como corpo teórico autônomo no século XVIII, atrelada à emergência do sistema produtivo capitalista, momento no qual o estudo e a interpretação das questões econômicas se denominavam de Economia Política. Não se pode negar que muito antes desse período – desde Aristóteles aos Mercantilistas –, já se formulavam textos e livros que tratavam de assuntos econômicos. Todavia, "essas proposições se integravam em discursos diferentes, relativos à moral, à política ou ao direito, muito longe de configurarem uma ciência econômica autônoma relativa a essas outras disciplinas" (AVELÃS NUNES, 1994, p. 203). O advento das revoluções burguesas e da revolução industrial desencadeou novas estruturas conceituais e sistemáticas, relativas ao próprio funcionamento da economia e ao seu desencadeamento na esfera social.

No âmbito produtivo, surgia a divisão do trabalho, o processo coletivo de produção, o aumento da produtividade e a multiplicação efetiva da produção de bens. Na esfera social, as relações servis foram paulatinamente substituídas pelo trabalho assalariado, proclamando a universalidade da liberdade e dos direitos civis. Concomitante a esses fatores, houve a transição da propriedade feudal para a capitalista e a posse dos meios de produção (inclusive a força de trabalho), com a finalidade de obter lucros a partir do produto oriundo do processo social de produção.

Por conseguinte, a Ciência Econômica incorporou como objeto (diferente das teses mercantilistas focadas na esfera da circulação), o esforço analítico de descobrir as leis naturais que regulam o processo capitalista de produção e distribuição do produto social (AVELÃS NUNES, 1994).

Segundo Coutinho (2000), a Economia Política Clássica possui três características basilares que se fazem presentes em todo transcurso de evolução dessa escola de pensamento. O autor deixa claro que não pretende ignorar as diferenças, muito menos expor uma tipologia circunscrita do pensamento econômico clássico. Entretanto, argumenta que desde os Fisiocratas até Stuart Mill está presente i) uma ou várias reflexões ontológicas do ser social, ou seja, concepções filosóficas do homem e da sociedade econômica. Existe também ii) a preocupação fundamental com as "leis de movimento", descritas através das relações dos grandes agregados e categorias econômicas, como lucros, salários e renda da terra. Por sua vez, as leis de movimento, presentes nas teorias macrodinâmicas clássicas, interagem com a ideia de que a sociedade capitalista pode ser descrita por uma estrutura básica de classes socialmente definidas. De maneira que "a noção de classes sociais (grupos sociais definidos pela posição econômica dos indivíduos) é indissociável da Economia Política Clássica" (COUTINHO, 2000, p. 125). Por fim, há uma preocupação central por parte dos economistas clássicos com iii) o processo de acumulação de capital.

Karl Marx, crítico severo da economia política clássica, reconhece o vigor e a importância desta diante da outra forma de investigação teórica (neoclássica), chamada por ele de "vulgar". Para o autor, os clássicos, cujos os maiores expoentes eram Smith e Ricardo, haviam se preocupado em interpretar a vida social de maneira totalizante, percebendo a relação existente entre os problemas essenciais da sociedade e as formas de produção e reprodução da mesma (BORGIANNI, 2008).

Borgianni (2008, p. 42) destaca com relação à contribuição dos pensadores clássicos que:

> A grandiosidade de sua reflexão estava em terem compreendido que o trabalho é a essência da propriedade privada (ou da riqueza em sua forma burguesa). A partir de Adam Smith, ficaria difícil provar que a riqueza era produto de alguma circunstância exterior ao homem.

Dessa forma, ainda que os clássicos se limitassem a uma visão estreita, resultante da dificuldade em distinguir a essência dos fenômenos que conformam a teorização da economia capitalista, suas contribuições os colocam num lugar de destaque no panteão dos fundadores da razão moderna.

Como é notório, a crítica de Marx direcionada aos fundadores da Economia Política Clássica ultrapassou os contornos de uma mera discordância intelectual. Ao identificar os limites aos quais os grandes pensadores estavam sujeitos, Marx deu início a uma nova teoria desvencilhada dos constrangimentos cometidos por seus antecessores (PAULANI, 2000). O intuito do filósofo e economista transcendia a ideia de interpretar o mundo, o ponto central, portanto, estaria em como transformá-lo (MILONAKIS.; FINE, 2009).

O esforço intelectual de Marx se direcionava em examinar a maneira como o sistema capitalista moderno funciona, na tentativa de desvendar a lei básica de seu movimento. Através do materialismo histórico dialético de Marx, a economia política clássica adquire uma complexidade multidimensional e dinâmica, alicerçada num elevado grau de abstração e na capacidade de interpretação holística da realidade objetiva.

Jean-Baptiste Say, no século XIX, foi quem primeiro rompeu com os fundamentos da economia clássica. O autor rejeitou as teses do valor trabalho e passou a considerar a utilidade e os custos de produção como fundamentos do valor. Prado (2007) acrescenta que o trabalho passa a ser encarado como mero fator de produção, e deixa de ser visto como algo criador e criativo fruto da sociabilidade humana. Dessa forma, a revolução marginalista desdobra-se ignorando por completo a esfera produtiva e o contexto social em que decorrem as relações de produção. O valor é desassociado da quantidade de trabalho gasto na produção de bens e, em seu lugar, a raridade do bem e a intensidade da satisfação passam a determinar o valor (AVELÃS NUNES, 1994).

A "revolução" marginalista ou *Economics* se empenha em incluir na análise econômica o raciocínio e a linguagem do cálculo diferencial, revelando a preocupação em apresentar uma ciência altamente formalizada, semelhante à matemática e à física, com o objetivo de alcançar as designações de "teoria pura", "economia científica" ou "economia positiva".

Vários outros momentos podem ser considerados neste processo de mudança no desenvolvimento da teoria econômica, como as obras "A riqueza das nações", de Adam Smith, os Princípios econômicos propostos por Stuart Mill ou Marshall, a obra "Teoria geral" de John Maynard Keynes, e os princípios propostos pelo Consenso de Washington na década de 1970. Esta última consolida uma mudança que se baseia na busca por métodos matemáticos e formação de modelos como fundamento de validação deste paradigma. Todas elas buscam explicar e fundamentar um novo paradigma, que se busca promover, no qual a nova teoria está inserida (MORGAN; KNUUTTILA, 2008). Esta divisão teórica na análise econômica fica mais evidente nas duas últimas ascensões revolucionárias que rompem com o paradigma científico e elevam o seu campo de pensamento à hegemonia. Em 1929, após a crise do capitalismo que leva à ascensão da Economia Política (considerada atualmente a teoria heterodoxa) a partir da teórica revolucionária capturada pela obra de Keynes; e a partir da década de 1970, quando se tornou hegemônica a Economia Positiva (considerada na atualidade a teoria ortodoxa), principalmente constituída a partir dos conceitos formulados pelo consenso de Washington, após o fim do acordo de *Bretton Woods*[5] (VIEIRA; FERNANDEZ, 2006).

Para Filgueiras (2018), para que exista um debate entre essas duas principais teorias, é necessário que o estudo e o aprendizado da ciência econômica possam caminhar de forma crítica e transparente. Para isso, deve-se reconhecer as especificidades das teorias, a importância das exemplificações dos modelos e as suas restrições, e as grandes contribuições das teorias econômicas como base de sustentação destes modelos.

3.1. ECONOMIA POSITIVA

A complexidade econômica reduz-se ao jogo de mercado, local no qual os homens econômicos formadores da sociedade atomista (conjunto de indivíduos) encontram-se e interagem. De maneira que as famílias, os indivíduos e as empresas são vistos simplesmente no mercado como compradores e vendedores, e o que é mais importante, no mesmo patamar harmonioso.

Avelãs Nunes (1994, p. 233), destaca que:

> As relações econômicas relevantes deixaram de ser as relações entre homens (classes sociais) e passaram a ser as relações entre os homens e as coisas, entre cada indivíduo e os bens que julga (subjetivamente) capazes de satisfazer as suas necessidades (subjetivas).

Estas relações passam a ser desenvolvidas a partir de modelos matemáticos, buscando modelar os fenômenos econômicos e sociais, orientando os argumentos e soluções do mundo real. Esta premissa está baseada no conceito de equilíbrio geral inserido em um ambiente estático, que substitui a teoria clássica de desenvolvimento econômico. De modo que a estabilidade do equilíbrio (estabilidade estrutural) resulta

[5] O sistema de Bretton Woods foi constituído por meio do acordo comercial, entre as principais economias industrializadas do mundo e orientava as relações comerciais, produtivas, financeiras e tecnológicas entre estes países, sob a liderança americana. Entre pontos do acordo estão a criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial que nascem com o poder de regulamentação inferiores aos desejados inicialmente por seus idealizadores, entre eles John Maynard Keynes que previa a criação de um Banco Central Mundial, o chamado "*Clearing Union*", e um Fundo de Estabilização, que juntos tinham como finalidade o provimento de liquidez no comércio entre os países membros e a determinação da flexibilidade nos ajustes dos déficits no balanço de pagamento (BELLUZZO, 2009).

do ajustamento dos preços com relação às quantidades ofertadas e demandadas, em determinado mercado, que funciona em concorrência perfeita. A partir dessa concepção metodológica, a economia sempre tende ao equilíbrio (no longo prazo) como resultado direto da racionalidade (substantiva) dos agentes, e o desequilíbrio, por sua vez, é visto como uma impossibilidade teórica. Pois, "o desequilíbrio é ininteligível no sentido de arbitrário, *ad hoc*, por não cumprir os pressupostos contidos nos fundamentos racionais, isto é, maximização da utilidade e *market clearing*" (POSSAS, 1997, p. 31).

A preocupação central, por conseguinte, passa a ser a alocação eficiente dos recursos escassos diante das necessidades múltiplas e ilimitadas dos agentes, durante determinado período de tempo, baseadas na racionalidade e na maximização da utilidade. Logo, na teoria da ação adotada pela escola neoclássica os conceitos de utilidade e racionalidade se colocam numa posição central. Enquanto o conceito de utilidade fornece a explicação (subjetiva) para a motivação do agir, para os fins, o conceito de racionalidade mostra os meios para se alcançar esses fins (GUIMARÃES AUGUSTO, 2010).

Segundo Guimarães Augusto (2010), o conceito "clássico" de racionalidade supõe que os agentes possuem capacidade cognitiva em alto grau, quase ilimitada, e que são dotados de racionalidade perfeita. Nessa concepção de racionalidade, o agente tem conhecimento de todas as alternativas que podem ser escolhidas, ou seja, a capacidade do agente de coletar informações do ambiente é ótima e eficiente, independente da complexidade e das variedades das informações.

Assim, o indivíduo decide agir na esfera econômica consultando somente a si mesmo, dada a restrição orçamentária e a regra de otimização. Esta é a principal crítica a este modelo, pois ele ignora os fatos e reduz o mundo real a simples modelos. Para Frazão (2019), a Economia Positiva se apresenta como uma verdadeira ideologia, no intuito de justificar grandes disparidades entre as riquezas, que seria um mal necessário, a fim de prover benefícios a um maior número de pessoas. Sendo um resultado necessário, mesmo apresentando impactos negativos na vida de diversas pessoas e países, em geral as nações menos desenvolvidas.

Não se pode negar que as teorias matemáticas possam servir de inspiração para uma teoria empírica. Mas, na análise de Barbieri e Feijó (2013), não se sustenta que as teorias puras devam se conectar necessariamente com teorias empíricas, ou que qualquer teoria econômica tenha de ser empiricamente testada. A crença na necessidade ampla e irrestrita de testar todas as teorias econômicas demonstra uma ingenuidade teórica, já que a maioria das teorias econômicas não são puros exercícios de matemática.

Filgueiras (2012) apresenta que a fragilidade e incapacidade dessa teoria padrão, bem como o seu descolamento da realidade, já era bem evidente desde os fins dos anos 1980. Desde este período, a teoria padrão hegemônica não consegue se reorganizar ou prenunciar o aparecimento de crises, que por diversas vezes eclodiram sem sua compreensão ou tratamento.

3.2. ECONOMIA POLITICA

Na análise da Economia Política, o que confere demarcação à teoria é que prevalece aquela que possui uma maior aceitação em determinado período ou momento histórico. Neste sentido, esta interpretação teórica busca desvencilhar-se dos erros cometidos pelas teorias anteriores. Marx, então, não buscava apenas interpretar os conceitos econômicos, mas também fazia uma tentativa de transformá-los (MILONAKIS.; FINE, 2009).

Para Barbieri e Feijó (2013), dois pontos são levantados para esta análise: O objetivismo, que é a estrutura histórica permanente, que determina a realidade da teoria; e o relativismo, que são conceitos fundamentais relativos a um esquema específico, uma estrutura teórica do paradigma, que é tido como firme em um momento histórico, e contestado em outro (BARBIERI; FEIJÓ, 2013). O modo de resolução destas controvérsias não pode ser descrito pelos modelos da economia positiva, pois deixaria de haver garantia de que o conhecimento ou as formulações verdadeiras desenvolvidas no passado estão preservadas no estado atual da ciência. Neste sentido a economia política tem o papel de preservar a produção da ciência já desenvolvida e praticada.

Para Mattos (2004), o meio adequado de se chegar a uma verdade neste campo do conhecimento seria a partir de uma hipótese assumida, que no caso da Economia Política seria a hipótese do homem econômico, que para Mattos (2004, p. 107) dependeria de várias causas, conforme descreveu:

> Se os fenômenos econômicos dependem de várias causas, e somente um pequeno conjunto delas é considerado, a ciência econômica não pode ter a

> pretensão de prever ou explicar integralmente o que ocorre uma vez que desconsidera parte das motivações humanas que contribuem para o resultado.

Os economistas lidam com efeitos reais das escolhas humanas, seja em uma ilha isolada ou em um contexto social onde os indivíduos interagem com os demais em busca de um resultado. Estas soluções muitas vezes necessitam de uma investigação especializada, utilizando métodos mesmo que não em sua totalidade ou não expressando a complexidade de seu resultado. Os grandes textos da teoria econômica não perdem sua posição de relevo dentro da disciplina em períodos curtos de tempo, como os de Keynes, Marx, Schumpeter, Marshall, Walras, que mantêm a sua importância teórica na economia política, e devem ser os pontos de partida na análise dos fenômenos econômicos (ARIDA, 2003).

Uma das críticas na atualidade ao modelo é a falta de integração entre a economia política e os modelos de previsão concretos, contudo, esta integração, na análise de Mattos (2004), precisaria ser expandida de forma a levar em conta inúmeros fatores abstraídos, ignorados pela ciência. Além de fundamentar e reconhecer as motivações humanas que influenciam na tomada de decisão, realizada pelos agentes econômicos.

As crises econômicas da última década, na análise de Filgueiras (2012), colocaram em evidência as contradições destes dois modelos da teoria econômica, mostrando as suas fragilidades e limitações nas interpretações dos cenários. Para que haja um bom debate entre os dois campos, é preciso reconhecer as fragilidades e especificidades das ciências sociais, inclusive a Ciência Econômica.

3.3. AS ILHAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO: A ORTODOXIA E A HETERODOXIA

O panorama acima esboça as origens históricas dos dois polos[6] de discussão que conformam o estudo contemporâneo da economia, ou seja, a heterodoxia e a ortodoxia. Prado (2010, p. 1) personifica a visão de conjunto do saber econômico a partir de uma metáfora espacial representativa:

> É preciso criar mentalmente um mapa formado por continentes e por ilhas. Na verdade, um mapa bem representativo se apresenta com um único continente, bem grande, cercado por muitas ilhas – algumas bem – bem diminutas, mas outras já têm um tamanho apreciável; algumas estão bem próximas, mas outras se encontram distantes da terra principal. O continente representa o pensamento ortodoxo e as ilhas (que, às vezes formam pequenos arquipélagos) representam as diversas correntes de pensamento heterodoxo. Por sua vez, as superfícies cobertas de água representam, nesse mapa, a separação – e assim o distanciamento – entre as diferentes áreas de pensamento econômico.

Para Prado (2010), o que caracteriza o pensamento ortodoxo não são especificidades no conteúdo teórico, mas sim o modo como se faz a teoria e como ela é apresentada. Dessa forma, não é o fundamento neoclássico que diferencia o continente das ilhas, a linha de demarcação do território está presente centralmente no método de construção dos argumentos. Logo, dentro do continente qualquer trabalho teórico que deseje ser considerado pertencente à ortodoxia tem de se apresentar através da linguagem de modelos formais. Assim, "se uma proposição sobre o sistema econômico não se configurar por meio de um modelo matemático ou estatístico, ela não é considerada como parte da Economia". (PRADO, 2010, p. 1).

Por outro lado, as ilhas, longe de formar um todo homogêneo, são caracterizadas principalmente tanto pelos conteúdos professados quanto pelas preferências metodológicas ali presentes. Todavia, ao se procurar o que distingue as ilhas do continente, observa-se que, em geral, não estão presentes de maneira predominante o formalismo como ideal regulatório da teoria, bem como argumentos econométricos como meio e finalidade retórica.

Ribeiro (2019) ratifica as divergências entre a ortodoxia e a heterodoxia afirmando que os heterodoxos defendem narrativas ambiciosas que combinam aspectos da história econômica e estudos de caso, representados por dados econômicos. Já os ortodoxos, em contrapartida, utilizam modelos teóricos quantitativos para propor conjecturas específicas sobre os aspectos econômicos, que são aceitos ou rejeitados por testes estatísticos.

De maneira epistemológica, Arida (2003) se refere aos dois diferentes programas de pesquisa em economia como *hard science* e *soft science*. Segundo o autor, os dois modelos têm como principal

[6] Arida (2003) chama esses dois polos, usando a linguagem de Lakatos, de programas de pesquisa.

divergência concepções distintas sobre a importância da evolução da teoria econômica. Desse modo, para o modelo *hard science*, o que importa são as contribuições mais recentes, vinculadas ou representadas pelo o que está na fronteira do conhecimento. Defende-se, então, que "o estudante não precisa perder tempo com os clássicos porque todas as suas eventuais contribuições já estariam incorporadas ao estado atual da teoria" (ARIDA, 2003, p. 16). Seria, então, um modelo que se baseia na ideia popperiana de avanço da ciência, na qual a refutação seleciona e estabelece as teorias que devem pertencer à fronteira do conhecimento em dada área do conhecimento.

A noção de fronteira – como também a linguagem formal e a modelagem matemática – foi algo retirado das ciências exatas e incorporado à economia. Pode-se tomar como exemplo o aprendizado da física, que não requer esforços de revisitação à sua história. Pois, as contribuições de relevo já estão presentes no estado atual da ciência. Vê-se, então, uma noção específica de tempo na fronteira do conhecimento, apresentando um horizonte mais curto, de cinco ou seis anos, separando a fronteira da história do pensamento econômico.

Segundo Arida (2003, p. 16), o modelo *soft science* está ligado à ideia de um conhecimento disperso historicamente; "o estudante deveria dedicar-se aos clássicos porque precisaria trilhar por conta própria as matrizes fundamentais da teoria". Dessa forma, o modelo *soft science* desconhece a noção e a utilidade da fronteira da ciência presente no modelo *hard science*, tendo como fundamento os pressupostos de que as matrizes básicas da teoria econômica (keynesiana, marxista, walrasiana, ricardiana etc.), são de difícil reconciliação e intraduzíveis em seu rigor original.

A difícil reconciliação ocorre devido as matrizes básicas se deslocarem mutuamente ao invés de colidirem frontalmente. Pois, como essas matrizes têm como caráter fundante visões gerais e abrangentes, dificilmente admitem aglutinações ou fusões. O pressuposto da não-tradução refere-se à impossibilidade de uma reinterpretação das matrizes básicas que não tenha como resultado uma perda considerável do entendimento original. Então, o modelo histórico se baseia na ideia de que a ciência se desenvolve a partir das memórias das realizações mais significativas, cristalizadas nas contribuições exemplares dos autores clássicos.

4. AS DISCORDÂNCIAS ENTRE AS CORRENTES E A CRÍTICA DIRECIONADA À ORTODOXIA

Após inúmeras tentativas de aplicar Kuhn, Lakatos, Popper e outras metodologias da ciência à economia, restou a certeza óbvia de que a prática da ciência econômica não se conforma aos preceitos formulados a partir das ciências naturais (ARIDA, 2003). Relacionando os campos da teoria econômica com as teorias científicas apresentadas, verificasse que o método cientifico precisa ter vínculo com o passado para seu paradigma fornecer lentes teóricas com as quais possamos selecionar os dados, escolher as técnicas de mensuração e interpretar os resultados de forma validada cientificamente.

Analisando as metodologias de Popper e Lakatos, nas quais as teorias são empiricamente refutáveis, aspectos como as falhas e imperfeições e a maneira que a teoria econômica positiva desconsidera a observação e as experiências são pontos de crítica quanto a este campo hegemônico. Para Marques Jr. e Pôrto Jr. (2002), há um grande distanciamento entre as teorias aplicadas no contexto individual no mundo real e os trabalhos empíricos sobre esta teoria.

A análise acerca da evolução científica proposta por Kuhn mostra que estas mudanças teóricas são importantes para a evolução da ciência e apresentam-se como uma revolução da ciência, no momento em que os atuais paradigmas têm dificuldade na explicação dos fenômenos científicos (VIEIRA; FERNANDEZ, 2006).

Pode-se concluir que a diferença mais importante entre Kuhn, de um lado, e Popper e Lakatos, de outro, é a ênfase do primeiro nos fatores sociológicos em sua análise da ciência. Difere também no que se refere ao papel dos métodos, para os primeiros, o respeito às regras e os métodos científicos é que definem o fazer da ciência, já para Kuhn, as regras têm um papel secundário. Contudo, para constituir um novo paradigma, as suas visões estarão no centro da discussão teórica de validação (SILVA M. 2002).

O contexto atual da ciência econômica é uma efervescência de novas ideias e concepções que caminham no sentido de se buscar novas diretrizes teóricas que estariam em linha com o pensamento de Kuhn sobre uma revolução científica. Esta revolução deve considerar todo o contexto teórico aqui explanado, e também a atual incapacidade da ciência ortodoxa em expressar os principais momentos de instabilidade enfrentados nos últimos anos. O argumento crítico que justifica essa "impotência" ortodoxa diante das crises é da fragilidade científica da teoria neoclássica e o grande descolamento desta teoria com relação ao

mundo real. Filgueiras (2018, p. 145), afirma que os modelos da teoria ortodoxa neoclássica pecam ao construir formulações abstratas e a-históricas, que representam "como deveriam ser, e não como são, a organização e o funcionamento da economia capitalista". O autor aprofunda e endurece sua crítica ressaltando que o esforço de aproximar o estudo da economia das ciências naturais, principalmente no que se refere à objetividade do método, não a faz mais científica;

> [...] ao contrário, tende a torná-la mais obscura, uma caricatura, com escassa aderência à realidade e relevância cada vez menor para o entendimento da economia capitalista – apesar da autoconfiança e, até da arrogância do mainstream, fechado em torno de si mesmo em uma espécie de autismo intelectual (FILGUEIRAS, 2018, p. 145).

Paulani (2000, p. 114) direciona sua crítica à concepção da racionalidade neoclássica afirmando que "o conhecimento objetivo, pressuposto nas análises da sociedade que faz o individualismo racionalista, não existe, a não ser na cabeça de determinados economistas". Pois a razão não é assim tão poderosa, o homem não pode pretender solipsisticamente ter conhecimento pleno de tudo. A autora denomina essa racionalidade como "falsa consciência esclarecida" ou "razão cínica" (PAULANI, 2010). Seria um individualismo reducionista, pois se todos os fatos são realmente conhecidos (e o indivíduo é naturalmente racional e maximizador), todos os indivíduos, por mais específicas que sejam suas situações, poderiam ser reduzidos a átomos cujos comportamentos são essencialmente idênticos e previsíveis. Ou seja, diante da possibilidade de se antecipar aos resultados não haverá mais consequências não-pretendidas nas ações dos indivíduos. Avelãs Nunes (1994, p. 243) reitera colocando que:

> O que está em causa é a validade de um paradigma que reduz os homens de carne e osso – que na vida se integram em grupos ou classes sociais interdependentes e interrelacionados – aos tolos racionais ("*rational fools*") [...], e concebe a sociedade como um somatório de indivíduos isolados, identificando cada um deles como *homo economicus* perfeitamente racional, o "ser abstrato sem paixões nem sentimentos".

A crítica ao "indivíduo racionalista" permeia também a própria concepção de indivíduo. Visto que o comportamento dos indivíduos é reflexo das estruturas às quais eles pertencem. Entende-se, então, que diferente do ponto de vista neoclássico, a própria ideia de indivíduo é precedida pela de coletividade. E que a própria singularidade do indivíduo é entendida a partir de estruturas culturais, institucionais, legais, inseridas em contextos históricos e sociais. A visão esboçada pelo *mainstream*[7], cria, portanto, um princípio de racionalidade computacional atemporal baseada numa lógica operativa que não condiz com a realidade.

Neste sentido, as ciências econômicas buscam um caminho para uma nova teoria, e para realizar a chamada "revolução científica" proposta por Kuhn, onde possa coexistir uma integração entre os conceitos propostos por Popper, que evidenciam a importância dos acontecimentos históricos e de relacionar as experiências com as evidências empíricas, com as buscas por melhores escolhas e considerações lógicas entre hipóteses e teorias rivais, que evidenciou Lakatos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As limitações do método indutivo, presentes nas generalizações "perigosas" e na própria noção de neutralidade, fizeram com que novas formas de concepção de ciência entrassem no debate. Iniciado com Popper, continuado por Kuhn e Lakatos, o século XX irrompe com significativas e sofisticadas contribuições à metodologia da ciência. Esses metodólogos tentaram criar uma análise geral de como a organicidade da ciência funciona, apontando, cada um a seu modo, os condicionantes que marcam a evolução do método científico ao longo da história.

Popper trabalhou na substituição do empirismo justificacionista indutivista da concepção tradicional da ciência por um empirismo não justificacionista e não-indutivista, conhecido como falsificacionismo. Segundo o autor, o método científico deve ser claro e passível de reprodução. Essa qualidade, portanto,

[7] O *mainstream* expressa uma teoria principal, o conceito dominante. Na economia, consiste nas ideias que expressam as teorias hegemônicas, conceitos que se dirigem à formulação de políticas econômicas por parte da maioria dos governos. Para Filgueiras (2018, p. 145), o conceito na economia abrange a "nova síntese neoclássica, elaborada a partir dos denominados 'Novos Clássicos' e 'Novos-Keynesianos', e vulgarizada como o 'Novo Consenso Macroeconômico'".

possibilitaria os testes que validariam ou não as afirmações teóricas, seguindo uma lógica de falseabilidade. Seguindo essa lógica rígida, somente uma explicação científica está na fronteira do conhecimento, as outras que não passaram pelos testes falsificacionistas devem ser deixadas de lado, se caracterizando como obsoletas.

Já Lakatos defende que nenhum dos dois métodos anteriores (indutivismo e falsificacionismo), explicam a gênese e o desenvolvimento da conformação das estruturas da ciência. O desenvolvimento das teorias científicas reais caracteriza-se por estruturas complexas e dinâmicas, que se refinam continuamente, sendo estas estruturas endógenas a um programa de pesquisa. Lakatos se torna mais flexível e realista ao reconhecer que o progresso científico é lento e que há uma contribuição importante das teorias que precederam as descobertas científicas modernas.

Para Kuhn, a ciência progride por meio de revoluções estruturais paradigmáticas. E são resultantes de crises causadas por anomalias no seio da teoria, sanadas, continuamente, por novos paradigmas científicos mais robustos. Essa seria a tendência do movimento revolucionário da ciência. Assim como Lakatos, Kuhn acredita que o progresso científico não condiz com a dinâmica indutivista nem falsificacionista. Para o autor, a história mostra a coexistência de diferentes teorias ou paradigmas no mesmo momento histórico, sendo estas validadas por determinar a comunidade científica, que dá credibilidade e ratifica os conhecimentos antigo e nascituro.

Dessa maneira, tomando como ponto de partida a discussão de como a ciência se conforma e progride, torna-se mais inteligível a dualidade interpretativa vista na ciência econômica. Nascida em meados do século XVIII, vinculada às profundas transformações econômicas e sociais ocorridas com a revolução Industrial, a Economia Política traz consigo um escopo de estudo direcionado para a análise de como a riqueza social é produzida e distribuída numa sociedade formada por classes. Se distanciando, assim, da "moderna" ciência econômica ou *Economics*, conhecida pela incorporação da linguagem do cálculo diferencial, altamente formalizada, semelhante à física e outras áreas exatas do conhecimento.

O *status quo* da ciência econômica evidencia uma dupla polaridade do conhecimento nesta área. A coexistência e o debate entre esses dois programas de pesquisa se acaloram em momentos de crises econômicas, expondo as fraquezas ou as inconsistências teóricas que deveriam interpretar a complexa realidade objetiva. Os modelos desenvolvidos por economistas são essenciais e necessários no contexto atual para leitura e entendimento de cenários no mundo real, captando diversos aspectos da realidade que os tornam indispensáveis. A questão é como montar estes modelos sem perder a essencialidade das experiências teóricas, capturando os aspectos mais importantes e seu contexto de integração com a realidade.

Nesta análise, fica evidente a fragilidade científica da teoria econômica positiva, e o seu distanciamento do mundo real. A importância da modelagem se contrapõe com o distanciamento entre os conceitos incluídos para compor os modelos. Assim, para a construção de uma teoria revolucionária, sugere-se a integração entre os conceitos propostos por Kuhn, Lakatos e Popper, que se mostram atuais e podem ser desenvolvidos em prol de uma proposta mais adequada com os problemas econômicos e sociais da atualidade.

O ponto que deve ser levado em conta, e que não deve ser esquecido jamais, é a reflexão – que indaga – sobre a função da ciência e de como ele é feita. Esse ato reflexivo pode trazer mais clareza quanto ao uso e a importância das diferentes formas de interpretar e teorizar sobre a economia nos dias de hoje. Pois, seguindo o exemplo de Lakatos e Kuhn, talvez a flexibilidade, colocando de lado o radicalismo, seja o caminho para se chegar o mais próximo do método científico, e por meio deste, da verdade.

REFERÊNCIAS

[1] ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: GALA, P.; REGO, J. M. A. (Ed.). São Paulo: Editora 34, 2003.

[2] AVELÃS NUNES, A. J. Noção e objeto da economia política. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1994.

[3] BARBIERI, F.; FEIJÓ, R. L. C. Metodologia do pensamento econômico: o modo de fazer ciência dos economistas. São Paulo: Atlas, 2013.

[4] BELLUZZO, L. G. Os antecedentes da tormenta: origens da crise global. Campinas: Editora Unesp, 2009.

[5] BORGIANNI, E. Risco-país e Investment Grade: a contribuição do serviço social para sua desmistificação. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2008.

[6] CHALMERS, A. F. O que é ciência afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.

[7] CHIBENI, S. S. O que é ciência? Campinas: Departamento de Filosofia, IFCH, Unicamp, 2004.

[8] CHIBENI, S. S. Algumas observações sobre o "método científico". Campinas: Departamento de Filosofia, IFCH, Unicamp, 2006.

[9] CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 12a edição. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

[10] COUTINHO, M. A crítica da economia política: teoria e atualidade. Crítica Marxista, v. 1, n. 10, p. 122–132, 2000.

[11] FILGUEIRAS, L. A. A crise mundial e o desenvolvimento brasileiro. Revista Economistas (COFECON), Brasília, n. 7, mai-ago. 2012.

[12] FILGUEIRAS, L. A. Economia política versus economia positiva: uma proposta de um antimanual de introdução à economia. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 50, p. 142–164, mai-ago. 2018.

[13] FRAZÃO, A. Economicismo e Bad Economics: como concepções econômicas parciais, idealizadas e muitas vezes descoladas dos fatos vêm contribuindo para o aumento da desigualdade. São Paulo: Jota, 2019.

[14] GUIMARÃES AUGUSTO, A. Teoria da ação na escola neoclássica: uma resenha crítica. Pesquisa & Debate, v. 21, n. 2, p. 225–246, 2010.

[15] KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. 2a edição. São Paulo: Perspectiva, 2013.

[16] LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. A crítica e o desenvolvimento da ciência. São Paulo: Editora Cultrix, 1965.

[17] MARQUES Jr., L. S.; PÔRTO Jr., S. S. O Método da Teoria Neoclássica a economia neoclássica é uma teoria refutável? Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2002.

[18] MATTOS, L. V. Transformando 'verdades abstratas' em 'verdades concretas': uma análise sobre a metodologia econômica de John Stuart Mill. Estudos Econômicos, v. 34, n. 1, p. 101–128, jan-mar. 2004.

[19] MILONAKIS., D.; FINE, B. From Political Economy to Economics: Method, the social and the historical in the evolution of economic theory. New York: Routledge, 2009.

[20] MORGAN, M.; KNUUTTILA, T. Models and modelling in economics. In: GABBAY, D.; THAGARD, P.; WOODS, J. (Ed.). Handbook of the Philosophy of Science. Amsterdam: Elsevier, 2008. v. 13, p. 49–87.

[21] PAULANI, L. M. A atualidade da crítica da economia política. Crítica Marxista, n. 10, 2000.

[22] PAULANI, L. M. Ciência econômica e modelo de explicação científica: retomando a questão. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 11, p. 27–44, 2010.

[23] PINTO, M. C. R. M. Karl Popper: A vertente ética da ciência à luz da

[24] epistemologia e filosofia. Dissertação (Mestrado), Universidade do Porto, 2007.

[25] POPPER, K. R. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

[26] POSSAS, M. L. A cheia do mainstream. Revista de Economia Contemporânea, v. 1, n. 1, p. 13–37, jan-jun. 1997.

[27] PRADO, E. F. Formação do economista num mundo dominado pelo neoliberalismo. São Paulo: Mimeo, 2007.

[28] PRADO, E. F. Teoria econômica de mercado. 2010. <https://eleuterioprado.blo g/>.

[29] RIBEIRO, R. Prefácio. In: LISBOA, M.; PESSÔA, S. (Ed.). Valor das ideias: debate em tempos turbulentos. São Paulo: Companhia das letras, 2019. v. 1.

[30] SILVA, E. A. Evolução histórica do método científico: desafios e paradigmas para o século XXI. Revista Economia & Pesquisa, v. 3, n. 3, p. 109–118, 2001.

[31] SILVA, N. R. S. Entre a ciência e a não ciência. Movimento, Porto Alegre, v. 18, 2002.

[32] VIEIRA, J. G. S.; FERNANDEZ, R. G. A estrutura das revoluções científicas na economia e a revolução keynesiana. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 355–381, 2006.

Capítulo 3

Reflexões sobre um cartaz das manifestações de junho a partir do paradigma materialista[8]

Tatiani Daiana de Novaes

Resumo: Este artigo tem como objetivos: apresentar as jornadas de junho de 2013 e seus cartazes de protesto como processos comunicacionais; discutir o paradigma teórico materialista; refletir sobre a concepção sociointeracionista da linguagem e sobre o método sociológico de Bakhtin e analisar um cartaz de protesto. O método sociológico bakhtiniano de análise discursiva leva em consideração três aspectos: o conteúdo temático, estilo e construção composicional. A partir da análise, percebeu-se que as práticas comunicacionais – neste caso, o cartaz de protesto- retratam o momento histórico, social e político, além disso, refletem a ideologia do Movimento Passe Livre.

Palavras-chave: práticas comunicacionais; cartazes de protesto; análise do discurso.

[8] Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas do XV Encontro de Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

1. INTRODUÇÃO: AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E OS CARTAZES DE PROTESTO ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO DA COMUNICAÇÃO

Este artigo tem como objetivo investigar como se dá o funcionamento discursivo do cartaz de protesto presente nas manifestações de rua de junho 2013. Essa reflexão tem grande relevância para os estudos da Comunicação uma vez que as manifestações de junho de 2013 são consideradas um processo comunicacional que marcou a história do país. Devido ao limite de espaço, não será possível analisar as jornadas de junho como um todo, então, optou-se por fazer um recorte: a análise de um dos cartazes que esteve presente em várias manifestações.

Refletir sobre os processos comunicacionais, ou seja sobre o cartaz de protesto, é compreender o tempo presente, a sociedade, os sujeitos e as relações de poder que os cercam. Entende-se aqui, comunicação como um lugar de saber e de poder, sendo importante considerá-la como relação (BARBOSA, 2012, p.147).

Sendo a comunicação e a linguagem fruto das relações humanas e as atividades dos sujeitos vinculados ao uso da língua, é visível a ligação do campo científico da Comunicação com o campo da Linguagem.

Parte-se do pressuposto de que a comunicação e a linguagem são processos sociais dialéticos, construídos por meio da interação, de natureza socioideologica e que não devem ser desvinculados do seu contexto de produção.

Analisar um processo comunicacional vinculado ao contexto de sua produção é levar em conta quem produziu a comunicação, é pensar no papel social desse sujeito, é perceber qual esfera social esse locutor representa, é refletir sobre quais condições ele produziu a comunicação, é descobrir para quem ele comunica, é saber qual é o seu objetivo comunicativo, é compreender o momento histórico-social-ideológico que se deu a comunicação.

"Manifestações de junho de 2013 no Brasil" é o contexto em que está inserido o cartaz de protesto escolhido. O autor do cartaz é o Movimento Passe Livre (MPL) que foi protagonista desse momento histórico.

A redução da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo foi a primeira bandeira, o primeiro motivo que levou milhares de manifestantes para a rua em junho de 2013. Trata-se de uma das pautas do Movimento Passe Livre. Obviamente que o movimento não surgiu em 2013, fazendo referência a *hashtag* "o gigante acordou", há gigantes que nunca dormiram.

Segundo artigo escrito pelo movimento e publicado na obra *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013, p.13-18), tudo começou em agosto e setembro de 2003, com a Revolta do Buzu em Salvador. As manifestações continuaram em junho 2004, com a Revolta da Catraca, em Florianópolis. Em 26 de outubro a prefeitura da capital catarinense aprovou o passe livre estudantil. Nesta mesma época, foi criado o Comitê do Passe Livre em São Paulo.

Em janeiro 2005, aconteceu a plenária de fundação do MPL-Brasil, no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre; no mês seguinte houve uma grande luta contra o aumento da passagem em São Paulo. Em junho surgiu a II Revolta da Catraca em Florianópolis e, em julho, as mobilizações influenciaram os manifestastes de Vitória que conseguiram revogar o aumento da passagem na cidade.

Junho de 2006 foi um importante ano para o Movimento Passe Livre porque foi quando aconteceu o encontro nacional. Em novembro e dezembro do mesmo ano houve várias manifestações contra o aumento da tarifa em São Paulo.

Em 2008, mais especificamente em outubro, houve luta na capital federal. A conquista veio em julho de 2009 com a aprovação do passe livre estudantil na cidade. No mesmo ano, São Paulo não estava adormecida, em novembro o movimento ocupou a Secretaria de Transportes e em janeiro do ano seguinte novas manifestações aconteceram.

Os manifestantes de São Paulo continuaram militando de janeiro à março de 2011, o mesmo aconteceu em várias capitais, em agosto as mobilizações revogaram o aumento em Teresina.

Em 2013, as manifestações na região metropolitana de São Paulo ganham corpo e, em janeiro, elas conquistam a revogação do aumento em Taboão da Serra. O mesmo aconteceu em abril em Porto Alegre e, em junho, houve a revogação do aumento em mais de cem cidades.

O Movimento Passe Livre foi, em muitas cidades, apoiado e também apoiou outros movimentos sociais de resistência urbana. A estratégia do MPL é trabalhar de forma articulada, como: os movimentos

sem-teto, os movimentos estudantis, os comitês populares da copa, central dos movimentos populares, movimento nacional de luta pela moradia, etc.

Foi em 16 de junho de 2013 que os protestos se espalharam pelo país. Diante disso, o protagonismo do MPL foi diminuindo e as agendas se tornaram cada vez mais difusas: Copa do Mundo, Copa das Confederações, PEC 37, corrupção política, educação e saúde pública de qualidade, entre outras. Neste momento, houve uma disputa nos cartazes de grupos heterogêneos que buscavam efetivação e ampliação de direitos sociais.

O cartaz abaixo é o objeto de análise desse artigo científico.

Imagem1: Cartaz de protesto do Movimento Passe Livre MPL

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292952-passe-livre-poe-faixa-na-marginal-pinheiros-e-anuncia-novo-protesto-em-sp.shtml>

2. UM OLHAR A PARTIR DO PARADIGMA MATERIALISTA

Dentro do universo da Teoria da Comunicação e seus paradigmas: funcionalista, midiológico, culturológico, conflitual dialético, entre outros, optou-se por inserir o objeto de estudo "análise de cartazes de protesto" no paradigma materialista. Não é o objetivo deste trabalho analisar o cartaz de protesto a partir da método marxista intitulado "materialismo histórico e dialético", a escolha pelo paradigma materialista se justifica uma vez que a base teórica e metodológica usada para analisar o cartaz é o sociointeracionismo discursivo, mas especificamente o método sociológico de Bakhtin inserido na Teoria da Enunciação.

A teoria de Bakhtin tem forte influência do materialismo histórico e do pensamento marxista. Assim, para ambos há centralidade nas relações sociais, na interação do homem com a natureza, na capacidade dos sujeitos de transformarem sua história e no fato de ambos, ao discutirem a sociedade, partirem de indivíduos materializados. "Os pressupostos de que partimos (...) são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por elas já encontradas como as produzidas por sua própria ação" (MARX, 2007, p. 86).

Assim, a análise leva em consideração a comunicação e os discursos como um fenômeno dialógico, a língua como algo vivo e como reflexo das relações sociais de produção.

Discutir a comunicação a partir da perspectiva histórico-social necessita que os sujeitos da comunicação sejam vistos de modo concreto e não empírico e que se assuma a existência de um complexo de relações que os rodeiam. Sabendo da complexidade que rodeia as práticas comunicacionais, Beth e Pross (1987) classificam as mídias em primárias, secundárias e terciárias.

A mídia primária é aquela que não faz uso de aparato além dos instrumentos fisiológicos do ser humano, normalmente, está relacionada à interpessoalidade humana. Neste caso, a comunicação se dá face a face, por meio das expressões faciais, expressões corporais, entonações e gestos.

Já a mídia secundária é aquela em que se faz uso de aparato para emitir a comunicação, porém, o interlocutor não precisa de aparato para receber como, por exemplo, um megafone, o jornal impresso, o grafite, entre outros.

A mídia terciária faz uso de aparatos tanto para emitir quanto para receber a comunicação. Segundo Beth e Pross (1987, p. 170) é possível afirmar:

> Ela é entendida como os meios de tráfego de símbolos que pressupõem aparatos do lado do produtor e do consumidor. O quadro pintado e a fotografia pertencem, de acordo com esta divisão, aos meios secundários. São perceptíveis sem aparatos. O filme necessita de um projetor, a televisão requer, ademais, aparatos receptores que permitam a percepção do filme.

Assim, dentro dessa concepção, os cartazes de protesto de 2013 são mídias secundárias.

Tais cartazes são compreendidos aqui não como processos isolados, mas sim constitutivos de realidades históricas, materiais que dialogam com as relações de poder e com os modos de produção da sociedade. Assim, comunicar vai além de informar, é um ato relacional, para Rüdiger (2011, p. 88) "comunicação é um processo que estabelece uma compreensão praticamente mediada entre os homens".

Segundo Fuchs e Mosco (2012, p. 130), "uma teoria marxista da comunicação vê a comunicação nas relações com o capitalismo (...), incluindo o desenvolvimento de forças e relações de produção, mercantilização e produção de mais-valia, divisões e estruturas de classe".

O ponto de vista defendido neste artigo é de que as lutas de classe não desapareceram e, a partir de Bakhtin e Volochinov, é possível afirmar que o signo representa tal luta.

> a classe pode ter sido abolida retoricamente em muitos textos, mas uma quantidade impressionante de evidência empírica confirma que ela permanece como uma força essencial para modelar a maneira como vivemos hoje. É extremamente irônico que a 'virada' teórica pós- moderna, que impulsionou questões de identidade, consumo e diferença para o centro da atenção acadêmica, coincidiu quase exatamente com a revolução neoliberal em diretrizes sociais e econômicas. É fácil 'pensar que a classe não importa' se você permanece relativamente 'não-afetado por privações e exclusões que ela causa' (MURDOCK, 2009, p. 33).

Diante disso, não há como lançar o olhar para as manifestações de junho de 2013 e para os discursos que as envolve sem refletir sobre: as relações de força, a segmentação da sociedade por classes sociais, a exploração do homem pelo homem, a fetichização da mercadoria, entre outros aspectos.

A reforma urbana e a ampliação de direitos sociais são o foco das jornadas de junho e, no caso desta pesquisa, interessa mais especificamente o direito de ir e vir por meio de transporte público, gratuito e de qualidade, uma pauta do MPL Movimento Passe Livre. O transporte tem um caráter transversal, uma vez que garante o acesso aos demais direitos sociais relacionados aos serviços públicos.

Dentro do ideário do movimento, o trabalhador não tem acesso à riqueza do espaço urbano que, inclusive é ele mesmo quem produz, devido às altas tarifas. Assim, cidade é o local onde se dá a reprodução da força de trabalho. As catracas são os símbolos de discriminação, limitando a circulação dos cidadãos de renda baixa aos espaços públicos. Não tendo renda para pagar transporte para além do trajeto "de casa para o trabalho" e "do trabalho para casa", sua circulação fica limitada, reforçando sua condição de mercadoria, de mera força de trabalho.

As pautas do transporte público e do espaço urbano dialogam diretamente com o paradigma materialista, uma vez que o transporte é um grande negócio da iniciativa privada com foco na mais valia e na exploração do trabalho alheio.

O carro individual é um objeto de desejo da sociedade burguesa e dos emergentes, assim ele se coloca como uma mercadoria-fetiche que simboliza o prestígio social.

Pagar pelo transporte público caro e ruim, ou seja, pagar pelo direito de ir e vir parece "normal" para a maioria dos cidadãos. Submetidos ao contexto em que reina o capital, os sujeitos internalizam as relações sociais de exploração na forma de representações e as tomam como naturais e imutáveis. Isso é o que Lukács (1969) chama de consciência reificada. Assim como se torna natural o fato de se ter uma classe dominante que garante a ordem e impõe as regras para isso. Na concepção marxista, essa relação que acontece na consciência reificada é a ideologia, ou seja, as relações sociais de produção concebidas como ideias, uma espécie de subjetividade que torna normal a subordinação.

Porém, há momentos na história de tomada de consciência, em que as pessoas passam a pensar que nem tudo é tão natural e saem (alguns sempre tiverem consciência disso) do estado de subordinação. Um desses momentos foi quando o grupo de manifestações do MPL foi para rua no início em junho de 2013 para lutar contra o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo e se deparou com a afirmação de que não seria possível baixá-lo, com a justificativa de que a planilha de custos causaria impactos na inflação.

A afirmação do Fernando Haddad de que a tarifa não iria baixar e a entrada da tropa de choque nas ruas sob a ordem de Geraldo Alckmin potencializaram ainda mais as mobilizações de rua e contribuíram para maior adesão.

3. SOCIOINTERACIONISMO E O MÉTODO BAKHTINIANO

Este trabalho parte da concepção sociointeracionista da linguagem e do método sociológico de Bakhtin, pautado na Teoria da Enunciação. Isso significa que será levado em conta o dialogismo, a interação verbal, a esfera social do gênero com viés social e ideológico. Afinal, nas interações sociais e materiais, "palavras são consideradas um fenômeno ideológico por excelência" (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 36).

Para Faraco (1998, p. 46), ideologia na concepção bakhtiniana é "espírito humano", uma espécie de cultura imaterial, de consciência social que abrange: a arte, a filosofia, a ciência, a religião, a ética, a política.

Os produtos ideológicos partem de realidades sociais e naturais, estes possuem significados e remetem algo que lhes é exterior, ou seja, é um signo. Segundo Bakhtin (1988, p. 32), "O domínio ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico e tudo que é ideológico possui um valor semiótico".

Assim, o olhar para o processo comunicacional nesta pesquisa se dará a partir de alguns passos: da análise do conteúdo temático; da análise da estrutura composicional do gênero discurso "cartazes de protesto" e da reflexão a respeito do estilo.

O conteúdo temático não é apenas assunto principal do texto. Trata-se de marcas linguísticas implícitas que se relacionam ao contexto de produção (quem comunica, com quem se comunica, qual o papel social desses sujeitos, quais ideologias perpassam essa comunicação, a partir de quais objetivos comunicativos, inserido em determinado momento histórico), tudo influenciado pela escolha do assunto.

A estrutura composicional são marcas linguísticas explícitas, marcas textuais que são típicas, que normalmente se repetem em textos que são do mesmo gênero discursivo.

Já o estilo são escolhas feitas pelo sujeito que produz a comunicação no que se refere ao léxico, à estrutura frasal, a preferências gramaticais que colaboram para que o sujeito atinja seu objetivo comunicativo.

O que Bakhtin (2004) chama "a ordem metodológica" leva em conta os seguintes aspectos:

> 1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
>
> 2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em
>
> ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
>
> 3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual. (BAKHTIN, 2004, p.124).

Em obra posterior intitulada *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin reforça a ideia da ordem metodológica e apresenta os campos da atividade humana, ou seja, as esferas sociais, grupos de pessoas com determinadas vontades enunciativas. Tais esferas sociais inserem a situação comunicativa e os sujeitos em determinado tempo e espaço. Assim, "Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo temático e pelo estilo da linguagem, mas, sobretudo, por sua construção composicional comunicação" (BAKHTIN, 2003, p. 261-262).

O conteúdo temático, o estilo e a construção composicional são indissolúveis, ligados intimamente, ou seja, ao usar o método, a análise precisa contemplar essa (inter) relação entre os três elementos.

4. ANÁLISE DO CARTAZ DE PROTESTO DA JORNADA DE JUNHO

O cartaz apresentado no início desse artigo – objeto de análise da pesquisa- foi publicado no jornal "Folha de São Paulo", versão online, no dia 10 de junho de 2013. Nele há o enunciado "Se a tarifa não baixar São Paulo vai parar!". A manchete da notícia é "Passe Livre põe faixa na marginal Pinheiros e anuncia novo protesto".

Diante disso, fica explícito quem é o autor do cartaz, o movimento chamado Passe Livre citado em outros momentos deste artigo. O interlocutor, ou seja, a quem a comunicação se destina, é o governo municipal de São Paulo, que é responsável pelo transporte público na cidade.

Segundo dados da Pesquisa Ibope Nacional realizada em sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA), em 20 de junho de 2013 e publicada na obra "Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013", de Rudá Ricci, o transporte público é a principal reivindicação dos manifestantes.

Os entrevistados citaram três reivindicações que os levaram a protestar. A pergunta era "Quais são as reivindicações que levaram você a participar das manifestações?". Na estatística em que os dados considerados foram apenas da primeira resposta, a pauta do transporte público ficou com 37,6%, quando considerado as três respostas dadas a pauta teve 53,7%. Foram ouvidas 2002 pessoas com 14 anos ou mais de forma espontânea, ou seja, não foram dadas alternativas para os entrevistados.

A esfera de circulação do cartaz de protesto é a cidadã, justamente por estar relacionada ao exercício de direitos políticos e sociais, sendo protestar um deles.

O conteúdo temático na perspectiva bakhtiniana vai além de "assunto principal", trata-se de como se vê e se constrói os fatos da natureza e dos campos ideológicos. Certamente ele dialoga com a pauta colocada no cartaz, ou seja, a diminuição da tarifa de transporte e com a principal luta do MPL: a tarifa zero.

Assim, o conteúdo temático do cartaz escolhido é a redução do preço do transporte em São Paulo em sua materialidade histórica e concreta, juntamente com todo o ideário que perpassa o movimento e o contexto em que o discurso foi produzido.

Falar do ideário do Movimento Passe Livre é discutir a luta de um grupo descentralizado de pessoas que tem o transporte como estratégia para alcançar a grande meta que é a prática concreta da gestão popular, por meio tomada do espaço urbano e organização social. Segundo o próprio movimento, na *obra Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013, p.10), "a cidade é usada como arma para sua própria retomada, sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico. Nesse processo, assumem as rédeas da organização do seu cotidiano".

Tem-se com isso esclarecido o tema do cartaz e o papel social de quem produziu o discurso, aspecto fundamental para entendermos o efeito de sentido do cartaz. O lugar social do MPL é o de luta, de movimento popular político e apartidário, mas não anti- partidário.

Portanto, o conteúdo temático do cartaz de protesto dialoga com o paradigma materialista, principalmente no que se refere à: dificuldade do trabalhador em ter acesso à riqueza do espaço urbano, à sua condição de mera mercadoria, à exploração e superfaturamento do grande capital, ao transporte individual como fetiche e à consciência reificada.

O objetivo comunicativo do cartaz é ameaçar o poder público de São Paulo, é advertir que serão realizadas grandes manifestações que irão parar carros e pessoas. A condição para que isso não ocorra é de que seja negociado o "não" aumento da tarifa. O "se" tem várias funções na Língua Portuguesa, neste caso, ele assume a função de conjunção subordinativa condicional, o sentido de condição pode equivaler-se a "caso não".

Relacionado diretamente com o objetivo comunicativo e ao conteúdo temático está a forma composicional do cartaz. Os verbos, ambos no infinitivo, "baixar" e "parar" dão a rima e o "tom" típicos de palavras de ordem ditas pela multidão. O verbo "parar", neste caso, parar São Paulo, remete diretamente ao ideário do MPL que discute a mobilidade urbana a fim de tomar esses espaços que pertencem a todos e não apenas de quem tem poder aquisitivo para pagar passagens ou andar de carro. Parar São Paulo é uma maneira de colocar a administração do ir e vir da cidade nas mãos do povo, ou seja, trata-se de um ensaio para a prática da gestão popular.

O enunciado "Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar!" materializa o gênero discurso "cartaz de protesto". Existe regularidade no gênero discursivo, trata-se de um típico cartaz de protesto, mensagem curta, objetiva e provocativa. O ponto de exclamação – próprio da estrutura desse gênero – torna o enunciado mais enfático, assim como o advérbio de negação "não".

O cartaz é predominantemente argumentativo. Nele é defendido um ponto de vista, uma tese, a partir da relação de causa "se a tarifa não baixar" e de consequência "São Paulo vai parar!".

Mesmo em textos curtos como os de cartazes de protesto é possível analisar o estilo de quem produziu o cartaz. É possível notar que o cartaz não pretende ser engraçado, intertextual ou ambíguo como outros que compuseram as jornadas de junho. Ele comunica uma pauta específica, histórica do MPL, faz isso de maneira objetiva e direta, visa advertir um interlocutor específico, faz escolhas lexicais propositadamente como o verbo "parar" que dialoga com a mobilidade urbana, tudo são marcas da autoria do texto.

Outro aspecto do estilo é a imagem que compõem o cartaz, um ônibus com a palavra "passelivre" dentro dele e que remete diretamente ao conteúdo composicional. A situação comunicativa é de protesto popular e o suporte de circulação do texto, ou seja, o local onde é feito o registro da comunicação é o tecido.

No que se refere à circulação social da comunicação, inicialmente ela se deu na marginal Pinheiros em São Paulo, oficialmente denominada SP-015 ou Via Professor Simão Faiguenboim. Ela liga a região de Interlagos à região do Complexo Viário Heróis de 1932, no acesso à Rodovia Castelo Branco. Em seguida, circulação social se deu via internet, no site do jornal "Folha de São Paulo", em 10 de junho de 2013. Isso leva a crer que o cartaz de protesto ganhou grande visibilidade e foi lido por muitos sujeitos além do seu interlocutor – alvo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inclusive em textos pequenos – como o cartaz que foi analisado neste artigo- é possível perceber o estilo, a estrutura e o conteúdo temático. Não se pretende esgotar o assunto aqui e muito menos dizer que a análise feita é a única possível. O objetivo é instigar possíveis leituras desse processo comunicacional contemporâneo e incentivar pesquisas futuras. O que se tem por agora é que mesmo a análise sendo breve, percebe-se que as comunicações refletem momentos históricos, políticos, sociais e, principalmente, ideologias.

A ideologia do Movimento Passe Livre: a tarifa zero, a redução da passagem e a luta por direitos sociais marcam o processo comunicacional analisado. A partir das reflexões sobre o paradigma materialista, é possível concluir que do ponto de vista econômico, a "tarifa zero" e a "diminuição da tarifa" até podem conviver com o capitalismo atual. Isso porque ele é ardiloso e adaptável aos diversos momentos históricos.

Com a tarifa zero e com a redução de automóveis na cidade, haveria diminuição de gastos com poluição, com doenças respiratórias, gastos com funcionários de trânsito e com cobradores de ônibus, contribuindo para o capitalismo de hoje.

No mundo em que o capital impera, em que tempo é dinheiro, trabalhador cansado e sem saúde por usar transporte ruim, é trabalhador que produz menos. Funcionários que sofrem acidentes de trânsito e precisam se internar em hospitais geram gastos para o empregador e para o estado. Paradoxalmente, tudo isso seria amenizado com a tarifa zero, ou seja, com transporte gratuito, público e

de qualidade.

Porém, sabe-se que essas considerações beiram à utopia. Os empresários do transporte - que também são os grandes financiadores de campanhas eleitorais - têm interesse em manter o modelo de transporte atual e tudo leva a acreditarmos que isso não mudará tão cedo.

REFERÊNCIAS

[1] BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch (V. N. Volochínov). Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

[2] BARBOSA, Marialva. Matrizes, São Paulo, ano 5 – n. 2 jan./jun. 2012, p. 145-155. O presente e o passado como processo comunicacional.

[3] BETH, Hanno. e PROSS, Harry. Introducción a la ciência de la comunicación. Barcelona: Anthropos, 1987.

[4] FARACO, Carlos. Alberto. Linguagem & diálogo. As ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

[5] FUCHS, Christian; MOSCO, Vincent. Introduction: Marx is back – The importance of Marxist Theory and Research for Critical Communication Studies Today. Triple C – Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society. V. 10, n. 2, 2012, p. 127-140.

[6] LUKÁCS, George. Historia y consciência de clase. México. Grijalbo, 1969. MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã: São Paulo: Boitempo, 2007.

[7] MURDOCK, Graham. Comunicação Contemporânea e Questões de Classe. Matrizes. Ano 2, n. 2, p. 31-56, 2009.

[8] RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. Nas ruas: A outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

[9] RÜDIGER, Francisco. As Teorias da Comunicação. Porto Alegre: Penso, 2011.

[10] MARICATO, Ermínia. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Capítulo 4

Bicentenário da Independência do Brasil no Pará: História, memória e tecnologias

Francivaldo Alves Nunes

Resumo:No ano de 2022, uma personagem da história do Brasil, a Independência, deve se tornar o centro das atenções e, certamente, induzirá a nação brasileira a se repensar, avaliar seu processo histórico e debater projetos de nação. Estas reflexões se inserem no âmbito das comemorações do bicentenário da emancipação política do Brasil que, sem dúvida, se constituirá em uma oportunidade ímpar para que haja uma reelaboração, tanto da memória Imperial construída naquele momento, como dos fatos que marcaram a história brasileira, agora sob as perspectivas sociais do tempo presente. No Pará, o processo ganha cotornos próprios da política local, com eventos específicos, mas conectados a outras realidades regionais, como rebeliões e motins, que envolveram diferentes setores da sociedade. Sob esse prisma, este texto apresenta o projeto que procura reunir a comunidade de professores, historiadores e estudiosos na construção de produtos acadêmicos e educacionais, como publicações de obras de referência e comerciais, materiais audiovisuais e eventos científicos que, ao mesmo tempo, em que reflitam sobre o momento de comemorações do bicentenário da independência, promova reflexões que estabeleça uma memória que recupere os eventos políticos consolidados pela historiografia, de forma a expressar as experiências de luta e atuação de negros escravizados, caboclos, índios e homens brancos pobres, entre outros setores marginalizados.

Palavras-chave: Independência; História; Memória; Tecnologias.

1. INTRODUÇÃO

As reflexões sobre comemorações e centenários implicam o estabelecimento de uma abordagem que se apóia nas noções de história, memória, lugares de memória, narrativas e inquietações. Pressupõe, como bem adverte Pierre Nora (1992), em estabelecer proposições, abre-se espaço para o debate sobre que memória devemos e queremos comemorar, ou ainda, que narrativas podemos construir sobre o passado, considerando as condições do presente. Diante das mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XXI, especificamente nos seis últimos anos, em que tom de autoritarismos e negação de alguns eventos e narrativas sobre o passado tem tomado conta das redes sociais, ganhando espaços nos discursos governamentais e na fala de agentes públicos (MAYNARD, 2011), que os eventos como a comemoração do *Bicentenário da Independência do Brasil*, que deve ocorrer em setembro de 2022, se constitui como lugar e espaço de disputa de memória.

A história enquanto espaço privilegiado de análise do passado deve ganhar protagonismo neste tempo de marcos históricos firmemente delineados e tradicionalmente incorporado a história. Nesse aspecto, a significação da Independência do Brasil pode revelar, no fenômeno das comemorações, lembranças que encarnam o projeto de uma memória comemorativa, exaltação a heróis nacionais consolidados em uma historiografia mais tradicional, ou ainda, como momento de união em torno dos valores nacionais. Mas também pode ser pensada como uma ação que recupere a atuação de sujeitos anteriormente silenciados, revele eventos até então marginalizados, propondo revisões e transformações na historiografia e nas formas de contar a história.

Pautados nas variadas significações da Independência do Brasil que este texto se estrutura, no sentido de apresentar o projeto "Bicentenário da Independência do Brasil no Pará: História, memória e tecnologias". Trata-se de uma proposta que procurar reunir a comunidade de professores, historiadores e estudiosos na construção de produtos acadêmicos e educacionais, como publicações de obras de referência e comerciais, materiais audiovisuais e eventos científicos. Financiado pela Secretaria de Estado e Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, reflete sobre o momento de comemorações do bicentenário da independência, de forma a estabelecer uma memória que recupera os eventos políticos consolidados pela historiografia, de forma a expressar as experiências de luta e atuação de negros escravizados, caboclos, índios e homens brancos pobres, entre outros setores marginalizados.

2. POR UMA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA INDEPENDÊNCIA NO PARÁ

As demandas do presente parecem fundamentais nestes momentos de comemorações, não podendo ficar distante da coerência organizadora da história. É nesse sentido que a comemoração do *Bicentenário da Independência do Brasil* pode se apresentar como um instrumento dinâmico, capaz de usufruir de uma memória vinculada ao modelo histórico, que ao mesmo que recupere os eventos do passado, os apresente a luz das demandas do presente. Como afirmou Pierre Nora (1992, p. 988), a história propõe, mas o presente é que dispõe. Isto significa dizer que o presente seria responsável por criar os mecanismos das celebrações e seus condicionantes, nos quais a história-memória representasse o elo com o passado. Podendo ainda, identificar os mitos de origem, essencial não somente para manter a coesão de grupos e instituições, mas também para definir seus espaços, suas posições, oposições e campos de atuação. Se estabelece aqui a perspectiva de uma memória do passado que se mostre como instrumento de luta nas querelas do presente.

Outra faceta, além da necessidade de recuperar eventos e agentes sociais não plenamente visibilizados, é a de que a história-memória a ser recuperada nesses momentos comemorativos podem estabelecer maior legitimidade aos acontecimentos marginais. Deste modo, a história-memória a ser construída está associada às identidades que careciam de registro e, por conseguinte, da escrita da história, de forma a construir uma linearidade capaz de domar a descontinuidade do tempo, incorporando e dando sentido aos eventos anteriormente esquecidos ou propositalmente não lembrados. Assim, de acordo com François Hartog (2003, p. 113), o entrelaçamento do passado, do presente e do futuro merece certa atenção. Essas categorias auxiliam a compreender a relação entre a memória, o presente e o passado em um novo regime de historicidade que combina diferentes temporalidades e eventos históricos, ordenando as expressões do tempo de forma a lhes dar sentido, o que pode permitir o estabelecimento de maior fluidez aos acontecimentos e a atuação dos sujeitos envolvidos.

Talvez seja por isso que as comemorações de datas nacionais, como a independência, segundo Lúcia Lippi Oliveira (1989, p. 172), normalmente são orientadas para destacar alguns elementos que respeitam determinadas trajetórias, como a organização de eventos cívicos, campanhas de esclarecimento patriótico, organização de comissões executivas nacionais, montagem de exposição, inauguração de monumentos, confecção de selos, medalhas, bandeiras e hinos, dentre inúmeras outras atividades. No entanto, nos permite também incorporar novas narrativas, envolver outros agentes, incluir outros eventos, estabelecer regimes de historicidades que produzam sentidos diversos na relação presente e passado, ou seja, estabelecer diálogos entre diferentes momentos históricos, de forma a apresentar novos sujeitos na arena da vivência histórica.

Do ponto de vista dos estudos sobre o processo de independência na província do Grão-Pará, os trabalhos de Geraldo Mártires Coelho (1993), "Anarquistas, Dissidentes e Demagogos: a imprensa liberal no Pará de 1822" e o de José Alves de Souza Júnior (1997), "Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Fillippe Patroni (1820- 1823)", podem ser consideradas como produções de uma historiografia regional que estabeleceu um novo marco de perspectiva para os estudos independentistas. Esses trabalhos demonstraram parte da complexidade vivida pela sociedade paraense no curso da emancipação, principalmente a diversidade de posicionamentos políticos entre as elites regionais, assim como as influências da imprensa em meio ao debate político que se travava no centro do poder provincial. Tratam-se de estudos que faziam emergir um novo panorama de relações sociais imersas no intrincado jogo político posto entre as camadas dominantes da província e nas múltiplas possibilidades de futuro e da imprevisibilidade dos acontecimentos. Descortinavam, ainda, a complexidade do processo político da independência ao Norte do Brasil.

Nestes estudos, os recortes feitos sobre a sociedade, tinham como focos de análise sobre a independência, um processo político a partir das atitudes e visões das camadas letradas da sociedade, ou seja, os debates políticos que se davam ao nível das elites dirigentes acerca das ideias ilustradas difundidas no Pará. Embora os modos de agir das camadas subalternas continuassem sendo abordados perifericamente nas relações de força e nos debates sobre o Brasil e o Pará, esses grupos marginalizados emergiam nesse intrincado processo político, identificado por Arruda Machado (2008, p. 14) como momento de intensos conflitos, inclusive armados, que marcaram o período de forma violenta e com intensa participação popular.

Incorporando reflexões anteriormente apontadas pela historiografia da década de 1990, os trabalhos de Adilson Brito (2006) e André de Arruda Machado (2008), procuram construir caminhos que dessem conta das perspectivas das camadas empobrecidas, para melhor compor um retrato da sociedade da independência em suas múltiplas facetas e complexidades. A perspectiva de independência presente nestes estudos é de que não se trata apenas do alinhamento do Grão-Pará ao Rio de Janeiro, não sendo um simples e pouco traumático acordo. Ganha relevância, nestes trabalhos, a ocorrência de inúmeros conflitos armados que sucederam antes do Pará aderir à Independência e, especialmente, uma guerra civil que sacudiu a província logo depois de o alinhamento ao governo do Rio de Janeiro ter sido oficializado.

As formas de agir e de pensar de negros, caboclos, índios e homens brancos pobres, em suas diversas condições sociais, nestes novos estudos, possibilitou a emergência de um quadro ainda pouco conhecido da maioria dos historiadores locais e de outras regiões do país. Dialogando com esta perspectiva, sem abandonar questões anteriormente levantadas pela historiografia, que o projeto se sustenta como espaço importante para revelar ações de sujeitos construtores do que consideravam ou tinha a perspectiva de ser a nova nação independente. Esses grupos populares, que integravam a sociedade paraense, provinham das camadas de homens livres, lavradores, pequenos proprietários, trabalhadores urbanos e escravos. Estavam no dia-a-dia do ambiente urbano, das roças do interior, dos espaços de lazer e de culto, no cotidiano de diferentes espaços em situações diversas do dia-a-dia. Neste aspecto, deve-se trabalhar com as leituras políticas que esses agentes construíram da independência, como sentiam o momento e os projetos de vida e nação que buscavam.

Os processos de ressignificação dos acontecimentos, a partir das dinâmicas que estas populações desenvolveram, constituíam o cotidiano das camadas pobres e iletradas do Grão-Pará na conjuntura de crise das relações coloniais e da iminência possível da independência política em relação a Portugal. Trata-se, portanto, de perceber estes grupos como constituintes de lógicas variadas em que projetos, expectativas e visões de mundo puderam ser expressos na densidade das relações com setores dominantes e institucionais. Trata-se de perceber o momento como de fertilidade para novas concepções e práticas políticas que adentravam o ambiente social da província do Pará e, especialmente, "aqueles lugares onde os índios, negros, mestiços e brancos pobres costuravam suas estratégias de sobrevivência" (BRITO, 2006, p. 113).

Recuperar um momento em que, no campo das comemorações, grupos sociais puderam produzir, nos espaços de atuação política e partir das informações a que tinham acesso, respostas ao que percebiam, torna-se necessário. Inclui-se ainda a construção de expectativas de um por vir em que a liberdade, o direito e a cidadania pudessem ser alcançados. Nos tempos de hoje em que os valores pautados na liberdade são questionados, importante que eventos que recuperem as atitudes consideradas como políticas pautadas em variados gestos e comportamentos que indicassem crítica ou mesmo repulsa a velha ordem das coisas, ganhando, dessa forma, múltiplas racionalidades políticas, possam ser apresentados.

No projeto, estamos propondo a construção de produtos historiográficos e educacionais, caracterizados por publicações de obras de referência e comerciais, materiais audiovisuais e eventos acadêmicos, temos a possibilidade de apresentar o processo de independência brasileira a partir do contexto político vivido na província do Grão-Pará. O intuito é revelar também, a atuação de grupos de homens e mulheres livres pobres e escravizados, que, embora não estivessem situados nos espaços institucionalizados da política e do poder, construíram variados sentidos para o processo de ruptura com Portugal. Em tempos em que se torna mais que necessário ouvir as populações historicamente marginalizadas, os produtos gerados devem, em diálogos com as demandas do tempo presente, recuperar eventos e as ações desses sujeitos históricos e como construíram seus projetos de vida e de futuro. A atuação desses homens e mulheres e o que construíram neste processo de independência, devem estabelecer um amplo diálogo com os sentimentos e expectativas que hoje buscamos de nação, cidadania, direitos, lutas sociais, papel do Estado, das leis e dos organismos públicos.

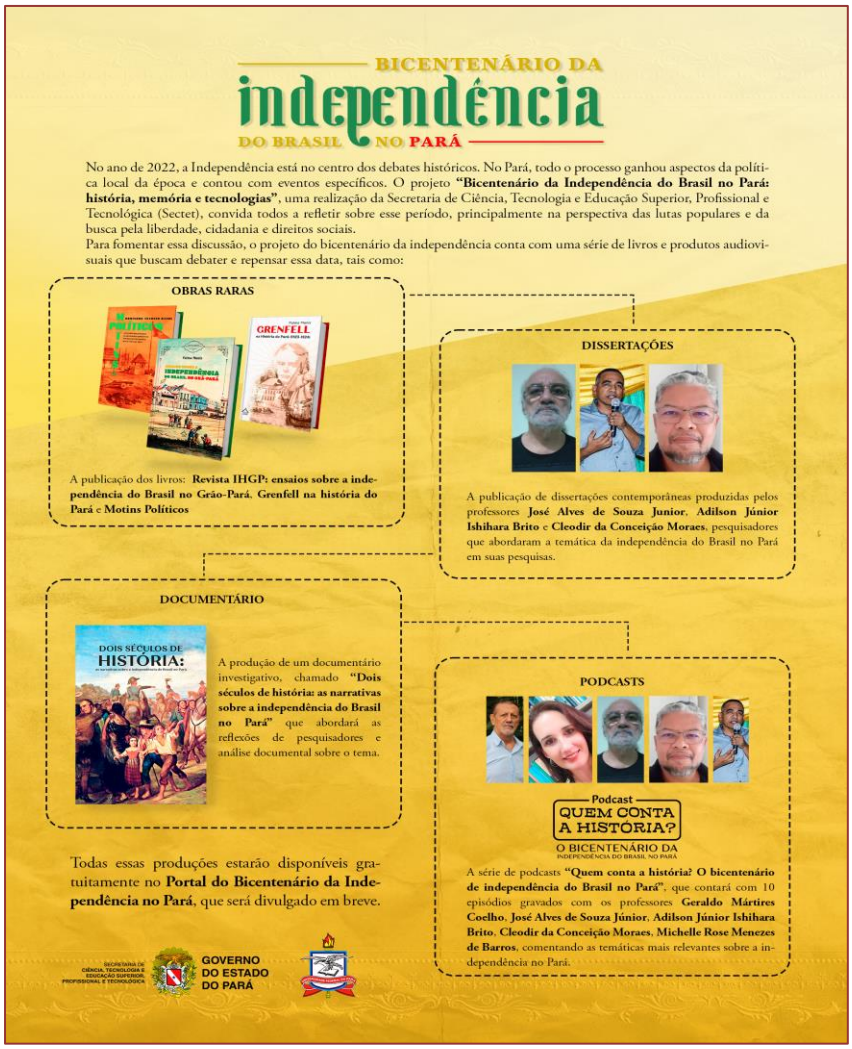
O exercício que procuraremos desenvolver é recuperar, através destes produtos, o ambiente de ideias e pensamentos construídos nas práticas cotidianas dos que viviam em espaços distantes da política institucionalizada do Estado, sem deixar também de recuperar os eventos históricos que atingiram diretamente essa população. Trata-se de rever os acontecimentos históricos consolidados pela historiografia nacional e do Pará, associados a demandas e em diálogos com essas populações excluídas. Acreditamos que uma guinada a uma perspectiva social dos eventos históricos, fortalece a importância da história e seu método de abordagem do passado, tendo em vista a ponderação de que vivemos atualmente um tempo de questionamentos sobre a produção do conhecimento histórico e as possíveis narrativas que podem ser construídas, a partir do interesse dos historiadores (SANTANA; MAYNARD, 2017).

Ao procurar recuperar a atuação de agentes populares no processo de independência no Grão-Pará, os produtos pensados devem interpretar essas ações a partir das situações específicas que iam sendo construídas pelos sujeitos sociais, mas, quando possível, buscando fazer a relação com os eventos de cunho mais geral da política provincial e, mesmo, da realidade conjuntural de crise das relações coloniais no contexto do mundo luso-brasileiro. Eventos como o episódio da *Esquadra Imaginária*, *Brigue Palhaço*, *Adesão do Pará a Independência*, revoltas no interior da província, entre outros, devem ser pensados a luz do envolvimento de setores populares.

Diante das questões anteriores a proposta é construir produtos acadêmicos e educacionais vinculados a publicações de obras de referência e comerciais, assim como materiais audiovisuais e a promoção de eventos científicos que apresentem em seus conteúdos as comemorações do *Bicentenário da Independência do Brasil*, a partir de setembro de 2022, conisderando como ações de promoção de reflexões que expressem a memória de eventos políticos consolidados pela historiografia, de forma a incorporar as experiências de luta e atuação de negros escravizados, caboclos, índios e homens brancos pobres que atuaram no processo de independência, a partir da experiência da província do Grão Pará, no século XIX.

Para a realização destas ações comemorativas está se propondo a publicações de três obras de referência, que estejam vinculadas em domínio público, que expresse a análise do período e vinculação com o tema, assim como a publicação de duas coletâneas, vinculadas ao ensino de história e a historiografia, que reúnam textos alusivos ao tema, envolvendo professores e alunos vinculados aos programas de pós-graduação no Pará. A produção de um documentário investigativo, com até 60 minutos, que aborde reflexão de pesquisadores e análise documental sobre o tema, a produção de vídeo em 3D que recupere os eventos mais significativos do processo de independência no Pará, a produção de uma sessão de dez podcast com professores comentando temáticas mais relevantes sobre a independência no Pará, a construção de uma exposição virtual “Retratos da independência”, com imagens mais significativas do período, e a realização de um Seminário Científicos em formato on-line que reúna pesquisadores sobre o tema, estão entre os produtos a serem desenvolvidos.

Imagem 1: Cartaz alusivo ao projeto "Bicentenário da Independência do Brasil no Pará"



3. ENTRE OUTRAS AÇÕES

A confecção dos produtos acadêmicos e educacionais está pautada para a atender docentes, discentes, estudiosos e interessados pela história. Nesses sentido, serão construídos seguindo a metodologia da investigação histórica e na construção de uma narrativa sobre os eventos, a partir de documentos e fontes que expressem a memória de uma determinada época, assim como o lugar de produção (CERTEAU, 2002). Associada a estas questões, o debate historiográfico e analise da bibliografia que recupera esses eventos do passado, também serão considerados e se constituirão como marcos delimitadores da elaboração destes materiais.

Os produtos acadêmicos e educacionais representam, em diálogo com esta perspectiva de construção do conhecimento histórico, como uma importante ferramenta de aproximação entre os conteúdos selecionados como objeto de análise da história e as demandas sociais de aprendizagem e de interesse sobre o passado. Nestes casos, serão gerados a partir dessa necessidade, caracterizada por um conjunto de elementos e procedimentos que consideram aspectos de diferentes dimensões, como os de natureza da sociedade e a didática da história que melhor permite compreender esses eventos. Como bem adverte Yves Chevallard (1991), envolve as esferas do "saber sábio", caracterizado pela produção e divulgação do conhecimento, o "saber a ser ensinado", que integra a seleção do conteúdo que se constitui de uma relação e demanda social, e o "saber ensinado", representado pelos conhecimentos efetivamente expresso nestes produtos e que passam a ser consumidos socialmente.

Outra faceta dos produtos vinculados a publicação e materiais audiovisuais é estão circunscritos as preocupações metodológicas da *História Pública*, entendendo-a como uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7). Através de um esforço colaborativo, os produtos pensados devem valorizar o passado para além da academia, pensando uma linguagem socialmente inteligível, de forma a democratizar a história sem perder a seriedade, os critérios e metodologias próprias da disciplina e sua capacidade de análise do passado.

Para a construção dos produtos acadêmicos e educacionais devemos contar com o apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, sendo a equipe composta por uma coordenação geral e por professores colaboradores no âmbitos da análise histórica, histográfica e pedagógica. A equipe de professores colaboradores contará com o apoio de alunos dos cursos de graduação, na qualidade de bolsistas, em que desenvolverão pesquisas e levantamentos documental sob a coordenação e supervisão dos docentes envolvidos.

Os professores serão responsáveis por apresentar proposta que promovam a seleção das obras de referências a serem publicadas, a estruturação das coletâneas e as temáticas abordadas, assim como os roteiros para os documentários, podcast e exposição virtual. No caso dos bolsistas, estes atuarão na coleta de documentos e materiais que serão usados nos produtos audiovisuais. Também será possível incluir nas atividades dos alunos bolsistas a pesquisa em arquivos, produção de fotografias e digitalização documental.

Após a confecção dos roteiros, estes serão debatidos entre os professores que emitirão parecer quanto ao conteúdo, recursos didáticos, imagéticos e textos. Depois dos roteiros aprovados será feito o envio, no caso dos produtos áudiovisuais, para produtoras especializadas. Os produtos bibliográficos serão organizados por professores doutores e mestres na temática, que também acompanharão o processo de edição, editoração e publicação. Para o seminário científico, será escolhido um comitê formado por docentes que deverá propor o formato e organizar o evento.

A proposta é gerar 17 produtos vinculados a publicações de obras de referência e comerciais, assim como materiais audiovisuais e a promoção de um evento científico alusivo as comemorações do *Bicentenário da Independência do Brasil*, a ser realizado em setembro de 2022. Nestes produtos deve-se atentar para a promoção de reflexões que expressem a memória de eventos políticos consolidados pela historiografia e que contem a história do processo de independência do Brasil, a partir da província do Grão-Pará, no século XIX, de forma a incorporar as experiências de luta e atuação de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a meta, além da geração dos produtos, é que estes se tornem materaiis que possam ser visto, aprendidos e usados para ensinar e compreender ainda mais história do Pará e do Brasil, principalmente na perspectiva das lutas populares e da busca pela liberdade, cidadania, direitos sociais e democracia. Valores tão importantes para nossa sociedade moderna.

O auxílio financeiro foi de aproximadamente R$1.000.000,00 (um milhão de reais), em que deve custear as despesas com bolsas para coordenação, professores colaboradores e discentes de graduação. Os professores serão responsáveis por selecionar as obras de referências para publicação, definir a estrutura e temáticas abordadas nas coletâneas, construir o roteiro para o documentário e o vídeo em 3D, selecionar os podcasts e os materiais que serão usados na exposição virtual e preparação para o seminário científico. No caso dos bolsistas, estes atuarão na coleta de documentos e materiais que serão usados nos produtos audiovisuais, sob a supervisão dos professores. Também será possível incluir nas atividades dos alunos bolsistas a pesquisa em arquivos, produção de fotografias e digitalização documental.

O envolvimento de alunos e professores da Universidade Federal do Pará, considerando a formação qualificada do seu quadro docente será a principal contrapartida da instituição. Associa-se ainda a utilização de espaços físicos do Laboratório de História, Campus da UFPA em Belém. Isto será materializada com a disponibilidade dos espaços de sala de aula e equipamentos como computadores, máquinas filmadoras, data shows e notebooks.

REFERÊNCIAS

[1] ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

[2] CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". In: A escrita da história. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002, p. 65-119.

[3] CHEVALLARD. Yves. La Transposition Didactique: du savoir savant au savoir enseigné. Grenoble: La Pensée Sauvage Editions, 1991.

[4] COELHO, Geraldo Mártires. Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém : CEJUP, 1993.

[5] HARTOG, François. Mémoire, histoire, présent. In: _____. Regimes d'historicité. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

[6] MACHADO, André Roberto de Arruda. A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825). São Paulo : Universidade de São Paulo, 2006 (Tese de doutorado).

[7] MAYNARD, Dilton. Escritos sobre história e internet. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

[8] NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. In: _____ (org.). Les lieux de mémoire; Les France. t. 3. Paris: Gallimard, 1992, p. 975-1012.

[9] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2(4):172-189, 1989.

[10] SANTANA. Diego Leonardo; MAYNARD. Dilton. O portal metapedia: revisionismo histórico e negacionismo no tempo presente. Revista Transversos. "Dossiê: As NTICs e a escrita da história no tempo presente". Rio de Janeiro, nº. 11: 23-41, Ano 04. dez, 2017.

[11] SOUZA JR., José Alves de. Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Fillippe Patroni (1820-1823). Campinas : Unicamp, 1997 (Dissertação de mestrado).

Capítulo 5

Os impactos das avaliações de larga escala e a importância das avaliações diagnósticas no contexto da pandemia da COVID-19

Alexirley Ramos da Silva
Nanci Ferreira Lessa

Resumo: Pretende-se com este estudo apresentar um trabalho sobre as avaliações diagnósticas, no contexto escolar, como um ato de inclusão, realizado no início e durante um processo de aprendizagem, buscando dar oportunidade ao aluno estar dentro do processo de ensino-aprendizagem. O estudo de pesquisa e as dinâmicas sobre o tema foram desenvolvidos a partir dos dados preliminares do SAEB/2021 e das avaliações do Programa Tempo de Aprender e Brasil na Escola, da rede municipal de Ensino de Livramento de Nossa Senhora – Bahia. A proposta deste é promover a reflexão e dinamização com o objetivo de incentivar mudanças necessárias para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem, visto que passamos por dois anos de plena pandemia e com a suspensão das atividades letivas presenciais nos colocou frente a grandes desafios. Verificando-se que os impactos maiores foram nos anos iniciais do Ensino fundamental e como os alunos dos anos finais têm uma maior autonomia nos estudos esse impacto foi minimizado. Para tanto, verificou-se que através do trabalho de reflexões pedagógicas, do comprometimento de adequação e prática da avaliação diagnóstica, contribuíram para um plano de recuperação. Tendo uma perspectiva positiva sobre a avaliação diagnóstica, cremos que através dela haverá uma contribuição para a democratização do ensino e a reversão da avaliação como um ato punitive ou julgador. A avaliação deve ser utilizada como um instrumento para compreender em que estágio de aprendizagem o discente se encontra, tomando assim decisões satisfatórias para sua aprendizagem. Nesse sentido, pela aplicação da avaliação diagnóstica será possível detectar a apropriação do conhecimento pelo discente, cumprindo assim a função de instrumento auxiliador e não de uma ação repreensiva.

Palavras-chave: diagnóstico; avaliação; reflexão; aprendizagem; inclusão.

1. INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre os resultados das avaliações de larga escala – Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB/2021, aplicadas em todo território nacional entre 16 de novembro e 10 de dezembro de 2021, cujos resultados preliminares foram divulgados no dia 17/06/2022. As análises que serão abordadas terão como parâmetro os dados extraídos da rede municipal de ensino de Livramento de Nossa Senhora – BA, fazendo um contraponto com os dados das avaliações diagnósticas também aplicadas nesta mesma rede de ensino, nos meses de março e abril de 2022, com observância dos desafios e perspectivas, proporcionando o desenvolvimento de ações pedagógicas, tendo como foco as habilidades de cada ciclo e/ou ano/série.

Considerando o período pandêmico da COVID-19, onde na maioria dos municípios da Bahia e do Brasil, as atividades letivas presenciais ficaram suspensas a partir de 18 de março de 2020, assim como no município de Livramento de Nossa Senhora, cujo retorno se deu remotamente em 01 de março de 2021 e presencialmente em fevereiro de 2022.

Para o desenvolvimento desse trabalho, tomou-se como base as ações desenvolvidas pelo município de Livramento de Nossa Senhora, fazendo uma análise exploratória e descritiva, na perspectiva de comparar os dados preliminares do SAEB/2021 – avaliações externas aplicadas ainda no auge do contexto pandêmico da COVID-19, com os dados das avaliações do SAEB/2019 e das avaliações diagnósticas aplicadas em 2022, através dos Programas Tempo de Aprender e Brasil na Escola.

Os resultados, conclusões e considerações finais estão descritos de forma propositiva e combinada, onde se possa observar os efeitos da excepcionalidade do ensino remoto, o distanciamento social, a autonomia dos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem, sempre pautado no referencial teórico proposto, os passos metodológicos, perpassando pelas análises e interpretações evidenciadas nas taxas de participação dos alunos nas avaliações, nos indicadores de proficiência, níveis de aprendizagem e percentuais das habilidades alcançadas e não alcançadas em cada ano/série.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia, buscamos aporte nos repositórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e da Plataforma do Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED/UFJF), perpassando por pesquisa de natureza qualitativa, orientada por procedimentos de pesquisas bibliográficas, documental e eletrônica, partindo de fundamentos teóricos que discorrem sobre avaliação diagnóstica, formativa e de larga escala, considerando o período pandêmico da COVID-19, onde no município de Livramento de Nossa Senhora, assim como na maioria dos municípios da Bahia e do Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB de 2021 são realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP desde 1990 e têm como objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação básica brasileira. Além disso, gera dados e indicadores que subsidiam a elaboração e o monitoramento das políticas educacionais do País. Os resultados também são usados para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que considera o desempenho dos alunos no Saeb e os dados de fluxo escolar do Censo Escolar, fornecendo indícios sobre a qualidade do ensino ofertado.

Mesmo vivendo o contexto pandêmico, em resposta à emergência em saúde pública em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), o INEP formalizou as diretrizes e os procedimentos de prevenção à doença a serem seguidos durante a aplicação do SAEB. Além da aplicação das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, para as turmas do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e/ou 4ª série do Ensino Médio, também participaram da aplicação das avaliações na edição 2021, de forma amostral as turmas de escolas de educação infantil, por meio de questionários, a aplicação amostral de provas de Língua Portuguesa e Matemática para turmas do 2º ano do ensino fundamental e de provas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza para turmas de 9º ano do ensino fundamental.

Também foram aplicados os questionários eletrônicos para Diretores, Secretários Municipais de Educação e Professores ou Auxiliares de Sala da Educação Infantil. Essa coleta de informações para diferentes atores e em diferentes etapas escolares permitirá a ampliação de informações sobre a educação básica brasileira e fornecerá evidências para a formulação e reformulação de políticas públicas educacionais.

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão. (LUCKESI, 1978, p. 33).

Com essa definição de avaliação que se concebe, as avaliações aplicadas em 2021 (SAEB) e as avalições diagnósticas (2022), a que se propõe esse estudo, não pelo viés da aceitação ou do julgamento, mas pela ótica da tomada de decisões que promova intervenções e transformações no processo de aprendizagem.

Nesse cenário, a avaliação da aprendizagem escolar é compreendida como um **ato amoroso**. Para (LUCKESI, 1978) "**O ato amoroso é aquele** que acolhe a situação, na sua verdade (como ela é)" é um estado psicológico oposto ao estado de exclusão.

Assim, vivendo esse acolhimento, abalados pelo momento da pandemia, a rede municipal de ensino de Livramento de Nossa Senhora, mobilizou-se no sentido de proporcionar aos alunos um ambiente seguro para realizar as avaliações (SAEB), sem se sentir pressionados por um indicador, mas que fosse dada aos alunos a oportunidade de participarem de uma avaliação de caráter inclusivo, cujo objetivo era situar-se perante uma excepcionalidade, apresentando um diagnóstico inicial (para uma retomada), não um desfecho de um processo (resultado).

Ao computar os dados dos resultados preliminares do SAEB/2021, constatou-se que os alunos do 5º ano tiveram um desempenho inferior, quando comparados com os dados do SAEB/2019. Dentre as 14 escolas da rede municipal de ensino avaliadas em 2021, todas com taxa de participação superior a 80% (condição para os dados serem divulgados), apenas 02 escolas superaram a média de aprendizagem em Língua Portuguesa e apenas 01 escola superou a média de aprendizagem em Matemática, em comparação com a avaliação anterior (SAEB/2019).

Veja o comparativo da média geral do município, no quadro abaixo:

No Quadro 1 é apresentado o comparativo de desempenho médio da rede municipal de ensino de Livramento de Nossa Senhora – 5º Ano do Ensino Fundamental.

SAEB/2019	Média em Língua Portuguesa	208,05	Média em Matemática	224,78
SAEB/2021	Média em Língua Portuguesa	190,48	Média em Matemática	199,93

Fonte: http://saeb.inep.gov.br/saeb/

Na perspectiva de Luckesi, de uma avaliação acolhedora e não excludente, temos que considerar a realidade vivenciada naquele recorte temporal. Em uma rápida retrospectiva, temos naquele cenário de avaliação uma turma do 5º ano, em 2021, onde seus alunos tiveram em 2020, quando matriculados no 3º ano do ensino fundamental, último ano do ciclo de alfabetização, apenas 100 horas de atividades letivas presenciais, sendo interrompida sua vida escolar em 18 de março de 2020, onde só foi retomada em março de 2021, através do *Continuum 2020/2021,* de forma remota, conforme antedito. Em meio a toda essa movimentação, os alunos foram avaliados, de forma segura, acolhedora e com a perspectiva de diagnosticar os impactos de dois anos sem atividades presenciais.

Já nos anos finais do ensino fundamental, as avaliações do SAEB/2021 aplicadas nas turmas do 9º ano, revelaram uma situação bem melhor. Das 10 escolas da rede municipal de ensino que foram avaliadas em 2021, apenas 01 escola não superou a média de aprendizagem em Língua Portuguesa, tomando como parâmetro os dados do SAEB/2019. Por outro lado, das 10 escolas avaliadas 05 escolas superaram a média de aprendizagem em Matemática. Veja o quadro comparativo abaixo, com a média geral do município:

No Quadro 2 é apresentado o comparativo de desempenho médio da rede municipal de ensino de Livramento de Nossa Senhora – 9º Ano do Ensino Fundamental.

SAEB/2019	Média em Língua Portuguesa	247,12	Média em Matemática	262,52
SAEB/2021	Média em Língua Portuguesa	249,71	Média em Matemática	249,47

Fonte: http://saeb.inep.gov.br/saeb/

Analisando os dados acima percebe-se que nos anos finais do ensino fundamental os alunos tiveram um melhor desempenho que os alunos dos anos iniciais. Isso se deve ao fato de que os alunos em uma faixa etária maior, terem mais autonomia nos estudos remotos. Esse indicador já era observado por professores e coordenadores pedagógicos durante as atividades remotas em 2021 e com o retorno das atividades presenciais em 2022, esse fato veio a se confirmar, com a dificuldade dos alunos em avançarem no campo das habilidades para o ciclo complementar do ensino fundamental (4º e 5º ano).

Esse fato também foi revelado através do estudo "Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação", lançado em novembro de 2020 pelo UNICEF, em parceria com o Cenpec Educação.

Segundo Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil, *"Crianças de 6 a 10 anos sem acesso à educação eram exceção no Brasil, antes da pandemia. Essa mudança observada em 2020 pode ter impactos em toda uma geração. São crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, fase de alfabetização e outras aprendizagens essenciais às demais etapas escolares. Ciclos de alfabetização incompletos podem acarretar reprovações e abandono escolar. É urgente reabrir as escolas, e mantê-las abertas, em segurança"*.

3.1. A IMPORTÂNCIA DAS AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

No Quadro 3 é apresentado a participação e desempenho, em língua portuguesa e matemática, dos alunos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental.

Taxa de Participação		Percentual Médio de Acertos			
6º Ano	85%	Língua Portuguesa	61%	Matemática	50%
7º Ano	86%	Língua Portuguesa	64%	Matemática	55%
8º Ano	80%	Língua Portuguesa	58%	Matemática	48%
9º Ano	89%	Língua Portuguesa	60%	Matemática	59%

Fonte:https://plataformadeavaliacaoemonitoramento.caeddigital.net

Nos anos finais do Ensino Fundamental, as avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática tem uma natureza distinta. Em vez de considerarem as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a própria etapa de escolarização, identificando como está o desempenho do estudante em relação aos objetivos de aprendizagem do ano em que está matriculado, os testes dos anos finais têm o objetivo de mensurar defasagens. Em outras palavras, nos anos finais, a proposta se insere no âmbito do Programa Brasil na Escola e oferece avaliações que permitem identificar quais habilidades consideradas essenciais na trajetória escolar ainda precisam ser desenvolvidas pelos estudantes.

Por isso, nos testes do 6º ao 9º ano de Língua Portuguesa e de Matemática, as categorias recebem os nomes de níveis e estão relacionadas aos quatro grupos definidos para intervenção. Os níveis de 1 a 4 traduzem defasagens apresentadas pelos estudantes e originam grupos respectivos de Acompanhamento Personalizado da Aprendizagem. O nível 5 não é objeto de intervenção, uma vez que pode indicar desempenho adequado, dependendo da etapa, ou grau de defasagem que pode ser trabalhada de forma

não individualizada, para conhecer as habilidades e/ou o foco de intervenção que compõem cada um dos níveis.

No Quadro 4 é apresentado a categoria de desempenho, em língua portuguesa e matemática, dos alunos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental.

Distribuição dos Estudantes por Categoria de Desempenho									
Língua Portuguesa					Matemática				
Níveis	Percentual de Estudantes				Níveis	Percentual de Estudantes			
	6º	7º	8º	9º		6º	7º	8º	9º
1	20%	11%	2%	2%	1	41%	33%	20%	6%
2	10%	12%	5%	1%	2	23%	27%	13%	7%
3	26%	22%	30%	28%	3	21%	28%	38%	35%
4	34%	34%	38%	39%	4	13%	16%	27%	41%
5	10%	23%	25%	30%	5	3%	6%	1%	12%

Fonte:https://plataformadeavaliacaoemonitoramento.caeddigital.net

3.2. DADOS DAS AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

No Quadro 5 é apresentado a participação e desempenho, em língua portuguesa e matemática, dos alunos do 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental.

Taxa de Participação		Percentual Médio de Acertos			
1º Ano	89%	Língua Portuguesa	62%	Matemática	64%
2º Ano	85%	Língua Portuguesa	62%	Matemática	60%

Fonte:https://plataformadeavaliacaoemonitoramento.caeddigital.net

A taxa de participação informa o alcance da avaliação entre os estudantes. De forma prática, o indicador mede o percentual daqueles que efetivamente fizeram os testes, considerando todos os estudantes aptos a participar. Nas Avaliações Diagnósticas, são considerados previstos os estudantes cadastrados em turmas nas quais pelo menos um deles foi avaliado. Já os participantes efetivos são aqueles que responderam a pelo menos um item do teste. Já a taxa de participação informa o alcance da avaliação entre os estudantes. De forma prática, o indicador mede o percentual daqueles que efetivamente fizeram os testes, considerando todos os estudantes aptos a participar.

De acordo com o percentual de acerto no teste, é possível situar os estudantes em categorias ou níveis de desempenho. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, há quatro categoriais de desempenho: *muito baixo*, que inclui aqueles que acertaram até 25% do teste; *baixo*, que acomoda estudantes que tiveram entre 25% e 50% de acerto; *médio*, que agrupa os que tiveram entre 50% e 75% de acerto; e *alto*, que engloba estudantes que acertaram mais do que 75% do teste.

Nesse sentido, são consideradas as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a própria etapa de escolarização, identificando como está o desempenho do estudante em relação aos objetivos de aprendizagem do ano em que está matriculado, tendo como objetivo de mensurar defasagens, uma vez que pode indicar desempenho adequado, dependendo da etapa, ou grau de defasagem que pode ser trabalhada de forma individualizada, a partir das habilidades, com foco de intervenção que compõem cada um dos níveis, conforme disposto nos quadros 6 e 7.

No Quadro 6 é apresentado a categoria de desempenho, em língua portuguesa e matemática, dos alunos do 1º Ano do Ensino Fundamental.

Distribuição dos Estudantes por Categoria de Desempenho			
Língua Portuguesa		Matemática	
Níveis	Percentual de Estudantes	Níveis	Percentual de Estudantes
Muito Baixo	4%	Muito Baixo	3%
Baixo	31%	Baixo	24%
Médio	35%	Médio	40%
Alto	29%	Alto	33%

Fonte:https://plataformadeavaliacaoemonitoramento.caeddigital.net

No Quadro 7 é apresentado a categoria de desempenho, em língua portuguesa e matemática, dos alunos do 2º Ano do Ensino Fundamental.

Distribuição dos Estudantes por Categoria de Desempenho			
Língua Portuguesa		Matemática	
Níveis	Percentual de Estudantes	Níveis	Percentual de Estudantes
Muito Baixo	7%	Muito Baixo	5%
Baixo	26%	Baixo	32%
Médio	33%	Médio	34%
Alto	34%	Alto	39%

Fonte:https://plataformadeavaliacaoemonitoramento.caeddigital.net

Os dados apresentados nos Quadros 6 e 7 nos mostram que o desempenho médio dos alunos, tanto no 1º quanto no 2º ano, foram bem próximos, se comparados os níveis. Levando em consideração que os alunos do 1º ano, matriculados em 2022, não tiveram aulas presencias na pré-escola (2020 e 2021). Em 2021 o município de Livramento de Nossa Senhora adotou o *Continuum,* para contemplar a carga horária de 1500 horas letivas, referentes aos anos letivos 2020/2021, uma vez que com a suspensão das atividades letivas presenciais em 18 de março de 2020, o calendário letivo já havia cumprido 100 horas, totalizando assim, o mínimo de 1600 horas, referentes aos dois anos afetados pela pandemia, conforme disposto no Art. 2º, § 3º, concomitante com, § 4º, Inciso I, da Lei nº 14.040/2020:

§ 3º Para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei poderá ser feita no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um **continuum** de 2 (duas) séries ou anos escolares, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

§ 4º A critério dos sistemas de ensino, no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais:

I – Na educação infantil, de acordo com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da educação básica e com as orientações pediátricas pertinentes quanto ao uso de tecnologias da informação e comunicação;

Ainda sobre a pré-escola na excepcionalidade da pandemia, ressalta-se que mesmo desobrigado da oferta do ensino remoto, o município de Livramento de Nossa Senhora, através da Secretaria Municipal de Educação, estruturou uma proposta pedagógica para a educação infantil, creche e pré-escola, garantindo assim a oferta do ensino remoto e desenvolvimento das habilidades necessárias dentro de cada campo de experiência, o que refletiu em um bom desempenho dos alunos no ciclo de alfabetização, conforme observado nos quadros 6 e 7.

Para consolidação desse trabalho de pesquisa e buscar subsídios para a interpretação dos dados, de modo a permitir uma transcrição mais próxima da realidade da rede municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação elaborou um projeto de avaliação para toda a rede de ensino. Tal projeto previa a aplicação de avaliações diagnósticas em todas as etapas e modalidades do ensino Fundamental, formação para os coordenadores pedagógicos sobre a avaliação formativa e orientação para intervenções necessárias. O objetivo era avaliar toda a rede municipal de ensino, com vistas a produzir estudos técnicos para que a avaliação se torne uma prática pedagógica de apoio à qualidade da aprendizagem, por meio de evidências que subsidiem políticas de formação de professores e de aperfeiçoamento dos recursos didáticos essenciais para a melhoria do trabalho na escola. O mais importante, sem dúvida, é estimular o uso pedagógico dos resultados das avaliações internas para promover políticas de qualidade e mais equidade. Entretanto, o Projeto não foi colocado em prática conforme o previsto, de modo que os resultados apresentados não contemplam todas as séries do Ensino Fundamental. Apesar disso, com base nestes resultados, foi possível analisar e interpretar os dados obtidos, e elaborar possíveis intervenções.

4. CONCLUSÃO

Após o evento do período pandêmico que afetou o mundo, promovendo ainda mais desigualdades sociais, no contexto educacional o abismo entre os alunos pode ser ainda maior, visto que em tempos considerados “normais”, as escolas públicas já conviviam com turmas heterogêneas, situação possivelmente agravada com a suspensão das aulas presenciais. A realização das avaliações diagnósticas possibilitou ver a realidade educacional do município de Livramento de Nossa Senhora com suas minúcias. Indicou, apesar de não aplicada em toda a rede, as séries onde a intervenção é urgente e mais necessária.

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento; com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia, do crescimento para a competência. A função classificatória subtrai da prática da avaliação aquilo que lhe é constitutivo: a obrigatoriedade da tomada de decisão quanto à ação, quando ela está avaliando uma ação. (LUCKESI, 2001, p. 35).

Tanto as avaliações diagnósticas realizadas através dos programas Tempo de Aprender e Brasil na Escola, quanto as avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB de 2021 revelaram que é preciso além de intervenções dentro das salas de aula, também é necessário um processo formacional com os docentes que oriente a prática de avaliações que culminam no avanço dos discentes, que permitam a reflexão acerca das dificuldades encontradas no processo de aprendizagem e que sobretudo, valorizem o protagonismo dos estudantes, com práticas pedagógicas ativas, que não percebam a avaliação como um fim, e sim o meio para que o sucesso escolar seja uma realidade.

Cabe destacar, que apesar de todas as dificuldades reveladas pela pandemia, o ensino remoto, mesmo com todos os entraves, teve êxito. Embora os números revelem um pequeno declínio no resultado das avaliações, é possível considerar que os maiores problemas estão concentrados nos grupos de alunos que ainda não desenvolveram a autonomia para os estudos e decisões.

Diante de tudo que até aqui fora exposto, pode-se concluir que há ainda um longo caminho a ser trilhado no que diz respeito ao processo de avaliação, seja processual, diagnóstica, formativa ou externa, para que se preserve os aspectos qualitativos, sobrepondo sobre os quantitativos, não sendo interpretado apenas os fins (resultados), mas que se considere todos os entraves e contextos que envolvem não só os alunos, mas toda a comunidade escolar, de forma que se garanta a qualidade do ensino e efetive as políticas públicas que subsidiam a educação .

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho do professor e dos alunos são comparados com objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e orientar o trabalho para as correções necessárias" (LIBÂNEO,1994 p.195).

Entretanto, nota-se que há um empenho por parte das equipes técnicas-pedagógicas, tanto da Secretaria Municipal de Educação, quanto das escolas da rede municipal de ensino em desmitificar a avaliação como forma de "julgamento", um desfecho, sem entender o seu enredo. Mas é necessário um comprometimento do município em garantir formações aos profissionais de educação e um acompanhamento mais de perto das ações previstas nas propostas pedagógicas de cada escolar, para que a avaliação revele a imagem fiel de cada contexto educacional local e proporcione as intervenções necessárias para o alcance pleno dos objetivos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

[1] Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia. Acesso em: 25 jun. 2022.

[2] Disponível em: https://plataformadeavaliacaoemonitoramento.caeddigital.net/?code=SMNo4x&state=1656238464801#!/testes-objetivos-2022?DADOS.VL_FILTRO_AVALIACAO=AV12022&DADOS.VL_FILTRO_REDE=MUNICIPAL&DADOS.VL_FILTRO_ETAPA=ENSINO%20FUNDAMENTAL%20DE%209%20ANOS%20-%201%C2%BA%20ANO&DADOS.VL_FILTRO_DISCIPLINA=L%C3%8DNGUA%20PORTUGUESA. Acesso em: 18 jul. 2022.

[3] Disponível em: http://saeb.inep.gov.br/saeb/. Acesso em: 16 jul. 2022

[4] LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Cortez Editora: São Paulo, Coleção Magistério 2° Grau Série Formando Professor, 1994.LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proporções/Cipriano Carlos Luckesi. 12 ed. São Paulo: Cortez 2002. Disponível em: https://www.novaconcursos.com.br/blog/pdf/avaliacao-aprendizagem-escolar.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

[5] LUCKESI, Cipriano Carlos. Prática decente e avaliação. Rio de Janeiro: ABT, 1990. _____. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

Capítulo 6

Acervo Baumgart - Atividades durante a pandemia 2020-2022

Denise Vianna Nunes
Ivan Silvio de Lima Xavier
Osvaldo Luiz de Carvalho Souza
Gabriel Crepaldi Antunes
Júlia Américo Gomes de Almeida

Resumo: Este trabalho apresenta a investigação empreendida no período de pandemia 2020-2022 em um recorte do Acervo Baumgart. Os projetos estruturais realizados pelo engenheiro Emilio Baumgart (1925-1943) vem sendo desde 2019 organizados e catalogados pelo Grupo de Estudos Arquitetura e Concepção Estrutural (GEACE) da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF no Núcleo de pesquisa e Documentação (NPD) da FAU-UFRJ. Diante das limitações inicialmente impostas pela Pandemia, a Pesquisa continuou a desenvolver-se por meio remoto. Optou-se por estudar seis edifícios residenciais do Acervo, sendo três localizados no bairro de Copacabana e outros três no bairro do Flamengo. A partir das leituras de textos de Roberto Corrêa (1993) e Philippe Panerai (1983), foram estabelecidas etapas para que o processo de preenchimento da ficha modelo adotada fosse o mais uniforme possível. O processo se realizou através do contato com diversas fontes de diferentes níveis; buscou-se sites de instituições confiáveis e fontes primárias como jornais de época e projetos originais que já haviam sido fotografados anteriormente no Acervo e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Fontes secundárias foram também importantes para complementar não apenas as informações, mas também para contribuir com a análise crítica das edificações. A diminuição das restrições sanitárias no final do ano de 2021/ 1º semestre de 2022 permitiu a visita presencial ao NPD, ao AGCRJ e outras. Foram realizadas também visitas técnicas aos edifícios para a realização de croquis e imagens. Posteriormente as informações coletadas foram catalogadas e compiladas em um verbete por edifício, que se somou à ficha inicial. Para possibilitar uma análise comparativa entre as edificações, todas foram analisadas segundo as mesmas categorias. Para todos, o trabalho híbrido significou uma vivência fundamental, que aproximou os seus membros e tornou a jornada desse período mais suave.

Palavras-chave: Acervo Baumgart; pesquisa virtual e híbrida; GEACE; NPD.

1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação trata do estado da arte da Pesquisa "Diálogos no Acervo Baumgart", desenvolvida pelo Grupo de Estudos Arquitetura e Concepção Estrutural (GEACE) da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU - UFF). Este Acervo vem sendo organizado e catalogado desde o ano de 2019 pelos membros do GEACE no Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) da UFRJ. A pesquisa se iniciou pelos projetos do Acervo de sua primeira fase - o período de atividade do *Escriptório Technico* Emílio H. Baumgart (1925 - 1943), o Acervo abarca ainda uma segunda fase (1943 - 2012) correspondente ao tempo de atividade da SEEBLA (Serviços de Engenharia Emílio Baumgart Ltda.), sucessora do *Escriptório Technico* Emílio H. Baumgart.

Os objetivos da Pesquisa são identificar e estudar no Acervo Emílio Baumgart o diálogo estabelecido entre os projetos arquitetônicos e sua concepção estrutural e assim contribuir para uma maior integração entre os saberes da Arquitetura e da Engenharia para os estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Busca-se também promover o resgate de um grande número de projetos de Arquitetura e de Estrutura realizados no Brasil nas primeiras décadas do séc. XX, dos quais não se tem nenhum documento; abrem-se assim inúmeras possibilidades de pesquisas e consultas técnicas. Diversos autores do campo da Arquitetura como Roberto Segre, Lucio Costa, Paulo Santos e Hugo Segawa, reconhecem a contribuição do trabalho de Emílio Baumgart na materialização de novas soluções para a Arquitetura de seu tempo. Apesar do esforço desenvolvido até a presente data, apenas cerca de 10% do Acervo foi examinado e catalogado.

Apresenta-se aqui o trabalho realizado entre os anos 2020 e 2022, entendido como atividades iniciais de um longo e promissor trajeto. Durante o ano de 2020 e 2021-1 a pesquisa ocorreu exclusivamente de forma remota. A partir de 2021-2, dois bolsistas de Iniciação Científica (um PIBIC/CNPq e outro FAPERJ) passaram a colaborar com a pesquisa e gradualmente foi sendo possível realizar algumas atividades presenciais.

2. 2020 – FASE INICIAL REMOTA

A partir do surgimento da pandemia do COVID-19 em 2020, os membros do GEACE optaram por dar prosseguimento à pesquisa por meio remoto, visando iniciar a efetiva colaboração dos estudantes voluntários na pesquisa e na análise de alguns edifícios do Acervo previamente selecionados pelos professores. O isolamento social imposto pela pandemia apresentou ao grupo alguns desafios de comunicação, mas sobretudo quanto à impossibilidade de acessar presencialmente às instituições, como o Acervo depositado no NPD, as bibliotecas e os próprios edifícios a serem estudados.

Diante das limitações impostas pela nova realidade, buscou-se elaborar um roteiro que tornou possível a pesquisa remota. O primeiro passo foi a definição dentro da listagem de obras do Acervo de um grupo de edifícios a serem estudados. Para organizar as informações a serem coletadas sobre as edificações, foi criada uma ficha modelo, que deveria conter dados gerais de localização, ano do projeto, construção e seus responsáveis, uso original e atual, histórico e estado do imóvel, descrições das características sobre fachadas, estrutura, espaços interiores, documentação e referências. Além disso, a ficha poderá ser consultada a qualquer tempo, no âmbito de outras atividades e pelos integrantes atuais ou futuros, uma vez que possui uma linguagem única, independente de quem a preenche.

As investigações foram realizadas através de diversas ferramentas e guiadas por questionamentos e apontamentos feitos nas reuniões realizadas para orientação, sempre por meio virtual. Por fim, foram organizados dois seminários restritos aos membros do Grupo de Estudos, quando foram apresentados, por meio de plataforma virtual, o material coletado, as dificuldades encontradas e o resultado das investigações.

O processo de pesquisa vem se realizando através do contato com diversas fontes de diferentes níveis. Inicialmente os alunos foram orientados a navegar em sites de instituições confiáveis, tais como o Arquivo Nacional, o Google Acadêmico, a Biblioteca da ALERJ, a Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional ou as plataformas de fomento à informação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), evitando, portanto, o uso de *blogs* e perfis da internet. Para fontes primárias utilizou-se fundamentalmente a busca em jornais da época de construção dos edifícios no intuito de se obter a sua data de inauguração ou mais informações sobre a obra (imagens, uso, composição dos pavimentos, entre outras). Artigos, dissertações e teses foram importantes para complementar não apenas as informações, mas também para contribuir com a análise crítica das edificações, constituindo-se nas fontes secundárias.

Como o Acervo é constituído por muitos edifícios de importância histórica para a cidade do Rio de Janeiro e para o país, além de grandes marcos da engenharia de suas épocas, foi considerado relevante buscar informações sobre tombamentos e preservação. A plataforma Patrimônio Cultural Carioca foi de grande auxílio para a coleta desses dados.

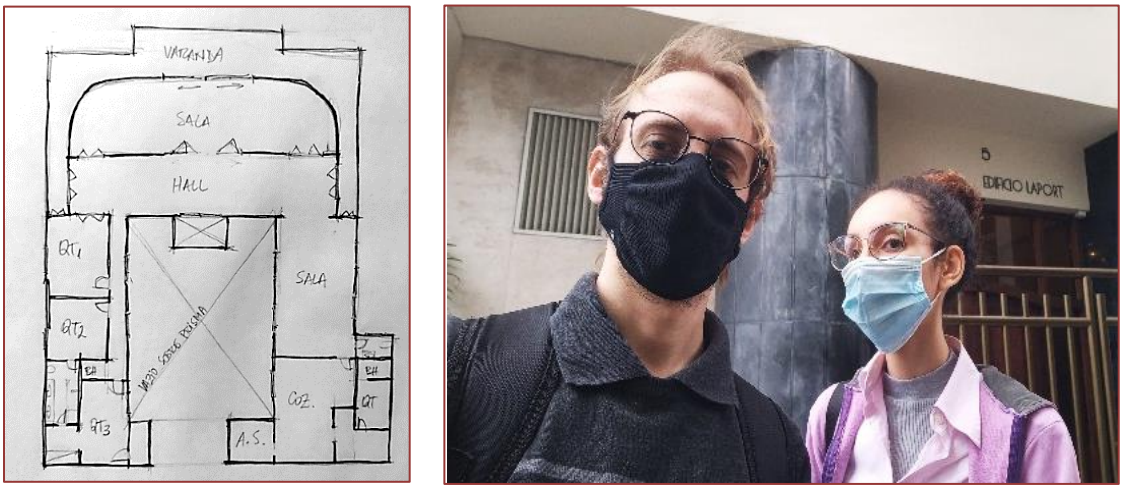
3. 2021-2 – FASE HÍBRIDA

No segundo semestre de 2021 iniciou-se uma gradual retomada das atividades presenciais. Assim, optou-se por um modelo híbrido de pesquisa. A principal plataforma consultada continuou sendo a Hemeroteca da Biblioteca Nacional, além das demais plataformas de busca já citadas, na busca por trabalhos acadêmicos que pudessem contribuir não apenas com informações sobre os edifícios em si, mas sobre o contexto em que eles foram construídos. Foram consultados artigos, dissertações, teses e livros diversos para embasar as análises em função dos cenários urbanos, sociais e de costumes da época.

O recorte no Acervo passou, com a admissão de dois bolsistas efetivos na Pesquisa (PIBIC/CNPq e FAPERJ), em seis edifícios de apartamentos localizados na Zona Sul do Rio de Janeiro durante o período inicial de verticalização da cidade - as décadas de 1920 e 1930 e que fazem parte da fase inicial do *Escriptório Technico* Emílio H. Baumgart. Vale destacar que Baumgart teve valorosa atuação na materialização de novas soluções para a arquitetura e a construção civil em seu tempo, sendo uma grande referência no uso e na disseminação do conhecimento da tecnologia do concreto armado no Brasil.

Além de visita ao Acervo Baumgart no NPD da UFRJ em busca dos desenhos originais dos projetos, também foram realizadas consultas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), na Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), no Acervo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e nos Registros Gerais de Imóveis (RGIs). Os materiais coletados nessas fontes, entre plantas – majoritariamente de instalações e reformas – e dados gerais sobre as construções e terrenos, foram fundamentais para que resultados relevantes fossem alcançados. Realizaram-se visitas *in loco* aos edifícios para produção iconográfica – fotos e croquis – que possibilitaram comparações entre o estado original e o atual dos edifícios (**figuras 1 e 2**).

Figuras 1 e 2 – Croquis realizado *in loco* do apartamento tipo do edifício Milton e registro fotográfico da visita ao edifício Laport



Fontes: CREPALDI, G., 2021 e AMÉRICO, J., 2022.

A metodologia de análise empregada baseou-se nos trabalhos de Roberto Lobato Corrêa (1993) sobre os agentes responsáveis por transformações no espaço urbano, entre elas a produção de processos de verticalização, e Philippe Panerai (1983), cujo método de análise urbana sugere classificar o conjunto de edifícios por similaridade, ou seja, através de categorias.

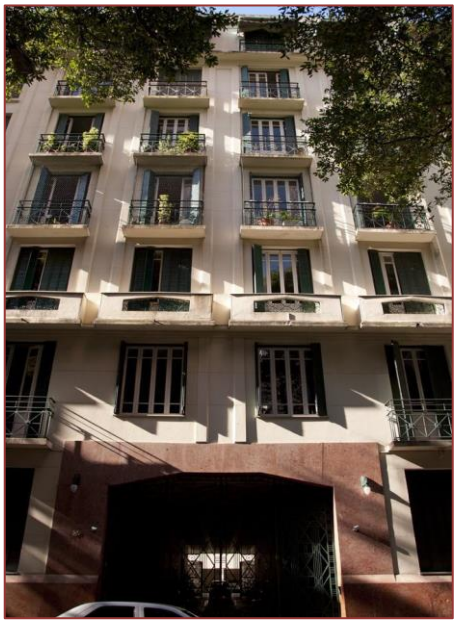
As seis obras estudadas foram os edifícios multifamiliares em altura Tamandaré, Milton e Laport, localizados no bairro do Flamengo, além dos edifícios Arpoador, Roxy e Ribeiro Moreira, construídos em Copacabana. Optou-se por dividir a pesquisa em duas fases, cada uma correspondendo a um bairro, para fins de estabelecer comparações posteriores entre os casos, sabendo que as construções localizadas no Flamengo são marcadas por uma produção de arquitetura mais aristocrática e ligada a valores como tradição, enquanto em Copacabana a produção era voltada para uma classe média mais imbuída de valores como modernidade e cosmopolitismo. Verificou-se que, para a melhor compreensão dos edifícios, seria necessário iniciar pela contextualização das obras. Foram realizadas pesquisas e apresentações de seminários internos sobre a formação e a história dos dois bairros, sobre o processo de verticalização da cidade do Rio de Janeiro e suas particularidades, bem como sobre as transformações culturais e simbólicas que afetaram a população carioca à época e que, consequentemente, se refletiram sobre os modos de ser, estar e habitar uma cidade litorânea. Além disso, foram estudados os principais agentes envolvidos como as construtoras, personalidades influentes e o papel da mídia e das propagandas na atribuição e associação de valores ao novo estilo de moradia (CORRÊA, 1993).

Para análise dos edifícios, após coleta de dados nas plataformas citadas, foram preenchidas uma ficha por edificação, segundo as categorias já citadas previamente estabelecidas na ficha modelo. As fichas serviram de base para a elaboração de um verbete por edifício com análises pelas seguintes categorias: implantação, programa de necessidades e plantas baixas, fachadas e volumetria e sistemas construtivos e materiais empregados (PANERAI, 1983). Este conteúdo se constitui em fonte para trabalhos futuros, que permite comparar os edifícios entre si, com outro(s) do Acervo e também entre edificações de diferentes bairros.

Os seminários internos foram a oportunidade de se relacionar as obras ao seu contexto, de observar que as inovações tecnológicas da época possibilitaram a verticalização das construções, assim como as legislações urbanas impactaram a ocupação dos terrenos e características de implantação, estilo e composição de fachada, estrutura e setorização dos ambientes.

A seguir, apresentamos resumidamente cada um dos edifícios de apartamentos estudados, destacando suas características principais.

Figura 3 – Fachada principal do ed. Tamandaré



EDIFÍCIO TAMANDARÉ

Endereço: Rua Almirante Tamandaré, nº 20, bairro do Flamengo, Rio de Janeiro.

Utilização: Residencial exclusivamente multifamiliar

Pavimentos: 8

Unidades de apartamentos: 28 (4 por pavimento tipo)

Data: 1927 (projeto), 1929 (conclusão)

Construtora: Gusmão, Dourado e Baldassini Ltda.

Arquiteto: (provável) Alejandro Baldassini

Projeto estrutural: Emílio Baumgart

Fonte: LAURD/ MAGNUS, J., 2014.

Morar no bairro Flamengo nas primeiras décadas do século XX era sinônimo de morar de modo elegante e aristocrático. O projeto da edificação procurou incorporar elementos que remetessem à ideia vigente de sofisticação de bem morar. Projetado para renda, ou seja, para ter suas unidades alugadas, buscou um grande aproveitamento do terreno; consiste em dois volumes retangulares idênticos paralelos à via com uma edícula na parte posterior do lote.

No nível dos pavimentos tipo encontram-se quatro apartamentos iguais e rebatidos com cerca de 170m² cada, com espaços internos bastante amplos e compartimentados.

O acesso principal do edifício é centralizado na fachada situada na Rua Almirante Tamandaré e é único tanto para pedestres como para automóveis. A ampla entrada é emoldurada por grandes portões de ferro em gradil trabalhado, configurando em uma larga galeria pavimentada coberta, livre de pilares, disposta perpendicularmente à rua, que conduz o caminho passando pelos elevadores e escadas, remetendo às *porte cochères* francesas e chegando à garagem coberta no fundo do lote. Vale destacar aqui o grande vão sustentado por laje em grelha em concreto armado, ousadia estrutural de Baumgart (**figura 4**).

Figura 4 – Portão principal e laje em grelha – vista interna

Fonte: LAURD/MAGNUS, J., 2014.

Na fachada principal observa-se uma composição clássica tripartida: o embasamento, que corresponde aos 1º e 2º pavimentos, é delimitado pela linha das sacadas do terceiro pavimento e é revestido com uma faixa de 1m de altura em mármore rosado a partir da calçada. O corpo da edificação é marcado por sacadas com gradis geométricos e de estética leve, com exceção do terceiro pavimento, que possui sacadas em alvenaria lisa e grades trabalhadas (**figura 3**).

A solução estrutural adotada para o edifício foi um sistema composto por lajes maciças, vigas e pilares associados em pórtico e um sistema de vigas em grelha na entrada principal, permitindo um vão livre de 6.80m para passagem de automóveis e desembarque dos moradores. Os materiais escolhidos são reflexo das tecnologias construtivas do período e influências francesas do início do século XX.

Figura 5 – Fachada principal do ed. Milton

EDIFÍCIO MILTON

Endereço: Praia do Russel, nº 164/166, bairro do Flamengo, Rio de Janeiro.

Utilização: Residencial

Pavimentos: 11

Unidades de apartamentos: 28 (4 por pavto. tipo)

Data: 1929 (projeto), 1930 (conclusão)

Construtora: Gusmão, Dourado e Baldassini Ltda.

Arquiteto: Adolpho Dourado Lopes

Projeto estrutural: Emílio Baumgart

Fonte: GEACE / COLONESE, L., 2022.

O projeto e a construção do edifício de apartamentos Milton (**figura 5**) foram encomendados pelo comerciante Milton Carvalho (1885-1962), que estabeleceu residência no apartamento duplex no topo da construção. Com a fachada principal alinhada com a divisa entre lote e passeio da via e sem afastamento nos fundos, o edifício possui estreitos afastamentos laterais parciais, que funcionam como acessos secundários à edificação. O volume conta com um prisma central retangular, o que auxilia na iluminação e ventilação dos apartamentos e das escadas. O pavimento térreo possui hall social amplo e luxuoso com pé direito duplo, uma suntuosa escada em mármore bifurcada e garagem privativa para dois automóveis pertencente exclusivamente ao apartamento da cobertura.

Conforme noticiado no jornal Diário da Noite de 1930, o edifício seria composto originalmente por dezesseis apartamentos, cujos dormitórios são localizados na fachada frontal, privilegiados pela vista da Baía de Guanabara, em detrimento das salas, que são abertas para o prisma interno e para os pequenos afastamentos laterais do edifício, que por um longo período permitiam também a livre circulação da brisa do mar, bem como sua vista.

O sistema estrutural é composto por lajes, vigas e pilares dispostos em malha ortogonal e o grande hall de entrada possui laje nervurada (**figura 6**).

Figura 6 – Teto do hall de entrada em laje em grelha do ed. Milton – vista interna

Fonte: NUNES,D., 2021.

Figura 7 –Ed. Laport visto da Praia do Flamengo

EDIFÍCIO LAPORT

Endereço: Rua Buarque de Macedo, nº5, bairro do Flamengo, Rio de Janeiro.

Utilização: Misto

Pavimentos: 10

Unidades de apartamentos: 38 (4 por pavimento tipo)

Data: 1935 (habite-se)

Construtora: Cia. Constructora Pederneiras S.A.

Arquiteto: Freire&Sodré

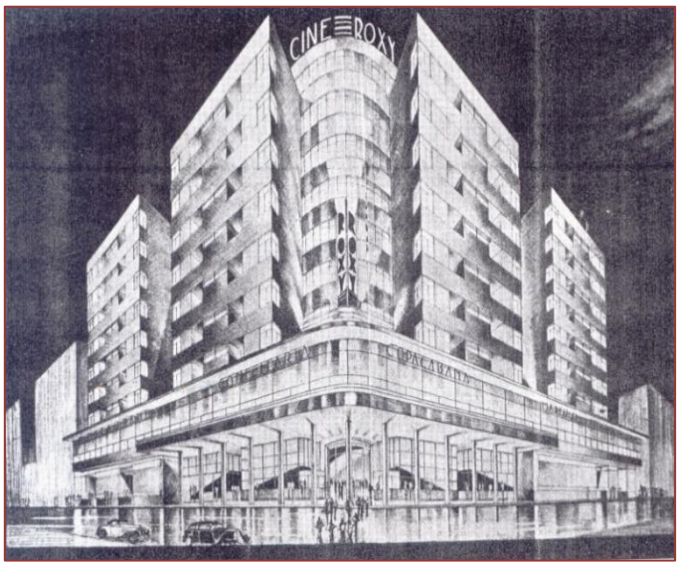
Projeto estrutural: Emílio Baumgart (a confirmar).

Fonte: Revista A Casa, 1936.

Como muitos edifícios de seu tempo, o edifício Laport pertencia a um único dono - a Família Laport. Implantado em terreno de esquina e no alinhamento frontal, tem suas fachadas escalonadas voltadas para a Praia do Flamengo e para a rua Buarque de Macedo. A movimentada e bem estudada volumetria gera múltiplos pontos de vista para a Baía de Guanabara, beneficiando todas as unidades, mesmo a situada no ponto mais ao fundo do lote. Infelizmente, a dinâmica inicial foi suprimida devido ao fechamento atual das varandas com esquadrias de diversos formatos e materiais (**figura 7**).

As fachadas despojadas de ornamentos já revelam uma referência moderna. A portaria é revestida com elementos *Art Déco*, como mármores em tons preto e bege formando elementos geométricos no piso. O sistema estrutural é composto por pilares, vigas e lajes em concreto armado.

Figura 8 – Perspectiva do projeto do edifício e cinema Roxy



EDIFÍCIO E CINEMA ROXY

Endereço: Av. N.Sra. de Copacabana, nº 945, bairro de Copacabana, Rio de Janeiro.

Utilização: Misto

Pavimentos: 11

Unidades de apartamentos: 129

Data: 1934 (projeto), 1937/38 (inauguração)

Construtora: Cia. Constructora Pederneiras S.A.

Arquitetos: Ruderico Pimentel, Firmino Saldanha e Anibal Pinto, por meio da firma Borges Dutra & Cia, Ltda.

Projeto estrutural: Emílio Baumgart

Fonte: Revista PDF, 1936.

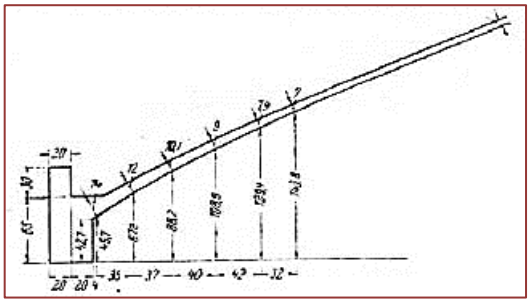
O Roxy é uma edificação construída em valorizado terreno de 50 metros por 50 metros em uma esquina da principal avenida do bairro, onde anteriormente funcionava um terminal de bondes (**fig.8**). Possui embasamento com uso comercial, incluindo uma ampla sala de cinema e corpo principal constituído por dois blocos residenciais, voltados cada um para uma via.

A implantação se dá pela ocupação integral do embasamento com o cinema e as lojas. Já os blocos residenciais ocupam as testadas do lote, deixando livre um grande espaço posterior ocupado com a cúpula do cinema.

O tratamento dos panos de fachada já é moderno, livre de ornamentos, porém as portarias têm acabamento *Art Déco*, tal como os demais edifícios aqui estudados.

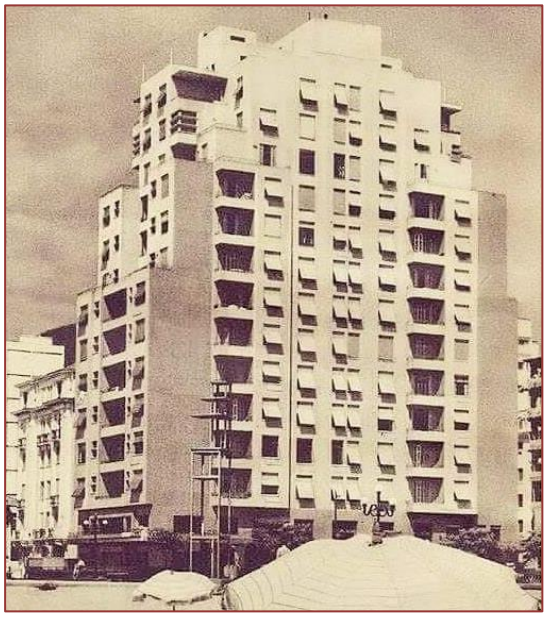
No projeto estrutural destaca-se o uso das soluções em concreto armado. No térreo a estrutura se faz evidente através dos pilares circulares - os pilotis marcam a entrada principal do cinema. Mas o grande desafio estrutural deste projeto está na cúpula do cinema (**fig.9**), na forma adotada para vencer o vão de 36,20m projetado para abrigar o que seria na época a maior e mais suntuosa sala de cinema do país.

Figura 9 – Engaste da cúpula na cinta de contorno



Fonte: Revista Concreto, 1945.

Figura 10 –Ed. Ribeiro Moreira



EDIFÍCIO RIBEIRO MOREIRA

Endereço: Rua Ronald de Carvalho, nº21, bairro de Copacabana, Rio de Janeiro.

Utilização: Misto

Pavimentos: 14

Unidades de apartamentos: 46

Data: início da década de 1930

Construtora: Gusmão, Dourado e Baldassini.

Arquiteto: Gusmão, Dourado e Baldassini

Projeto estrutural: Emílio Baumgart

Fonte: Revista A Casa. 1936.

O edifício destaca-se dos seus contemporâneos por sua forma escalonada, que gera diversas varandas descobertas; é considerado o primeiro “arranha-céu” residencial do bairro devido ao seu gabarito elevado

(**figura 10**). Na fachada da Av. Atlântica encontra-se o restaurante OK, que fez com que o edifício ficasse conhecido como Edifício OK.

O acesso principal se dá por uma grandiosa portaria *Art Déco* com pé direito duplo e revestida a meia altura por mármores claros e escuros. Também é notável a presença da serralheria trabalhada. Já o corpo do edifício é desprovido de ornamentação, com esquadrias guarnecidas por venezianas Copacabana de dimensões variadas.

O sistema construtivo é o mesmo dos edifícios anteriormente estudados: lajes, pilares e vigas em concreto armado. A partir das plantas é possível perceber que foi buscada uma simetria horizontal na disposição da estrutura, que é aparente apenas no amplo espaço da portaria.

Essas formas ortogonais se repetem nas paredes em alto relevo, e no teto - como capitéis nos pilares aparentes.

Figura 11 – Vista principal do ed. Arpoador

EDIFÍCIO ARPOADOR

Endereço: Rua Bulhões de Carvalho, nº355, bairro de Copacabana, Rio de Janeiro.

Utilização: residencial multifamiliar

Pavimentos: 7

Unidades de apartamentos: 28 (4 por pavto.)

Data: 1933 (construção)

Construtora: R.Rebecchi e Cia.

Arquiteto: Sylvio Rebecchi

Projeto estrutural: Emílio Baumgart

Fonte: A Casa, 1935.

Trata-se de edifício residencial projetado e construído pelo seu proprietário, que doou cada pavimento a um dos seus filhos. Ainda hoje algumas unidades pertencem à família.

Foi implantado em corpo único, em formato "H", com generosos afastamentos laterais e frontal, além de amplo espaço não edificado nos fundos do lote, servindo como garagem e espaço de permanência, com jardins nas laterais. Os apartamentos voltados para a frente do terreno possuem três quartos e, os de fundos, dois quartos. A parte central do corpo do edifício é ocupada por espaços de circulação vertical e horizontal (**figura 11**).

A edificação incorpora valores de modernidade associados a uma cultura de valorização das praias como elemento de construção da imagem do Rio de Janeiro como cidade balneária. Sua localização de proximidade com as praias de Copacabana e do Arpoador foi uma qualidade evidenciada, junto ao conforto e ao luxo, pelas propagandas de venda das unidades habitacionais veiculadas nos periódicos da época pesquisados para este trabalho. As fachadas são livres de ornamentação e simétricas. O pavimento térreo destaca-se pelo pé direito mais alto que os demais e pela marquise, que marca e protege o acesso principal. A portaria apresenta motivos *Art Déco*, linhas retas e geometrizadas e contrastes de mármores claros e escuros.

O sistema construtivo desta edificação é similar aos demais estudados, composto por lajes, vigas e pilares em concreto armado dispostos em malha ortogonal e simétrica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho até aqui desenvolvido, tanto pelo meio virtual como pelo híbrido, resultou em uma rica experiência tanto para os discentes como para os docentes envolvidos. Os discentes puderam adquirir competências de pesquisadores como independência, discernimento na identificação e catalogação do que deve ser considerado para o desenvolvimento e crescimento da atual e de futuras pesquisas. Além disso, os alunos puderam treinar o olhar e melhorar sua capacidade de análise sobre Arquitetura, Estrutura e a íntima relação entre as disciplinas. Houve também um importante aprendizado sobre a importância das fontes e sobre patrimônio. Os estudos iniciais sobre as histórias dos bairros, sobre a relação da sociedade com os espaços da cidade e agentes qualificaram as análises. Os debates e conversas a partir dos seminários apresentados possibilitaram esclarecer dúvidas, adquirir novos conhecimentos, enriquecer o repertório e uma maior valorização do papel da Engenharia na concepção do espaço arquitetônico. Ressalta-se a importância da pesquisa presencial - as visitas aos edifícios, as consultas ao Acervo no NPD e nos órgãos institucionais para coleta de material.

Os resultados obtidos e aqui apresentados apontam que esta pesquisa alcançou os objetivos pretendidos, em especial (1) o de estudar edificações do Acervo Baumgart, a partir de sua inserção no espaço urbano e de suas qualidades tectônicas e (2) o de constituir um *corpus*, que servirá de base para outras pesquisas.

Acreditamos que este trabalho colabora para a melhor compreensão e ampliação de conhecimentos sobre os edifícios históricos analisados e demonstra o potencial do Acervo Baumgart. Sabendo que são objetos pouco estudados, mas apreciados pela população, além de serem representativos de um período de importantes transformações tecnológicas e sociais, esperamos que esta pesquisa contribua com a maior valorização da história da cidade do Rio de Janeiro e de seu patrimônio edificado.

Sabe-se que o Acervo Baumgart é muito rico e extenso. Apesar do fato de que o trabalho até aqui realizado se constitui em uma pequena parte do que há por ser feito, este trouxe contribuições significativas de conteúdo para a Pesquisa e permitiu que os membros do Grupo de Estudos passassem por este período de forma mais ativa, produtiva e proativa. Para todos foi uma vivência fundamental, que aproximou os membros do Grupo de Estudos e tornou a jornada desse período mais suave.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração do professor Roberto Jermann (ex-TCE-UFF) e dos discentes Arthur Freitas e Lívia Colonese da EAU-UFF.

A pesquisa é realizada com apoio de bolsas de iniciação científica CNPq/PIBIC e FAPERJ.

REFERÊNCIAS

[1] CABRAL, Maria Cristina; PARAIZO, Rodrigo Cury. Presença Estrangeira. Arquitetura no Rio de Janeiro - 1905-1942. 5. Ed. Rio de Janeiro: RioBooks, 2018.

[2] CORRÊA, Roberto Lobato. Agentes modeladores e uso do solo urbano na cidade capitalista. Reunião de Geografia Urbana da UGI. Rio de Janeiro: 1979.

[3] _____. O espaço urbano. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

[4] CZAJKOWSKI, Jorge. (org.) Guia da Arquitetura Art Dèco no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CAU, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2000.

[5] _____. (org.) Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra; Centro de Arquitetura e Urbanismo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

[6] JERMANN, Arthur. A Técnica do Concreto Armado de Emílio Baumgart. Symposium de Estruturas. Concreto Revista Technica das Construções em Concreto Armado. N. 66, Ano VIII, 11. Volume, Rio de Janeiro, 1944

[7] NES, Denise Vianna. Edifícios residenciais de Firmino Saldanha: Morar Moderno no Rio de Janeiro. 2009. 252 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

[8] _____. Edifício Tamandaré. In CABRAL, Maria Cristina; PARAIZO, Rodrigo Cury. Presença Estrangeira: Arquitetura no Rio de Janeiro - 1905-1942. 1 ed. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2018, p.150-153.

[9] _____. O Processo inicial de verticalização da Praia do Flamengo: uma análise tipo-morfológica dos edifícios de apartamentos de luxo. 2014. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

[10] NUNES, Denise; XAVIER, Ivan; MACHADO, Luiz Felipe; SOUZA, Osvaldo; JERMANN, Roberto; FREITAS, Arthur; ANTUNES, Gabriel; ALMEIDA, Júlia; COLONESE, Lívia. Primeiras ações no Acervo Baumgart: 2019 - 2020. In: LAMOUNIER, Alex; MOREIRA, Clarisse; NUNES, Denise; XAVIER, Ivan; CARVALHO, Rubens; (org.). Em tempos de pandemia: Experiências em Ensino, Pesquisa e Extensão. 1. Ed. Rio de Janeiro: Rio books, 2021, 176-187.

[11] PAMPONET, Roger; SANCHEZ, José Manuel. O engenheiro Emílio Baumgart e a Arquitetura Brasileira em concreto armado da primeira metade do século XX. IX Congresso brasileiro de pontes e estruturas. Rio de Janeiro, 2016.

[12] PANERAI, Philippe. et.al. Elementos de analisis urbano. Madrid: IEAL, 1983.

[13] SALOMON, Maria Helena Röhe. et al. Guia de arquitetura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do tempo, 2016.

[14] SEDREPAHC. Guia do Patrimônio Cultural Carioca - Bens tombados 2008. 4. Ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008.

[15] VASCONCELOS, Augusto Carlos de. Concreto no Brasil: recordes, realizações, história. 1. Ed. São Paulo: Copiare, 1985.

[16] _____. Emilio Henrique Baumgart, suas realizações e recordes: uma vida dedicada ao concreto armado. São Paulo: Otto Baumgart Indústria e Comércio S.A, 2005.

[17] Fessler. Uma história coletiva na cidade do Rio de Janeiro: estudo da modernidade através da moradia. 1994. 390p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

[18] _____. Modernidade e Moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro – Séculos XIX e XX. 1. Ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

Capítulo 7

Políticas Públicas Educacionais Brasileiras e desenvolvimento sustentável: Síntese das pesquisas vinculadas ao interfaces

Leticia Juliana de Paula Machado
Liane Cichero Alves
Adauton Ezequiel Müller
Andréa Forgiarini Cecchin

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar as produções desenvolvidas pelo Interfaces: Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade, o qual, em espaço de debate interdisciplinar, tem se debruçado sobre a garantia de educação e direitos humanos na perspectiva do acesso à cidadania. Este estudo apresenta alguns referenciais acerca das políticas de educação no contexto nacional, e sua pertinente vinculação aos dispositivos internacionais, que, em essência, direcionam sua atenção para os mecanismos de fomento à educação enquanto caminho para o desenvolvimento sustentável, em consonância com o ODS 4 (Educação de Qualidade) e sua indissociabilidade com os demais objetivos para a concretização da Agenda 2030. Assim, sensivelmente, o olhar para o ODS 4 é o fio condutor do processo reflexivo demonstrado neste resumo. A metodologia para o desenvolvimento deste trabalho parte da pesquisa qualitativa sobre o tema em si, em uma abordagem que está de acordo com as Ciências Humanas e têm norteado o grupo no seu propósito de pesquisa, para que seja possível materializar as transformações necessárias na construção do desenvolvimento sustentável. Conclui-se que os estudos analisados conjugam uma interlocução com as proposições da Agenda 2030 em seus respectivos cenários, evidenciando a importância desse plano de ação global, a necessidade e o desafio de implantá-lo e apontam para o seu potencial de modificações para o futuro desenvolvimento sustentável das Nações.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030; Educação; Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui em um recorte dos diálogos e pesquisas construídos no grupo de pesquisas INTERFACES/CNPq - Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade - e das inquietações provocadas em seus participantes acerca do tema central - a Agenda 2030 - e a oferta de educação enquanto pressuposto para a cidadania. O grupo, que é composto por profissionais de diversas áreas, mas que, de algum modo, desempenham suas atividades de trabalho e pesquisa no bojo da Educação Básica e da Educação Superior, tem sido lugar de trocas e acolhimento de saberes, no que tange à respectiva agenda global e seus impactos na realidade em contexto.

Conforme o documento firmado no ano de 2015 por líderes mundiais e representantes de diversos segmentos sociais da sociedade civil, a proposta central da Agenda 2030 é colocar-se como um plano de ação para erradicar a pobreza e assegurar a sustentabilidade do planeta. O cumprimento das ações elencadas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se desdobram em 169 metas a serem atingidas até o ano de 2030 (FURTADO, 2018). Além disso, o documento propõe, em um sentido amplo de suas metas, que as pessoas sejam globalmente protegidas, para que possam de fato ser protagonistas dos direitos humanos fundamentais, de forma a garantir que ninguém seja deixado para trás (ONU, 2015).

Essa visão ambiciosa de transformação a nível global se põe como urgência diante das demandas sociais cada vez mais expressivas em razão de fenômenos decorrentes da globalização, como: aquecimento global e esgotamento dos recursos naturais disponíveis no planeta; problemas de saúde em escala mundial; ascendentes desigualdades; e outros fatores que levam à precarização da vida humana e do planeta em seu todo. E se foca em aspectos sociais, econômicos e ambientais que atendam aos interesses de toda a pessoa humana (JUBILUT *et al.*, 2020).

Como outrora mencionado, serão destacadas algumas das pesquisas desenvolvidas pelos membros do INTERFACES que, em conexão com o ODS 4 - "Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ONU, 2015, p. 24), têm buscado cada vez mais aproximar-se das ferramentas que possibilitam o uso de tecnologias como suporte de ensino. A motivação para tanto é o fruto das (des)construções que o grupo tem provocado, seja em seu próprio ambiente, seja naqueles em que seus integrantes desenvolvem sua práxis cotidiana.

Olhar para a Agenda 2030 e abraçá-la em sua totalidade requer o enfoque imediato no ODS 4; não por este ser superior aos demais, que em sua natureza também requerem urgência, mas por ser a educação a ferramenta inequívoca de pleno acesso à dignidade e cidadania de todas as parcelas populacionais.

No Brasil, conta-se com aparato legal para assegurar o acesso a esse direito social através da Constituição Federal de 1988. Entretanto, vivencia-se um momento crítico e perigoso para a incorporação total da universalidade da educação, como prevê o texto constitucional. Isso porque a insegurança do financiamento de políticas públicas que garantam o pleno usufruto do mesmo desvela a situação de desigualdade no processo de inclusão, sobretudo dos mais pobres, aos sistemas de ensino, e enfrentar essa situação requer equalizar oportunidades de acesso à educação e criar condições materiais para a permanência nos espaços de ensino (JUBILUT *et al.,* 2020).

Assim, o presente trabalho, de natureza qualitativa - onde se apresentam etapas exploratórias de estudos mais amplos, debruça-se sobre as proposições da Agenda 2030 e busca apresentar os estudos desenvolvidos e em andamento através dos integrantes do Grupo Interfaces e suas interlocuções com as políticas sociais de Educação como prerrogativa para que os sistemas de ensino disponíveis ampliem-se não apenas em marcadores quantitativos, mas se desenvolvam ante ao contexto que se vivencia.

2. O INTERFACES: GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

O grupo de estudos em Educação, Tecnologia e Sociedade (INTERFACES/CNPq), ligado ao Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), foi criado em 2007. Tem como líder a Professora Dra. Andréa Forgiarini Cecchin e vice-líder a Professora Dra. Vanessa dos Santos Nogueira.

Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2022), em seu Diretório CNPq, o grupo reúne pesquisadores com o propósito de desenvolver estudos acerca da Educação, do uso das tecnologias e de suas implicações para a sociedade brasileira e centra-se em preocupações relacionadas com a sociedade contemporânea, especialmente no que se refere aos estudos sobre as diversidades sexuais e de gêneros e suas vivências de exclusão e resistência. Além disso, debate as

seguintes temáticas: Educação a distância, Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica e Superior e Tecnologias.

Ele surge da necessidade de articular as pesquisas desenvolvidas pelos membros do grupo, considerando a sua vinculação com o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG/UFSM), LP1 - Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior. Nesse sentido, atualmente, o projeto maior "A educação brasileira frente às diretrizes políticas globais para o desenvolvimento sustentável", com registro no portal institucional de projetos da UFSM n.º 053875, busca englobar o conjunto de estudos desenvolvidos pelos integrantes do grupo que são estudantes de graduação e pós-graduação.

Dessa maneira, as pesquisas se propõem a "compreender as diretrizes globais que apontam para a sustentabilidade no planeta, incidindo, principalmente, nas questões relativas à educação e aos direitos humanos e de verificar como as políticas públicas nacionais se articulam a essas orientações" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2022, n.p).

3. SÍNTESE DE ALGUMAS PESQUISAS REALIZADAS/EM ANDAMENTO

A seguir, apresentar-se-á uma síntese com reflexões sobre algumas das pesquisas já realizadas, e outras em andamento, conduzidas por integrantes do grupo de estudos, sendo todas vinculadas ao PPPG/UFSM.

Destaca-se que os estudos iniciais apresentados são mais voltados para a Educação a distância e não contemplam o direcionamento dos demais no que diz respeito à observância de sua relação com a Agenda 2030. Essas pesquisas estavam vinculadas a outro projeto guarda-chuva do grupo, que vigorou até início de 2020, intitulado: "Relações entre a proposta curricular, a gestão administrativa-pedagógica e as demandas do mercado de trabalho para o profissional egresso do Curso de Pedagogia Ead". Entretanto, serão apresentados considerando-se a sua importância no contexto de trajetória do grupo de estudos.

A pesquisa de Pessoa (2019), intitulada "Caminhos e perspectivas da coordenação de polos da Universidade Aberta do Brasil no âmbito da UFSM", objetivou compreender os processos de gestão de polos vinculados à Universidade Aberta do Brasil (UAB), considerando as políticas públicas, o processo de seleção, as atribuições e o perfil do coordenador de polo, com vistas à qualificação de sua atuação profissional. Esse estudo se estrutura a partir de uma abordagem qualitativa e tem 6 (seis) sujeitos de pesquisa: três coordenadores/as de polo UAB da UFSM que acolhem o curso de Pedagogia com maior tempo na função, e dois coordenadores/as de polo UAB da UFSM com menor tempo na função. Os dados foram produzidos mediante a realização de entrevista semiestruturada e analisados pela aplicação de Análise Textual Discursiva[9].

Como resultado do trabalho, Pessoa (2019) demonstrou a possibilidade de novos olhares para a gestão dos polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e identificou a relevância do papel do coordenador de polo no contexto da UAB como política educacional de formação e qualificação de professores da educação básica. Outrossim, destaca-se o produto educacional: a organização de um Tutorial para Coordenadores de Polos UAB. O documento proposto traz informações sobre a Lei de criação da Educação a Distância, o processo de escolha, atribuições e competências do coordenador de polo do Sistema UAB, em uma gestão de nível superior voltada à gestão democrática e participativa (PESSOA, 2019).

Ademais, o estudo de Soeiro (2019), cujo título é "A atuação do tutor presencial no curso de Pedagogia UAB/UFSM e sua relação com os processos de ensino-aprendizagem", busca compreender as possíveis implicações da atuação do tutor presencial nos processos de ensino-aprendizagem discente, considerando os polos de abrangência do curso de Pedagogia a distância da UFSM, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Essa investigação, de natureza aplicada, ancorou-se em uma abordagem qualitativa, mesclando consulta a documentos e dados empíricos à escuta dos sujeitos envolvidos diretamente com o curso: tutores presenciais e discentes com matrículas ativas. A construção dos dados foi realizada mediante a realização de entrevistas semiestruturadas com tutores presenciais, que desenvolviam suas atividades de tutoria a

[9] A análise textual discursiva corresponde a uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreenssões sobre os fenômenos e discursos. Insere-se entre os extremos da análise de conteúdo e a análise de discurso, representando, diferentemente destas, um movimento interpretativo de caráter hermenêutico (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 13).

mais tempo no curso e uma escuta dialógica com estudantes de dois polos do curso de Pedagogia UAB/UFSM. Os dados foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva.

Conclui-se, a partir do estudo, que a presença física do tutor presencial é uma referência importante. Pode-se indicar que o tutor presencial tem uma função de intervenção que favorece os processos de ensino-aprendizagem. Entretanto, a pesquisa indica que sua atuação está mais diretamente vinculada às questões que dizem respeito à motivação para aprendizagem, à organização para os estudos e não necessariamente às dúvidas de conteúdo. Além disso, proporciona uma compreensão do trabalho do tutor presencial, apresentando alternativas para qualificar sua atuação e oferece indicativos para o desenvolvimento de novos estudos que busquem o entrelaçamento com as práticas pedagógicas do tutor a distância frente ao balizamento legal, a partir das políticas públicas que organizam o sistema da UAB (SOEIRO; CECCHIN; NOGUEIRA, 2021).

Essas duas dissertações encerram um ciclo em que o grupo de pesquisa esteve envolvido em ações e pesquisas diretamente vinculadas ao curso de Pedagogia a distância da UFSM. Entre os projetos desenvolvidos, cabe destacar um de ensino intitulado "Saberes que complementam a formação do pedagogo", que tinha por objetivo: "Qualificar a formação dos estudantes do Curso de Pedagogia UAB/UFSM, por meio da articulação de saberes e trocas de experiências. Focando na aplicabilidade do conhecimento científico e os conteúdos que o egresso necessitará considerar em sua prática pedagógica" (UFSM, 2018a). Através dele, eram oportunizadas oficinas e seminários nos polos de educação a distância dos mais diferentes temas (a partir de demandas que surgiam dos estudantes). Essas atividades eram organizadas a partir do INTERFACES.

Além disso, nesse mesmo período, o grupo coordenou três projetos de extensão e dois eventos: "II Encontro do Curso de Pedagogia a distância UAB/UFSM: conectando saberes docentes", que tinha por objetivo "Articular saberes e trocas de experiências entre docentes e estudantes a fim de relacionar o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas" (UFSM, 2017), e "III Encontro do Curso de Pedagogia UAB/UFSM: "Quem é @ pedagog@ na ordem das coisas?", com o propósito de "Problematizar a formação d@ pedagog@ dentro do cenário político e das demandas que surgem da própria atividade laboral" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018b).

Um terceiro projeto de extensão teve início, porém foi descontinuado por falta de recursos. Iniciou-se a implementação em três polos: Sobradinho, Tapejara e Tio Hugo. Tratava-se da "Brinquedoteca no curso de Pedagogia a distância: espaço de produção de conhecimento, inovação e de interlocução com a comunidade", que intencionava "Implementar brinquedotecas nos polos de apoio presencial onde há oferta do Curso de Pedagogia a distância como um espaço de integração e articulação universidade/escola nos processos formativos dos futuros pedagogos e pedagogas" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018c). As ações do projeto perduraram até o final de 2019, quando houve uma mudança na gestão do curso.

No decurso do ano de 2019, diante da aproximação de pesquisas em andamento que envolviam discussões sobre temáticas relativas às diversidades de gêneros e aos direitos humanos e da observação do quanto algumas políticas públicas em âmbito nacional estavam sendo cerceadas pelo governo vigente, o INTERFACES encontrou-se em uma situação desafiadora: como respaldar os estudos que já estavam em desenvolvimento? É nesse sentido que os documentos produzidos pelos organismos multilaterais, especialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), surgem como uma possibilidade para dar ao grupo o aporte necessário à resolução dessa questão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2020).

Também, a dissertação de Correia (2021), intitulada "Formação docente em cursos de Licenciatura da UFSM: sobre políticas curriculares e discussões de gênero e de sexualidades", busca entender como os/as estudantes de cursos de formação inicial docente da UFSM compreendem as questões de identidades de gênero e orientações sexuais, tendo em vista sua atuação como futuros/as docentes. Nesse trabalho, a autora correlaciona a pesquisa ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 - Igualdade Gênero. Esse ODS busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018). Além disso, ela acredita que "devemos ponderar sobre o que de fato construímos em relação às políticas públicas educacionais quando se trata das reflexões acerca das discussões de gênero" (CORREIA, 2021, p. 73).

Esse estudo de abordagem qualitativa teve por sujeitos discentes participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa Residência Pedagógica da UFSM, em uma amostra de 500 estudantes. Para a produção dos dados, foram utilizados pesquisa documental, revisão de literatura e questionário on-line. Desse modo, os dados construídos foram analisados mediante aplicação de análise de discurso.

Após a análise, o estudo percebe que os currículos dos cursos de formação inicial da UFSM trazem alguma disciplina que trata sobre identidades de gênero e orientação sexual, porém entende que há lacunas nessa formação. Para modificar isso, propõe como produto educacional um curso para acadêmicos das licenciaturas da UFSM com o intuito de promover momentos de reflexão, de conhecimento e de trocas de experiências para que a escola e os/as docentes cumpram com seu papel social de formação de sujeitos críticos, reflexivos e desprovidos de preconceitos, e que possam ser reprodutores de igualdade e respeito.

Já a dissertação desenvolvida por Chaves (2022), denominada "Políticas públicas e ensino remoto na alfabetização: uma proposta de curadoria de conteúdos para o município de Santa Maria", objetiva analisar as políticas públicas da Rede Municipal de educação de Santa Maria/RS em tempos de pandemia da COVID-19, considerando os aspectos pedagógicos do trabalho docente durante o ensino remoto, em turmas do 1º ciclo de alfabetização. A autora preocupa-se em refletir em seu texto sobre o ODS 4 (Educação de qualidade), compreendendo que ele diz respeito a "Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ONU, 2015, p. 24).

Metodologicamente, a pesquisa se fundamenta na abordagem qualitativa. Para a construção dos dados, foram utilizados pesquisa documental e questionário on-line. Os sujeitos da investigação foram os professores/as do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) da Rede Municipal de ensino de Santa Maria/RS, durante os anos letivos de 2020 e 2021, por livre adesão. Devido ao contexto pandêmico onde se realizou o estudo, houve baixa adesão, contando com a participação de 20 docentes. Para análise dos dados produzidos, adotou-se a Análise Textual Discursiva.

Dentre as percepções do estudo, a autora sinaliza a importância de se discutir os ODS e metas da Agenda 2030 como uma possível proposta a ser incorporada em âmbito municipal, para que se possa pensar o futuro das novas gerações. Isso se revelou no contexto da pandemia, em uma posição que desvelou tanta desigualdade social como a vivenciada no cotidiano educacional durante o ensino remoto.

Outrossim, a pesquisa em andamento realizada por Muller (2022), cujo título é "Assistência Estudantil e inclusão digital: um estudo sobre as ações na UFSM", pretende analisar as ações de inclusão digital relacionadas à Assistência Estudantil da UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição.

Para o autor, o debate sobre a Assistência Estudantil e a inclusão digital se articula às previsões dos ODS 1, 4 , 8 e 10. Esses ODS são: Erradicação da Pobreza; Educação de Qualidade; Trabalho Decente e Crescimento Econômico; e Redução das Desigualdades (ONU, 2018). Acredita-se que, pela sua natureza e responsabilidade com a produção do conhecimento, de acordo com SDSN Austrália/Pacifico (2017), as universidades podem ser consideradas centros de inovação, invenção e descobrimento e podem ajudar no desenvolvimento de inovações e soluções sociais e tecnológicas para os desafios que os ODS apontam. Elas têm contribuído para o desenvolvimento sustentável da maioria das principais tecnologias do século XX.

Esse estudo de abordagem qualitativa, do tipo Estudo de Caso, tem por cenário a Assistência Estudantil da UFSM, e como sujeitos os estudantes da UFSM atendidos pelo programa de Benefício Socioeconômico (BSE), além dos Técnico Administrativos em Educação (TAE) envolvidos no auxílio à inclusão digital e os gestores da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). A amostra compreende 1.090 estudantes, 10 TAES e 2 (dois) gestores. Os dados construídos, por meio de questionário on-line (estudantes) e entrevistas semiestruturadas (TAES e gestores), pretendem ser analisados por meio da Análise Textual Discursiva.

Pelo andamento da pesquisa, acredita-se que as ações oportunizadas pela assistência estudantil são importantes para a superação das desigualdades social, digital e educacional, considerado o contexto da educação superior. Essas ações possibilitam permitir o acesso e a permanência dos estudantes em seus cursos de graduação e colaboram para o protagonismo que é necessário para a sua concretização (CECCHIN; MULLER, 2022).

Tendo por objetivo compreender as implicações das políticas curriculares nacionais da Educação do Campo junto às escolas do campo da Rede Municipal de Cachoeira do Sul que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental, com vistas à formação de educadore/as, a pesquisa em andamento realizada por Klinkoski (2022), cujo título é "Políticas Curriculares para Educação do Campo: um olhar sobre a Rede Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul", é mais uma das vinculadas ao grupo atualmente.

Esse estudo se articula às proposições da Agenda 2030, no que concerne às metas 2 (Fome zero e agricultura sustentável), 4 (Educação de qualidade) e 10 (Redução das desigualdades) (ONU, 2018). Nesse viés, reconhecendo a necessidade de se pensar uma educação voltada aos anseios ambientais do planeta,

conforme provocado pela Agenda 2030 e demandado pelos movimentos sociais do campo a partir da perspectiva agroecológica, intenciona-se identificar como os/as educadores/as das escolas do campo da Rede Municipal de Cachoeira do Sul mobilizam os saberes do currículo em relação à Agenda 2030.

Trata-se de estudo com abordagem qualitativa, do tipo Estudo de Caso, que tem por contexto a Rede Municipal do município de Cachoeira do Sul-RS, especificamente as nove Escolas do Campo que ofertam o Ensino Fundamental completo. Os sujeitos escolhidos para a pesquisa são os/as educadores/as dos anos finais e gestores/as (diretor/a e vice-diretor/a, conforme composição determinada pela SMED). Quantitativamente, são aproximadamente 60 educadores/as e 18 gestores/as que integrarão a coleta dos dados, juntamente à análise documental. Dentre outros elementos levantados a partir da revisão de literatura, o autor sugere o exemplo da realidade do município de São Paulo que consegue integrar as proposições da Agenda 2030 em seu currículo.

Por fim, todos os estudos mencionados observam as questões relacionadas à ética em pesquisa e aos seus aspectos legais. Essas produções, acredita-se, conseguem convergir com as proposições da Agenda 2030 e com os compromissos assumidos pelos países signatários desse importante acordo e são cuidadosas no sentido de promover o olhar para os seus preceitos, em especial às previsões para o ODS 4, que já foi bastante mencionado.

Convém mencionar que outros integrantes do grupo também estão, a partir dos estudos realizados, procurando articular suas pesquisas com a Agenda 2030. São estudantes que estão na fase de elaboração do projeto de qualificação e as temáticas versam em torno da gestão, da avaliação e do uso das tecnologias pelos professores no ensino superior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

Conclui-se que a Agenda 2030, firmada em 2015 pelos países signatários da Organização das Nações Unidas (ONU), se configura em um importante e ambicioso documento. Tal arquivo centraliza suas ações na configuração de um significativo plano de ações para as pessoas, o planeta e a prosperidade, centrando esforços em erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável das Nações.

Entende-se a integralidade e indivisibilidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as dimensões que englobam o desenvolvimento sustentável propostos no documento. Entretanto, neste estudo, centra-se na observância ao ODS 4 - Educação de qualidade, por se tratar de uma apresentação síntese de pesquisas realizadas pelo INTERFACES - Grupo de Estudos em Educação, Tecnologia e Sociedades, tendo como pano de fundo as políticas públicas educacionais brasileiras e sua interlocução com o desenvolvimento sustentável. Além disso, evidencia-se o papel do ODS 4 por considerar-se a educação uma incontestável ferramenta para pleno acesso à dignidade e à cidadania de todas as parcelas populacionais.

Finalmente, em uma breve análise das pesquisas apresentadas, indica-se que esses estudos conjugam interlocução com as proposições da Agenda 2030 e os seus importantes ODS. Assim, apesar das particularidades em suas metodologias e cenários distintos no contexto da educação, os estudos evidenciam a importância do conteúdo da Agenda 2030, a necessidade e o desafio de colocá-la em prática e o seu potencial para as modificações e o futuro desenvolvimento sustentável das Nações.

REFERÊNCIAS

[1] CECCHIN, Andréa Forgiarini; MULLER, Adauton Ezequiel. “Inclusão digital no campo da Assistência Estudantil: a importância de ações para minimizar as desigualdades”. In: SCOTT JUNIOR, Valmôr; CECCHIN, Andréa Forgiarini; POSSA, Leandra Bôer (Orgs.) Direito, educação e vulnerabilidade. Belém: RFB, 2022. p. 105-112.

[2] CHAVES, Jacira Fernandes. Políticas públicas e ensino remoto na alfabetização: uma proposta de curadoria de conteúdos para o município de Santa Maria. 2022. Mestrado (Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

[3] CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil - CNPQ: Interfaces - Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade. Brasília, 2022. Disponível em http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2729787389172215. Acesso em 12 mar. 2022.

[4] CORREIA, Daiana Godinho Martins. Formação Docente em cursos de Licenciatura da UFSM: sobre políticas curriculares e discussões de gênero e de sexualidades. 2021. Mestrado (Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

[5] FURTADO, Nayara Frutuoso. A agenda 2030 e a redução de desigualdades no Brasil: análise da meta 10.2. 2018. Especialização (Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento – ENAP) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, Brasil.

[6] JUBILUT, Liliana Lyra et al. Direitos humanos e vulnerabilidade e a agenda 2030. Boa Vista: Editora da UFPR, 2020.

[7] KLINKOSKI, André Giovanni. Políticas curriculares para educação do campo: um olhar sobre a rede municipal de ensino de Cachoeira do Sul. Projeto de Qualificação de Mestrado (Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

[8] MORAES, Roque, GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijuí. 2016. 264 p.

[9] MULLER, Adauton Ezequiel. Assistência estudantil e inclusão digital: um estudo sobre as ações na UFSM. Projeto de Qualificação de Mestrado (Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

[10] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando o nosso mundo: a agenda para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em 15 mar. 2022.

[11] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Disponível em https://https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/. Acesso em 15 mar. 2022.

[12] PESSOA, Cláucia Garcia. Caminhos e perspectivas da coordenação de polos da Universidade Aberta do Brasil no âmbito da UFSM. 2019. Mestrado (Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

[13] SDSN Australia/Pacific (2017): Getting started with the SDGs in universities: A guide for universities, higher education institutions, and the academic sector. Australia, New Zealand and Pacific Edition. Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, Melbourne. Disponível em https://sdsnamazonia.org/como-comecar-com-os-ods-nas-universidades/. Acesso em 23 set. 2021.

[14] SOEIRO, Aline Fernanda. A atuação do tutor presencial no curso de Pedagogia UAB/UFSM e sua relação com os processos de aprendizagem . 2019. Mestrado (Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

[15] SOEIRO, Aline Fernanda; CECCHIN, Andréa Forgiarini; NOGUEIRA, Vanessa dos Santos. Sentidos e significados no processo de aprendizagem no ensino superior a distância: a atuação do tutor presencial. Research, Society and Development, v. 10, n.º 2, p. 1-10. 2021.

[16] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Portal de Projetos. Santa Maria, RS: Centro de Processamento de Dados, 2017. Disponível em: https://portal.ufsm.br/projetos/gerente/projeto/view.html?idProjeto=58679.. Acesso em: 06 abr. 2022.

[17] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Portal de Projetos. Santa Maria, RS: Centro de Processamento de Dados, 2018a. Disponível em: https://portal.ufsm.br/projetos/gerente/projeto/view.html?idProjeto=60920. Acesso em: 06 abr. 2022.

[18] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Portal de Projetos. Santa Maria, RS: Centro de Processamento de Dados, 2018b. https://portal.ufsm.br/projetos/gerente/projeto/view.html?idProjeto=62186. Acesso em: 06 abr. 2022.

[19] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Portal de Projetos. Santa Maria, RS: Centro de Processamento de Dados, 2018c. https://portal.ufsm.br/projetos/gerente/projeto/view.html?idProjeto=60303. Acesso em: 06 abr. 2022.

[20] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Portal de Projetos. Santa Maria, RS: Centro de Processamento de Dados, 2020. Disponível em https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/view.html?idProjeto=66121. Acesso em 12 mar. 2022.

Capítulo 8

Avaliação da aceitação da alimentação em crianças de 02 a 04 anos matriculadas em creche pública no município de Queimadas-PB

Taís Lima Silva
Micaela do Nascimento Silva
Radmila Raianni Alves Ribeiro
Rikaelly Vital Costa
Samara Silva da Costa
Gabriela Mariana Cruz Pimentel

Resumo: A alimentação escolar é pensada no sentido de suprir as necessidades nutricionais das crianças de diversas faixas etárias no universo escolar. O presente trabalho teve como objetivo analisar a aceitação da introdução alimentar de crianças com idade de 02 a 04 anos que estão regularmente matriculadas em Creche Municipal Irene Pereira dos Santos município de Queimadas – PB. Em seu arcabouço teórico a discussão foi direcionada a temas da alimentação infantil, como o aleitamento materno, alimentação complementar e a neofobia alimentar. O estudo foi organizado nas de observação, identificando metodologia docente ao desenvolver temáticas sobre a alimentação; interação com pais, professora e merendeira para preenchimento dos questionários semiestruturados para obtenção de dados referentes ao comportamento alimentar dos alunos envolvidos na pesquisa; prática, onde professora realizou as dinâmicas sobre alimentação saudável e alimentação não saudável, permitindo aos alunos contatos com alimentos diversos. A turma escolhida possui 20 alunos matriculados, dos quais apenas 11 alunos participaram da pesquisa, com livre consentimento dos pais, o que representa um percentual de 55% do total de alunos da turma. Constatou-se durante a pesquisa elevada aceitação alimentar dos alunos na faixa etária entre 02-04, e que esta aceitação está relacionada aos hábitos alimentares da família, ao trabalho educacional desenvolvido pela escola e a interação com os colegas de classe permitindo a readequação de hábitos alimentares não saudáveis e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis.

Palavras-chave: Nutrição Infantil. Alimentação complementar. Segurança alimentar. Neofobia alimentar. Hábitos alimentares.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade global tem passado por profundas transformações nas últimas décadas, sobretudo na área de produção e distribuição de alimentos. O auxílio da biotecnologia garante a megaprodução de alimentos, entretanto, não se traduz em equidade alimentar, nem tampouco em uma perspectiva de alimentação saudável (SANTOS, *et al.*, 2020).

A sociedade de consumo, adepta do estilo de vida americano, em processo de expansão mundial no século XX tem influenciado no desenvolvimento de hábitos alimentares, principalmente do público infantil, através da indústria alimentícia com a expansão das empresas multinacionais produtoras de comida rápida (CASADO, *et al.*, 2021).

A aceitação ou recusa dos alimentos pelas crianças, ocorre potencialmente pelas experiências vivenciadas por elas no seu consumo alimentar cotidiano. Considerando fatores como a desigualdade social, pode se afirmar que os valores alimentares se explicam pelo ato de comer, transmitido pela sociedade desde as primeiras relações e dos cuidados maternos em que são formados hábitos socioculturais com preparo dos alimentos, culinária e forma de se alimentar passados por cada geração desde os princípios (ALVARENGA, 2016).

Além disso também estão relacionados ao desenvolvimento alimentar, os fatores ambientais ligados à disponibilidade de alimentos e ao acesso a cultura alimentar regional. Quando a criança está inserida em um ambiente familiar que tem disponibilidade de alimentos in natura, regionais e caseiros, por exemplo, tem a oportunidade de conhecer os alimentos adequados precocemente. Nesse sentido, a mesma tem um contexto mais favorável ao desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis (GARCEZ *et al*., 2015).

Os primeiros dois anos de vida são fundamentais para o incentivo e a adoção de hábitos alimentares saudáveis e para prevenção de doenças crônicas em fases posteriores da vida, já que os hábitos alimentares estabelecidos nesta fase da vida tendem a se manter na vida adulta (BRASIL, 2015).

Durante a fase entre 0 a 6 meses a alimentação infantil é iniciada no aleitamento materno, importante fonte de nutrientes para o desenvolvimento infantil, atuando no fortalecimento da imunidade, recomendável em exclusividade até o 6º mês de vida da criança, e de forma complementar a partir desse período, em que o processo de introdução da alimentação complementar é iniciado, possibilitando a criança o contato com diversos tipos de alimentos, que associado ao comportamento familiar minimiza o risco de desenvolvimento a neofobia alimentar infantil, promovendo uma melhor aceitação alimentar e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis na infância (OLIVEIRA e AVI, 2017; SANTANA, 2021).

Considerando a importância da alimentação para a promoção da saúde e nutrição infantil e a crescente preocupação com a relação entre alimentação e distúrbios nutricionais, o presente estudo teve como objetivo analisar a aceitação da introdução alimentar de crianças com idade de 02 a 04 anos que estão regularmente matriculadas em Creche Municipal Irene Pereira dos Santos município de Queimadas – PB.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO INFANTIL: DEFINIÇÕES E CONCEITOS

A alimentação e a nutrição são requisitos básicos para a promoção e proteção da saúde, para que as pessoas possam afirmar de forma plena o potencial de crescimento e desenvolvimento humano, bem como a qualidade de vida e a cidadania. Nas últimas décadas, a população brasileira passou por grandes transformações sociais que alteraram seus padrões de saúde e de consumo alimentar (MOZETI *et al.,* 2016).

O ato de alimentar-se não se restringe apenas a suprir as necessidades corporais, mas constitui uma relação de valores sociais, culturais, afetivos e sensoriais, em um momento de confraternização e prazer entre familiares e amigos. Nesse contexto relacional o alimento é apreciado além do seu valor nutricional, em suas cores, sabores e texturas, em um verdadeiro jogo de sensações. O mais importante a ser notado é que uma alimentação saudável não é necessariamente composta por alimentos caros, mas por alimentos naturais provenientes da produção local, diversificada, colorida, com garantia de qualidade, ou seja, segura para o consumo e livre de contaminação (LEÃO, 2013).

Nesse sentido, de acordo como o Ministério da Saúde, é recomendável que a alimentação do indivíduo esteja de acordo com suas necessidades alimentares, adequando-se a cada fase ao longo da vida, sua cultura, raça e etnia. Esta por sua vez deve ser acessível fisicamente e financeiramente, com qualidade e

quantidades adequadas, sustentáveis e com o mínimo de contaminantes ao organismo. Os bons hábitos alimentares desde a infância são fundamentais para o controle e prevenção de carências nutricionais na criança e doenças crônicas na idade adulta, indispensáveis para a qualidade de vida (BRASIL, 2013).

Conforme aponta Vitolo (2015), na faixa etária entre 02 e 06 anos os aspectos fisiológicos e comportamentais se caracterizam pela semelhança de funções aos de um indivíduo adulto, por exemplo, o metabolismo e a digestão, redução do ganho de peso e estatura, redução de apetite e necessidade calórica, que devem ser considerados na abordagem nutricional. Embora ao se comparar o sistema metabólico infantil e o adulto, estes apresentam funções distintas, na criança o volume gástrico é pequeno e o seu apetite inconstante. Logo, a falta de apetite em alguns momentos não representa necessariamente um problema.

Entretanto, nutrir-se é diferente de alimentar-se, pois a Nutrição consiste no estado fisiológico resultante do consumo alimentar e da utilização biológica de energia e nutrientes em nível celular (BRASIL, 2013). Ou seja, ela independe da vontade do indivíduo e é um processo autônomo do corpo, mas é consequência da alimentação (PIASETZKI; BOFF, 2018).

A alimentação e nutrição infantil inicia-se com o aleitamento materno parcial ou exclusivo por pelo menos os primeiros seis meses, somente após esse período deve ser introduzida a alimentação complementar, evitando o desenvolvimento da neofobia alimentar durante infância (BRASIL, 2016).

A amamentação, ou aleitamento materno (AM), é o período de tempo durante o qual o recém-nascido se alimenta total ou parcialmente do leite materno. Em geral, a criança o suga diretamente do seio materno, mas em condições especiais ela pode recebê-lo de uma mamadeira, um copinho ou de uma colher (ABCMED, 2014).

O leite materno é o alimento mais completo para o bebê, pois fortalece a imunidade da criança e favorece a prevenção de doenças respiratórias e infecciosas (VOGEL, 2020). É composto por nutrientes de alta qualidade e de fácil digestão, contendo todo líquido necessário a hidratação do bebê, dispensando a utilização de líquidos adicionais, consiste do meio mais seguro e de baixo custo na alimentação de crianças até seis meses de vida (UNICEF, 2021).

A importância do AM exclusivo até o sexto mês de vida está relacionada, sobretudo com o desenvolvimento infantil nos dois primeiros anos de vida, pois neste período ocorre o desenvolvimento do sistema nervoso central e o amadurecimento do sistema imunológico, sendo esta, uma fase marcante da formação de hábitos alimentares (GARCEZ *et al.*, 2015). Para estes autores, a primeira impressão dos hábitos alimentares se inicia no período intrauterino, quando o feto recebe os primeiros nutrientes, cuja ausência ou excesso podem desencadear riscos à saúde, bem como o desenvolvimento de doenças crônicas.

O AM configura-se como elemento essencial para garantir o crescimento e o desenvolvimento psicológico e motor adequados, atender as necessidades nutricionais da criança, propiciar fatores de promoção e proteção para a saúde materno-infantil, reduzir a morbimortalidade na primeira infância, aumentar o vínculo afetivo e reduzir gastos. Quando a amamentação é realizada na primeira hora após o parto, pode diminuir consideravelmente os riscos de mortes neonatais, o que representa um indicador de excelência dessa prática (SCHINCAGLIA *et al.,* 2015).

A falta do AM exclusivo ou sua interrupção precoce tem impacto total no desenvolvimento de doenças alérgicas, diarreicas e desnutrição, enquanto outros fatores (como baixa ingestão de alimentos ou má qualidade) continuam a agravar possíveis situações de desnutrição ou algum problema de saúde advindas de má alimentação (ALVES, 2017).

Sobretudo no contexto atual, cujo o cenário da pandemia do COVID-19 tem colocado em risco toda a população, em face da letalidade do vírus, um estudo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HC), (FMUSP, 2021), realizado pelo Instituto da Criança e do Adolescente, indicou presença de anticorpos em leite de colaboradoras lactantes do HC, imunizadas com a vacina Coronavac, do Instituto Butantã. Foi observado que a segunda dose fornece um incremento no nível de anticorpos das gestantes e, em algumas das colaboradoras, níveis altos de anticorpos contra a covid-19 mantiveram-se no leite mesmo depois de alguns meses de amamentação.

Conforme a matéria publicada pelo Jornal da USP, o AM oferece dupla proteção, primeiro por meio da placenta, com anticorpos da classe IGG, que têm um período mais curto de vida e também pelo leite materno, com anticorpos da classe IGA, repostos com mais frequência em função do aleitamento

constante. O leite materno é importante justamente porque carrega um grande repertório de anticorpos, acumulados ao longo da vida da gestante (SAMPAIO, 2021).

Entretanto, conforme a criança se desenvolve aumenta a necessidade de consumo de alimentos que possam a carência nutricional conforme a fase de desenvolvimento da criança, por isso é importante a promoção de uma introdução da alimentação complementar bem planejada, pois esta será depois do aleitamento materno até os dois anos de idade o meio de alimentação mais comum, torando-se a principal fonte de nutrientes necessários ao desenvolvimento físico das crianças nas fases posteriores da vida.

A alimentação complementar corresponde ao período em que outros alimentos líquidos e sólidos são introduzidos na alimentação infantil paralelamente ao aleitamento materno (BRASIL, 2015). A introdução de novos alimentos se faz necessária, pois a partir dos 6 meses de idade o leite materno deixa de ser suficiente para satisfazer todas as necessidades do organismo do bebê, os alimentos serão oferecidos em complementação ao leite materno e não como substitutos. Entretanto, sabe-se que existe uma elevada prevalência de mães que começam a realizar a introdução de outros alimentos em substituição ao leite materno, podendo trazer alguns prejuízos para a criança (SCHINCAGLIA *et al.*, 2015).

Nesse sentido cabe ressaltar a importância da melhoria das práticas de alimentação complementar, sendo necessária a intervenção para a promoção de hábitos alimentares saudáveis na infância. Estando as estratégias de intervenção nutricional listadas entre as ações mais efetivas na prevenção e redução da mortalidade infantil na faixa etária até 5 anos. Com destaque para a promoção da alimentação complementar, a terceira entre as ações mais efetivas, com potencial de prevenção de 587 mil mortes por ano, cerca de 6% dos óbitos ocorridos nessa faixa etária (BALDISERRA; ISSLER; GIUGLIANI, 2016).

A introdução de alimentos complementares deve ser lenta e gradual. As mães devem ser informadas de que, como tudo é novo, os filhos tendem a rejeitar o primeiro suprimento de alimento: colheres, consistência e sabor. (VOGEL, 2020). Essa relutância de comer ou provar novos alimentos consiste na neofobia alimentar, alimentar, pois é tudo novidade no mundo da criança, que até então alimentava-se exclusivamente do leite materno. O nível de neofobia alimentar é condicionado por fatores culturais, socioeconômicos, faixa etária, gênero, nível educacional e situação urbana (RODRÍGUEZ-TADEO *et al.*, 2015).

As crianças em idade pré-escolar tendem a desenvolver caracteristicamente a neofobia alimentar e, em algumas delas esse comportamento persiste por um extenso período, mantendo-se em alguns casos até a idade adulta. O comportamento neofóbico é comumente definido como seletividade alimentar (SAMPAIO *et al.* 2013). Esse comportamento é potencializado quando a ingestão de alimentos ocorre em pequenas quantidades e pouca variedade de alimentos. É comum que crianças seletivas consumam quantidades insuficientes e recusem grupos de alimentos específicos ou que haja alguma preferência de método de preparação específico (KWON *et al.*, 2017).

Em decorrência da neofobia alimentar pode ocorrer a limitação a determinados alimentos, em consequência da redução da variedade de alimentos, resulta o menor consumo de frutas e vegetais (SANTANA, 2021). Sobre esse aspecto Lafraire *et al.* (2016) salientam que a neofobia alimentar está relacionada a respostas fisiológicas que indicam o medo em relação a novos alimentos.

Entretanto este não consiste apenas em um comportamento natural, mas resultado das práticas alimentares vivenciadas no ambiente familiar. Em seu estudo Wyse, Wolfenden e Bisquera (2017), constataram que o ambiente doméstico pode influenciar no aumento de ingestão de frutas e verduras, desde que os pais aumentem o consumo e a oferta para os filhos. Portanto, o ambiente doméstico pode potencializar ou minimizar aspectos relacionados a neofobia alimentar, uma vez que a oferta variada de alimentos possibilita o maior contato e possibilidade de aceitação por parte das crianças.

2.2. A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A escola constitui o espaço de promoção da saúde, pelo papel de formadores de opiniões e cidadãos, estimulando a autonomia, o exercício dos direitos e deveres, o controle das condições de saúde e qualidade de vida, bem como na obtenção de comportamentos e atitudes considerados como saudáveis. As atividades educativas promovem saúde na escola, principalmente a promoção da alimentação saudável (PAS), que representam possibilidade concreta e impactante sobre a saúde (CAMOZZI *et al.*,2015).

A alimentação escolar é uma necessidade básica aos alunos durante sua permanência na escola, visando melhorar a capacidade de aprendizagem, formar bons hábitos alimentares e manter o aluno na escola. Portanto, essa deve ser adequada em qualidade e quantidade (GOES, 2016).

No tocante ao desenvolvimento de preferências e hábitos alimentares, são necessários alguns cuidados específicos na rotina alimentar, estabelecendo uma quantidade e qualidade, bem como dispor de variedade e regularidade das refeições, pois é na fase pré-escolar que as características do desenvolvimento infantil são evidenciadas (SANTIAGO, 2016).

Desse modo, a escolha alimentar é referenciada pelas preferências alimentares desenvolvidas durante a idade pré-escolar, tendo na família o papel fundamental no processo de formação das crianças, pois considera-se que estas exercem influência sobre as crianças. Entre os elementos que determinam tais preferências alimentares destacam-se, as consequências fisiológicas da ingestão, a repetição da oferta dos alimentos e o âmbito social em que a criança está inserida (SILVA; NEVES; NETTO, 2016).

Tal concepção encontra validade no fato de que a formação dos padrões e predileções alimentares das crianças, ocorrem por meio da observação do comportamento alimentar, principalmente dos pais. A observação dos padrões alimentares da família, sobretudo, da mãe, determina a quantidade e a frequência, bem como os tipos de alimentos dos quais as crianças se alimentam (BONFIM; ALMEIDA, 2019).

Entretanto, pode-se afirmar que a aquisição de novos hábitos alimentares por crianças em idade pré-escolar, ocorre ao se observar outras pessoas, inclusive outras crianças. Isso ocorre em função da tendência que as crianças com preferências preestabelecidas possuem de optar pelos alimentos de preferência do grupo em que estão inseridas, alterando suas preferências iniciais (SILVA; NEVES; NETTO, 2016).

A observação do padrão alimentar e sua relação com o estado nutricional das crianças em idade pré-escolar, combinada com a influência do ambiente familiar, proporciona a escola a capacidade de reordenar adequadamente com o auxílio do nutricionista, uma proposta eficiente para desenvolvimento da educação alimentar e nutricional (PONTES *et al.*, 2016).

Sendo os primeiros anos de vida, principalmente os três primeiros anos fundamentais para a aquisição de conhecimentos e competências, é importante que o desenvolvimento das crianças ocorra a partir da escola, pois neste momento se encontram no estágio básico de seu crescimento e desenvolvimento. Mas também, pelo fato de que em decorrência das mudanças socioeconômicas que estão ocorrendo na sociedade, às creches tornaram-se importante demanda para as pessoas. (MURARI, 2021).

Sobre essa perspectiva, a alimentação adequada e saudável de crianças e adolescentes em idade escolar é de fundamental importância, pois contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, além de ajudar na formação de hábitos alimentares saudáveis (RAPHAELLI *et al.,* 2017*).*

2.3. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA UMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE QUALIDADE

No tocante ao desenvolvimento de práticas voltadas para a alimentação adequada, principalmente nas escolas, destacam-se enquanto principais políticas públicas em alimentação e nutrição que alcançam o grupo pré-escolar no Brasil são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2015) e a Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde (COURA, 2019).

O PNAE baseia-se na Lei no 11.947 de 16/06/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, em como promover as ações do programa através do cumprimento das suas diretrizes, e afirma que o Programa por sua vez tem por finalidade colaborar com o incremento da aprendizagem e constituição de hábitos saudáveis para os alunos através da oferta da merenda escolar adequada e ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2015).

A principal finalidade do PNAE, consiste na garantia da formação de uma educação alimentar saudável, garantindo assim o atendimento nutricional ao público das unidades escolares, e promovendo a educação alimentar e nutricional, sendo responsável por garantir que 70% dos alimentos servidos na alimentação escolar sejam frescos ou minimamente processados e que pelo menos 30% do orçamento da alimentação escolar sejam utilizados com alimentos de agricultura familiar local. Essa diretriz foi destaque no Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes, proposto pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2017).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho consiste de uma pesquisa qualitativa e participativa, desenvolvida entre os meses de agosto a novembro de 2021, com uma turma de 20 alunos da educação infantil com idade entre 2 a 4 anos, que em função da faixa etária, a obtenção de informações sobre os hábitos alimentares foi realizada por meio da observação no período em que elas se encontravam no ambiente escolar e por meio da aplicação de questionários semiestruturados, de autoria própria, com os pais e os professores responsáveis pela turma.

Inicialmente buscou-se contato com a gestão da referida creche onde se desenvolveu a pesquisa, que intermediou a interação com a professora da turma, com os pais dos alunos e com as merendeiras. Nesse primeiro contato foram explanados os objetivos da pesquisa, sua importância acadêmica, a finalidade e os benefícios para a comunidade escolar, no tocante ao desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis.

O período de observação teve início entre os meses de agosto e setembro, e constou sobre a observação da prática pedagógica da professora com relação aos temas voltados para a alimentação saudável e sua importância, os problemas que uma alimentação não saudável pode ocasionar ao ser humano, bem como os benefícios do consumo de frutas, verduras e legumes, principalmente quando higienizados de maneira correta. Durante esse período foi trabalhado também a questão do desperdício de alimentos e o reaproveitamento de produtos alimentares.

Após esse período, que permitiu a familiarização com a comunidade escolar, nos meses de outubro e novembro, foram aplicados os questionários semiestruturados, com questões objetivas e subjetivas, com o intuito de identificar as preferências alimentares de cada aluno, e sua aceitabilidade do cardápio disponibilizado pela escola.

A obtenção de tais informações, permitiu a elaboração de práticas e recomendações que possam incentivar as crianças a desenvolverem hábitos alimentares saudáveis por meio da realização de dinâmicas e atividades coletivas, com a utilização de estratégias e de materiais educativos, a partir de encontros participativos e de fácil compreensão para as crianças.

A partir da metodologia participativa oportunizou aos alunos o contato com práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento de um estilo de vida saudável. Na ocasião dos encontros essa interação ocorreu por meio da contação de histórias, da apresentação de vídeos educativos e de materiais didáticos ilustrativos impressos.

A participação dos pais e da docente responsável pela turma, foi de fundamental importância na identificação dos hábitos alimentares dos alunos, não apenas por isso, mas porque a participação dos pais, oportunizou a possibilidade de orientação correta sobre a dinâmica alimentar do aluno na escola e no cotidiano do lar.

A capacidade singular de expressão que as crianças possuem, oportunizou a realização de uma atividade para despertar o interesse delas por uma alimentação saudável, onde foram estimuladas de forma criativa a desenhar e pintar os principais alimentos familiarizados por elas na rotina alimentar, diferenciando os alimentos saudáveis dos alimentos não saudáveis. A participação na presente pesquisa, se deu de forma livre e consentida através da assinatura do termo de livre consentimento apêndice A, com relação aos alunos, a participação ocorreu sob expressa autorização dos pais.

Todos os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários foram analisados conforme os critérios estabelecidos para a pesquisa, conforme as orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2016) e o Manual de Alimentação da Infância à Adolescência (SBP, 2018), observando o nível de participação e instrução dos alunos, o perfil socioeconômico dos pais, as práticas pedagógicas observadas no planejamento da professora, e a diversidade de alimentos ofertada no cardápio escolar, na sequência foram tabulados e agrupados em percentuais, compondo tabelas e gráficos elaborados com a utilização do Microsoft Excel versão 2019, cuja interpretação constituiu a base dos resultados da referida pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. PERCEPÇÃO E RELATO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS

Participaram da pesquisa, 11 pais/responsáveis, 11 crianças matriculadas em uma turma de 20 alunos, sou seja, 55% das crianças se envolveram na pesquisa, conforme a informação oficial da escola, os alunos que não participaram encontravam-se com sintomas gripais, portanto, impossibilitados de frequentar a

escola em obediência aos protocolos para a retomada gradual das aulas presenciais. Participaram também da pesquisa a professora da turma e as merendeiras.

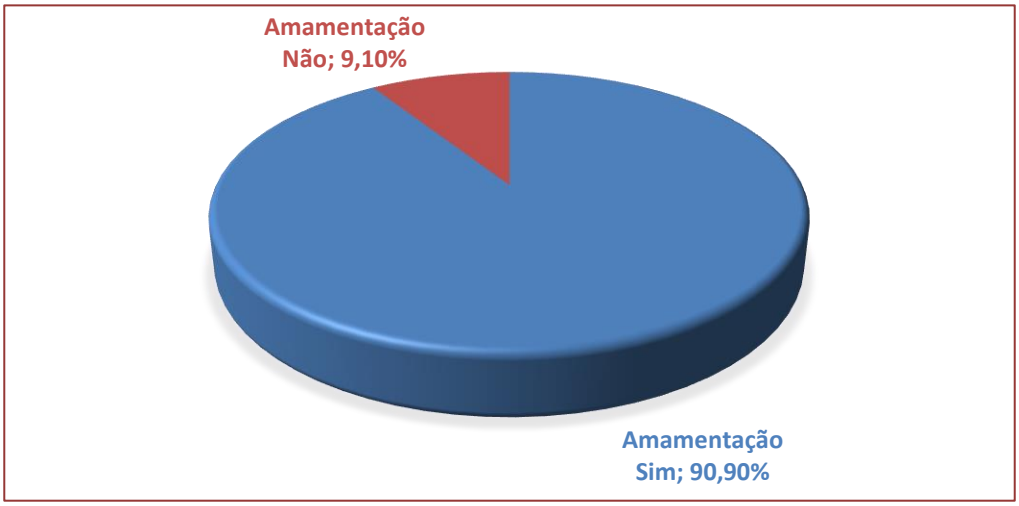
O quantitativo de pais e alunos envolvidos na pesquisa apresentou semelhança a amostragem utilizada em um estudo sobre educação alimentar e nutricional realizado em Brasília com crianças na faixa etária entre 2 e 6 anos de idade por Brito e Porto (2017), onde 50% apenas dos pais e alunos participaram da pesquisa.

As perguntas contidas no questionário respondido pelos pais, estão disponíveis no apêndice D do presente trabalho, e referiram-se ao período de amamentação das crianças, o período de início da introdução alimentar, as preferências alimentares em casa e na creche, ao período que elas passam na creche e sobre o risco de se introduzir na alimentação delas outros tipos de alimentos antes de 1 ano de idade.

Verificou-se que entre os pais/responsáveis que participaram da pesquisa, elevada predominância do sexo feminino com 90,9%, sendo o sexo masculino apenas 9,1%, com relação ao gênero do público infantil moderada predominância do sexo feminino com 55%, sendo o sexo masculino representado por 45%

As informações obtidas junto aos pais sobre a rotina alimentar dos filhos, permitiu se observar elevada prevalência entre os que passaram pelo processo de amamentação, e menor prevalência entre os que não foram amamentados, conforme a Figura 01.

Figura 1: Percentual de alunos participantes que foram amamentados



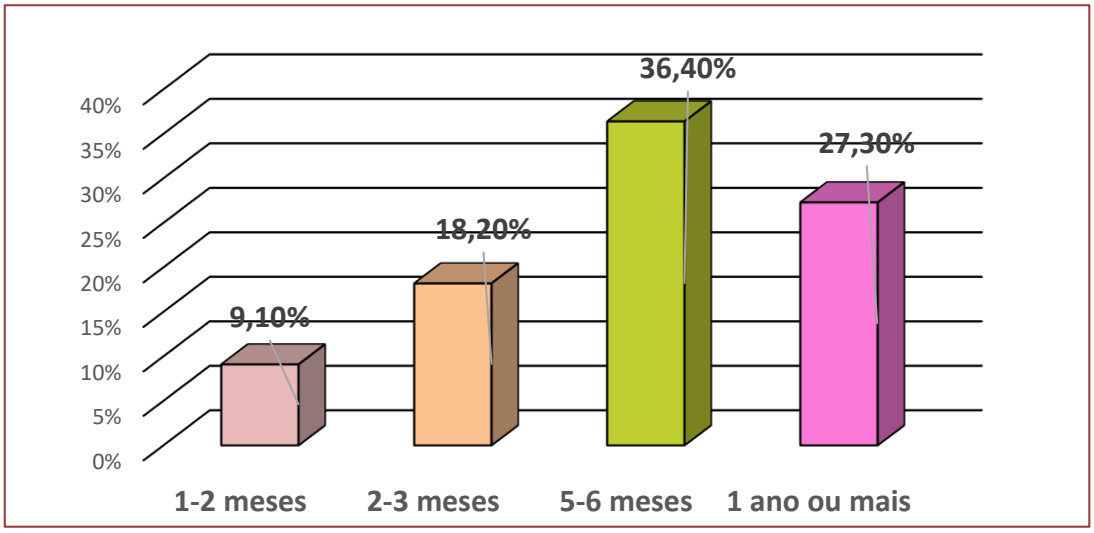
Fonte: Autoria própria, 2021.

A relevância dessa informação consiste no fato de que o AM precoce na primeira hora após o nascimento, protege o recém-nascido contra infecções, reduzindo a mortalidade neonatal. Esse risco de mortalidade devido à diarreia e outras infecções é potencializado em bebês que são parcialmente amamentados ou que não amamentaram (ALVES, 2017).

Um estudo recente elaborado por Backes et al (2018) na cidade de Tubarão – SC, apontou elevada prevalência entre os indivíduos que foram amamentados, reafirmando assim a importância do período de AM para o desenvolvimento, entretanto, estudos como o de Moreira et al. (2019) elaborado na Comunidade Paraisópolis cidade de São Paulo – SP, demonstrou um elevado percentual de crianças na idade de 6 meses que já haviam passado pelo processo de introdução alimentar precoce, onde 80% já haviam ingerido água, 51% sucos ou fórmulas lácteas e 36% já haviam consumido biscoitos. Desse modo fica evidente que os dados em diferentes pesquisas não são consensuais, sobretudo quando consideradas as diferenças culturais e socioeconômicas da população participante em cada estudo.

O contexto no qual estão inseridas as famílias dos pais e alunos participantes da pesquisa permitiu verificar moderada prevalência entre aqueles que foram amamentados entre 5-6meses de vida, e mais de 1 ano de vida, havendo baixa prevalência daqueles que foram amamentados até 2-3 meses de vida, e dos que foram amamentados apenas nos dois primeiros meses de vida conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2: Distribuição dos alunos participantes por período de amamentação

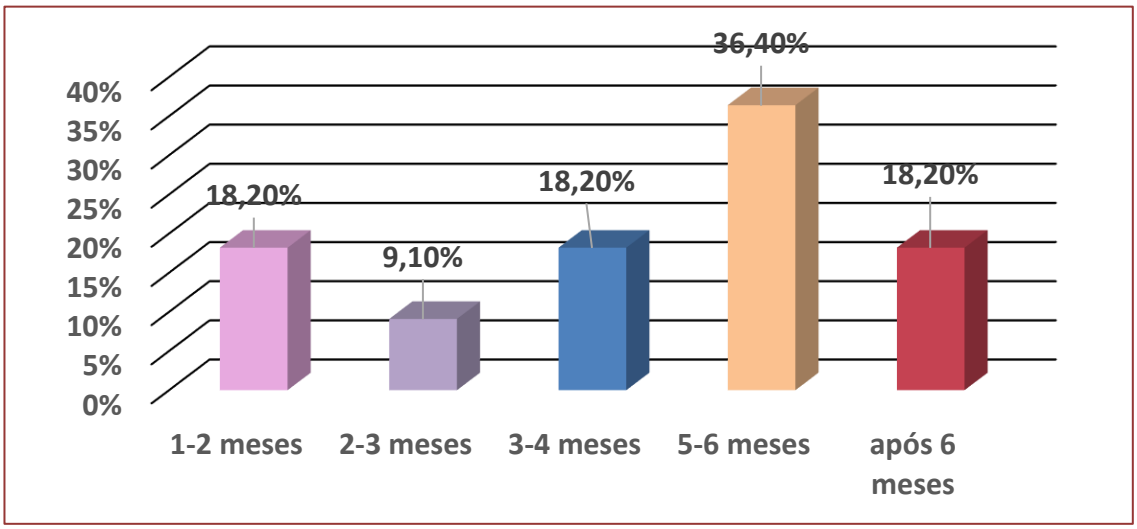


Fonte: Autoria própria, 2021.

Os dados identificados corroboram as informações apontadas em estudos como os de Gurmini et al. (2017) realizado na cidade de Curitiba – PR sobre a avaliação da alimentação complementar em escolas públicas para crianças de até 2 anos de idade demonstrou que 30% das crianças foram amamentadas por menos de 6 meses, e que 50% por mais de 6 meses e 15% não foram amamentadas, os percentuais apontados pelos autores diverge do padrão verificado no presente trabalho, isso pode ser explicado pelas diferenças de contexto sociocultural e econômico, pois as condições sociais econômicas e culturais são elementos que influenciam a dinâmica alimentar das pessoas (RAPHAELLI et al., 2017).

Associados a esses dados verificou-se moderada prevalência para aqueles iniciaram a introdução de novos alimentos na rotina alimentar dos filhos no período entre 5-6 meses, baixa prevalência entre aqueles que iniciaram essa introdução somente entre seis meses e um ano ou mais de idade, dos que iniciaram precocemente entre 1-2meses de idade, seguindo o mesmo padrão para aqueles que deram início a inserção de novos alimentos entre o período de 3-4 meses, por último, registrou-se a menor prevalência os que apresentaram outros alimentos aos filhos entre 2-3 meses de idade, conforme a Figura 3.

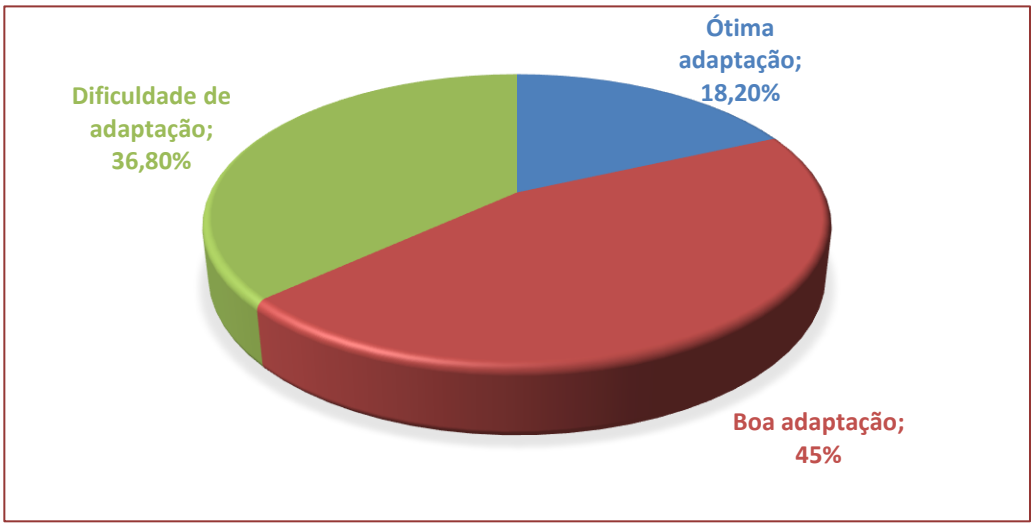
Figura 3: Distribuição dos alunos participantes por período de introdução de alimentação complementar



Fonte: Autoria própria, 2021.

A respeito da introdução alimentar quando questionados sobre como ocorreu o processo houve moderada prevalência dos que consideraram bom o processo de adaptação dos filhos aos novos tipos de alimentos, baixa prevalência dos que afirmaram ter sido ótimo o período de adaptação, e uma moderada prevalência entre aqueles que afirmaram encontrar resistências com relação a adaptação aos novos alimentos, conforme a Figura 4.

Figura 4: Percepção dos pais sobre o processo de adaptação dos filhos a introdução de alimentação complementar



Fonte: Autoria própria, 2021.

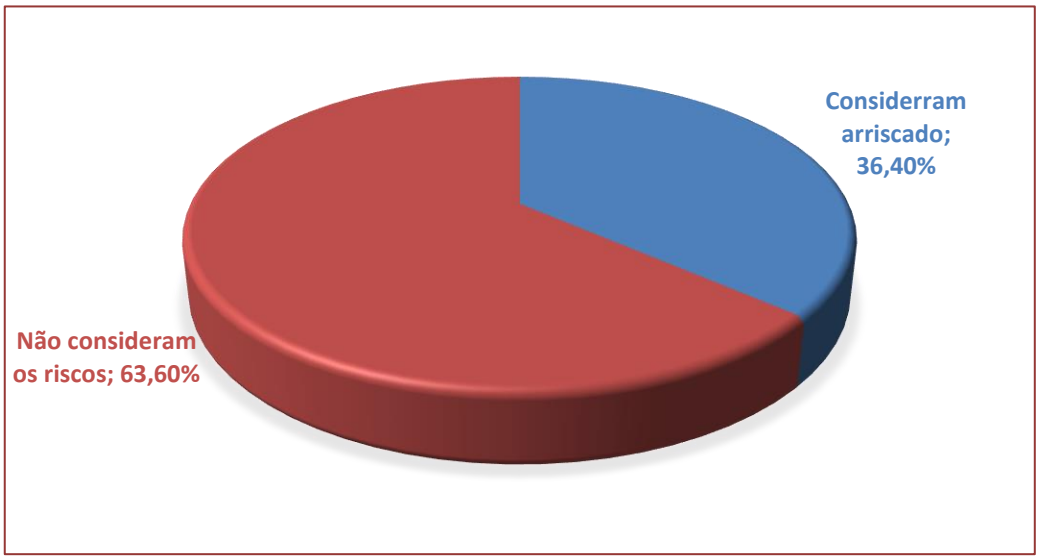
Destaca-se que a dificuldade de adaptação aos novos alimentos apresentados pode estar relacionada a dois fatores, primeiro, a extensão do período de amamentação exclusiva, segundo a baixa diversidade de itens que sejam sensíveis ao paladar dos filhos. Dados de um estudo exploratório e transversal nas cidades de Nazaré – BA e Salvador – BA, Menezes et al. (2018) apontaram que 73% das crianças desenvolveram resistências a introdução de alimentar, e que essa postura defensiva com relação a introdução de novos alimentos está relacionada ao curto período de aleitamento materno e a introdução alimentar inadequada de fórmulas lácteas e de outros alimentos na rotina alimentar da criança antes dos 6 meses de idade.

Considerando a relevância da alimentação complementar adequada, os pais foram questionados sobre a preferência alimentar dos filhos, demonstrando que 45,4% preferem a alimentação de casa, 36,4% preferem a alimentação da creche, e 18,2% aceitam bem tanto a refeição de casa quanto a da creche. Nesse aspecto 72,7% dos pais afirmaram que a aceitação dos filhos em relação aos alimentos oferecidos é boa, já 27,3% afirmaram que há dificuldades para essa aceitação aconteça sem restrições aos alimentos oferecidos. A indicação de rejeição a alimentação complementar ofertada, sugere que deve se haver a orientação de um planejamento alimentar orientado pelo profissional nutricionista (GIESTA *et al.*, 2019).

Na percepção dos pais a introdução de frutas e verduras se faz necessária para que desde cedo os filhos possam desenvolver hábitos alimentares saudáveis, desse modo, houve somados os percentuais daqueles que aceitaram bem com aqueles que não apresentaram nenhuma restrição aos alimentos apresentados, se tem o percentual de 63,2%. Entre esses, a principal preferência alimentar apontada é por frutas como laranja, melancia, mexerica, manga, mamão, banana e goiaba. Com relação as verduras e legumes, destaca-se a batata. Já as principais restrições são a frutas como acerola, caju e cajá, e com relação as verduras e legumes, as principais restrições ficam por conta da cebola, pimentão, tomate, cenoura, beterraba e chuchu. Esta composição de fatores pode ser também observada no estudo realizado por Brito e Porto (2017) em Brasília, onde foi demonstrado que as maiores preferências dos alunos são por frutas de sabores adocicados e a maior rejeição por frutas de sabores azedos ou cítricas.

Percebe-se ainda elevada prevalência entre aqueles que não consideram arriscado a introdução de novos alimentos na rotina alimentar dos filhos antes de 1 ano de idade, e uma moderada prevalência entre os que apontaram temor na introdução de novos alimentos nesse período em virtude da fragilidade o organismo do bebê, conforme a Figura 5.

Figura 5: Percepção dos pais sobre os riscos da introdução da alimentação complementar dos filhos antes de 1 ano de idade



Fonte: Autoria própria, 2021.

O contexto analisado, permite inferir que é extrema importância o desenvolvimento de uma educação alimentar e nutricional a partir dos primeiros anos da educação infantil, de modo que se possa contemplar aqueles que tem acesso a escola, com a oportunidade de construir saberes e contribuir para o fortalecimento de práticas que promovam o crescimento das crianças com qualidade de vida (DA CRUZ ATAÍDES *et al.,* 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil consiste no primeiro contato social das crianças além da família, principalmente na faixa etária observada na presente pesquisa. Por isso constatou-se a relevância da organização e da disposição de um planejamento alimentar, tendo em vista que os hábitos alimentares da criança estão em formação e conforme observado a maioria dos pais não possuem o conhecimento adequado sobre a introdução alimentar.

Nesse sentido a escola contribui relativamente para identificação da dificuldade de aceitação de novos alimentos, bem como para minimizar essa dificuldade, por meio de ações desenvolvidas em sala de aula, como a contação de histórias, a realização de dinâmicas que envolvam a participação dos alunos e contato com os alimentos e o processo de higienização e consumo corretos.

O percentual de aceitação alimentar foi relativamente alto na fase de observação, e foi mais elevado após a realização das aulas temáticas com a exposição de alimentos. Destaca-se, portanto, a efetiva participação da professora e o compromisso dos pais em permitir que as crianças participassem do desenvolvimento das atividades.

De modo geral, conclui-se que a aceitação alimentar dos alunos com relação a merenda disponibilizada na escola, está relacionada a comportamentos inerentes a rotina familiar, ao aprendizado no ambiente escolar, e a interação com os demais colegas de classe, elementos que contribuem na readequação de hábitos alimentares não adequados e desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

Desse modo analisando a relevância do papel da escola no processo de aquisição, desenvolvimento e readequação de hábitos alimentares pelas crianças que frequentam ativamente seu ambiente, sugere-se que seja organizada uma agenda temática para encontros periódicos entre os membros da comunidade escolar, para que seja possível a construção de um plano alimentar que contemple as necessidades de adequação dos hábitos alimentares oriundos do convívio familiar, de modo que haja uma melhor aceitação dos alimentos ofertados tanto em casa quanto na escola.

REFERÊNCIAS

[1] ABCMED (2014). O que é o aleitamento materno? Disponível em: < https://www.abc.med.br/p/saude-da-mulher/561947/amamentacao+ou+aleitamento+materno+o+que+e+por+que+amamentar+quais+os+beneficios+quais+os+cuidados+necessarios+a+uma+boa+amamentacao+como+fazer+o+desmame.htm> Acessado em: 15/09/2021.

[2] ALVARENGA, Marle et al. Nutrição comportamental. 1. ed. São Paulo: Editora Manole, 2016.

[3] ALVES, M.C.L. Aleitamento materno, desmame precoce e alimentação complementar: uma revisão da literatura. Monografia (Graduação), UFPB/CCS, João Pessoa, 2017.

[4] DA CRUZ ATAIDES, N.U.F.; DINIZ, A.A.; OLIVEIRA FILHO, A.S.B.; Educação alimentar e nutricional: Um estudo de caso em escola municipal de educação infantil de Balsas-MA. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 51578-51590, 2020.

[5] LEÃO, M. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. – Brasília: ABRANDH, 2013.

[6] BACKES, A.C.; CANCELIER, A.C.L. Práticas alimentares em crianças menores de dois anos: consumo de açúcar e bebidas adoçadas. Arq. Cat. de Med. [periódico online]. 2018; 47(1):71-81. Disponível em: http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-913489. Acessado em:13/12/2021.

[7] BALDISSERA, R.; ISSLER, R. M. S.; GIUGLIANI, E. R. J. Efetividade da Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável na melhoria da alimentação complementar de lactentes em um município do Sul do Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32(9):e00101315, set, 2016.

[8] BOMFIM, M.C.; ALMEIDA, S.G. A influência dos estilos parentais no comportamento alimentar dos pré-escolares e escolares. (Trabalho de Conclusão de Curso). UNICEUB, Brasília, 2019.

[9] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde: manual de implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2015a.

[10] _____. Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. Brasília, 2015b.

[11] BRITO, A.L.S.; PORTO, E.B.S. Educação alimentar e nutricional com crianças do segundo periodo da educação infantil. (Trabalho de Conclusão de Curso). UNICEUB, Brasília, 2017.

[12] CAMOZZI et al. Promoção da alimentação saudável na escola: realidade ou utopia? Caderno de Saúde Coletiva, v. 23, n. 1, p.32-37, 2015.

[13] CASADO, R. F. S. et. al.; Geografia e Globalização: aspectos das transformaç/ões mundiais e a distribuição de alimentos. XII Semana de Geografia. UEPB/CH, Guarabira, 2021.

[14] COURA, C. P. Expansão do universo alimentar de pré-escolares: estudo de intervenção. Tese (doutorado) – UFRJ, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, 2019.

[15] FMUSP. Funcionárias lactantes do HCFMUSP imunizadas com vacina Butantan revelam anticorpos em leite materno, diz estudo do ICr. Disponível em: <https://www.fm.usp.br/fmusp/noticias/funcionarias-lactantes-do-hcfmusp-imunizadas-com-vacina-butantan-revelam-anticorpos-em-leite-materno-diz-estudo-do-icr> Acessado em: 10/08/2021.

[16] GARCEZ, A. S. et al. Association between work shift and the practice of physical activity among workers of a poultry processing plant in Southern Brazil. Nutrición Hospitalaria. v. 31, n. 5, p.2174-2181, 2015.

[17] GIESTA, J.M.; ZOCHE, E. CORRÊA, R.S.; BOSA, V.L. Fatores associados à introdução precoce de alimentos ultraprocessados na alimentação de crianças menores de dois anos. Ciência & Saúde Coletiva. [periódico online]. 2019.

[18] GOMES, M.R.B. Avaliaçã o da alimentação escolar oferecida aos alunos em creche. (Trabalho de Conclusão de Curso de Nutrição) CCS/UFRN, Natal, 2016.

[19] LAFRAIRE, J. et al. Food rejections in children: Cognitive and social/environmental factors involved in food neophobia and picky/fussy eating behavior. Appetite, v. 96, p. 347-357, 2016.

[20] KWON, K.M., et al. Association between Picky Eating Behaviors and Nutritional Status in Early Childhood: Performance of a Picky Eating Behavior Questionnaire. Nutrients, [s. l.], v. 9, n. 5, p. 463, 2017.

[21] MENEZES, L.V.P.; STEINBERG, C.; NÓBREGA, A.C. Complementary feeding in infants born prematurely. [periódico online]. 2018. 30(6):1-7. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S231717822018000600301&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 12/12/2021.

[22] MOREIRA, L.C.Q.; OLIVEIRA, E.B.; LOPES, L.H.K.; BAULEO, M.E.; SARNO, F. Introdução de alimentos complementares em lactentes. Einstein (São Paulo). [periódico online]. 2019 [17(3):1-6. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167945082019000300200&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em: 12/12/2020.

[23] MOZETTI. C.R.M., et al. Importância /-da nutrição nos primeiros mil dias. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2016; 8(2): 876-884.

[24] MURARI C.P.; ARCIPRETE A.P.; GOMES-SPONHOLZ, F.; MONTEIRO, J.C. Introdução precoce da alimentação complementar infantil: comparando mães adolescentes e adultas. Acta Paul Enferm. 2021;34:eAPE01011. Disponível em:< https://www.scielo.br/pdf/ape/v34/1982-0194-ape-34-eAPE01011.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2021.

[25] OLIVEIRA, M. F.; AVI, C. M. A importância nutricional da alimentação complementar. Revista Ciências Nutricionais Online, v.1, n.1, p.36-45, 2017.

[26] OPAS (2021). Benefícios da amamentação para o bebê e a mãe. Disponível em <https://www.paho.org/pt/noticias/29-7-2021-opas-destaca-importancia-participacao-toda-sociedade-na-promocao-do-aleitamento> Acessado em: 15/09/2021.

[27] PIASETZKI, C.T.R.; BOFF, E.T.O. Educação alimentar e nutricional e a formação de hábitos alimentares na infância. Editora Unijuí • ISSN 2179-1309 • Ano 33 • nº 106 • Set./Dez. 2018.

[28] PONTES, A.M.O.; ROLIM, H.J.P.; TAMASIA, G.A. A importância da Educação Alimentar e Nutricional na prevenção da obesidade em escolares [artigo] Registro: Faculdades Integradas do Vale do Ribeira, 2016.

[29] RAPHAELLI, C.O.; PASSOS, L.D.F.; COUTO, S.F.; HELBIG, S.; MADRUGA, S.W. Adesão e aceitabilidade de cardápios da alimentação escolar do ensino fundamental de escolas de zona rural. Braz. J. Food Technol., Campinas, v. 20, e2016112, 2017.

[30] RODRÍGUEZ-TADEO, A. Neofobia alimentaria: impacto sobre los hábitos alimentarios y aceptación de alimentos saludables en usuarios de comedores escolares. Nutrición Hospitalaria, v. 31, n. 1, p. 260-268, 2015.

[31] SAMPAIO, A.B.M. Seletividade alimentar: uma abordagem nutricional. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, São Paulo, v.62, n.2, p. 164-170, fev./maio 2013.

[32] SAMPAIO, M.C. Anticorpos da covid-19 em mães vacinadas estão presentes no leite materno. Disponível em: < https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/anticorpos-da-covid-19-em-maes-vacinadas-estao-presentes-em-leite-materno-diz-estudo/>. Acessado em: 10/08/2021.

[33] SANTANA, S.A. NEOFOBIA ALIMENTAR INFANTIL: uma re/visão sobre comportamento alimentar. (Monografia Curso de Nutrição). UNIAGES, Paripiranga – BA, 2021.

[34] SANTIAGO, S.M. (2016). Comportamento parental face à alimentação da criança: estudo exploratório. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/5786/1/4950_9781.pdf> Acessado em: 15/09/2021.

[35] SANTOS, M. et.al. A globalização da fome sob o prisma dos avanços tecnológicos. Seminários temáticos do grupo de Estudos Josué de Castro. UFPE, Recife, 2021.

[36] SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. Manual de Alimentação da infância à adolescência. 4.ed.São Paulo: SBP, 2018.

[37] SCHINCAGLIA, R. M. et al. Práticas Alimentares e Fatores Associados à Introdução Precoce de Alimentação Complementar de Crianças Menores de Seis Meses na Região Noroeste de Goiânia Brasil. Epidemiol. Serv. Saúde [online]. v.24, n.3, pp.465-474, 2015.

[38] SILVA, R.H.M.; NEVES, F. S..; NETTO, M. P. Saúde do pré-escolar: uma experiência de educação alimentar e nutricional como método de intervenção. Revista de Atenção Primária à Saúde, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 321–327, 2016.

[39] UNICEF. Aleitamento Materno. (2021). Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/aleitamento-materno> Acessado em: 15/09/2021.

[40] VITOLO, Márcia Regina. Nutrição da gestação ao envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2015.

[41] VOGEL G. O novo coronavírus deixa as mulheres grávidas com escolhas dolorosas, mas poucos dados para orientá-las. In: SCIENCE.2020. Disponível em: https://www.sciencemag.org/news/2020/03/new-coronavirus-leaves-pregnant-women-wrenching-choices-little-data-guide-them. Acesso em: 08 Set. 2021.

[42] WORLD HEALTH ORGANIZATION.Indicators for assessing infant and young child feeding practices.Conclusions of consensus meeting held 6-8. November 2017. Geneva: World Health Organization, 2017.

[43] WYSE, R; WOLFNDEN, L; BISQUERA, A. Characteristics of the home food environment that mediate immediate and sustained increases in child fruit and vegetable consumption: mediation analysis from the Healthy Habits cluster randomised controlled trial. International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity, v. 12, 2017. Disponível em: https://ijbnpa.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12966-015-0281-

Capítulo 9

Mídia, Discurso e Poder: A cobertura jornalística dos Programas de Segurança Pública do Espírito Santo[10]

Maíra Mendonça Cabral
Rafael da Silva Paes Henriques

Resumo: Este artigo visa a analisar a cobertura do portal de notícias A Gazeta em relação aos programas de Segurança Pública desenvolvidos pelo governo do Espírito Santo nos dez últimos anos: Estado Presente em Defesa Pela Vida e Ocupação Social. Entendendo o jornalismo como um território discursivo, capaz de influenciar o modo como as pessoas enxergam seu espaço e seu tempo, utilizamos a Análise Crítica do Discurso (ACD) tanto para o embasamento teórico quanto como ferramenta metodológica da pesquisa, a fim de desvendar os sentidos que circulam a partir dos enunciados jornalísticos. Observou-se que o governo estadual, seja por meio de dados oficiais ou das falas de seus representantes, é a única fonte de informações sobre os programas na amostra de notícias analisada, não havendo espaço para pluralidade de vozes, ou para a inclusão das comunidades abrangidas por tais políticas.

Palavras-chave: Jornalismo; Cobertura de segurança pública; Território Discursivo; Análise Crítica do Discurso (ACD).

[10]Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa ainda em fase inicial que tem como objetivo analisar a cobertura do jornal A Gazeta e de seu respectivo portal de notícias em relação aos programas *Estado Presente em Defesa Pela Vida* e *Ocupação Social*, que se configuraram como políticas públicas norteadoras do Poder Executivo do Espírito Santo no âmbito da Segurança Pública ao longo da última década.

Tais programas passaram a ser desenvolvidos a partir de 2011 por duas diferentes e consecutivas administrações do governo do Espírito Santo, ambos com a proposta de reduzir a criminalidade e o número de homicídios a partir da implantação de um conjunto de ações, que preveem não só a repressão da violência, como também intervenções no âmbito social em bairros considerados altamente violentos no Estado.

Este estudo tem como pano de fundo a defesa do jornalismo como um território discursivo na medida em que o compreendemos um espaço de disputas enunciativas entre os sujeitos, que acabam por influenciar as pessoas na construção de suas subjetividades e, portanto, na constituição daquilo que entendem como realidade – não desconsiderando sua capacidade de reelaboração e de síntese dos discursos que lhes são apresentadas.

Parte-se primeiramente da constatação de uma inter-relação entre mídia e poder, este definido por Thompson (1998) como a capacidade de ação e de intervenção nos acontecimentos para o alcance de determinados objetivos e interesses. Tal conexão se evidencia à medida que os meios de comunicação de massa se legitimam como espaços para obtenção de informações na sociedade moderna, inserindo na agenda pública fatos antes pertencentes à esfera individual e, desse modo, constituindo-se como elementos importantes para a formação do senso comum (BOURDIEU, 2000).

Acrescentando as palavras de Becker (2004, p. 45) "a imagem de mundo que possuímos é construída a partir de experiências coletivas, e não há quem ou o que as proporcione de modo tão eficaz ou ostensivo como os discursos midiáticos".

Diante dos argumentos expostos, considera-se necessário um esforço no sentido de compreender cientificamente como temas de grande de interesse coletivo, como é o caso da violência, são apresentados pela imprensa local.

Neste artigo, será proposta uma revisão bibliográfica sobre o tema, sua interrelação com os conceitos de território e de discurso, além da análise de cinco matérias veiculadas pelo portal *A Gazeta* acerca dos programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* entre 2011 e 2019. Para isso, foram utilizadas categorias de análise extraídas da Análise Crítica do Discurso, que é entendida não só como referencial teórico-conceitual, mas também metodológico.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, não se pretende com este artigo traçar um diagnóstico completo sobre a cobertura midiática das políticas de segurança pública no Espírito Santo, mas sim buscar uma aproximação com o tema, levantando questionamentos que serão aprofundados futuramente.

2. MÍDIA, PODER E TERRITÓRIO DISCURSIVO

Conforme aponta Fischer (2013), para Michael Foucault, discurso e poder são indissociáveis, uma vez que o discurso é essencialmente uma prática inscrita no tempo histórico, na qual são forjadas lutas. Debruçando-se sobre a obra do filósofo francês, Fischer aponta que, na concepção de Foucault, o discurso é formado por um conjunto de enunciados que possuem formações discursivas semelhantes. Os enunciados, por sua vez, são compreendidos como acontecimentos.

Segundo Fischer (2013, p. 141), "exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras e expor as relações que se dão dentro de um discurso", uma vez que, para Foucault, o exercício da função enunciativa, e portanto do poder, é determinado pelas condições sociais, econômicas, geográficas e linguísticas instituídas historicamente. O discurso, por isso, exerce uma função normativa e reguladora, contribuindo para a criação das verdades de uma época (REVEL 2005, p. 37).

A partir desta definição, entende-se que o jornalismo moderno, que surge no século XIX no contexto da revolução industrial, exerce uma prática discursiva específica, uma vez que possui seu próprio modo de produção, regras e critérios de noticiabilidade, que foram desenvolvidos ao longo de seu processo de formação enquanto instituição na sociedade. Alicerçados sob a perspectiva de Foucault, enxergamos, então, as notícias como enunciados que, juntos, compõem o discurso jornalístico. Este, por sua vez, opera dentro de "um sistema estratégico em que o poder está implicado e para o qual o poder funciona"

(FOUCAULT, 2003, p. 252 apud FISCHER, 2013, p. 145).

Segundo Silva (2013), dentro de sua Teoria Social, Pierre Bourdieu desenvolve o conceito de estratégia discursiva como ferramenta necessária à ampliação do poder simbólico. "Para que um enunciado ou discurso amplie o nível de sua aceitabilidade entre seus possíveis receptores ou consumidores, necessário se faz que o produtor ou o enunciador utilize sua competência discursiva na elaboração de estratégias discursivas" (SILVA, p. 176-177).

Assim como Foucault defende a inscrição histórica da prática discursiva, Bourdieu, conforme aponta Silva (2013, p.175,176), analisa que as posições social e historicamente determinadas ocupadas pelos interlocutores na estrutura das relações simbólicas influenciam nas condições de produção do discurso.

A partir de tais análises, que influenciaram no desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso (ADC), o que fica bem demarcado é que o discurso é, inevitavelmente, carregado de intenções. Logo, depreende-se que quando esse discurso é produzido dentro da instituição jornalística, que ocupa socialmente o lugar de produção de informações, o peso simbólico dos discursos que por ela são colocados em circulação ganha uma dimensão ainda maior.

Buscando investigar a conexão entre território e comunicação, Reis e Zanetti (2017, p.19) definem territórios como "âmbitos de disputa e de poder, de controle e ocupação, de expressão e representação", extrapolando uma visão geográfica deste conceito. A partir desta concepção, compreendemos o jornalismo como um território discursivo na medida em que no interior de seus enunciados desenrolam-se essas relações de disputa entre sujeitos, que influenciam na compreensão do real.

Para Zamin (2013, p. 96), o jornalismo apresenta cotidianamente "uma cartografia do mundo possível de ser compreendida pelos discursos que engendra e pelos espaços nos quais se apresenta".

> Os acontecimentos do "mundo diante de si" (Groth, 2011) tomam a forma de uma "realidade" jornalística que, de certo modo, "funciona em sincronia com outras 'realidades disciplinadas' produzidas em outros espaços fechados e repercute as mudanças relativas à experiência e à esfera da vida" (Silva e Marocco, 2008). Os modos de objetivação jornalística contêm a organização e a interpretação do mundo, apresentado nos mapas construídos pelos jornais. (ZAMIN, 2013, p. 96).

Antolini e Rebouças (2017) afirmam que as próprias identidades e o sentido de pertencimento das pessoas são moldados em grande parte a partir do que é visto na grande mídia, que está presente em diferentes espaços cotidianos e privilegia a voz de alguns em detrimento da de muitos outros. Já Reis e Zanetti (2017) apontam ainda para a existência de uma "codeterminação entre os modelos socioeconômicos e culturais e os sistemas técnicos de comunicação" (2017, p. 26).

Na visão de Porto (2008), a mídia se constitui como importante produtora de representações sociais nas modernas democracias contemporâneas, tendo, portanto, uma função pragmática de orientar as condutas dos atores sociais. A autora reforça o eixo simbólico da comunicação ao considerar os meios como formas culturais que alimentam uma cultura coletiva à medida que agem sobre ela. A partir dessa compreensão, Porto estabelece uma conexão, centrada em uma perspectiva sociológica, dos possíveis efeitos da atuação midiática no estabelecimento de políticas de segurança pública.

Ao estudar o jornalismo sob o prisma da Análise Crítica do Discurso (ACD), busca-se justamente compreender os processos de produção de sentidos através da mídia.

Embora não integre o quadro de teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD), Charaudeau (2015) desenvolve uma análise que nos ajuda a compreender o papel da comunicação. Segundo o autor, a informação e a comunicação são as responsáveis por ditar a ordem do discurso nas sociedades ocidentais contemporâneas. A mídia usa seu poder de comunicar para reproduzir, reinventar ou criar discursos, que influenciam as trocas sociais entre os indivíduos, bem como seus valores e em suas representações. Em todo caso, trata-se sempre de uma escolha.

> Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2015, p. 39).

Compreendendo o discurso como prática social, como formas de representação, de ação e de identificação, o inglês Norman Fairclough (apud MAGALHÃES, 2016, p. 32), propõe que a análise de texto tenha uma abordagem voltada para as transformações sociais, pois ele tanto ajuda a moldar tais transformações como é moldado por elas.

A Análise Crítica do Discurso que nos propomos a fazer neste artigo tem por base o conceito de discurso de Fairclough (2001), justamente por acreditarmos que uma análise voltada para a prática social seja mais condizente com o mundo em que vivemos, atravessado por constantes mudanças econômicas, culturais e tecnológicas, das quais a própria produção jornalística busca dar conta.

É necessário pontuar que a ACD não se trata de uma disciplina, mas sim de uma seara multidisciplinar, marcada pela transversalidade com outras áreas de estudo, uma vez que sua aplicação visa a entender os sentidos dos enunciados dentro do contexto histórico esocial em que são produzidos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Fairclough (2001) propõe uma análise a partir de uma concepção tridimensional do discurso, que engloba o texto, a prática discursiva e a prática social. Para avaliar o conteúdo informativo do portal *A Gazeta,* selecionamos algumas categorias de análise propostas pelo autor. A primeira é a análise do texto, que é organizada em quatro itens, sendo eles estrutura textual, coesão, gramática e vocabulário.

A segunda é a prática discursiva, que envolve processos de produção, de distribuição e de consumo do texto em análise. De acordo com Oliveira e Carvalho (2013, p. 298), caso o objeto de análise seja um texto publicado em jornal, é possível que o analista observe, na dimensão da produção, o espaço destinado ao enunciado e o seu tamanho.

Já a distribuição do texto diz respeito ao modo como ele é colocado em circulação. No caso da versão eletrônica das matérias, que são objeto de análise neste artigo, a comunicação torna-se tecnologicamente mediada. Assim, novos gêneros discursivos são criados, já que há possibilidade, por exemplo, de se estabelecer uma ligação com outros enunciados por meio de *links*. A recepção dos textos pode ser individual ou coletiva.

Quanto ao consumo, o analista, segundo Oliveira e Carvalho (2013, p. 298) pode observar, por exemplo, se o texto é consumido individual ou coletivamente, o que influencia nas escolhas lexicais e sintáticas.

No âmbito da prática discursiva, dentro da esfera da produção do discurso, Fairclough (2001) trabalha com os conceitos de interdiscursividade e de intertextualidade manifesta. A partir da interdiscursividade é possível analisar quais discursos estão presentes no texto e a que gêneros pertencem, partindo do princípio de que todo discurso é heterogêneo. Como todos os textos aqui analisados são do gênero jornalístico, nossa atenção se voltará mais para o segundo conceito, de intertextualidade manifesta, que, por sua vez, visa a entender como acontece a representação discursiva (quem fala? de forma direta ou direta? qual o contexto dessa fala?).

A terceira categoria, a prática social, se ocupa das condições sociais e do contexto em que a prática discursiva ocorre. É partir desta categoria que Fairclough propõe a investigação de conceitos como ideologia (construções da realidade) e de hegemonia, no sentido de construção de uma visão de mundo, com o propósito de desnaturalizar a produção discursiva. No entanto, por entendermos que a amostra deste estudo é muito limitada diante da amplitude de análise exigida nesta dimensão, optou-se por não analisar a prática social.

Tendo em vista que esta trata-se de uma avaliação inicial, a escolha do corpus da pesquisa inicialmente seria feita a partir da utilização da ferramenta de busca do próprio portal de notícias. No entanto, ao usarmos os termos chaves como o nome dos programas “Estado Presente” e “Ocupação Social” ou até mesmo as palavras “Segurança” e “Violência” no buscador, não obtivemos sucesso. O resultado das buscas não apresentava notícias relacionadas ao tema estudado.

A escolha foi feita, então, a partir de buscas destes referenciais na ferramenta de pesquisa Google, na tentativa de entender quais informações surgiriam caso qualquer leitor em busca de informações as procurasse. Foram pesquisados os termos "programa estado presente a gazeta" e "programa ocupação social a gazeta". Como nos primeiros resultados apareceram poucos conteúdos relativos ao Ocupação Social, também procuramos pelo tema relacionando-o ao termo “governador Paulo Hartung”.

4. O JORNAL A GAZETA

Criado em 1928, o jornal *A Gazeta* é um veículo da Rede Gazeta, empresa de comunicação cujo controle acionário pertence à família Lindenberg desde 1949. Desde 30 de setembro de 2019, a edição impressa diária do jornal deixou de circular, dando lugar a um jornal impresso de fim de semana (*A Gazeta*).

Já o site de notícias, que existia desde 1996 e que em 2016 havia ganhado um novo layout[11], passou por uma reformulação para marcar a fase de transformação digital da empresa. Ele, que se chamava *Gazeta Online*, transformou-se em *A Gazeta*[12]. No período de transição, a empresa procurou demarcar que apesar da mudança na forma de entrega, o conteúdo jornalístico permaneceria o mesmo de sua essência. "Continuaremos apostando firme no jornalismo plural, independente, no equilíbrio editorial", destacou o diretor corporativo de Jornalismo da Rede Gazeta, Abdo Chequer[13].

Atualmente, a Rede Gazeta possui outros negócios, incluindo oito rádios e quatro emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo, que contam com dois portais de notícias locais afiliados à Rede Globo (G1 Espírito Santo e o Globo Esporte Espírito Santo), além da Ative, uma empresa de soluções digitais[14].

5. ANÁLISE DO CONTEÚDO NOTICIOSO

A formação discursiva predominante nas notícias analisadas é a de que os programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* têm o intuito de resolver o problema da violência. Em relação à intertextualidade manifesta, observa-se que há uma modificação em relação às vozes que aparecem nos textos dependendo da editoria na qual as notícias foram veiculadas.

Quando a notícia está inserida em espaços destinados à cobertura do cotidiano, a voz do governo estadual como fonte principal, que é representado de forma indireta e também direta (por meio do uso de aspas) pelos próprios governadores acontece de forma muito mais expressiva, sendo utilizada pelo narrador para costurar todo o texto. Há uma alternância constante entre as vozes do narrador e a dos governantes. Por outro lado, não se observa em nenhum dos enunciados a participação direta de outros sujeitos que também estão inseridos no contexto da segurança pública, como é o caso dos representantes das comunidades abarcadas por tais políticas públicas.

Como exemplo, na notícia *Casagrande lança programa 'Estado Presente em Defesa pela Vida' para diminuir a criminalidade no Espírito Santo*[15], publicada em maio de 2011 - quando o site *A Gazeta* ainda se chamava *Gazeta Online* - na editoria Minuto a Minuto, o narrador recorre à voz do governador Renato Casagrande como forma de explicar os objetivos e o modo de implantação do programa, que estava se iniciando.

O texto informa regiões nas quais uma das ações desenvolvidas no âmbito dessa política seria implantada. No entanto, nenhuma liderança da região citada é ouvida para que se entenda, por exemplo, quais as expectativas dos moradores em relação ao programa, bem como a visão que eles têm de questões como violência e segurança.

Na notícia *"ES está em situação diferenciada", diz Hartung sobre segurança*[16], publicada em fevereiro de 2018 na editoria Grande Vitória do portal de notícias, o narrador diz, já no lide, que *"ao ser questionado sobre a intranquilidade de moradores de regiões como Central Carapina, na Serra, e Grande Terra Vermelha, em Vila Velha, Hartung destacou o trabalho da polícia, as ações do programa Ocupação Social e a gestão de sua equipe"*.

A oração, que evidencia a preocupação diante da violência e o descontentamento dos moradores de bairros periféricos em relação ao poder público, é a única, entre todos os enunciados analisados, onde percebe-se a manifestação da população abarcada pelos programas de segurança, ainda que de forma indireta.

---

[11] Disponível em <http://ftpi.com.br/jornal/a-gazeta-vitoria/>
[12] Disponível em <https://www.redegazeta.com.br/tire-suas-duvidas-sobre-a-transformacao-digital-da-rede-gazeta/>
[13] Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/gv/novo-site-a-gazeta-tera-mais-conteudo-e-opinioes-0919>
[14] Disponível em <https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/>
[15] Disponível em <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/05/a_gazeta/minuto_a_minuto/863915-casagrande-lanca-programa-_estado-presente-em-defesa-pela-vida-para-diminuir-a-criminalidade-no-espirito-santo.html>
[16] Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/gv/-es-esta-em-situacao-diferenciada--diz-hartung-sobre-seguranca-0218>

Contudo, não há um aprofundamento do assunto. Nenhum morador ou líder comunitário foi ouvido e também não há a presença de *links*, que poderiam ser usados para fortalecer a interdiscursividade, inserindo, por exemplo, notícias sobre a violência nesses bairros que já tivessem sido produzidas e que servissem como base para que o leitor se aprofunde em tal contexto social.

Do mesmo modo, não se observa nos textos a voz de outras fontes que poderiam servir para ampliar uma discussão qualificada sobre a segurança pública e o desempenho dos programas, como é o caso de especialistas no tema.

Quando o conteúdo noticioso é veiculado em colunas de opinião, a voz predominante passa a ser a do colunista (narrador), enquanto a voz do governo estadual (como fonte oficial) sai de cena. É o que acontece em *O perigo mora longe do Estado Presente*[17] e *Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar*[18], publicados na coluna de Leonel Ximenes no início de 2019, em um momento de retomada do Estado Presente, no início da segunda gestão de Renato Casagrande, reeleito em 2018.

Em ambos os textos, o narrador questiona a eficácia da abrangência do Estado Presente, tendo em vista que a maioria dos crimes estariam ocorrendo fora das áreas contempladas pelo programa. Para construir o sentido de contrariedade/incoerência entre a proposta do programa e a realidade da segurança pública no estado, o narrador utiliza-se de dados oficiais sobre a distribuição geográfica dos registros de violência, que são coletados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp). O tom crítico é reforçado por expressões como *"é hora de atualizar"*, presente já no título do segundo texto, assim como o uso de intertítulos como: *"Pedido de Socorro"* e "*Velho Programa"*, usados para evidenciar a existência de graves problemas relativos à violência. Apesar disso, nenhuma fonte, seja um especialista em segurança, ou o próprio governo estadual, cuja atuação está no centro das críticas, é ouvida.

Nas notícias, os representantes do governo apontam os programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* como forma de demonstrar que o poder público está atento à questão da segurança pública e que está tomando providências sobre o assunto. Mas nem sempre os eixos de proteção social e o de repressão policial recebem o mesmo espaço, embora ambos sejam componentes estruturais dos programas.

Nas notícias veiculadas em editorias direcionadas à cobertura do cotidiano, nota-se um equilíbrio maior no espaço em que tais eixos recebem. Na notícia, o **"***ES está em situação diferenciada", diz Hartung sobre segurança*, uma fala do governador é destacada para evidenciar a importância do eixo de proteção social, que contempla ações sociais dentro das comunidades, como solução para a violência para além do trabalho das polícias.

Na notícia *Ocupação Social: 190 vagas para quem quer aprender uma profissão*[19], publicada em julho de 2018 na editoria de Concursos e Empregos, o eixo de proteção social é o único evidenciado. Neste caso específico, o conteúdo da notícia é voltado para a prestação de um serviço. A palavra *homicídio,* que remete diretamente à violência, é citada apenas uma vez, no final do texto.

Já nos textos jornalísticos veiculados na coluna de opinião, os dados utilizados sobre violência, especialmente os relativos a homicídios no estado, remetem mais à repressão policial. Em *Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar*, uma das notas, inclusive, reforça essa ligação ao problematizar a questão do armamento policial: *Comentário de um policial civil sobre a XG9, arma automática importada com mira a laser apreendida pela PM em Linhares recentemente: "Veja o poder de fogo dos traficantes de Linhares. A polícia nem sonha em ter armamento bom assim".*

Este é o único momento, inclusive, em que a intertextualidade se manifesta de forma direta nos textos da coluna, quando o narrador insere a voz de um policial civil não identificado para evidenciar o conflito entre a instituição policial e os criminosos.

Nota-se que a busca pelo distanciamento do narrador em relação aos fatos é uma constante e parece nortear as escolhas de palavras do narrador.

> Os indicadores serão acompanhados mensalmente. Caberá às secretarias de Segurança Pública e Defesa Social (por meio de atuações das polícias Militar e Civil) e a de Justiça, a repressão qualificada, inibindo crimes como homicídios e tráfico de drogas. Ao mesmo

[17] Disponível em <https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/o-perigo-mora-longe-do-estado-presente-0319>

[18] Disponível em <https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/programa-estado-presente-em-cinco-anos-e-hora-de-atualizar-0 419>

[19] Disponível em <https://www.agazeta.com.br/concursos/ocupacao-social-190-vagas-para-quem-quer-aprender-uma-profissao-0718>

> tempo, para reduzir a vulnerabilidade social, entram em cena as secretarias de Assistência Social, Trabalho e Direito Humanos; Esportes e Lazer, entre outras.

No exemplo, retirado da notícia, *Casagrande lança programa 'Estado Presente em Defesa pela Vida' para diminuir a criminalidade no Espírito Santo*, há uma utilização predominante de verbos em sua forma infinitiva e também no futuro do presente, no modo indicativo, conjugação que é utilizada para informar que as ações que serão implementadas dali em diante.

Por outro lado, nos textos publicados em colunas, apesar de não haver expressões que remetem diretamente ao narrador, o caráter opinativo do texto emerge a partir das escolhas do vocabulário. Como exemplo, quando o narrador diz "é hora de atualizar" no texto *Programa Estado Presente em cinco anos: É hora de atualizar* ele já expressa sua opinião em relação ao tema, destacando que algo precisa ser mudado no que diz respeito à principal política pública de segurança em nível estadual.

Já no primeiro parágrafo do mesmo texto, o autor é direto ao dizer que os 140 bairros abrangidos pelo programa "não representam um terço" dos crimes de homicídio, latrocínio, e lesão corporal seguida de morte registrados nos últimos cinco anos no estado. O uso da palavra "não", reforçada pela expressão "um terço", marcam expressamente o sentido de conflito que o autor busca evidenciar.

6. CONCLUSÃO

O discurso jornalístico é carregado de objetos simbólicos responsáveis pela produção de sentidos na sociedade, influenciando o modo como os sujeitos enxergam seu presente e, por isso, moldando a construção de memórias.

Tendo isso em vista, não só os programas de segurança pública buscam atuar diretamente no processo de construção de territorialidades a partir de sua ação em áreas consideradas vulneráveis socialmente, como o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação tem potencial para interferir nesse processo. O próprio discurso jornalístico, moldado por processos produtivos, pela linha editorial e pelos valores e construções sociais daqueles que o produzem, entre outros fatores, constitui-se como um território de disputas ideológicas.

A partir da análise dos conteúdos extraídos do portal *A Gazeta* pudemos observar a presença de poucas vozes nos textos, que majoritariamente são norteados pelo próprio governo estadual - responsável pelas políticas de segurança - e pelo narrador..

Segundo o conceito de interdiscursividade de Fairclough (2001), um discurso é sempre heterogêneo, marcado pela presença de diferentes discursos, que se intercalam. Retomando o conceito de dialogismo de Mikhail Bakhtin, que segundo Penteado e Silva (2013, p. 54) "se dá pela interlocução entre interlocutores diretos e pela relação entre vozes presentes, de forma explícita ou não, nos enunciados", observa-se a presença de poucas vozes nos textos, que em todos os enunciados são norteados pelo próprio governo estadual - responsável pelas políticas de segurança - e pelo narrador.

Diante disso, a pluralidade da construção discursiva na amostra analisada poderia ser potencializada com a utilização de outras fontes, como os representantes das comunidades para os quais os programas são voltados. Especialmente nos textos publicados em editorias de cobertura do cotidiano, não há informações relativas aos resultados dos programas, algo que poderia ser conseguido a partir da abertura de espaço para mais fontes e ainda de questionamentos diretos ao próprio governo.

Do mesmo modo, é possível notar como um mesmo assunto é tratado de formas diferentes a depender do espaço em que é veiculado no jornal (se é um espaço que abre mais brechas para opinião ou se exige um certo esforço de impessoalidade por parte do jornalista ou, ainda, se destina-se a prestar um serviço, por exemplo).

Por se tratar de um estudo inicial, não é possível elaborar uma trajetória de como os programas de segurança pública vêm sendo tratados por *A Gazeta* ao longo de dez anos.

No entanto, com tais apontamentos abre-se uma possibilidade de investigar, a partir da Análise Crítica do Discurso, o que é dito o que não é dito, por quem, quais são os elementos presentes nesse discurso. É possível investigar também como a classe política, que comanda o poder público, tem se valido do território discursivo do jornalismo para apresentar tais programas, já que apesar de diferentes nomenclaturas, eles possuem uma estrutura semelhante.

O que se pretende, ao utilizar a Análise Crítica do Discurso, é desenvolver um modo de desnaturalizar a produção discursiva acerca dos programas de segurança, que é o que determina o modo como eles são vistos nos espaços por onde esses discursos circulam.

REFERÊNCIAS

[1] ANTOLINI, Marialina Côgo; REBOUÇAS, Edgard. Comunicação, direitos humanos e cidadania: territorialidades que se entrelaçam. In: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth (org.). Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias. Vitória, Edufes, 2017. p.186-230.

[2] BECKER, Beatriz. A linguagem do telejornal. RJ; E-papers, 2004.

[3] BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

[4] CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

[5] FAIRCLOUGH, Norman.; MAGALHÃES, Izabel. Discurso e mudança social. Brasília: UNB, 2001.

[6] FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p.123-151

[7] OCUPAÇÃO social. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Disponível em <https://sedh.es.gov.br/ocupacao-social-3>. Acesso em: 3 ago.2020.

[8] OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 281-309

[9] PORTO, M. S. Mídia, segurança pública e representações sociais. Tempo Social, São Paulo, USP, v. 21, n.2, p.211-233, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a10.pdf . Acesso em: 3 ago.2020.

[10] REVEL, Judith. Michel Foucault Conceitos Essenciais, 2002. São Carlos: Claraluz, 2005. SILVA, Adriana Pucci Penteado de Faria e. Bakhtin. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.).

[11] Estudos do discurso: perspectivas teóricas. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p.45-69

[12] SILVA, José Octacílio da. Bourdieu. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p.153-181

[13] THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

[14] ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth. Comunicação e territorialidades: um campo a ser desbravado. In: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth (org.). Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias. Vitória, Edufes, 2017,p.21-33.

[15] ZAMIN, Angela. Jornalismo e território: a cartografia diária das coisas do mundo. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. v.15, nº 2, maio/agosto 2013. Disponível em: file:///C:/Users/maira/Downloads/3488-15529-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

Capítulo 10

Representações da violência e formas de resistência em Olhos D'água, de Conceição Evaristo

Sheine Tainne Rocha de Souza
Yvonélio Nery Ferreira

Resumo: A formação social brasileira configurou-se a partir de processos violentos, caracterizados por dominação e exclusão de grupos discriminados e mantidos à margem da sociedade (o povo negro, o povo indígena e as mulheres, por exemplo). Além dos colonizadores deixarem uma dívida irreparável com os negros, também deixaram como herança a forte dominação masculina, forjando um Brasil regido pelo patriarcalismo. Assim, as mulheres sofreram diversas violências e foram colocadas em posição de subalternidade se comparada ao homem dentro da sociedade, especialmente as negras. Esse passado atroz repercute até hoje, embora tenha sido, muitas vezes, naturalizado. Nesse contexto, é possível afirmar que a literatura se torna uma forma de resistência, dando voz a diversos sujeitos silenciados. Diante dessa perspectiva, o objetivo deste texto é promover uma leitura de questões de representação da violência e formas de resistência da mulher negra nos espaços urbanos, retratadas em contos da coletânea Olhos D'Água, de Conceição Evaristo (2015). Para tanto, os pressupostos teóricos de Grada Kilomba (2019), Djamila Ribeiro (2017), Silviano Almeida (2018), Rebecca Solnit (2017), Heleieth B. Saffioti (1987), entre outros, são significativos para as abordagens aqui desenvolvidas.

Palavras chave: Olhos d'água. Violência. Resistência. Conceição Evaristo.

1. INTRODUÇÃO

Olhos d'água, de Conceição Evaristo (2015), é uma coletânea de 15 contos cujas histórias relatam o cotidiano de mulheres inseridas numa sociedade que perpetua a violência urbana, a miséria e a exclusão social de grupos subalternizados, baseados em questões tangíveis às noções de gênero, raça/etnia e classe social. A violência, por ser retratada sob variadas formas nos contos, nos instigou a um estudo, de maneira que, nesse texto, pretendemos analisar como o tema da violência está representado no livro, além dos modos de resistência das mulheres negras nele presentes.

A priori, convém ressaltar que, geralmente, abordagens sobre as desigualdades sociais é um tema frequente na literatura contemporânea brasileira, porém, retratado principalmente por meio da ótica de escritores brancos. Ou seja, o contexto literário brasileiro pode ser visto como uma amostra dos mecanismos excludentes, cujo espaço ainda é ocupado majoritariamente por autorias masculinas, brancas e heterossexuais. São poucas escritoras que figuram no universo literário, número que se reduz ainda mais quando se trata das escritoras negras, constantemente emudecidas ao longo do tempo.

É evidente que o silenciamento é uma forma de controle, figurando como um "fantasma a assombrar" a história das mulheres negras. No que diz respeito ao campo literário, não seria diferente, embora escrever ajude a encarar o racismo de frente e a tornar a realidade um pouco mais "suportável". Não poder compartilhar suas vivências mesmo que através da literariedade é uma morte em vida, é negação da verdade como defende Grada Kilomba (2019, p. 41):

> Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos. Eu realmente gosto desta frase "quieto como é mantido". Esta é uma expressão oriunda da diáspora africana que anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (KILOMBA, 2019, p.41).

No livro *A mãe de todas as perguntas*, Rebecca Solnit (2017, p. 17) defende que as nossas vozes são aspectos essenciais da nossa humanidade e define o silêncio como "o oceano do não dito, do indizível, do reprimido, do apagado, do não ouvido", e que a liberdade de expressão "sempre é [...] um processo de contar uma história: romper histórias, romper silêncios, criar histórias. Uma pessoa livre conta a sua história própria. Uma pessoa valorizada vive numa sociedade em que a sua história ocupa um lugar". São posicionamentos que abordam especificamente o silenciamento imposto às mulheres, como vemos na passagem abaixo:

> A violência contra as mulheres muitas vezes se dá contra as nossas vozes e as nossas histórias pessoais. É uma recusa das nossas vozes e do que significa uma voz: o direito de autodeterminação, de participação, de concordância ou divergência, de viver e participar, de interpretar e narrar. (SOLNIT, 2017, p.19).

A autora não se refere à voz em seu sentido literal, como som produzido pelas cordas vocais nos nossos ouvidos, mas à capacidade de se posicionar, de poder participar da sociedade como pessoa livre e com direitos, como fica exemplificado no trecho a seguir:

> Às vezes a fala, as palavras, a voz, mudam as próprias coisas, quando trazem a inclusão, o reconhecimento, a rehumanização que anula a desumanização. Às vezes são apenas as condições prévias para mudar regras, leis, regimes e trazer justiça e liberdade. Às vezes, a mera possibilidade de falar, de ser ouvida e ser acreditada é parte essencial do pertencimento a uma família, uma comunidade, uma sociedade. Às vezes, as nossas vozes destroçam essas coisas; às vezes, essas coisas são prisões. E então, quando as palavras rompem o indizível, o que era tolerado numa sociedade às vezes passa a ser intolerável. (SOLNIT, 2017, p. 19-20).

Essa relação de poder afeta as mulheres em variados âmbitos, como na literatura, que deveria ser vista como um vasto campo de atuação e protagonismo que vai além das diferenças de gênero e etnia/raça. Visando justamente a expansão da representatividade negra no mercado literário, várias escritoras estão lutando para conquistar espaço.

Nesse contexto, destaca-se Conceição Evaristo, uma autora negra que rompe com esse padrão literário, criando obras marcadas pelo que define como "escrevivência", termo que une "escrever" e "viver". Segundo ela: *"A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande e, sim, para acordá-los de seus sonos injustos"*[20] *(EVARISTO, 2021, s. p.).* Isso evidencia a importância das produções literárias para os movimentos negros.

Além de sua literatura de vivências ser utilizada como métodos de investigação e produção de conhecimentos científicos, essa renomada autora é constantemente homenageada e premiada em eventos. Em 2017, foi convidada para compor a capa de edição nº 24 do mês de julho de uma revista mensal e independente de literatura no Brasil *Conexão e Cultura*, lançada de forma experimental em 2015. Durante a entrevista que concedeu ao editor chefe, ela delineou como é sua literatura de escrevivência, "Uma escrita que nasce das vivências, vivendo para narrar, narrando o que vive."[21] (EVARISTO, 2017, p. 05).

Após sentir na pele o silenciamento imposto sobre as mulheres, não somente na sociedade em geral, como também na produção literária brasileira em que a figura da mulher negra comparece como objeto estereotipado pelo discurso do dominador, ela decide se aliar ao potencial transformador da escrita a partir da memória e das vivências do eu-mulher-negra, para resistir e lutar contra as amarras que ficaram no Pós-colonialismo.

Para Silvio Almeida (2018), a violência estruturada na nossa sociedade impediu, durante muito tempo, que as diferentes classes sociais e grupos étnicos pudessem alcançar patamares elevados e até mesmo uma qualidade de vida melhor, isso explica a escassez de escritores e escritoras negras no nosso cenário.

Ao considerar as conjecturas de Djamila Ribeiro (2017), sobre *Lugar de Fala*, a mulher negra também tem muito a dizer, mas para ser ouvida, precisa "Romper com o regime de autorização discursiva" (RIBEIRO, 2017, p. 55), estabelecido seguindo a hierarquia social que joga a mulher negra em último lugar dentro da pirâmide social e na relação homem x mulher.

É exatamente isso que Evaristo faz a partir de uma tessitura poética e ficcional, denunciando a condição social dos afro-brasileiros, especialmente daqueles pertencentes às camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira. Podemos pensar esse processo como uma espécie de compromisso, uma consciência que a escritora desenvolveu enquanto ainda era muito jovem, ao entender sua condição de mulher pobre e negra.

As narrativas que compõem sua obra proferem discursos pautados na representação da resistência do sujeito negro em espaços dominados pelo patriarcalismo, assim como elementos de memória, identidade e opressão.

Nesse sentido, almejamos promover uma leitura de questões de representação da violência e formas de resistência da mulher negra nos espaços urbanos, retratadas em alguns contos da coletânea *Olhos D'Água*, de Conceição Evaristo (2015), refletindo sobre as variações de gênero – questão homem x mulher na sociedade – e o papel que ocupa a mulher negra, assim como o que ficou de herança do Pós-colonialismo, utilizando como pressupostos teóricos Grada Kilomba (2008), Djamila Ribeiro (2017), Rebecca Solnit (2017), Silvio de Almeida (2018), Heleieth B. Saffioti (1987), entre outros.

2. RELATOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE EM ESPAÇOS URBANOS

Não podemos contestar as diferenças que permeiam e marcam a vida de mulheres negras e brancas. O racismo predominante na sociedade sempre agiu fazendo uso das representações de violências contra a população negra. Vale salientar que, na sociedade brasileira, o aumento da violência, principalmente do preconceito racial é diário e, quando nos referimos às mulheres negras e pobres, essas práticas as tornam insatisfeitas, descontentes e estrangeiras no próprio mundo em que vivem. Isto é, o patriarcalismo, aliado a eixos da subordinação como racismo e pobreza, intensifica as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras, consequências da herança negativa e patriarcal.

[20] *Entrevista para o colunista Morgani Guzzo, "Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira". (GUZZO, 2021).*

[21] Para o editor da Revista Conexão e Cultura, Ademir Pascale, "Entrevista com Conceição *Evaristo". (PASCALE, 2017).*

Para começar, definamos o termo gênero, partindo dos desígnios da historiadora norte-americana Joan Wallach Scott (1995), cujo trabalho volta-se para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero. De acordo com ela, é uma palavra que indica "[...] uma rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual" (SCOTT, 1995, p. 72). A escritora salienta que essa rejeição foi uma reinvindicação por parte de algumas feministas, que consideravam as teorias atreladas às questões biológicas inadequadas. Em outras alegações, o sexo deixou de ser o agente definidor das diferenças entre masculino e feminino.

Os termos são compreendidos como distintos, uma vez que a categoria gênero se reporta a uma construção social que delimita os papéis desempenhados por cada um na sociedade. Ou seja, o gênero não depende da questão biológica, como Heleieth Saffioti, em *O poder do macho* (1987, p. 8), indica:

> A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Portanto, "gênero" não é mais um termo pertinente para referir-se ao sexo biológico, mas uma expressão voltada para o desígnio da desigualdade perante a percepção das capacidades de homens e mulheres como algo socialmente construído.

Por isso, falar em "questão de gênero" é correlacionar os papéis culturalmente atribuídos às mulheres e aos homens, o segundo é considerado o patriarca, cuidando do sustento financeiro, enquanto as mulheres ocupavam-se especificamente dos filhos e do lar.

Em *Racismo Estrutural* (2018), Silvio Almeida faz um debate problematizando as questões raciais, levando em consideração o nosso contexto histórico, elucidando o processo de formação e consolidação do povo brasileiro estruturados nas ideologias do "eurocentrismo", cujos mecanismos de discriminação entre pessoas e grupos são reproduzidos nas instâncias políticas, sociais e econômicas.

Wallach Scott (1990) aborda justamente que algumas teorias de movimentos feministas defendem que esse modelo de hierarquia social se valeu dos costumes patriarcais, não da capacidade biológica dos seres humanos. Logo, para reforçar esse pensamento, refletimos sobre o fato de que as mulheres não são incapazes de trabalhar, afinal, atualmente essa classe ocupa cargos voltados para a engenharia, política, polícia e outros. Os homens, por sua vez, não são incapazes de desempenhar trabalhos voltados para o lar, pois estes não irão torná-los menos "másculos".

Dessa forma, nota-se que a hierarquia social foi alicerçada na desigualdade de gênero, concernindo aos homens atuar nos espaços públicos, sobretudo os brancos, pois os negros não podiam desempenhar funções políticas e intelectuais, eles continuaram sendo submetidos a oportunidades de trabalho braçais e com condições precárias e, para as mulheres, restava o espaço doméstico.

Em outras palavras, as mulheres ocupavam uma posição de subalternidade pelo patriarcado. Vale frisar que o conceito de subalterno na contemporaneidade é usado para descrição das condições de vida de grupos tanto em situação de exploração quanto destituídos dos meios necessários para uma vida digna. A verdade é que a população negra foi lançada à sociedade, sem passar por nenhum processo de inserção social, largada nas periferias. Sendo que as mulheres negras estão localizadas na base da pirâmide social.

Ao examinar a necessidade de discussão sobre essa temática que se manifesta no contexto urbano, selecionamos como objeto de estudo os contos "Maria", "Beijo na face", "Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos", "Lumbiá", "Ana Davenga", "Duzu- Querença", "Quantos filhos Natalina teve?" e "Olhos d'água", por tratar-se de textos que abordam a condição feminina.

Em 1990, Conceição Evaristo estreou na literatura com a publicação de poemas e contos na série *Cadernos Negros*. Em 2003, lançou seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio*, com o qual recebeu o Prêmio Jabuti de Literatura. Após este romance, lança inúmeras outras obras e, em 2016, ao completar 70 anos, publica seu sexto livro, composto por doze contos e uma novela, intitulado *História de leves enganos e parecenças*.

Pesquisar sua trajetória é relevante, porque assim torna-se possível traçar paralelos entre sua experiência de vida e suas construções narrativas, observando como sua vivência inspira a criação e vida dos personagens. São protagonistas diferentes: uma mulher negra e esposa de traficante, uma mulher negra e empregada doméstica, uma mulher negra e prostituta, um sujeito se descobrindo bissexual, uma mulher descobrindo desejo por uma semelhante. Logo, vemos vivências e perspectivas diferentes.

Os contos objetos desta leitura discorrem sobre situações de violência em uma sociedade desigual. Assim como outras autoras afro-brasileiras que vêm se destacando no cenário atual, Evaristo faz uma literatura abordando as vivências das mulheres negras em suas diversas experiências, à medida que reivindicam seu lugar de direito na nossa sociedade excludente.

São relatos daquelas que vivem em favelas e criam os filhos trabalhando duro, cercadas de violências movidas, muitas vezes, por causa da cor de pele, enfrentando uma sociedade cuja prática do preconceito racial vem desde a colonização do Brasil, com uma educação totalmente embasada no modelo patriarcal. Isso nos faz perceber a dívida histórica que temos com o povo negro, e tentar apagar ou negar a memória afrodescendente não anula a veracidade dos fatos históricos.

Ou seja, Evaristo evidencia o preconceito e a discriminação existentes contra pessoas negras de classes sociais menos privilegiadas. Em outras palavras, representa o desprezo e a exclusão tanto direcionados ao gênero quanto à raça.

No que diz respeito ao sexismo, a violência contra a mulher vem acontecendo há muito tempo, promovendo discussões nas variadas áreas de atuação, como exemplo, destacamos os apontamentos da juíza defensora da educação e dos direitos humanos das mulheres, Adriana Ramos de Mello (2020):

> O tema violência contra a mulher e feminicídio tem suscitado muitos debates no meio jurídico e na sociedade, mas os números alarmantes da violência doméstica e familiar vêm nos instigando a estudá-lo e propor soluções para o enfrentamento à violência contra a mulher pelo sistema de justiça. (MELLO, 2020, p. 15).

Essa perspectiva reafirma a necessidade de abordar constantemente essa temática e, para nos referir ao conceito de violência, vamos utilizar a definição apresentada por Heleieth Saffioti: “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral". (SAFFIOTI, 1987, p. 17).

Exemplificando os atos violentos praticados contra a mulher negra, citamos o conto “Maria”, no qual uma empregada doméstica que, ao voltar para casa depois do trabalho, está em um ônibus que foi invadido e, de todos os passageiros, é a única a não ser assaltada, pois um dos bandidos é seu ex-marido, pai de um dos seus filhos. Após os passageiros se atentarem para tal fato, os atos de violência começam.

Ela sofre violência verbal, bem como discriminação racial, de gênero e classe: “Ouviu uma voz: Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois” (Evaristo, 2015, p. 41), e ainda “Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões” (Evaristo, 2015, p. 42). Aqui, podemos analisar o discurso de poder e de superioridade impostos sobre a personagem, pregando estereótipos sobre ela. Maria também sofre violência física, “Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher”, (Evaristo, 2015, p. 42). O desfecho mimetiza a realidade de vidas negras sendo ceifadas por causa da intolerância e do ódio.

A personagem é espancada até a morte, por pessoas que nem se dão ao trabalho de apurar a verdade e que se valem de uma situação para recorrer à selvageria: “Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado”, (EVARISTO, 2015, p. 42). A construção e desconstrução da identidade negra de Maria é feita de forma depreciativa.

O sexismo é que determina as relações de poder dentro da sociedade, reproduzindo o sistema patriarcal e tornando o ambiente urbano um espaço privado, dando aos homens total liberdade, enquanto a mulher é naturalmente agredida e oprimida.

“Beijo na face”, por exemplo, relata a história de Salinda, uma mulher casada e mãe, que acaba se envolvendo com outra mulher, com encontros amorosos facilitados por uma tia. O marido, ao desconfiar da infidelidade, comete violência doméstica, lançando ameaças tanto físicas quanto psicológicas contra ela:

> Aos poucos as ameaças feitas pelo marido, as mais diversificadas e cruéis, foram surgindo. Tomar as crianças, matá-la ou suicidar-se deixando uma carta culpando-a. Salinda, por isso, vinha há anos adiando um rompimento definitivo com ele. (EVARISTO, 2015, p. 53).

Isso significa dizer que a mulher é constantemente inferiorizada em relação ao homem. As vontades femininas e o direito de ter vários amores comparado aos homens são negados. A favela também é descrita como espaço com grandes marcas da violência, por ser um ambiente de exclusão e marginalização, desprovido de estrutura e segurança. Esse espaço põe as pessoas em um estado de vulnerabilidade e medo.

No conto "Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos", o enredo versa sobre uma menina pobre que descobre o sumiço de sua figurinha preferida, a partir disso, somos guiados pela busca da menina atrás da figurinha em casa, pela vizinhança e, por fim, pelos becos da favela. Concentrada em sua missão, não presta atenção ao tiroteio que se instaura entre bandidos e policiais e acaba sendo vítima de uma bala perdida, como podemos observar:

> Em meio ao tiroteio a menina ia. Balas, balas e balas desabrochavam como flores malditas, ervas daninhas suspensas no ar. Alguns fizeram círculos no corpo da menina. Daí um minuto tudo acabou. Homens armados sumiram pelos becos silenciosos, cegos e mudos. Cinco ou seis corpos, como o de Zaíta, jaziam no chão. (EVARISTO, 2015, p.76).

Sua irmã gêmea, Naíta, sai à sua procura, pensando em como lhe contar que perdera a figurinha e quando se depara com o corpo de Zaíta, demora para compreender a situação e, absorta pelo choque, grita: "– Zaíta, você esqueceu de guardar os brinquedos!" (EVARISTO,2015, p.76).

Na passagem acima, fica exposto o descaso da vida humana e como naturalizou-se ver pessoas se tornarem vítimas fatais de tiroteios nas favelas. Outro aspecto levantado no conto é a perda da infância. No espaço urbano marginalizado, as crianças têm suas infâncias interrompidas para servir ao crime, na maioria das vezes como "bode expiatório":

> O irmão de Zaíta, o que não estava no Exército, mas queria seguir carreira, buscava outra forma e local de poder. Tinha um querer bem forte dentro do peito. Queria uma vida que valesse a pena. Uma vida farta, um caminho menos árduo e o bolso não vazio. (EVARISTO, 2015, p.73).

No conto "Lumbiá", também surge a temática sobre o trabalho infantil e a violência na vida das crianças pobres:

> Fazia um bom tempo que estava andando para lá e para cá, e não havia conseguido vender nada. Quem sabe teria mais sorte se oferecesse chicletes? E se não desse certo também, procuraria o colega Gunga. Juntos poderiam vender flores. A mãe não gostava daquela espécie de mercadoria. Dizia que flor encalhada era prejuízo certo. Sempre amanheciam murchas. Amendoim e chicletes não. Lumbiá gostava da florida mercadoria em seus braços. (EVARISTO, 2015, p. 81).

Com uma linguagem aparentemente simples, a autora aborda temas de extrema relevância social, como as retratações de violências, enfatizando a ancestralidade, a partir de personagens, em sua maioria, representados por mulheres.

Os personagens masculinos não estão excluídos, apenas são associados a uma figura perversa e impiedosa, ao mesmo tempo em que apresentam características emotivas e passionais, como o personagem Davenga, que, no conto *"Ana Davenga"*, é o dono do morro, traficante temido, a princípio, insensível, mas que se derrama em lágrimas ao fazer sexo com sua companheira Ana:

> Um pouco que ela saía para buscar roupas no varal ou falar um tantinho com as amigas, quando voltava dava com ele, deitado na cama. Nuzinho. Bonito o Davenga vestido com a pele que Deus lhe deu. Uma pele negra, esticada, lisinha, brilhosa. Ela mal fechava a porta e se abria todinha para seu homem. Davenga! Davenga! E aí acontecia o que ela não entendia. Davenga que era tão grande, tão forte, mas tão menino, tinha o prazer banhado em lágrimas. Chorava feito criança. Soluçava, umedecia ela toda. Seu rosto, seu corpo, ficavam úmidos das lágrimas de Davenga. (EVARISTO, 2015, p. 23).

O homem violento, impotente, ameaçador, que assalta e mata, é o mesmo que se afoga nos braços da mulher amada, lhe umedecendo com lágrimas e gozo. Heleieth Saffioti define esses dois comportamentos controversos na passagem abaixo:

> [...] as mulheres são "amputadas" sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. (SAFFIOTI, 1987, p. 35).

Especificamente no conto "*Ana Davenga*", Evaristo quebra o paradigma dos negros com natureza selvagem e bestial. Ela promove uma humanização daqueles postos à margem da sociedade. Embora não naturalize as práticas de violência adotadas pelos negros como tentativa de fuga da realidade de marginalização social, corrobora com aspectos que promovem a humanização do personagem, ao colocar de forma subjetiva uma infância atropelada pela necessidade de crescer antes do tempo, que, ao fugir de casa com a esperança de fazer diferença no mundo, entende que está inserido num lugar de subalternidade, do qual a criminalidade se mostra como uma das saídas.

O que promove a humanização de Davenga é o lugar de paz e aconchego que encontra em Ana (sua companheira), fazendo-o cultivar lembranças pessoais e sentimentais sobre a família, infância e partida, lembrando-se "da mãe, das irmãs, das tias, das primas e até da avó, dona Isolina. Daquelas mulheres todas que ele não via há muitos anos, desde que começara a varar o mundo." (EVARISTO, 2015, p. 26).

Davenga mora com Ana em um "barraco", remetendo ao estereótipo do negro pobre e morador da favela, mas a forma de a escritora descrever e construir seus personagens não só os humaniza, como os põe na pele de protagonistas, com personalidades e lugares de fala, revelando como a sociedade os exclui e como o poder público os relega.

No livro *O que é: encarceramento em massa?,* Juliana Borges (2018, p. 33) salienta a presença das violações de Direitos Humanos e o papel da polícia na manutenção de um "constante aparato de vigilância e repressão" é uma sistêmica evolução do sistema de desigualdade e criminalização das classes menos abonadas, o que resulta em uma desconcentração do poder de punir:

> No período escravocrata se consolidou a coisificação do negro, e assim corroborou a subalternização do corpo negro. A superexploração do negro nos engenhos, a sexualização da mulher negra "marcam os corpos e o sujeitos negros, comprometendo, inclusive, sua capacidade de se enxergar como indivíduos que têm ou devem buscar seus lugares no mundo" (BORGES, 2018, p. 58).

Na cena final do conto supracitado, os policiais invadem o barraco de Davenga, sem oferecer oportunidade de defesa, eles vão prontos para matar e atiram no dono do morro e Ana que estava grávida. Dessa forma, é notório que dentro dos morros e favelas, as crianças não disfrutam de oportunidades para desenvolverem-se, estudarem e constituírem família, não existe tempo para crescer e brincar, a vida adulta é prematura e a infância, interrompida.

Por exemplo, o neto de Ana Davenga é metralhado antes de atingir a maturidade. É o que ocorre também com Tático, um adolescente assassinado com apenas 13 anos e no conto "*Duzu Querença*", em que a personagem é enganada, passando a ser explorada sexualmente antes de tornar-se mulher, ao ir para a cidade grande em busca de melhores condições de vida.

Diferentemente do conto “Quantos filhos Natalina teve?”, onda a autora promove a desnaturalização dos papéis hierárquicos. A protagonista rejeita um casamento tradicional – o que era esperado e estipulado pela tradição social – rejeita os três primeiros filhos, aceitando-se como mulher-mãe apenas na quarta gestação. Suas escolhas são baseadas em seus desejos, passando por cima dos padrões sociais e identitários.

O último filho é concebido através de um ato brutal, nos frágeis limites da vida e da morte, como podemos ver na passagem adiante: “o quarto, aquele fruto de um estupro, de um momento de horror e dor, não de prazer, é também o momento de consciência e de aceitação da maternidade, do seu corpo-mãe.” (EVARISTO, 2015, p. 50).

Ainda seguindo as pressuposições de Heleieth Saffioti, o abuso sexual deixa:

> [...] feridas na alma, que sangram, do início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido. A magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas da Alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém êxito. (SAFFIOTI, 1987, p. 18).

Conceição Evaristo usa a aceitação do filho de Natalina, concebido depois de um ato violento como o estupro, para representar que quando os negros entendem e reivindicam seu lugar de fala na sociedade, é possível se libertar das amarras coloniais.

> Guardou tudo só para ela. A quem dizer? O que fazer? Só que guardou mais do que o ódio, a vergonha, o pavor, a dor de ter sido violentada. Guardou mais do que a coragem da vingança e da defesa. Guardou mais do que a satisfação de ter conseguido retomar a própria vida. Guardou a semente invasora daquele homem. Poucos meses depois, Natalina se descobre grávida. (EVARISTO, 2016, p.50).

Ao se livrar da existência do agressor, liberta-se da dominação e da violência, se aceitando como mãe. Agora, voltando nosso olhar ao primeiro conto, “Olhos d’água”, é possível notar a estrutura especificamente em 1ª pessoa, como uma espécie de narrativa autobiográfica, diferente dos demais contos, narrados em 3ª pessoa.

A história gira em torno de uma única indagação, "De que cor eram os olhos de minha mãe? (EVARISTO, 2015, p.15), à medida que ganha tom acusatório e direciona a personagem principal de volta à cidade de origem para descobrir o que tanto lhe aflige. O leitor percorre as memórias da narradora, conhecendo sua infância, revivendo momentos marcados por dificuldades, privações e pobreza, à medida que se encanta com a descrição de uma figura materna que, mesmo nos momentos mais angustiantes, protege e acalenta seus filhos.

A narradora personagem nos conduz por lembranças, evocando experiências que marcaram sua infância, entretanto, esse jogo de recordação confunde as suas próprias memórias com as lembranças de sua mãe:

> Às vezes, histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância. Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subiu cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. (EVARISTO, 2015, p.16).

A prosa enfatiza o retorno às raízes a partir da metáfora dos olhos, sempre úmidos, chorosos, como se lavassem todo passado sofrido e marcado pela escravidão, ou seja, a expressão “cor tão úmida” usado por Conceição, simboliza o sofrimento infringido à ancestralidade do seu povo:

> Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe, tento descobrir a cor dos olhos de minha filha. Faço a brincadeira em que os olhos de uma são o espelho dos olhos da outra. E um dia desses me surpreendi com um gesto de minha menina. Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente o meu rosto, me contemplando intensamente. E, enquanto jogava o

> olhar dela no meu, perguntou baixinho, mas tão baixinho como se fosse uma pergunta que para ela mesma, ou como estivesse buscando ou encontrando a revelação de um mistério ou de um grande segredo. Eu escutei quando, sussurrando, minha filha falou: - Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos? (EVARISTO, 2015, p.19).

Os contos, "*Olhos d'água" e "Maria", mostram uma carga emocional muito forte e representativa.* Evaristo nos tira da zona de conforto com uma "ficção" baseada na realidade, despertando nossas emoções e lado humano, principalmente a alteridade pelas *Marias*, *Anas*, *Natalinas* e *Luamandas* presentes na sociedade brasileira. Com isso, entendemos racionalmente as escolhas e caminhos percorridos pelos personagens, com sonhos, medos, desejos, raivas, amores e prazeres. Diante dessa perspectiva, faz-se necessário refletir sobre as variadas formas de subjugação as quais as mulheres foram e são submetidas e que a autora expõe em suas obras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Ferreira (2018) define, as vozes que estão silenciadas somente ganharão significado na "efetivação da comunicação" (FERREIRA, 2018, p.55). Isso comprova o porquê de a escritora ir do silenciamento à verbalização, transformando sua vivência e experiência em arte, para que possamos percorrer, através de suas obras e de seu olhar feminino, uma rota de entendimento do tempo em que vivemos. Sua escrita e relatos literários são marcados pela condição de mulher negra, vivendo na sociedade brasileira, cuja condição interfere na construção de seus personagens. O que ela leva para a construção ficcional é uma escolha relacionada à sua vida e experiência pessoal, sua subjetividade, embora não signifique que tudo que Evaristo escreveu foi vívido.

Para tal, a autora precisaria ser múltipla, uma mulher multifacetada, vivendo como homem, velho, criança, hétero e homossexual. Nesse sentido, sua escrevivência é baseada no cotidiano, nas histórias que ouviu e em alguns acontecimentos que foram o arcabouço do seu fazer literário.

Por fim, resta mencionar que as formas de resistência estão contidas na ancestralidade e na literatura, questionando e atravessando leitores, nos fazendo refletir sobre os nossos próprios papéis dentro da sociedade, promovendo novas vozes baseadas na pluralidade, diversidade e representatividade. Afinal, ser mulher, ainda mais uma mulher negra inserida em uma sociedade tão injusta e patriarcal, por si só já é [re]existir, já é resgatar a conexão com suas raízes, é buscar uma identidade livre de estereótipos que insistem em afastá-las dos direitos de fala e de participante da sociedade.

REFERÊNCIAS

[1] ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

[2] BORGES, Juliana. Encarceramento em massa/ Juliana Borges. - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

[3] EVARISTO, Conceição. Olhos d'água / Conceição Evaristo. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

[4] EVARISTO, Conceição. *Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira*. [Entrevista concedida ao] Morgani Guzzo. Portal Catarinas, Santa Catarina, jul. 2021. Disponível em:https://catarinas.info/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/. Acesso em: 18/10/2021.

[5] EVARISTO, Conceição. Entrevista com Conceição *Evaristo.* [Entrevista concedida a] Ademir Pascale. Revista Conexão Literatura, Digital, nº 24, jun. 2017. Disponível em:http://www.revistaconexaoliteratura.com.br/2017/10/entrevista-com-conceicao evaristo.html/. Acesso em: 18/10/2021.

[6] FERREIRA, Yvonélio Nery. O silêncio incessante em narrativas de Luiz Vilela/Yvonélio Nery Ferreira. – 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2018.

[7] KILOMBA, Grada, 1968 – Mémorias de plantação – Episódios de racismo cotidiano/ Grada Kilomba; Tradução Jess Oliveira. - 1.ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

[8] MELLO, Adriana Ramos de. Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil / Adriana Ramos de Mello. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: GZ, 2020.

[9] RIBEIRO, D. O que é: lugar de fala?.Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

[10] Saffioti, Heleieth I.B. 0 poder do macho/ Heleieth I.B. Saffioti. – São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

[11] SOLNIT, Rebecca. A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos/ Rebecca Solnit; tradução Denise Bottmann. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

[12] SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês; Tradução da versão francesa por Guacira Lopes Louro. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

Capítulo 11

Retumbante Natureza Humanizada como a memória da flânerie da Amazônia em Luiz Braga

Thiago Guimarães Azevedo

Resumo: A trajetória da atuação fotográfica de Luiz Braga remonta as primeiras experiências a partir do seu aprendizado através do Instituto Brasileiro e suas incursões no Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira com seu pai. Todavia, o período marcante no percurso do artista foi ao se deparar com os contrastes existentes entre a Belém colonial, marcada pela arquitetura e urbanidade da Belle Epóque e a como ele mesmo afirma "Belém Ribeirinha" apresentada por meio "caboquice" Amazônica representada pela arquitetura popular das casas de madeira sobre o rio e o colorido do xadrez que o fizeram atentar para a plasticidade da cor e isso se tornou uma marca em seu trabalho autoral. Nesse trajeto, Luiz Braga se porta como o Flaneur Baudelairiano ao observar e registrar uma cidade que monta e remonta diante dos olhos e da percepção. Com isso, esse artigo se propõe a discutir o processo de criação de Luiz Braga, a partir da prática do Flaneur presente nos escritos de Walter Benjamin sobre Baudelaire. Essa construção teórica se estrutura também no sentido de como Barthes dialoga sobre o Studium e o Punctum da imagem fotográfica e dessa forma auxilia no olhar antropológico que Luiz Braga desenvolve e transforma em produção artística através da presença do sujeito amazônico, fora dos clichês estereotipados, mas que encontra fundamento no pensamento de João de Jesus Paes Loureiro. Esse artigo se utiliza de argumentações teóricas, bem como entrevistas, vídeos e outros documentos sobre o artista. A relevância de Luiz Braga, tanto para o campo da arte como das ciências humanas está em como ele constrói um olhar peculiar sobre a Amazônia e transforma isso em uma perspectiva estética, não por somente por meio da técnica que desenvolve, mas transformando o afeto em uma premissa estética.

Palavras-chave: Luiz Braga. Flaneur. Estética. Cultura Amazônica. Fotografia.

1. INTRODUÇÃO

"Uma capital não é absolutamente

Necessária ao homem"

Senancour apud Benjamin, (1994, p. 9).

Luiz Braga representa um importante nome na fotografia contemporânea, pois o trabalho que desenvolveu no decorrer de seus quarenta anos de atividade artística remonta não apenas às suas referências na fotografia, na pintura e no cinema, mas principalmente sua relação rizomática[22] com a cultura paraense-amazônica na construção de uma narrativa visual que aborda o imaginário e o ser humano sendo envolvido e envolvendo sua paisagem local. Foi durante seu percurso na Estrada Nova[23] que pôde descobrir um lugar potente da cultura amazônica e de uma estética que não via no centro urbano e colonial da cidade de Belém.

Nesse sentido, esse artigo visa discorrer sobre essa trajetória no âmbito de traçar paralelos entre o olhar de Luiz Braga, que observa uma cultura que habita nas periferias do centro da cidade e que esse momento o levará para o interior do estado[24]. Com a perspectiva apresentada por Walter Benjamin ao refletir sobre o *Flâneur* Baudeleriano, com seu observador 'atento distraído' e a relação entre a 'experiência de mundo'[25] e 'experiência de vivida'[26]. Bem como a influência do pensamento do escritor João de Jesus Paes Loureiro sobre a estética existente na visualidade amazônica. E o que leva o fotógrafo a abandonar a Estrada Nova para desbravar outros recantos do estado, mas tendo esse lugar como a semente para o desenvolvimento da um olhar que busca na sua própria cultura a base de sua estética visual.

A relevância de Luiz Braga para a fotografia está não somente no uso do "erro[27]" como fundamento para construção da imagem, ou da cor[28] como estrutura estética. Mas da forma como se relaciona com a cultura para efetivação de seu registro, ao mesmo tempo, segundo ele mesmo afirma, 'não ser um fotógrafo de grandes expedições'. Não somente no sentido de incursões em lugares distantes, como também na ênfase do percurso fotográfico com aparelhos e aparatos expedicionários. Ao contrário, pensa seu percurso poético em função da afetividade e do relacionamento com os grupos sociais com os quais constrói sua narrativa visual.

Dessa feita estabelece a construção de parâmetros estéticos e antropológicos na captação da realidade, colocando sempre o ser humano como centralidade de sua obra, mesmo na ausência dele. Se aproveitando do silêncio e de uma percepção de um tempo mais lento, porém fluido, característico das civilizações ribeirinhas da Amazônia, que fazem do rio a marcação de seu cotidiano.

Essa percepção pode ser notada na exposição que marcou sua trajetória de quarenta anos de atividade artística – Retumbante Natureza Humanizada, com curadoria de Diógenes Moura. Essa exposição faz um recorte inédito na produção de Luiz Braga apresentando cerca de 150 imagens[29]. Nela verifica-se a manifestação da memória como elemento significativo da relação entre artista, imagem e objeto fotografado.

---

[22] O conceito de Rizoma na filosofia vem do modelo descritivo ou epistemológico na teoria filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Neste modelo epistemológico, a organização dos elementos não segue linhas de subordinação hierárquica – com uma base ou raiz dando origem a múltiplos ramos –, mas, pelo contrário, qualquer elemento pode afetar ou incidir em qualquer outro.

[23] O período em que era estudante de Arquitetura de Urbanismo na Universidade Federal do Pará, representa um importante momento de redescoberta para Luiz Braga, visto que ao atentar para esse espaço da Estrada Nova e durante sua participação no projeto Visualidade Popular da Amazônia, coordenado por Osmar Pinheiro, verificou uma potência estética para sua fotografia a partir daquele espaço.

[24] Falo do momento em que deixa de fotografar a Estrada Nova e segue em direção ao interior do estado, mas especificamente a região do Marajó.

[25] Erfahrung

[26] Erlebins

[27] O curador Eder Chiodetto e Paulo Herkenhoff abordam essa questão, quando as fotografias de Luiz Braga apresentam aspectos borrados, ou de coloração saturada.

[28] Principalmente no uso da saturação.

[29] A exposição no SESC Pinheiro de 2014 apresenta cerca de 150 imagens. Em Belém, ocorrida em 2016 no Museu de Arte do Pará, apresentou cerca de 110 imagens e em Goiânia em 2017, cerca de 90 imagens.

2. FLÂNEUR

Benjamin (1994) reflete sobre o percurso do *Flâneur* nas ruas de Paris, a partir de Baudelaire, como que está na cidade e se relaciona com ela por meio das transformações que ela sofre. Observa atento às relações sociais que se estabelecem através do que Baudelaire chama de modernidade e com isso, esse personagem se apresenta como um 'homem da multidão'.

> Em suas errâncias, o homem da multidão, já tarde, chega a um grande bazar ainda bastante frequentado. Nele circula como se fosse freguês. Havia no tempo de Poe lojas de muitos andares? Seja como for, Poe faz esse inquieto gastar "cerca de hora e meia" nesse local. "Ia de um setor a outro sem nada comprar, sem nada dizer; com olhar distraído, fitava as mercadorias". Se a galeria é a forma clássica do interior sob o qual a rua se apresenta ao *flâneur*, então sua forma decadente é a grande loja. Este é, por assim dizer, o derradeiro refúgio do *flâneur*. Se, no começo, as ruas se transformavam para ele em interiores, agora são esses interiores que se transformam em ruas, e, através do labirinto urbano. Um traço magnífico do conto de Poe é que ele inscreve, na primeira descrição do *flâneur*, a imagem do seu fim. (BENJAMIN, 1994, p. 51).

Esse errante Baudelairiano vê a transformação das cidades, das ruas tomadas pelas grandes lojas. Essa modernidade transforma o lugar de refúgio desse personagem observador distraído, tirando-lhe a rua e transportando para o interior das lojas. Benjamin ainda coloca que as galerias se tornam um lugar de fuga, que transpõe a sensação moderna que usurpa o caminho da *flânerie*.

Outro aspecto levantado por Benjamin está na relação existente entre o olhar não distanciado da realidade social a qual o *flâneur* se coloca. Ou seja, existe certo fascínio na vida da cidade grande, entretanto esse fascínio não desvia o olhar para o que há de terrível na realidade social. Que para Baudelaire representa um véu que cobre a imagem da cidade no que há de mais contraditório. Esse véu é representado pela massa.

> Para o *flâneur*, um véu cobre essa imagem. A massa é esse véu; ela ondeia nos "franzidos meandros das velhas capitais". Faz com que o pavoroso atue sobre ele como um encantamento. Só quando esse véu se rasga e mostra ao *flâneur* "uma dessas praças populosas que, durante os combates, ficam vazias de gente" – só então, também ele, vê a cidade sem disfarces. (BENJAMIN, 1994, p. 56).

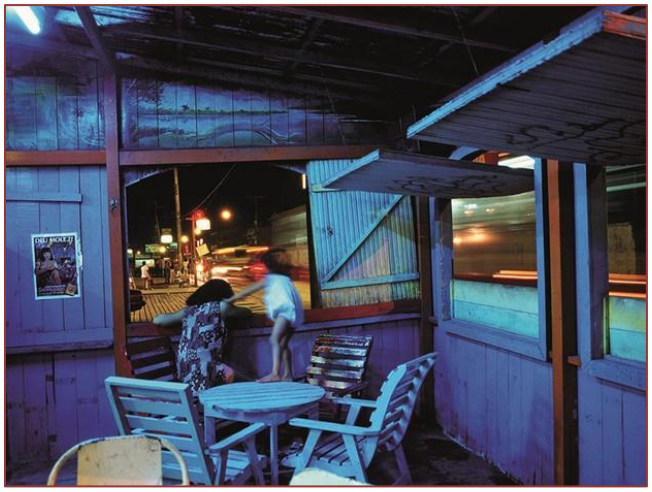
Urbim (2011) aponta que o ato de flanar o coloca como uma espécie de alegorista da cidade, como alguém que conhece todas suas significações e ver nesse saber, algo que está pra além dos livros, mas nas interações que estabelece ou simplesmente observa da condição humana.

> É sabido que, na *flânerie*, as distâncias dos países e dos tempos irrompem na paisagem e no momento. Quando se inicia a fase propriamente inebriante desse estado, batem os vasos do afortunado, seu coração assume a cadência de um relógio e, tanto interna como externamente, se passa aquilo que podemos visualizar numa daquelas "pinturas mecânicas" que, no século XIX (e decerto também antes), se apreciou tanto, em que vemos, em primeiro plano, um pastor a tocar flauta, junto a ele duas crianças a se embalarem ao ritmo, mais atrás dois caçadores na caça a ponte ferroviária. (BENJAMIN, 1994, p. 190).

A semelhança do *flâneur* apontado em Benjamin (1994) com Luiz Braga se encontra no aspecto de que para o autor, a cidade representa um cenário de paisagens que se cinde em seus polos dialéticos na construção de narrativas. Autores como Poe, Baudelaire, Victor Hugo e Proust, representam esse espírito da *flânerie* na construção de imagens literárias dessa cidade, da boêmia, dos conflitos sociais, das periferias e das memórias. Esse percurso nesse lugar é marcado pelo confronto das contradições e tensões sociais, algo que nutre não apenas sensorialmente por meio do olhar, mas na relação com o saber que se constrói nesses espaços. Assim, Luiz Braga, ao desenvolver seu trajeto pela Estrada Nova e fazer desse lugar a fonte de sua potência estética, vê não somente a arquitetura sobre o rio, ou a cor que está

relacionada 'ao uso do xadrez colorido[30]', ou da luz artificial à noite, mas uma dinâmica social que é feita por pessoas até então escondidas dos grandes centros urbanos e com isso se defronta com duas formas de se perceber a cidade de Belém como ele afirma: A Belém do centro e a 'Belém Ribeirinha' a partir dessa relação que estabelece com a Estrada Nova que se inicia nos seus percursos para a Universidade Federal do Pará nos anos 80.

Figura 1 Bar azul, 1996



Fonte: Chiodetto (2014, p. 73).

A fotografia 'Bar azul' de 1996 representa bem esse imaginário alimentado pela relação que Luiz Braga estabelece com esse espaço social. Num sentido do 'observador distraído' vê naquilo que é mais corriqueiro, como olhar o movimento dos carros e ônibus pela rodovia Bernardo Sayão. A senhora e a criança estão atentas numa relação entre o moderno das luzes e dos veículos automotores e o rústico do bar de madeira sob uma iluminação azul que "flutua[31]" sobre o rio Guamá da Estrada Nova.

Essa percepção alimentada por Luiz Braga remete ao que Veiga Netto (2013) discorre sobre o fato de o fotógrafo desenvolver um diálogo paradoxal em suas fotografias, que atuam entre o documento e a ficção. Nesse sentido, a rua, ou a periferia como essa 'Arena Cultural', como aponta Morse (1995), representa uma espécie de moldura ou 'tela' para o desenvolvimento de uma narrativa visual criada por Luiz Braga a partir da realidade que observa.

3. RETUMBANTE NATUREZA HUMANIZADA

A obra de Luiz Braga chamou a atenção do curador Diógenes Moura pela profundidade com a qual o fotógrafo se envolve com seu tema[32]. Para isso, Luiz Braga optou em transformar sua cultura – a partir do espaço geográfico que viveu e vive em seu laboratório não apenas fotográfico, mas de percepção e sensibilidades. Nesse sentido João de Jesus Paes Loureiro escreve sobre a obra de Luiz Braga:

[30] Expressão que ele costuma usar em falas em palestras e na entrevista realizada no dia 15 de março de 2018

[31] Pois as casas e espaços dessa área são construídos como estivas de madeira sobre o rio.

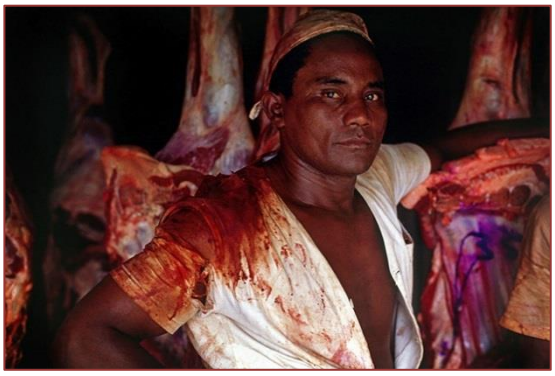
[32] Isso foi relatado em entrevista realizada no dia 07 de maio de 2018, quando relatava os preâmbulos da exposição Retumbante Natureza Humanizada, onde o processo inicial de pesquisa das imagens se dá a partir de 2008, quando o curador convida o fotógrafo para compor o grupo de fotógrafos brasileiros que participaria da exposição "À procura de um olhar: fotógrafos franceses e brasileiros que revelam o Brasil". Foi uma exposição coletiva com 200 imagens em comemoração ao ano da França no Brasil que ocorreu em 2009 na Pinacoteca de São Paulo com curadoria de Diógenes Moura, que na época era coordenador da Pinacoteca. Entre as imagens havia fotografias dos fotógrafos franceses Pierre Verger, Marcel Gautherot e Jean Manzon e de fotógrafos da atualidade como Bruno Barbey, Olívia Gay e Antoine D'Agata e entre os brasileiros estão Luiz Braga, Tiago Santana e Mauro Restiffe. A mostra prestou homenagem ao antropólogo francês Claude Lévi-Strauss. Sobre a exposição ver em Guia Folha São Paulo. Para saber mais <https://guia.folha.uol.com.br/exposicoes/ult10048u557876.shtml>. Acesso em 14 de julho de 2018.

> Uma imagem pregnante que atrai o olhar inocentado de conceitos, no livre jogo da contemplação estética. Olhar acumulado de memória, reconhecimento, vidência e afeto. Uma intuição visível. Imagem na glória de si mesma, sem outra mediação que não seja o que ela mesma é[33].

Paes Loureiro ainda ressalta a importância da obra de Luiz visto que segundo ele, foi o primeiro a inaugurar uma linhagem de captação fotográfica a partir da cultura paraense-amazônica. Estrutura um diálogo entre parâmetros estéticos e antropológicos tornando o imaginário paraense-amazônico, principalmente através de sua periferia[34], onde o personagem amazônico está integrado com o meio-ambiente, num cotidiano sensível para a arte, onde o rio marcado pela floresta e seus igarapés e numa dicotômica "harmonia" entre o urbano e o bucólico fazem parte de sua narrativa visual.

A concepção da exposição Retumbante Natureza Humanizada realizada em 2014 no Sesc Pinheiro em São Paulo. Teve como intuito apresentar obras de Luiz Braga ainda não expostas ao público, entretanto, a forma como elas se comunicam, rompendo questões temporais, o expectador se coloca no ponto de vista de Luiz e com isso, passa a experimentar o 'não-tempo' da imagem, concomitantemente, ver nessa exposição a retumbância de afetos e memórias existentes nelas.

Figura 2 Açougueiro encarnado, 1983



Fonte: Braga (2016, não paginado).

Figura 3 Asas encarnadas, 2014

Fonte: Braga (2016, não paginado).

Esse rompimento espaço-temporal em suas imagens pode ser representado nessas duas fotografias que compuseram a sala vermelha[35]. A primeira foi feita em 1983 quando '*flanava'* pelo mercado de carne do Ver-o-peso e efetuou o registro do açougueiro em seu ambiente de trabalho. Um detalhe significativo da imagem está nas costas cobertas de sangue do modelo.

A segunda realizada em 2014, quando – junto com Diógenes Moura e o grupo 'Cesbixo' – fizeram uma incursão ao Marajó para a gravação do curta 'O Sem nome e o Nada[36]'. Durante o processo de gravação do vídeo, Diógenes Moura[37] observa em um açougue, a disposição de um tipo de carne que se assemelhava a

[33] Disponível em <http://experienciamazonia.org/site/artistas/luiz-braga/EPIFANIAS-E-ENCANTARIAS-NA-FOTOGRAFIA-DE-LUIZ-BRAGA-Joao%20de-Jesus-Paes-Loureiro.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2018.

[34] Primeiramente Estrada Nova e atualmente a região do Marajó.

[35] As exposições de Luiz Braga geralmente possuem um caráter que rompe com o conceito do Cubo Branco (espaços expositivos em fundo branco). O diálogo estético que estabelece com sua obra se dá para além dela, visto que ele expande esse conceito para seus espaços expositivos. Isso é bem marcante em sua carreira. Em entrevista realizada no dia 12 de junho de 2018, utiliza uma expressão bem significativa em termos conceituais que representa muito a forma de perceber o mundo de Luiz Braga: "O branco não me favorece".

[36] Segundo João Pedro (integrante do grupo 'Cesbixo') em entrevista no dia 26 de abril de 2018, afirmou que foram convidados por Luiz Braga para desenvolverem um vídeo que pudesse compor à exposição Retumbante Natureza Humanizada que ocorreria em São Paulo no Sesc Pinheiro em 2014. O processo do vídeo, segundo o entrevistado, era fazer com que a estética existente na fotografia de Luiz Braga pudesse ganhar 'vida' de certa forma, num estilo de gravação em primeira pessoa, com texto de Diógenes Moura 'Horror ao Vazio', o expectador pôde passear nas imagens de Luiz Braga, no sentido de que a perspectiva das fotografias pudesse ser rompida pelo observador.

[37] Diógenes afirmou isso em entrevista 07 de maio de 2018.

um par de asas e isso lhe remeteu a imagem do açougueiro que faria parte da exposição. Luiz Braga se dirigiu ao lugar no dia seguinte para ver se o tipo de imagem ainda estava presente e efetuou o registro.

Durante a exposição em Belém, Luiz Braga[38] apontou a importância da percepção das crianças na exposição. Principalmente nessas duas imagens, algumas lhe indagaram lhe perguntando 'Quem tirou a asa do anjo?'. No catálogo da exposição em Belém há uma frase de uma criança de 6 anos que diz: "Essa aqui é uma asa de borboleta. Aquele ali é o criador de borboletas. Ele cria asas de borboletas".

Esse exemplo mostra a potência dessas imagens dentro da exposição para além da relação tempo-espaço, visto que foram registradas em momentos e lugares distintos, entretanto, sua leitura foi como se as duas tivessem ocorrido no mesmo lugar e período. Além disso, Retumbante Natureza Humanizada representa a manifestação do olhar dessa *flânerie* que marca 40 anos de atividade artística através da relação com o cotidiano das cidades do Pará-Amazônico em seus imaginários e contradições, sempre pontuando o indivíduo como centro dessa visualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retumbante Natureza Humanizada – segundo o curador Diógenes Moura – representa uma exposição definitiva sobre a obra de um artista, não no sentido de ser algo final de uma jornada, mas de colocá-lo no patamar diferenciado da história da fotografia. Luiz Braga nesse aspecto apresenta um diferencial que está pra além da fotografia, mas a forma como lida com tempo-espaço-cultura. Utilizando um termo abordado em Kossoy (2002), transcende as bordas da imagem, está na forma como ele interage com seu *ethos* Amazônico e com isso, a fotografia se torna apenas um reflexo dessa interação.

Isso se deu ao longo de 40 anos num processo de experimentação constante, entre a fotografia autoral e a fotografia 'profissional[39]'. A curiosidade do *flâneur* o moveu para ver o que havia sido escondido na história de Belém e do Pará. E sua fotografia trouxe à tona, uma população que vive seu cotidiano sem rótulos ou marcações estereotipadas de sofrimento e carestia.

REFERÊNCIAS

[1] Benjamin, Walter. Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

[2] _____. Obras escolhidas III – Charles Baudelaire: Um lírico no auge do capitalismo. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

[3] Braga, Luiz. Retumbante Natureza Humanizada. São Paulo: Sesc Pinheiros, 2014

[4] _____. Retumbante Natureza Humanizada. Belém: Secult, 2016.

[5] Chiodetto, Eder. Luiz Braga. Rio de Janeiro: Cobogó, 2014.

[6] Kossoy, Boris. Realidades e Ficções na Trama Fotográfica. 3ª ed. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2002.

[7] MORSE, Richard. As cidades 'periféricas' como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. Estudos Históricos, vol.8, no.16, 1995, p.205-225 (originalmente publicado no Journal of Urban History, vol. 10, n. 4, 1984). Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2004>. Acesso em 31 de julho de 2018.

[8] PAES LOUREIRO, João de Jesus. Fontes do Olhar. In Herkenhoff, Paulo. Amazônia Ciclos de Modernidade, 2012. p. 81. Disponível em <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/AmazoniaCiclosModer.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2018.

[9] URBIM, Luciana Pastorini. UM OLHAR FLÂNEUR SOBRE A CIDADE LITERÁRIA EM "SATOLEP". In: IX Seminário Internacional de História da Literatura, 2011, Porto Alegre. Anais do IX Seminário Internacional de História da Literatura, 2011. Disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/60.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2018.

[10] Veiga Netto, Joaquim César da. O experimentalismo de Luiz Braga: o sentido plástico na subversão das convenções e do método fotográfico. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, UFRJ/EBA. Rio de Janeiro, p. 266, 2013.

[38] Em entrevista no dia 12 de junho de 2018.
[39] Atuando como retratista, desenvolvendo books fotográficos ou da fotografia publicitária quando atuou pela agência Mendes Publicidade por mais de 20 anos.

Capítulo 12

Exclusão/inclusão de usuários de cadeira de rodas no mercado de trabalho: O descaso com a acessibilidade arquitetônica

Michele Barth
Christian Albers
Jacinta Sidegum Renner
Carolini Constantino
Rodrigo Renan Kich

Resumo: As pessoas com deficiência motora estão entre os grupos de menor participação no mercado de trabalho. Observa-se que as pessoas que não conseguem se deslocar e/ou que utilizam cadeira de rodas apresentam as menores taxas de atividade de trabalho em relação a outras deficiências motoras. Assim, o objetivo do estudo é compreender a interferência da acessibilidade arquitetônica na inclusão dos usuários de cadeira de rodas no mercado de trabalho. A pesquisa se caracteriza como aplicada, de caráter observacional descritivo, com análise e discussão de dados sob o paradigma qualitativo. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com 13 usuários de cadeira de rodas adultos, residentes no RS e selecionados por conveniência. Os resultados evidenciaram que o descaso com a acessibilidade arquitetônica, principalmente pela falta de banheiros acessíveis e existência de acessos por degraus, ainda são as principais barreiras que dificultam a inclusão de usuários de cadeira de rodas no trabalho. Observou-se ainda que os custos com adaptações físicas nas edificações e o desconhecimento dos parâmetros de acessibilidade implicam em processos seletivos desiguais, onde, por vezes, acaba sendo priorizada a escolha por candidatos com deficiências mais "leves". Para mudar este cenário e promover a inclusão dos usuários de cadeira de rodas no trabalho, acredita-se que sejam necessárias medidas intensivas de fiscalização e ações de sensibilização para a promoção da acessibilidade arquitetônica.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Acessibilidade arquitetônica. Pessoas com deficiência. Usuários de cadeira de rodas. Inclusão social.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é um importante fator de inclusão social das pessoas com deficiência. Para estas, trabalhar se torna sinônimo de existir, ou seja, apesar de apresentarem alguma limitação física e/ou cognitiva, ao estarem incluídas no mercado de trabalho tendem a serem vistas pela sociedade como pessoas capacitadas e economicamente ativas. Corroborando, Lima et al. (2013) afirmam que o trabalho oportuniza que as pessoas com deficiência saiam da condição de isolamento social e de dependência para criarem novas relações sociais e exercerem outras atividades. Tolfo e Piccinini (2007) salientam que o trabalho mantém as pessoas ocupadas, ajudando a preencher o tempo de vida, evitando o vazio e a ansiedade.

Contudo, ao observar os índices de emprego dos brasileiros com alguma deficiência, verifica-se que menos da metade está no mercado de trabalho. Conforme o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há aproximadamente 45 milhões de pessoas com alguma deficiência (visual, auditiva, motora, intelectual, entre outras), sendo que, somente um pouco mais de 20 milhões de pessoas com deficiência estão ocupadas, o que equivale a aproximadamente 44% deste grupo (IBGE, 2012). Tomando por base as classificações de deficiência utilizadas pelo IBGE (2012), observa-se que as pessoas com deficiência intelectual e as pessoas com deficiência motora são as que apresentam menor taxa de atividade em relação às pessoas com deficiência visual e às com deficiência auditiva. Conforme o IBGE (2012), a média entre a taxa de emprego de homens e mulheres por categoria de deficiência é: deficiência intelectual (19,1); deficiência motora (34,3); deficiência auditiva (41,8); e deficiência visual (53,8). De semelhante modo, França (2014), ao aprofundar a análise dos dados referentes à taxa de atividade da população com deficiência do Censo Demográfico de 2010, constatou que as pessoas com deficiência mental (7,4%) e as pessoas que não caminham (13,2%) apresentam as maiores restrições para entrar no mercado de trabalho.

Considerando-se somente questões ligadas à capacidade de cognição para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho, os sujeitos com deficiência motora deveriam estar com índices mais próximos às taxas de atividade das pessoas com deficiência auditiva e visual. Cabe observar que o fator em comum entre as pessoas que não se locomovem de forma autônoma é a necessidade do uso da cadeira de rodas para tal. Dentre os principais fatores causais que levam a pessoa a necessitar desta tecnologia assistiva encontram-se a lesão medular, a perda de membros, a paralisia cerebral, a obesidade, a perda de equilíbrio e movimentos relacionados à idade, entre outros. É importante mencionar, que a lesão medular vem sendo a principal causa para o considerável aumento de pessoas que necessitam de cadeira de rodas (Kang et al., 2018), acometendo principalmente jovens entre 15 e 29 anos de idade (Van Den Berg et al., 2010), ou seja, no início de sua carreira profissional.

O estudo realizado por Lorenzo (2016) evidencia que a utilização de cadeira de rodas é uma barreira na contratação de pessoas com deficiência motora pelas empresas não apresentarem acessibilidade arquitetônica. Isto deixa evidente que a inclusão de cadeirantes no mercado de trabalho está fortemente vinculada às condições de acessibilidade físico-estrutural para acesso da cadeira de rodas. Contudo, é inconcebível que a cadeira de rodas seja motivo para a exclusão das pessoas com deficiência motora no trabalho, uma vez que este produto rompe com o limite de locomoção imposto pelo corpo que não consegue andar, promovendo sua autonomia e independência.

A liberdade de ir e vir e o acesso ao trabalho são direitos de todos os brasileiros, garantidos através da Constituição Federal de 1988. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146/2015), Artigo 34, enfatiza que a "pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas", sendo obrigação das pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza, garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos (Brasil, 2015). A referida Lei define acessibilidade como a "possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação" por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015). Especificamente para as pessoas com deficiência motora ou com mobilidade reduzida, a acessibilidade no ambiente de trabalho está fortemente condicionada à eliminação das barreiras arquitetônicas que dificultem a circulação com segurança.

A partir do exposto, entende-se que o trabalho tem imbricado um sentido que remete à inclusão social, e o fato da acessibilidade arquitetônica ser um fator impeditivo, nos impele ao seguinte problema de pesquisa: em que medida e de que forma a acessibilidade arquitetônica interfere na participação de usuários de cadeira de rodas no mercado de trabalho? Portanto, este estudo visa compreender a interferência da acessibilidade arquitetônica na inclusão dos usuários de cadeira de rodas no mercado de trabalho.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de caráter observacional descritivo, com análise e discussão de dados sob o paradigma qualitativo. Participaram do estudo 13 usuários de cadeira de rodas adultos que residem no Estado do Rio Grande do Sul, compreendendo as regiões do Vale do Rio dos Sinos, Vale do Paranhana e Serra Gaúcha. Os colaboradores do estudo foram selecionados por conveniência. A quantidade de participantes foi baseada em Thiry-Cherques (2009) que recomenda o mínimo de oito e o máximo de quinze entrevistas para pesquisas qualitativas, pois destaca que, geralmente, nesse ponto se atinge a saturação de informações.

Como instrumento de pesquisa foi aplicado uma entrevista semiestruturada, contendo perguntas abertas sobre o tema e fechadas para identificar características do perfil dos participantes. Visando a necessidade do distanciamento social devido ao período de pandemia por Coronavirus Disease 2019 (COVID-19), as entrevistas foram realizadas mediante videochamadas individuais com cada participante. Estes foram previamente contatados por aplicativos de mensagem e/ou redes sociais, onde foram explicados os objetivos da pesquisa e os procedimentos de coleta de dados. Após confirmarem a participação na pesquisa, as entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade de cada participante.

Alguns minutos antes da videochamada, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) via aplicativo de conversa e detalhadamente explicado ao início da videochamada. Os participantes retornaram uma via do TCLE digitalmente assinada. Salienta-se que o TCLE encontra-se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 17566519.4.0000.5348, parecer nº. 3.581.182) do macroprojeto institucional da Universidade Feevale, denominado “Desenvolvimento de produtos e ações educativas para usuários de cadeira de rodas: um enfoque para ergonomia, saúde e qualidade de vida”, onde esta pesquisa está inserida.

A análise dos dados coletados nas entrevistas ocorreu pelo método de categorização e triangulação. Conforme Bardin (2004), a etapa de categorização consiste numa operação de classificação e reagrupamento de elementos de um conjunto, de acordo com critérios predefinidos, e recebendo um título genérico, que será o nome de cada categoria. Para realizar a categorização das narrativas dos participantes utilizou-se o software NVIVO 12 Pro. Já no método de triangulação, segundo Marcondes e Brisola (2014), é realizada a preparação do material coletado e a articulação de três aspectos: os dados empíricos levantados na pesquisa; o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e a análise de conjuntura.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em termos de resultados, expõe-se inicialmente o perfil do grupo de colaboradores. Na sequência, na etapa de triangulação dos dados, apresentam-se os resultados da entrevista com a expressão literal dos participantes. As respostas advêm das seguintes perguntas: “Como você enxerga a participação do usuário de cadeira de rodas no mercado de trabalho? Na sua opinião, o que interfere na inclusão dos usuários de cadeira de rodas no trabalho?”. Cabe destacar que os participantes mencionaram diversas barreiras que, por experiência própria e/ou de amigos cadeirantes, vem dificultando a inclusão no mercado de trabalho. Após agrupar as narrativas conforme afinidades temáticas foram estabelecidas as categorias, sendo que ficaram evidentes as barreiras físicas, seguidas das barreiras de cunho individual, barreiras econômicas e barreiras sociais. Salienta-se que no presente estudo serão analisados e discutidos somente os resultados referentes às barreiras físicas relacionadas à arquitetura das edificações.

Primeiramente, apresentam-se algumas informações que caracterizam o perfil dos 13 participantes, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Perfil dos participantes

Part.	Sexo	Idade (anos)	Escolaridade	T.UCR (anos)	Trabalho	Remuneração
1	M	50	E. Médio	17	Remunerado	Renda informal + Benefício INSS
2	M	38	E. Superior	23	Voluntário	Benefício INSS
3	F	39	E. Superior	13	Remunerado*	Renda formal
4	M	34	E. Médio	14	-----	Benefício INSS
5	M	46	E. Superior	20	Voluntário	Benefício INSS
6	F	29	Mestrado	14	Remunerado*	Renda formal
7	M	30	E. Médio	6	Voluntário	Benefício INSS
8	M	38	E. Médio	11	Remunerado	Renda informal + Benefício INSS
9	M	39	E. Fundamental	21	Remunerado	Renda informal + Benefício INSS
10	M	37	E. Fundamental	11	-----	Benefício INSS
11	M	56	E. Médio Técnico	17	Voluntário	-----
12	M	42	E. Médio	13	Remunerado	Renda informal + Benefício INSS
13	F	29	Especialização	29	Voluntário	-----

Legenda: Part. – Participante; M – Masculino; F – Feminino; T.UCR – Tempo enquanto usuário de cadeira de rodas; INSS - Instituto Nacional do Seguro Social; * Remuneração por trabalho formal.

Fonte: Os autores.

Conforme exposto no Quadro 1, dez participantes são do sexo masculino e três do sexo feminino, com idades de 29 a 56 anos, ou seja, todos encontram-se em idade ativa para o mercado de trabalho. Com relação à escolaridade, observa-se que dois participantes concluíram o Ensino Fundamental, seis têm Ensino Médio, três apresentam Ensino Superior e duas concluíram a Pós-graduação. Durante as entrevistas, doze participantes relataram a necessidade do uso da cadeira de rodas em virtude de lesão medular, quer seja por acidente de trânsito, por arma de fogo ou por outra complicação na medula espinhal que levou à perda de movimentos. Somente a Participante 13 utiliza cadeira de rodas desde a infância devido à atrofia muscular espinhal.

Observa-se que 11 participantes mencionaram ter alguma ocupação, sendo que seis atuam em trabalho remunerado e cinco em trabalhos voluntários. Com relação à remuneração, duas participantes estão formalmente trabalhando e recebem salário, nove recebem benefício do INSS e somente dois não recebiam qualquer remuneração no momento em que foi realizada a entrevista. Verifica-se ainda que quatro participantes, além de serem beneficiários do INSS, recebem remuneração por trabalho informal, fazendo "bicos", conforme relatos.

Quando questionados sobre como enxergam a participação e a inclusão dos usuários de cadeira de rodas no mercado de trabalho, as narrativas que se referem especificamente às barreiras físicas foram relatadas por 12 participantes, totalizando 77 recortes sobre o tema. Nesta categoria, os participantes expuseram relatos tanto sobre a falta de acessibilidade arquitetônica das edificações, quanto à falta de acessibilidade nos meios de transporte. Neste estudo, no entanto, serão analisadas e discutidas apenas as barreiras arquitetônicas das edificações como fator de exclusão dos usuários de cadeira de rodas do mercado de trabalho.

Um elemento que ficou evidente a partir das narrativas dos colaboradores foi a seletividade pelo tipo de deficiência, a qual está relacionada com a falta de acessibilidade arquitetônica nos locais de trabalho. Apesar de a Lei de Cotas (Lei n. 8.213/1991) tornar obrigatória a contratação de determinados percentuais de pessoas com deficiência para compor o quadro de funcionários das empresas, a falta de acessibilidade dificulta a inclusão de usuários de cadeira de rodas no mercado de trabalho, desfavorecendo os profissionais que utilizam essa tecnologia assistiva em relação às pessoas com outras deficiências consideradas "mais leves". Neste sentido houveram relatos como:

> *Tu vê no jornal todo dia praticamente empresas pedindo pessoas com deficiência. Só que assim ó, eles querem uma pessoa deficiente que não tenha um dedo, que não tenha uma mão, uma pessoa que caminhe, consiga se virar sabe. Ninguém bota ali que quer um cadeirante.* [...] *As empresas elas querem ter uma pessoa com deficiência, mas quanto menor a deficiência melhor, pra ela poder executar um trabalho diferenciado.* (Participante 5).
>
> *Talvez tem empresa que nem, não que eles não queiram empregar o cadeirante, mas o cadeirante é o que sofre mais em termos de acessibilidade numa empresa. Por quê? Onde sobe um surdo, o cadeirante não vai. A onde tem a mobilidade de uma pessoa com muleta, o cadeirante não vai. No banheiro, a porta já tem que ser mais larga. Então tem toda uma dinâmica pra poder aceitar o cadeirante no emprego.* (Participante 9).

A partir das narrativas, verifica-se que a contratação de profissionais com deficiência, na maioria das vezes, não ocorre pelo nível de qualificação ou capacitação do candidato à vaga de emprego, mas em virtude de sua deficiência. O estudo de Dutra et al. (2020), que analisou as características de 87 vagas ofertadas em agências de emprego e mídias de comunicação em massa, no período de 2014 a 2015, para pessoas com deficiência na Microrregião de Uberaba (MG), ilustra esse cenário de captação de trabalhadores com deficiência. Segundo os autores, 94,6% dos anúncios não identificavam exigências quanto ao tipo de deficiência como requisito para preenchimento da vaga, enquanto que 5,4% das vagas claramente restringem o acesso à amplo número de pessoas com deficiência. Observa-se ainda, conforme os resultados obtidos por Dutra et al. (2020, p. 154), que 2,7% dos anúncios declaram que a empresa não é adaptada e sugerem "Não enviar cadeirantes". Corroborando, os resultados do estudo de Neves-Silva et al. (2015) evidenciam relatos de profissionais do setor de Recursos Humanos e gestores de empresas que expõem a preferência por deficiências consideradas "mais leves".

Embora haja vigência da Lei de Cotas desde 1991, pode-se inferir que esta não é capaz de assegurar a inclusão de usuários de cadeira de rodas no mercado de trabalho, uma vez que estes são barrados, pela displicência, mesmo que não intencional, com a falta de acessibilidade. Ribeiro e Carneiro (2009) também constataram que a inclusão assegurada pela Lei de Cotas, além de parcial, é excludente, por não haver exigências quanto ao tipo de deficiência na contratação destes trabalhadores, ocorrendo seletividade e discriminação de determinadas deficiências mais graves.

A falta de acessibilidade arquitetônica não deveria ser um dos principais fatores de exclusão dos usuários de cadeira de rodas, visto que há mais de 30 anos o Brasil vem implantado legislações para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência (como a Lei nº. 7.405/1985, a Lei nº. 7.853/1989, a Lei nº. 10.098/2000, a Lei nº. 13.146/2015, o Decreto Federal nº. 5.296/2004 e o Decreto Federal nº. 6.949/2009). No entanto, apesar de todo este arcabouço legal, fica evidente que o cumprimento da NBR 9050/2015 (que estabelece diversas normas e parâmetros projetuais de acessibilidade universal a serem empregadas para que empresas, locais públicos e edificações multifamiliares adaptem os ambientes para receber pessoas com deficiência) ainda está longe de ser uma realidade, embora tenha entrado em vigor em 1985. Isso foi evidenciado de forma contundente e recorrente nos relatos dos entrevistados.

Corroborando com os achados desse estudo, a pesquisa de Lorenzo (2016, p. 103), junto a doze empresas do setor alimentício com o objetivo de descrever e analisar as características do processo de contratação de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho pelas empresas em um município do interior paulista, também evidenciou o predomínio de empresas que não realizaram adaptações para os funcionários com deficiência. De semelhante modo, um dos indicadores do estudo de Nunes-Villela et al. (2018), que teve o objetivo de analisar como o programa de inclusão está sendo administrado e reconhecido por empresas de Teresópolis (RJ), mostrou que das 15 empresas participantes, 11 não realizaram nenhuma adaptação para a contratação de pessoas com deficiência, enquanto que apenas 4 fizeram adaptações nas instalações físicas, no mobiliário e/ou nos equipamentos. Lobato (2009) verificou que as barreiras arquitetônicas são as mais mencionadas pelas empresas como fator que dificulta a contratação de usuários de cadeira de rodas e, por envolver maiores custos, acabam sendo consideradas como as de mais difícil execução.

Nota-se que, além da seletividade pela deficiência, os usuários de cadeira de rodas, por vezes acabam desistindo das vagas de emprego quando percebem que o ambiente não é acessível. As narrativas dos Participantes 6 e 12 refletem um pouco essa realidade:

> *Eu tive uma proposta da* [mencionou o nome da empresa]*, eu teria que trabalhar como coordenadora de produção deles numa sala sozinha, porque a edição ficava no segundo andar, acesso por escada. Mas eles também não me ofereciam banheiro acessível,* [...] *não tinha ninguém para pegar minha cadeira* [ao desembarcar do carro] *e ainda por cima eu não teria contato com a minha equipe por ter escada.* (Participante 6).
>
> *Eu fui numa seletiva ali que era pra seis vagas.* [...] *Simplesmente botaram as vagas lá e não sabiam onde é que botar as pessoas com deficiência. E a gente vê que não era para cadeirante, sabe. Nem banheiro adaptado tinha. Como é que tu ia ir? Ia ter que ficar segurando até tu chegar em casa? Daí acabei desistindo da seleção.* (Participante 12).

Esses depoimentos, além de evidenciarem a desistência da vaga de emprego pela falta de acessibilidade, transparecem o desrespeito à equidade na concorrência entre os candidatos. Num estudo realizado junto à 12 empresas da cidade de Baurú (São Paulo) com o objetivo de examinar a empregabilidade das pessoas com deficiência, Violante e Leite (2011) também verificaram que 16,7% dos entrevistados consideraram as condições ambientais e sociais nas empresas em que trabalham como sendo pobres em recursos adaptativos e auxiliares, sendo um agravante no processo seletivo de pessoas com deficiência. No que tange as condições ambientais, os autores observam que as barreiras arquitetônicas para locomoção das pessoas com deficiência dentro das dependências das empresas pesquisadas é o principal aspecto que dificulta a contratação e o trabalho de profissionais com deficiência física, principalmente usuários de cadeira de rodas.

Nas narrativas dos entrevistados ainda foi enfatizada a necessidade de banheiro acessível e de rampas ou elevadores, como sendo os principais condicionantes de acessibilidade aos usuários de cadeira de rodas. As barreiras arquitetônicas como os acessos por escadas e a falta de banheiros acessíveis também foram observados na pesquisa de Albers et al. (2020) ao investigarem a acessibilidade para usuários de cadeira de rodas em 377 estabelecimentos comerciais de duas cidades da Serra Gaúcha. Segundo os autores, apesar da legislação municipal das duas cidades garantir o direito à acessibilidade, apenas 1,32% (5) dos estabelecimentos comerciais ofereciam banheiros acessíveis e somente 38,45% (145) tinham rampas adequadas para os usuários de cadeira de rodas. Inclusive, a falta de banheiros acessíveis e os acessos por escadas no local de trabalho foram apontados por dez participantes do presente estudo, os quais consideram essas adaptações como sendo uma despesa para a empresa, fazendo com que estas optem pela não contratação de usuários de cadeira de rodas. Neste sentido há relatos como:

> *O problema principalmente a nossa, do cadeirante, por causa do espaço. Uma porta de 80 já seria suficiente, mas o banheiro é pouquinho mais amplo. Mas as empresas veem isso como um gasto além da conta. Porque geralmente as empresas já existem. Então já tem uma estrutura arquitetônica. Então pra modificar é complexo.* (Participante 1).
>
> *Cadeirante eles não querem nem ver, né, porque eles têm que adaptar a empresa na volta para receber um cadeirante. Não é só tu pegar e contratar um cadeirante. Tu tem que ter acessibilidade na empresa. E um cadeirante precisa de um banheiro acessível, no mínimo. Entende? E a empresa não quer adaptar. A empresa não quer ter gasto.* (Participante 8).
>
> *A empresa vai ter que mexer em toda a estrutura, e às vezes o custo é alto [...]. Aí isso se torna um pouco difícil né, que não é todos que fazem isso, sabe. [...] E aí toda a estrutura da empresa tem que ser adaptada por conta de um cara, por causa da cadeira de rodas, entende.* (Participante 10).

Tendo em vista que há mais de 30 anos vem sendo promulgadas leis que tratam da obrigatoriedade em promover acessibilidade, todas as edificações construídas desde então, deveriam ser acessíveis ou, ao menos, deveriam prever acessibilidade no projeto arquitetônico para uma futura adaptação, evitando, assim, maiores despesas e gastos desnecessários. Segundo Castro (2013), investir em acessibilidade é sinônimo de redução de custos, já que construir um imóvel priorizando a acessibilidade acresce o valor da obra em média em 1,5%, diferentemente do custo de uma adaptação posterior, que pode chegar a 25% do valor da edificação.

Neste contexto, Albers et al. (2020) acreditam que ocorram problemas na fiscalização municipal, falhas no processo ou alguma brecha na legislação para que os projetos de edificações sejam aprovados e liberados sem acessibilidade. A indignação com o descaso da acessibilidade foi relatada pelos Participantes 4 e 8, conforme narrativas a seguir:

> *Eu liguei no Centro Médico de* [falou a cidade] *pra perguntar se eles faziam uma eco das vias urinárias, né. É um centro antigo já. Sim, fazemos. Daí eu falei, tá mas eu sou cadeirante. Ah, daí não tem como fazer porque é no segundo piso, não tem elevador. Liguei para o dois outros que fazem, que eu sabia, liguei de manhã, mesma coisa, segundo piso e não tem elevador. E é um prédio novo, tem uns 6 anos o prédio, e não tem elevador.* (Participante 4).

> *Eu fui há poucos dias atrás aqui no centro, meu filho tava fazendo um curso numa empresa ali, é um prédio novo, foi feito há uns dois ou três anos atrás.* [...] *Cheguei ali, um degrau de 30 cm na entrada do prédio. Fiquei bravo! Essa obra não pode ser liberada.* [...] *Esse prédio, que é um prédio novo!* [...] *Daí eu falei, "eu vou lá na prefeitura para ver..." "Não, não, a gente vai resolver..." Eu fui lá na outra semana e eles tinham feito a rampa.* (Participante 8).

Essas narrativas reportam ao descumprimento das normas de acessibilidade em prédios comerciais e/ou de serviços, impedindo principalmente o acesso dos usuários de cadeira de rodas. A Lei nº. 13.146/2015 deixa evidente no Artigo 56, Inciso 1º, que a promoção da acessibilidade arquitetônica, quer seja na construção, reforma ou ampliação, é de responsabilidade dos profissionais de Engenharia, Arquitetura e correlatas. Cabe às entidades de fiscalização exigir a responsabilidade profissional declarada de atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes. Ainda conforme o Artigo 56, Inciso 2º da referida Lei, "Para a aprovação, o licenciamento ou a emissão de certificado de projeto executivo arquitetônico, [...] e para o licenciamento ou a emissão de certificado de conclusão de obra ou de serviço, deve ser atestado o atendimento às regras de acessibilidade", cabendo ao poder público, conforme o Inciso 3º, colocar o símbolo internacional de acesso em local de ampla visibilidade após certificar a acessibilidade na edificação (Brasil, 2015).

De acordo com o Artigo 60, Inciso 1º, da Lei nº. 13.146/2015, "A concessão e a renovação de alvará de funcionamento para qualquer atividade são condicionadas à observação e à certificação das regras de acessibilidade", assim como estabelecido no Inciso 2º, "A emissão de carta de habite-se ou de habilitação equivalente e sua renovação, quando esta tiver sido emitida anteriormente às exigências de acessibilidade, é condicionada à observação e à certificação das regras de acessibilidade". Assim, mesmo que o prédio comercial ou da empresa seja mais antigo, a renovação do alvará de funcionamento da edificação só pode ocorrer mediante a realização de adaptações para a acessibilidade. Salienta-se, segundo a Lei nº 8.429/1992, Artigo 11, Parágrafo IX, que o descumprimento das exigências de requisitos de acessibilidade previstos na legislação constitui ato de improbidade administrativa dos gestores municipais responsáveis pela liberação/aprovação do habite-se e/ou alvará da edificação sem acessibilidade.

Por outro lado, em meio ao cenário de descaso com a acessibilidade arquitetônica há empresários que não consideram os custos com adaptações físicas como um fator de impedimento à contratação de usuários de cadeira de rodas, mas priorizam a qualificação do candidato à vaga, como mencionado pelo Participante 11:

> *Se tu é qualificado, o cara vai botar rampa, ele vai fazer um escritório fora da escada, alguma coisa ele vai... ele te quer! Eu fui empreendedor muitos anos* [...]. *O empreendedor quer ver a coisa funcionar, não quanto é que custa. Então se tu tem um cara qualificado e o cara é cadeirante, tu vai dar condições para ir trabalhar, depois tu vai ver se deu lucro ou não deu lucro.* (Participante 11).

A experiência dos Participantes 6 e 9 vem ao encontro dessas narrativas, os quais reportam o engajamento dos gestores em realizar as adaptações físicas para receber o usuário de cadeira de rodas.

> *Eles foram fazendo todas as adequações, porque quando eu comecei lá não tinha um banheiro que eu pudesse fazer sondagem, nada. [..] E aí eles fizeram um banheiro todo acessível, mandaram o pessoal da* [mencionou o setor] *que criou uma maca, eles compraram colchão, eles colocaram uma capa de Corino, né, para conseguir higienizar, passar álcool antes de usar. O banheiro era chaveado pra só eu utilizar aquele banheiro, para evitar as infecções. [...] Então deixaram perfeito para que eu tivesse a minha autonomia e todo cuidado possível assim. E não é todo lugar que faz isso, a gente sabe.* (Participante 6).

> *Entrei numa empresa que não tinha nada acessível e eu consegui montar uma dinâmica toda pra receber outros cadeirantes, como banheiro, como rampas. Estacionamento não existia. Eu solicitei uma vaga pra mim poder chegar e parar o carro. [...] Eu tava dividindo o banheiro com mais de 100 funcionários. O odor, o banheiro imundo. [...] Peguei infecção. [...] Então vocês vão, repartem, pega dois banheiros e faz um. Eles foram e fizeram. Então eu tinha a minha chave, adaptaram uma pia da minha altura, colocaram álcool gel e sabonete. Isso tudo foram coisas que eu tive que indicar porque eles não sabiam. Hoje se tu chegar lá, hoje tem uma cota completa. Tem como receber um cadeirante? Tem como receber.* (Participante 9).

A partir das narrativas, verifica-se que muitas empresas ainda desconhecem as adaptações necessárias para garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiência motora. Deve-se observar que existem peculiaridades entre as deficiências que levam ao uso da cadeira de rodas, como é o caso do banheiro acessível, de modo que possa ser usado por lesados medulares para o procedimento de cateterismo vesical (popularmente conhecido como "sondagem" devido ao uso de sonda vesical), conforme abordado pelos participantes 6 e 9. Além de evidenciar a importância de banheiros acessíveis e rampas, a narrativa do Participante 8 (abaixo) reflete a necessidade de projetos que contemplem o desenho universal, permitindo seu uso por qualquer pessoa.

> *Se tu pegar e fazer* [...] *um banheiro com uma porta um pouquinho mais larga, dá uns 30 cm maior o banheiro, que a porta abra para fora, que não abre para dentro do banheiro, qualquer pessoa consegue usar.* [...] *Agora se eles pegar e fazer um banheiro pequenininho ali, só tu que caminha, o outro que caminha lá, vai conseguir usar. Eu não vou conseguir usar. Por que eles não fazem uma coisa pra todo mundo usar? [...] Uma rampa não vai te atrapalhar em nada e todo mundo vai conseguir usar. O velho, o novo, o cadeirante, todo mundo vai conseguir usar a rampa.* (Participante 8).

O desenho universal na arquitetura diz respeito especificamente à concepção de ambientes e produtos que possam ser usados por qualquer pessoa, seja ela com ou sem deficiência, sem necessitar de adaptações ou projetos específicos. Nesta conjuntura, Sassaki (2010) acredita que o desenho universal é mais vantajoso, pois além de atender um maior número de pessoas, é possível que as pessoas sem deficiência nem percebam que estão utilizando produtos ou ambientes desenhados para atender deficientes. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Artigo 55, Inciso 1º, estabelece que "O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral" na concepção e implantação de projetos do meio físico (entre outros dispostos na Lei), sejam públicos ou privados, na zona urbana ou na zona rural, tendo como referência as normas de acessibilidade (Brasil, 2015). Caso o desenho universal não possa ser comprovadamente empreendido, conforme o Inciso 2º, deverá ser adotada uma adaptação razoável. Tanto as adaptações razoáveis como o desenho universal são contemplados pela NBR 9050/2015.

Para mudar esse cenário e promover a inclusão dos usuários de cadeira de rodas no mercado de trabalho, a Participante 6 acredita ser fundamental a promoção de ações de sensibilização nas empresas:

> *Precisa ser feito um trabalho de sensibilização, para as pessoas entenderem que a deficiência não está nas pessoas, está nos espaços! Porque se for dado o suporte necessário para que a pessoa consiga desenvolver o trabalho dela, eles vão ter um profissional com qualidade e com crescimento como qualquer outro. Mas se tiver*

> *obstáculo e ele não conseguir desenvolver as atividades, vai ser só mais uma pessoa com limitações.* (Participante 6).

Acredita-se que ações de sensibilização sobre a deficiência, voltadas tanto para gestores públicos, responsáveis técnicos, empresários, construtores como para os demais trabalhadores, podem auxiliar na mudança da visão equívoca de que o sujeito com deficiência é incapaz de atuar no mercado de trabalho. Violante e Leite (2011) também consideram a necessidade dos empregadores romperem as barreiras que dizem respeito aos mitos com a deficiência e reconhecerem as potencialidades dessas pessoas que apresentam alguma limitação física ou cognitiva, oferecendo-lhes condições para o desenvolvimento profissional e pessoal. Por sua vez, Sassaki (2010) acredita que a inclusão social é um processo bilateral, onde os dois lados devem ser agentes da mudança, ou seja, enquanto a sociedade se adapta para poder incluir, as pessoas com deficiência, ainda excluídas, preparam-se para assumir seus papeis na sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender a interferência da acessibilidade arquitetônica na inclusão dos usuários de cadeira de rodas no mercado de trabalho. Apesar de a acessibilidade estar prevista em Lei há mais trinta anos, os resultados evidenciaram que o descaso com a acessibilidade arquitetônica ainda é uma das principais barreiras que dificulta a inclusão de usuários de cadeira de rodas no trabalho. A falta de banheiros acessíveis e os acessos por degraus são as barreiras arquitetônicas mais relevantes às pessoas que necessitam do uso da cadeira de rodas.

Ficou evidente que os investimentos com adaptações físicas nas edificações e o desconhecimento dos parâmetros de acessibilidade disponíveis da NBR 9050/2015 acabam implicando em processos seletivos desiguais. Dessa forma, em muitos casos, acaba sendo priorizada a escolha por candidatos com alguma deficiência, mas que tenham possibilidade de deslocamento.

Enquanto o mercado de trabalho não oferecer acessibilidade arquitetônica nas edificações, permanecerá o círculo vicioso da não-adaptação. Se por um lado, os usuários de cadeira de rodas desistem de se candidatarem às vagas de emprego por falta de acessibilidade, por outro, as empresas não promovem a acessibilidade por existir pouca procura desse público às vagas ofertadas.

Para mudar este cenário de descaso com a acessibilidade arquitetônica e acabar com esta dicotomia, acredita-se que sejam necessárias medidas intensivas de fiscalização e, principalmente, ações de sensibilização e incentivo para a promoção da acessibilidade arquitetônica. A promoção da acessibilidade é obrigatória no país em cumprimento à legislação federal, estadual e municipal (na maioria das cidades). Apesar do vasto arsenal legal, aparentemente não há obediência a esses preceitos, o que impacta negativamente na inclusão social e na qualidade de vida dos trabalhadores.

A adaptação das edificações pode vir a ser simples e sem muitos custos. Por vezes, pode ser mais complexa ou até mesmo impossível, dependendo da tipologia construtiva e de vários fatores técnicos. Porém, com uma construção pensada desde o projeto para ser acessível, as dificuldades serão muito menores ou até inexistentes, sendo que as adaptações que ainda se fizerem necessárias tenderão a serem mais econômicas. Embora a legislação exija, muitos profissionais ainda não incorporaram o desenho universal ao seu dia a dia de trabalho, quer seja pelas demandas do mercado imobiliário, focado no maior ganho de área útil com o menor custo possível ou, pelo simples desconhecimento da legislação e das técnicas construtivas existentes.

Por fim, salienta-se que o foco das adaptações deve estar nas pessoas e não nos custos. Quando o espaço é adaptado à pessoa com deficiência, deixa-se de evidenciar suas limitações passando-se a dar foco em suas potencialidades, oportunizando, assim, uma condição de maior igualdade em relação aos demais funcionários.

REFERÊNCIAS

[1] ALBERS, C.; WOLFF, B. G.; BARTH, M.; RENNER, J. S. Acessibilidade para usuários de cadeira de rodas em estabelecimentos comerciais: o caso de cidades turísticas da Serra Gaúcha. Licere, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 213-238, 2020.

[2] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

[3] BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004. 223 p.

[4] BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 23 jul. 2020.

[5] _____. Lei n. 7.405, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do ‘‘Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.

[6] _____. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

[7] _____. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

[8] _____. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 29 jul. 2020.

[9] _____. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 18 jul. 2020.

[10] _____. Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

[11] _____. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 18 jul. 2020.

[12] CASTRO. J. C. Ir e Vir: acessibilidade, compromisso de cada um. Gráfica Gibim e Editora, Campo Grande, 2013.128 p.

[13] DUTRA, F. C. M. S.; PAZ, I. T. M.; CAVALCANTI, A.; ARAMAKI, A. L.; KOSOSKI, E. Oportunidades no mercado de trabalho: análise das vagas de emprego disponíveis para pessoas com deficiência. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 28, n. 1, p. 147-163, 2020.

[14] FRANÇA, T. H. P. M. Deficiência e pobreza no Brasil: a relevância do trabalho das pessoas com deficiência. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

[15] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. 32 p.

[16] KANG, Y.; DING, H.; HENGXING, Z.; WEI, Z.; LIU, L.; PAN, D.; FENG, S. Epidemiology of worldwide spinal cord injury: a literature review. J. Neurorestoratology, v. 6, p.1-9, 2018.

[17] LIMA, M. P.; TAVARES, N. V.; BRITO, M. J.; CAPPELLE, M. C. A. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. Rev. Adm. Mackenzie, v. 14, n. 2, p. 42-68, 2013.

[18] LOBATO, B. C. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: implicações da lei de cotas. 2009. 150 f. [Dissertação] Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2009.

[19] LORENZO, S. M. Inserção de pessoas com deficiências no mercado formal de trabalho a partir da percepção dos profissionais de recursos humanos das empresas. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2016.

[20] MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. Revista Univap, v. 20, n. 35, jul. 2014.

[21] NEVES-SILVA, P.; PRAIS, F. G.; SILVEIRA, A. M. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n. 8, p. 2549-2558, 2015.

[22] NUNES-VILLELA, J.; FABBRI, A. C. R.; DOMINGO, M. L. C.; QUELHAS, O. L. G. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: avanços e desafios observados no município de Teresópolis, Rio de Janeiro, Brasil. Revista Educação Especial, v. 31, n. 62, p. 741-758, 2018.

[23] PASTORE, José. Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência. São Paulo: LTr, 2000.

[24] RIBEIRO, M. A.; CARNEIRO, R. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Organizações & Sociedade, v. 16, n. 50, p. 545-564, jul./set., 2009.

[25] SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 8. Ed. Rio de Janeiro, WVA, 2010. 180 p.

[26] THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. Revista PMKT, n. 3, p. 20-27, 2009.

[27] TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Psicologia & Sociedade; v. 19, n. 1, p. 38-46, 2007.

[28] VAN DEN BERG, M. E.; CASTELLOTE, J. M.; MAHILLO-FERNANDEZ, I.; PEDRO-CUESTA, J. Incidence of spinal cord injury worldwide: a systematic review. Neuroepidemiology, v. 34, n. 3, p. 184-192, 2010.

[29] VIOLANTE, R. R.; LEITE, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol. 14, n. 1, p. 73-91, 2011.

Capítulo 13

Transtorno do Espectro Autista e Realidade Virtual como suporte no desenvolvimento social

Laryssa Rodrigues Duarte
Alessandra Dilair Formagio Martins

Resumo: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta comprometimentos na linguagem, comunicação, imaginação e na interação social. A pesquisa apresentou como base uma revisão bibliográfica a partir de artigos e pesquisas sobre a temática, a fim de compreender se a realidade virtual pode ser utilizada para desenvolver habilidades sociais no indivíduo com TEA e foi evidenciada a importância desse recurso no desenvolvimento de habilidades sociais, motoras e cognitivas nas pessoas com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Realidade Virtual; Tecnologia Assistiva.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição neurológica que compromete as áreas de linguagem, comunicação e interação social (MORAL et.al, 2017). Normalmente, eles têm dificuldade em distinguir as figuras verbais e não verbais, pois não conseguem interpretar gestos, expressões faciais e atender pelo nome próprio (SCHMIDT et.al., 2014).

Os sintomas aparecem nos primeiros anos de vida e pode ser diagnosticado em três graus diferentes, o leve, moderado e o severo, por isso, há sintomas diferentes em cada indivíduo, pois o modo como vivem e se expressam no meio social vai ser diferente, dessa forma necessitam de tratamentos diferenciados (MORAL et al, 2017).

A definição adotada pela Associação de Amigos do Autista (AMA) diz que é produzido por três fenômenos, a dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar com sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal. Isto inclui gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação na linguagem verbal, dificuldade de sociabilização - este é o ponto crucial no autismo, e o mais fácil de gerar falsas interpretações. Significa a dificuldade em relacionar-se com os outros, a incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos e emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas e a dificuldade no uso da imaginação - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Isto pode ser exemplificado por comportamentos obsessivos e ritualísticos, compreensão literal da linguagem, falta de aceitação das mudanças e dificuldades em processos criativos (MELLO, 2007).

Com base na Classificação Internacional de Doenças - CID-10 (OMS, 1993, p.247):

(...) essa patologia é definida como um transtorno invasivo do desenvolvimento, identificado pelo surgimento antes da idade de 3 anos e “pelo tipo característico de funcionamento anormal em todas as três áreas de interação social, comunicação e comportamento restrito e repetitivo.

Por isso, o brincar para o indivíduo que tem esse transtorno é diferenciado por causa das características limitantes do desenvolvimento lúdico e imaginário, de acordo com CID-10 (OMS, 1993) as brincadeiras imaginárias não existem ou podem ter algum prejuízo.

As Tecnologias Assistivas (TA) foram introduzidas na lei do Estados Unidos em 1988, para dar o suporte às pessoas com deficiências (FILHO, 2009). Em 1998, essa lei foi renovada dando direito aos cidadãos com deficiência (SARTORETTO E BERSCH, 2021).

A TA é um suporte interdisciplinar que varia entre o campo de produtos, metodologias, recursos e estratégias a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas com deficiência (COMITÊ DAS AJUDAS TÉCNICAS, 2007).

A Realidade Virtual (RV) é uma tecnologia que faz a interação entre o meio real e virtual, em uma imersão totalmente virtual, criam-se espaços virtuais a fim de estimular várias áreas cerebrais (TORI, et.al, 2018). Há a Realidade Alternativa em que o indivíduo vivencia experiencias com o meio real e virtual ao mesmo tempo (TORI, et.al, 2018).

Assim, a RV pode ser vislumbrada como uma TA a fim de estimular a interação social por meio de um campo lúdico e divertido. O objetivo foi compreender se a RV pode contribuir para os indivíduos com TEA no desenvolvimento social.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica com base em artigos, teses de doutorado, livros e dissertação sobre a temática de realidade virtual, tecnologia assistiva e transtorno do espectro autista, pesquisados nas plataformas digitais como o Scielo e Pepsic.

Buscou-se informações sobre o assunto a fim de enriquecer a pesquisas com dados científicos e expor os dados sobre cada assunto que foi evidenciado ao longo da pesquisa.

Ademais, foram selecionados oito artigos para analisar o objetivo principal, se a realidade virtual pode ser utilizada como uma ferramenta de suporte aos indivíduos com TEA, no desenvolvimento de suas habilidades, favorecendo uma eficácia no dia a dia. Dessa maneira, foram utilizadas duas unidades de análise do conteúdo: os pontos vantajosos e desvantajosos do uso dessa tecnologia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os indivíduos com TEA preferem ficar isolados e estarem em contato com o meio virtual, por plataformas digitais, como os jogos. Por isso, a importância de estabelecer um contato entre o campo virtual lúdico com o desenvolvimento das habilidades desejadas.

Foram selecionados oito artigos, que abordam a temática realidade virtual e TEA, tecnologia assistiva e TEA, e tecnologia assistiva, realidade virtual e TEA. Cada artigo foi lido e analisado de acordo com as categorias de análise: vantagens e desvantagens do uso da tecnologia para os autistas. Alguns autores retratam a mesma perspectiva e outros diferentes opiniões.

Dos oito trabalhos, quatro são baseados na revisão bibliográfica e quatro são pesquisas empíricas, as quais contavam com o apoio de tecnologias como metodologia de pesquisa.

A) Principais vantagens do uso da tecnologia para o TEA:

As vantagens encontradas durante as análises dos artigos foram que: Oliveira et.al (2020) utilizou a ferramenta Xbox como uma realidade virtual aplicado individualmente pela equipe, a fim de auxiliar no aspecto psicomotor, estimular habilidades cognitivas e lúdicas, e proporcionar um conhecimento corporal.

Menezes (2021) desenvolveu um cenário de RV e aplicou o teste com os profissionais que cuidam dos TEA e com pessoas com transtorno do espectro autista. A RV simulou as terapias existentes ou experiências da vida real, para minimizar dificuldades sociais. Além de identificar as emoções desses indivíduos, desenvolvendo um ambiente facilitador.

Moresi et.al. (2018) é uma pesquisa de revisão bibliográfica que teve por objetivo analisar as tecnologias existentes. Identificou que as TA são importantes no processo de potencialização das habilidades das pessoas com deficiência. Na análise desses estudos observou que algumas pesquisas apontam que a utilização de robô foi eficaz na habilidade social e a intervenção baseada em vídeo potencializou as habilidades sociais, normalmente os indivíduos com TEA tem dificuldade em processar informações.

Ferreira (2017), apresenta uma pesquisa que se baseou em revisão bibliográfica e que teve como objetivo desenvolver um aplicativo que ajudasse os indivíduos a realizar tarefas diárias.

Soares e Lima (2019), fizeram uma pesquisa de revisão bibliográfica e desenvolveram um questionário para saber a relevância das tecnologias para as famílias e profissionais que atendem os indivíduos com TEA, identificando que as tecnologias podem facilitar o ensino-aprendizagem dos alunos com TEA, por meio lúdico, pois é um facilitador na aprendizagem.

Junior e Moreira (2021), fizeram uma busca de várias tecnologias e descreveram sobre cada uma delas. Na perspectiva educacional, discutem sobre o método tradicional dificultar o aprendizado e a socialização e por isso, a TA e TIC's auxiliam como alternativas no processo de aprendizagem, proporcionando interesse em estudar por meio de jogos nos computadores ou aplicativos. Cada criança com TEA é diferente, por isso há a necessidade de conhecer os déficits e potencializá-los.

Soares (2017), fez uma pesquisa de campo, em que a RV ajuda a identificar emoções e aumentar contato social, e às pessoas hiperativas pode ser de grande ajuda para manter o foco.

Nascimento et.al. (2021), apresenta várias tecnologias que podem atender ao público TEA. As tecnologias podem facilitar o ensino-aprendizagem dos alunos com TEA, por meio lúdico.

B) Principais desvantagens do uso da tecnologia para o TEA:

As desvantagens encontradas foram que Oliveira et.al (2020) refere que o indivíduo com TEA pode ter dificuldade em aceitar usar uma tecnologia.

Menezes (2021) observou que os indivíduos com TEA apresentaram dificuldade no foco e na atenção em realizar as tarefas propostas. A desvantagem destacada é que muitas tecnologias não estão disponíveis a todas as pessoas.

Moresi et.al. (2018) observou que normalmente, os indivíduos com TEA tem dificuldade em processar informações. O autor levantou como desvantagens a baixa acessibilidade das pessoas perante as tecnologias existentes, e em alguns casos não há acompanhamento com profissionais para auxiliar nesse processo de desenvolvimento.

Ferreira (2017), identifica como desvantagem o fato de que há poucas tecnologias gratuitas e acessíveis ao público, aspecto que dificulta sua utilização.

Soares e Lima (2019) identificam como desvantagem que há poucos profissionais aptos a auxiliarem esses alunos nas escolas, através de recursos de tecnologia assistiva.

Junior e Moreira (2021) identificaram que cada criança com TEA é diferente, por isso há a necessidade de conhecer os déficits e potencializá-los, esse aspecto pode se tornar uma dificuldade, quando tentamos generalizar o uso da tecnologia a todas os sujeitos com TEA, não levando em conta suas particularidades.

Soares (2017) apresenta como desvantagem a baixa acessibilidade das pessoas às tecnologias assistivas.

Nascimento et.al. (2021), apresenta ao longo da pesquisa sobre a falta de profissionais capacitados para atender ao público TEA nas escolas.

Dessa forma, é possível analisar que os trabalhos selecionados ajudam a entender que as tecnologias podem ser uma ferramenta útil e de qualidade para ajudar os TEA.

Os indivíduos com TEA sentem-se mais confortáveis em ambientes virtuais, por isso, a RV seria eficiente em trabalhar as habilidades por meio de um espaço lúdico e divertido.

Essas ferramentas, como foi abordado, apresentam desafios de disponibilidade a todo o público e de difícil acesso às informações.

Alguns profissionais que trabalham com esse publico não tem acesso a formação de qualidade em tecnologia, para que seja manuseada corretamente e com qualidade, a fim de proporcionar um espaço confortável as crianças.

Diante de todos os desafios, as pesquisas apontam que o uso de tecnologias é importante para proporcionar um ambiente descontraído e lúdico em que a criança se sinta confortável para aprender e estimular as habilidades adequadamente, pois podem estimular a cognição, a imaginação, a linguagem, a psicomotricidade, a entender as emoções, estimular a interação social, entre outras habilidades, de modo vantajoso e divertido.

Assim, essas tecnologias podem auxiliar na interação entre o meio virtual com o ambiente real em que vivem, tornando-se uma tecnologia assistiva para auxiliar no dia a dia e desenvolvimento global dessas crianças.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, a fim de entender o quão significativo seria o uso de tecnologias no desenvolvimento de habilidades de socialização, seja no campo escolar, familiar ou na área da saúde.

O que se pode perceber é que, mesmo diante das desvantagens, o uso de tecnologias auxilia os profissionais e a família no dia a dia para uma melhor qualidade de vida.

Há uma gama de tecnologias que foram desenvolvidas para as pessoas com TEA, entretanto não são de fáceis acesso, pois algumas tecnologias são pagas e outras não são compatíveis a todos os aparelhos tecnológicos.

A pesquisa apontou uma dificuldade evidenciada na busca por materiais sobre a temática, que ajudassem no desenvolvimento do objetivo proposto, pois as pesquisas sobre essa área são recentes, o que aponta a importância e necessidade de mais estudos sobre esse campo. Mas, diante dos dados coletados, pode-se dizer que a Realidade Virtual pode ajudar os indivíduos com TEA no desenvolvimento de suas habilidades sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao PROPEX e à minha orientadora que me ajudou no processo de pesquisa e estimulou o interesse e a curiosidade sobre os assuntos, a fim de proporcionar ciência e colaborar com as inovações.

REFERÊNCIAS

[1] BASIL. Comitê de Ajuda Técnica – CAT. 2007.

[2] FERREIRA, Isa Maria Fonseca. Tecnologia Assistiva: Meios Tecnologicos Auxiliares No Desenvolvimento Da Criança Com Tea. Direitos Humanos e Formação Professores, III Congresso Internacional Salesiano de Educação, UNISAL, Lorena, 2017.

[3] JÚNIOR, Dario Silva da Silva e MOREIRA, Patrick Letouzé. Transtorno do Espectro Autista e as tecnologias educacionais digitais no cenário das pesquisas brasileiras: um Mapeamento Sistemático da Literatura. Research, Society and Development, v. 10, n. 10, 2021.

[4] MARTINS, Alessandra Dilair Formagio e GÓES, Maria Cecília Rafael. Um estudo sobre o brincar de crianças autistas na perspectiva histórico-cultural. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 17, Número 1, Janeiro/Junho de 2013: 25-34.

[5] MELLO, Ana Maria S. Ros. Autismo: Guia Prático. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

[6] MENEZES, Stefane Vieira. Realidade Virtual como Tecnologia Assistiva para desenvolver habilidades de vida diária em crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. Universidade do Rio Grande, Dissertação de Mestrado, Rio Grande, 2021.

[7] MORAL, Adriana et.al. Atendendo o autismo. Projeto contemplado no 3º EDITAL SANTANDER/USP/FUSP de Direitos Fundamentais e Políticas Públicas. 2017.

[8] MORESI, Eduardo Amadeu Dutra et.al. Tecnologia Assistiva e Autismo. Memorias de la Octava Conferencia Iberoamericana de Complejidad, Informática y Cibernética (CICIC 2018), Projeto Developer Academy, Curso de Ciência da Computação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

[9] NASCIMENTO, Fabrício Crispim et.al. As tecnologias assistivas como forma de comunicação alternativa para pessoas com transtorno do espectro autista. Revista Educação Pública Qualis, Capes, v. 21, nº 16, 4 de maio de 2021.

[10] OMS-Organização Mundial da Saúde. Classificação de transtornos mentais e do comportamento da CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

[11] OLIVEIRA, Juliana Crusco et.al. O Efeito Da Realidade Virtual Nos Aspectos Psicomotores De Indivíduos Com Transtorno Do Espectro Autista: Estudo De Caso. Temas em Saúde, João Pessoa, V. 20, N. 1, p. 140 – 161, 2020.

[12] SARTORETTO, Mara Lúcia e BERSCH, Rita. **Assistiva. Tecnologia e educação. 2021. Disponível em <**https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> acesso em: 25 de outubro de 2021.

[13] SCHMIDT, Carlo. Autismo, educação e transdisciplinaridade. Papirus Editora, 6ª Ed. 2014.

[14] SOARES, Larissa Fernandes e LIMA, Samantha Dias. A Utilização Das Tecnologias No Desenvolvimento Da Aprendizagem De Crianças E Adolescentes Com Autismo. Instituto Federal de Santa Catarina, Trabalho de conclusão de curso, Santa Catarina, 2019.

[15] SOARES, Kerolayne Paiva. Utilização de Ferramenta de Realidade Aumentada para ajudar em tarefas psicopedagógicas com crianças Pertencentes ao Transtornos do Espectro Autista. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e da Computação, Natal, RN. 2017.

[16] TORI, Romero; HOUNSELL, Marcelo da Silva (org.). Introdução a Realidade Virtual e Aumentada. Porto Alegre: Editora SBC. 2018.

Capítulo 14

O discurso dos internautas sobre o Profissão Repórter "Transgêneros" no Youtube

Matheus Henrique Viana
Carlos Golembiewski

Resumo: O Presente artigo revela as opiniões dos internautas sobre o tema "Transgêneros" abordado no programa Profissão Repórter da TV Globo e disponibilizado no YouTube. Como o assunto é pouco debatido na mídia, a ideia foi verificar o que os brasileiros pensam a respeito deste tema. A metodologia de pesquisa adotada foi o Discurso do Sujeito Coletivo proposta por Lefreve (et ali, 2007). Foram analisados os 100 primeiros comentários no canal do YouTube "J4C4R3JP 4" que disponibilizou de forma não oficial a edição "Transgênero" do programa Profissão Repórter que retratou a vida de transexuais brasileiros. Pode-se dizer que os internautas estão divididos em relação ao tema. Entretanto, os dados apurados revelam que mais da metade dos internautas brasileiros sequer aceitam discutir o tema. E que essa proporção está em acordo com a média de vida de uma pessoa transgênero no Brasil: 35 anos.

Palavras-chave: Profissão Repórter, YouTube, Transgêneros, Saúde Pública, Discurso do Sujeito Coletivo.

1. INTRODUÇÃO

A comunidade transgênero ainda é invisível na sociedade (FERREIRA; et ali, 2016) por se opor à heteronormatividade e os padrões de gênero. E por isso é discriminada no ambiente escolar, excluída do mercado de trabalho e exposta a marginalidade. Segundo dados da União Nacional LGBT (2018), o tempo médio de vida de uma pessoa transgênero no Brasil é de apenas 35 anos e o país é onde mais os transexuais são mortos no mundo, dados da ONG *Transgender Europe* (2018).

Apesar da violência, na última década, os transgêneros alcançaram diversos direitos importantes para a sua sobrevivência. Desde 2008, o Ministério da Saúde oferece atendimento às pessoas em processo de transexualização por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) tornou possível à pessoa transgênero realizar a mudança do nome e sexo nos documentos, mesmo sem a cirurgia de redesignação genital, ou autorização judicial. Oficialmente, em 2019, a transexualidade foi retirada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) da lista de doenças ou distúrbios mentais que entrará em vigor em 2022.

O tema foi abordado no programa Profissão Repórter (PR) em 01 de agosto de 2018 e retratou a vida de algumas pessoas transgênero em diferentes partes do país. Quatro dias após a exibição na televisão, o programa foi disponibilizado em um canal do Youtube não oficial, isto é, que não pertence à Rede Globo de Televisão, emissora responsável pelo PR. E com a possibilidade de interação na internet, mais especificamente nos comentários da publicação do vídeo, se formou o objetivo deste trabalho, que é revelar a opinião dos internautas sobre o tema transgênero abordado no Profissão Repórter disponível no Youtube. Já como objetivos específicos realizou-se um perfil sócio histórico do programa Profissão Repórter e do Youtube como plataforma de hospedagem e disseminação da informação e ambiente mediador de debates e explicou-se a definição de transgênero de acordo com a visão jurídica, psicológica e sociocultural.

O vídeo do programa sobre os transgêneros já foi visualizado por mais de 140 mil internautas e o prestígio do Profissão Repórter, que já foi indicado ao prêmio "*Emmy*", justificam a realização desta pesquisa que tem como questão central a seguinte pergunta: qual o discurso dos internautas sobre o tema "Transgêneros" abordado no programa Profissão Repórter e disponibilizado no Youtube? A metodologia utilizada foi o Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE; et ali, 2007), que a partir da junção de diversos discursos sobre uma mesma temática, se forma um discurso coletivo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. PROFISSÃO REPÓRTER

O Profissão Repórter **(**PR**)** é um programa jornalístico transmitido semanalmente pela Rede Globo de televisão. O programa vai ao ar toda quarta-feira às 23h30, com a duração de 30 minutos e é apresentado por seu idealizador, o jornalista Cláudio Barcellos de Barcellos, popularmente conhecido como Caco Barcellos.

A primeira edição do Profissão Repórter foi exibida como um especial dentro do programa Globo Repórter, em abril de 2006. No mês seguinte, em maio de 2006, começou a ser exibido aos domingos como um quadro de 12 minutos, dentro do programa Fantástico. No segundo semestre de 2007, o PR ganhou quatro edições especiais de 45 minutos às quintas-feiras no horário da noite. Em junho de 2008, o programa passou a ocupar um espaço semanal na grade de programação da emissora no formato mais parecido com o que conhecemos hoje, mas com duração de 25 minutos e às terças-feiras. Entre 2008 e 2010**,** o "Profissão" foi dirigido por um dos seus criadores, o jornalista Marcel Souto Maior, e, desde 2011, Caco Barcellos assumiu a posição de diretor e apresentador do programa (MEMÓRIA GLOBO, 2019).

O Profissão Repórter tem como objetivo registrar e compartilhar o *making off* das produções jornalísticas audiovisuais em todas as suas etapas, até a entrega do produto, e possui uma equipe formada por jornalistas em início de carreira. O formato considerado inovador "apresenta novidades quanto à atuação do repórter e, principalmente, inovações estéticas e de linguagens narrativas" (CHIARIONI; p. 02, 2011).

De acordo com Caco Barcellos (2016), a idealização do programa seria a continuidade daquilo que sempre fizera como repórter e uma oportunidade de fazer um programa aos seus moldes. Durante a sua carreira, Barcellos (2016) sempre imaginou como seria trabalhar em um programa apenas de reportagens impactantes, realizadas com fontes não oficiais, junto a um grupo preocupado em contar histórias em seus diversos ângulos.

O apresentador ainda declarou em um depoimento para o registro da trajetória do programa no site Memória Globo da emissora (2019), que ao criá-lo, desejava ter "parceiros críticos, dispostos a encarar desafios e que fossem idealistas, por isso, a ideia de selecionar jornalistas recém-formados". Como um produto novo e profissionais dispostos a pensar fora dos padrões, nascia o Profissão Repórter.

De uma forma diferenciada, audaciosa e desbravadora de traçar narrativas e transformá-las em reportagens, o Profissão Repórter é um exemplo de produção distinta aos moldes do telejornalismo tradicional. No programa, os repórteres apresentam diferentes ângulos de protagonismo: a aparição do repórter em frente às câmeras, o repórter junto aos personagens e o profissional nos bastidores (ETGES, 2014; CHIARIONI, 2011).

As temáticas abordadas no PR são baseadas em sua grande maioria em problemas sociais como desigualdade, exclusão social, educação, saúde e violência. São exemplos as reportagens "Maternidade" (2008) que mostrou hospitais em Belém do Pará, sem infraestrutura para atender às mulheres grávidas. "Crack" (2009) episódio sobre o uso de crack na cracolândia, em São Paulo. "Justiceiros" (2014) o programa abordou atos violentos praticados por quem fazia "justiça com as próprias mãos". "Grandes manifestações públicas no Brasil" (2011) o programa que cobriu a marcha em prol da legalização da maconha, a marcha para Jesus e a Parada LGBT. Em 2015, o Profissão Repórter retratou o analfabetismo no Brasil e mostrou os protestos nas ruas, contra e a favor do impeachment da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016 (MEMÓRIA GLOBO, 2019).

Todos os temas são pensados para que o telespectador se identifique com a proposta e ainda tenha o repórter como um igual, que, por algumas horas sentiu na pele e se envolveu diretamente com a pauta. O narrador, antes isento e distanciado passa a incorporar uma figura envolvida com a temática e seus personagens da vida real (ETGES, 2014).

Barcellos (2017) explicou que a equipe de repórteres participa de todo o processo de produção. Após a escolha do objeto de abordagem na reunião de pauta, o jornalista que o sugeriu a temática escolhe a sua equipe. Todos apuram, roteirizam, gravam, entrevistam e editam na finalização da matéria. Sua intenção é que todos dominem o processo. Tamanho envolvimento e mistura de experiências, constroem uma narrativa cada vez mais espelhada no cotidiano dos brasileiros.

Em 2018, o programa alcançou uma média de 20,2 milhões de telespectadores por edição. De abril a dezembro, 100 milhões de pessoas assistiram o Profissão Repórter. Cerca de 10,8 milhões de pessoas acompanharam o programa por no mínimo um minuto e 121 milhões viram pelo menos um episódio. A sua edição de maior fluxo de audiência foi ao ar em 17 de outubro de 2018 e retratou "Os dilemas de passageiros ribeirinhos que dependem da hidrovia Solimões-Amazonas" e alcançou 17 pontos de média e 39% de participação em São Paulo. Estes números equivalem a 1.222.300 domicílios sintonizados apenas na capital paulista (REDE GLOBO, 2019; KANTAR IBOPE MEDIA, 2018).

O público ao identificar-se com a temática trabalhada sente a necessidade de se conectar de alguma forma com o emissor da mensagem. E por muito tempo a única maneira de se envolver com os programas de televisão era assistindo-os. Porém, com o advento da internet na era digital e a vontade do público de emitir opiniões antes, durante e depois das transmissões das produções televisivas, as redes sociais e plataformas de compartilhamento de vídeos como o YouTube se tornaram palanques para qualquer usuário da internet discutir opiniões.

2.2. YOUTUBE: UMA PLATAFORMA DA INTERNET

Do nascimento em 1969 à sua popularização nos anos de 1990, a rede mundial de computadores, ou apenas internet, se tornou indispensável para a democratização do conhecimento e é considerada um direito humano pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2016). O Brasil tem cerca de 140 milhões de usuários, isso equivale a quase 70% da população. O país ocupa a segunda posição no ranking de maior permanência na rede, o internauta brasileiro fica conectado em média, nove horas e 29 minutos. Nas redes sociais, os brasileiros estão entre as duas maiores populações em que o tempo diário gasto nas redes é superior a 3 horas e meia (HOOTSUITE; WE ARE SOCIAL; GLOBAL DIGITAL, 2019; DATA REPORTAL, 2019). A Internet também é uma grande contribuinte para a economia do país. O *Interactive Advertising Bureau* (IAB, 2018) apontou em sua pesquisa mais recente "*Digital AdSpend*" que, pela primeira vez, o meio digital absorveu um terço dos ganhos do mercado publicitário brasileiro em 2017. Segundo os resultados, a publicidade digital aumentou 25%, subiu de R$ 11,8 bilhões, em 2016, para R$ 14,8 bilhões, em 2017.

Uma das redes sociais mais populares da Internet é o YouTube. Criada em 2005, a plataforma de compartilhamento de vídeos possui 1,9 bilhões de usuários ativos mundialmente (GLOBAL DIGITAL, 2019). Segundo a companhia de tecnologias de informação, *SimilarWeb* (2018), o YouTube é o terceiro site mais acessado no país, atrás apenas das versões em português e inglês do buscador Google. A plataforma é o site em que o brasileiro tem o maior tempo de permanência, em média de 22 minutos e 28 segundos e, durante esse período, ele acessa em média nove páginas dentro da rede social. A pesquisa ainda constatou que entre brasileiros de 16 a 64 anos, 95% deles acessam-na.

Dentro do contexto da internet, o usuário das mídias sociais é responsável pela produção, audiência e disseminação de conteúdos próprios ou de terceiros. E no Youtube não é diferente. Para interagir no site, o internauta precisa criar uma conta para depois disso**,** efetuar ações como avaliar o conteúdo aprovando-o (*like*), desaprovando-o (*dislike*) e comentando sem número máximo de caracteres. Caso aprove o conteúdo, o internauta poderá inscrever-se no canal para receber notificações de *upload* de novos vídeos. Dessa maneira**,** a plataforma é alimentada pelos próprios usuários e permite a interação entre eles, independentemente de espaço geográfico, da etnia, religião, ideologias políticas e socioculturais.

Na plataforma existem restrições para comentários que vão contra as Diretrizes de Comunidade do YouTube. Entre elas estão conteúdos comerciais indesejados, spam, material com conteúdo sexual, pornografia, discurso de ódio, violência explícita, assédio e bullying (YOUTUBE, 2019). Porém, a denúncia deve partir sempre de outros usuários, pois a plataforma ainda não possui mecanismos de reconhecimento de tais discursos.

Segundo Puhl e Araújo (2012), apesar do intuito da criação do YouTube ser transformá-lo em uma ferramenta voltada ao usuário comum, hoje a plataforma está aberta a diferentes formas de usá-la, explicam os referidos autores**.** A reportagem "Transgêneros", qual os comentários são o conteúdo a ser analisado, está disponibilizada de forma não oficial no *Youtube*. Essa situação permite que o telespectador assista ao programa caso não tenha assistindo pela televisão ou gostaria de rever e até mesmo opinar, já que a primeira tela –a *televisão*- não o possibilita (MÉDOLA; et ali, 2015).

De acordo com Valenzuela (2014), essas plataformas são de maior aprovação dos usuários por oportunizar um acesso democrático, concentrar informação, promover o relacionamento social e o entretenimento. Desta forma até mesmo aqueles que não buscam por conteúdos informativos acabam expostos a notícias, reportagens e atualidades por meio das plataformas de mídias sociais, e com facilidade de expor sua opinião, contribuindo com os debates, observa o autor.

2.3. TRANSGÊNEROS

Para Cândido (2016), desde os primórdios da história humana, os padrões de comportamento dominantes nas sociedades são os heterossexuais, e tudo aquilo que difere da heteronormatividade, é discriminado. Quando se fala em gênero, o termo é utilizado para se referir às características sociais, culturais e psicológicas que fomentam um estereótipo de comportamento de homens e mulheres, baseada no sexo biológico em uma concepção binária. Ou seja, um código de conduta utilizado para classificar, hierarquizar, e determinar quem será apto e qualificado para a vida social (SOUZA; BERNARDO, 2014; LODI; VERDADE, 2017; ZANETTE; FELIPE, 2017; STURZA; SCHORR, 2015).

Um dos primeiros estudos sobre a condição transexual foi do endocrinologista alemão Harry Benjamin, com a publicação do livro "O fenômeno transexual" (1966), que exemplificava as características que diagnosticam uma pessoa transexual (POPADIUK; et ali, 2016). "Transgêneros" podem ser classificados como indivíduos que nasceram com o sexo biológico em desacordo com seu estado psíquico, e, na maioria das vezes, se submetem a transformações corporais a partir de um tratamento hormonal e a cirurgia de redesignação genital (HADDAD, 2015; ZANETTE; FELIPE, 2017; PACHECO; PACHECO, 2016).

Na sociedade, muito se confunde o conceito de identidade de gênero e orientação sexual. Segundo Haddad (2015), a orientação sexual se dá em relação ao gênero pelo qual uma pessoa sente atração amorosa ou sexual. Pacheco e Pacheco (2016, p.213) explicam:

> [...] Existem quatro tipos de orientação afetivo-sexual: os bissexuais que se sentem atraídos pelos dois gêneros; os heterossexuais, pelo gênero oposto; os homossexuais, pelo mesmo gênero e os assexuados, que representam um caso singular, uma vez que podem apresentar uma orientação romântica, porém não sexual, direcionada a algum dos gêneros (ou ambos), ou não apresentarem orientação romântica e nem sexual (p. 213).

Ainda de acordo com as autoras, a identidade de gênero se refere ao gênero pelo qual o indivíduo se identifica. No caso dos transgêneros, o sexo biológico discorda do gênero psicológico, sendo, desse modo**,** classificados como homens transgênero e mulher transgênero. São chamados de "cis gênero" os indivíduos que não são transexuais, ou seja, se identificam com o sexo biológico (JESUS, 2012). Já os "não-binários" são aqueles que não se encaixam em um gênero, e vivem de forma ambígua, dias se identificam como mulher e dias se identificam como homem (REIS; PINHO, 2016).

Para Silva e Cerqueira-Santos (2014) e Pagliari e Piber (2015), uma das principais dificuldades na relação pessoa/identidade de gênero seria o encaixe no estereótipo dos padrões de corpo que a pessoa possui, do estigma e do preconceito quanto à sua condição sexual não heteronormativa, além da falta de suporte e amparo social. Por fim, os autores alertam que pela não aceitação da sociedade, esse grupo fica vulnerável à violência física e psicológica por estarem associados a um conjunto de estereótipos negativos.

O preconceito, discriminação, exclusão e negação dirigidos a essas pessoas, é denominado como "transfobia". Cândido (2016) explica esse conceito:

> Um processo de recusa histórica, social e cultural da forma como as pessoas transgêneros constroem seu gênero e vivem sua sexualidade, além de ser transcrita também como o medo, ódio ou desconforto com pessoas cuja identidade ou expressão de gênero não estão em conformidade com as normas culturais de gênero (CÂNDIDO; 2016, p. 05).

Souza e Bernardo (2014) apontam a família, a igreja, a escola e o trabalho como as instituições que ainda permanecem conservadoras. Segundo as autoras, esses ambientes alimentam os estigmas e os preconceitos em relação a esta parcela da sociedade.

Acrescentam que todo o processo inicia na infância quando o gênero do indivíduo é designado pela genitália, e consequentemente condicionado a uma criação baseada nos preceitos sociais e midiáticos relacionados àquele sexo biológico. A escola, uma das principais instituições sociais responsáveis pela formação do indivíduo a partir da inclusão em um grupo social, falha em relação às pessoas transgêneros pelas vivências negativas que ocasionam no abandono prematuro dos estudos. Como o grau de escolaridade é algo primordial para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e ensino superior, as oportunidades para pessoas transexuais se tornam escassas (SOUZA; BERNARDO, 2014; ZANETTE; FELIPE, 2017).

Quando com muita dificuldade conseguem se inserir no mercado de trabalho, passam por diversos constrangimentos e preconceitos por meio de práticas discriminatórias, sejam diretas ou indiretas por quem não os vê como pessoas dignas e capazes de contribuir no meio organizacional, principalmente aqueles que não passaram pela cirurgia de redesignação sexual (PAGLIARI; PIBER, 2015; CÂNDIDO, 2016; SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2014).

Fora do mercado de trabalho formal, os transexuais acabam por se submeter à prostituição, o que os torna vulneráveis a ataques transfóbicos (ZANETTE; FELIPE, 2017). Tal quadro faz com que essa parcela da sociedade morra muito cedo. Segundo dados da União Nacional LGBT (2018), o tempo médio de vida de uma pessoa transgênero no Brasil é de apenas 35 anos, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 76 anos, de acordo com informações divulgadas em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Brasil é o país onde mais transexuais são mortos, dados da ONG *Transgender Europe* (2018). Entre outubro de 2017 e setembro de 2018, 167 transexuais foram assassinados no país. Junto às mortes provocadas de forma criminosa, a saúde mental pode estar associada à tão baixa expectativa de vida. (PAGLIARI; PIBER, 2015).

Por isso é indicado que se promova a saúde mental dos transgêneros desde a infância ou logo quando identificados (LODI; VERDADE, 2017), principalmente por se tratar de uma condição que era considerada uma patologia até 2018. Oficialmente em 2019, a transexualidade foi retirada da lista de doenças ou distúrbios mentais pela Organização Mundial da Saúde, com a publicação da 11ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022.

No Brasil, desde a publicação da Portaria Nº 457, em 19 de agosto 2008, o Ministério da Saúde oferece atendimento às pessoas em processo de "transexualização" e cirurgia de redesignação sexual (STURZA; SCHORR, 2015). Em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) por meio do Provimento 73/2018, tornou

possível à pessoa transgênero realizar a mudança do nome e sexo nos documentos, mesmo sem terem se submetido a cirurgia de redesignação genital, e sem a necessidade de autorização judicial.

Mesmo com a busca constante pelos direitos nas áreas jurídicas e da saúde, em todo o mundo, os transgêneros ainda são invisibilizados (FERREIRA; et ali, 2016) e obrigados a viverem marginalizados (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2014). Desse modo, faz-se necessário que a sociedade construa novas políticas de inclusão e proteção para esses grupos, com foco na educação da tolerância com a ampliação de conhecimentos científicos e a disseminação de informações acerca de gênero, para que em longo prazo se modifique a cultura preconceituosa hoje vivenciada (RODRIGUES; BARROS, 2016).

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo foi o Discurso do Sujeito Coletivo, criado por Fernando Lefevre e Ana Maria Cavalcanti Lefevre em 1990 (IPDSC, 2019). Segundo os autores (et ali, 2007, p.2), o método é uma técnica de processamento de depoimentos que "consiste em reunir, em pesquisas sociais empíricas, sob a forma de discursos únicos redigidos na primeira pessoa do singular, conteúdos de depoimentos com sentidos semelhantes", ou seja, partir da junção de vários discursos individuais para formar um só discurso em coletivo.

Para a realização da pesquisa foram coletados os 210 comentários dos internautas (sem considerar as respostas) da publicação no YouTube do episódio "Transgêneros" do programa Profissão Repórter. O *upload* do vídeo foi realizado de forma não oficial e está hospedado no canal "J4C4R3JP 4". O referido canal possui cerca de 13 mil inscritos, mais de 3,8 milhões de visualizações e publica na íntegra as edições do programa Profissão Repórter e Globo Repórter, ambos da Rede Globo**,** após a sua exibição na televisão aberta. O episódio em análise foi publicado em 5 de agosto de 2018, e, até a realização deste trabalho, possui mais de 140 mil *views* (visualizações**)**, 906 comentários, 3,2 mil *likes* (gostaram) e 273 *dislikes* (não gostaram).

Dos 210 comentários**,** coletados no período de sete meses da exibição online (de 5 de agosto de 2018 a 25 de março de 2019), foram desconsiderados aqueles que não demonstravam uma opinião estabelecida sobre a temática, produção ou programa, eram formados apenas por *emojis,* continham palavras de baixo calão ou agrediam verbalmente outros comentaristas. Após a revisão, restaram 100 comentários classificados por: Temática Transgêneros e Programa Profissão Repórter. Para a coleta de dados na Temática Transgêneros, os internautas foram separados por Identidade de Gênero (Cis gênero, Transgênero ou N/ID- Não identificado), gênero feminino ou masculino, e os comentários separados em positivos ou negativos. Já em relação ao Programa Profissão repórter, os internautas foram separados da mesma forma, e os comentários separados em elogio ou crítica.

Ainda de acordo com Lefreve (et ali, 2007, p.6), para obter um resultado da análise das respostas, ou seja, a formação dos discursos do sujeito coletivo, é necessário:

> "[...]uma postura rigorosamente descritiva, a análise detalhada, a seleção do conteúdo relevante de cada resposta, a busca e a nomeação do(s) sentido(s) manifesto(s) (as ideias centrais) e latentes (as ancoragens) presentes no conteúdo das respostas".

Para os autores (2007), este esquema sociocognitivo, pode ser dividido em duas dimensões: qualitativa e quantitativa. A quantitativa aparece**,** já que a sociedade é um grupo formado por seres individuais e isso gera uma expressão numérica, que implica na dimensão da importância da temática e qualitativa porque o discurso é formado a partir da junção por semelhança semântica do conteúdo das opiniões.

4. O DISCURSO COLETIVO SOBRE TRANSGÊNEROS NO PROGRAMA PROFISSÃO REPÓRTER

A análise foi realizada por meio do Discurso do Sujeito Coletivo com base nos 100 comentários principais a respeito do programa Profissão Repórter sobre Transgêneros disponível em um canal não-oficial do YouTube. E, a partir da leitura das opiniões dos internautas foi extraída a ideia central de cada comentário, nessa metodologia, chamado de Expressão-chave. E, a partir de cada ideia central, foi construído o discurso coletivo de cada tema em questão.

Para uma melhor visualização da categorização, foram elaborados dois quadros (Quadros 1 e 2). No quadro temática (Quadro 1) foram escolhidos os primeiros comentários, apenas para exemplificar, divididos em Positivo e Negativo (1 para cada).

Quadro 1 – TRANSGÊNEROS (tema do Profissão Repórter)

GÊNERO	IDENTIDADE DE GÊNERO	POSITIVO/ NEGATIVO	COMENTÁRIO: EXPRESSÃO-CHAVE (Ideia central em negrito)
Feminino	N/ID	Positivo	**Eu me sinto feliz e aliviada por não ser essas pessoas, que sentem ódio e desprezo dessas pessoas LGBT...**
Feminino	N/ID	Negativo	Desde que o mundo é mundo; **só nascem homens e mulheres**!!! O restante é hipocrisia da sociedade querendo mudar o que Deus criou...#só acho#

Fonte: J4C4R3Jp 4, 2019.

No quadro programa (Quadro 2) constam o primeiro elogio e crítica à produção/programa.

Quadro 2 – PROGRAMA PROFISSÃO REPÓRTER

GÊNERO	IDENTIDADE DE GÊNERO	POSITIVO/ NEGATIVO	COMENTÁRIO: EXPRESSÃO-CHAVE (Ideia central em negrito)
Feminino	Transgênero	Elogio	**Que reportagem maravilhosa**!!! Uma pena que aqui no Brasil ser trans é uma sentença de morte. Eu fui expulsa de casa, tive de abandonar a faculdade e hoje em dia se não fosse pelo meu marido estaria nas ruas pq (porque) não contratam pessoas trans...ou nos matamos ou somos mortas, socialmente ou literalmente...quem diz que a gente escolhe essa vida é porque não tem noção do quanto sofremos por sermos assim.
Masculino	N/ID	Crítica	**Maldita rede globo sempre contradizendo a palavra de DEUS**. As pessoas escolhem seus caminhos, isso não quer dizer que DEUS as aprova. O povo está sendo destruido por falta de conhecimento. Somos Cristãos e os mandamentos nãos são nossos, mas de DEUS, manda quem pode obedeçe quem tem juizo.

Fonte: J4C4R3Jp 4, 2019.

4.1. PRIMEIRA LEITURA: ANÁLISE DOS DADOS

Na primeira leitura das opiniões dos internautas a respeito do programa Profissão Repórter analisou-se duas categorias: Transgêneros **(**o tema do programa**,** comentários positivos ou negativos) e o Profissão Repórter (em relação ao programa e a forma de abordagem da temática). De acordo com os dados do primeiro quadro (temática), dos 80 comentários, 44 opinaram negativamente, isso equivale a 55% das opiniões, e 36 de forma positiva, o equivalente a 45% das manifestações.

Na divisão de gênero, do total, as mulheres representam 65% e os homens 35%. Das internautas 56% se mostraram negativas e 44% comentaram positivamente. Já o sexo masculino, 57% demonstraram discordâncias e 43% estão em concordância com o tema abordado.

Ainda dentre os comentários do Quadro 1, se identificaram como transgêneros 10%, como Cis gêneros 3% e 87% não se identificaram. Dos transgêneros seis se demonstraram positivamente e apenas um se disse contrário. Todos os cis gêneros comentaram favoravelmente. Entre os que não se identificaram, prevaleceram com 61% foram negativos contra 39% positivos.

Da coleta dos 100 comentários, 20 foram relacionados ao Programa Profissão Repórter. Sobre ele, metade elogiou o programa e outra metade criticou. 85% deles feitos por homens e 15% por mulheres. Dos homens, oito criticaram e sete elogiaram. Todas as cinco mulheres deixaram elogios, inclusive a que se identificou como transgênero.

4.2. SEGUNDA LEITURA: ELABORAÇÃO DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Na segunda leitura, foi realizada a análise de cada comentário individualmente e retirado as ideias centrais da expressão-chave. A partir dessa coleta, os comentários foram separados por cada categoria (temática e programa) para a elaboração do Discurso do sujeito coletivo a partir da conexão dos comentários em uma só mensagem. Para um melhor entendimento, as ideias centrais foram ajustadas conforme as regras gramaticais em vigência. Em função do espaço, apenas os 10 primeiros comentários de cada categoria foram apresentados:

Temática Transgêneros - Positivos

S= Sujeito – Ideia Central

S 1 - Eu me sinto feliz e aliviada por não ser essas pessoas, que sentem ódio e desprezo dessas pessoas LGBT.

S 2 - É muito corajosa por ter enfrentado todos os preconceitos.

S 3 - Cada um decide o que quer para se sentir feliz.

S 4 - As pessoas deveriam julgar menos.

S 5 - Que ele não se arrependa no futuro e tenha sempre apoio da família para tudo.

S 6 - Eu acho incrível esses pais super compreensivos.

S 7 - Temos que respeitar e incluir essas pessoas na sociedade.

S 8 - Se não entende, ao menos respeite.

S 9 - Se você acha estranho, não aceita, mas respeite as pessoas, isso é essencial.

S 10 - Espero um mundo mais tolerante em relação a isso.

O Discurso Coletivo: Não é correto desprezar e odiar pessoas por serem LGBT. Temos que respeitá-las e incluí-las na sociedade. São pessoas dignas, independentemente de sua condição ou escolhas, o importante é o desejo que elas têm de serem verdadeiramente felizes. Seria tão bom que a sociedade julgasse menos e fosse mais empática, pois essa minoria sofre muito com o preconceito e merecem admiração por serem guerreiros. Mesmo que não entenda ou veja normalidade, busque conhecer e sejam compreensivos, principalmente se for um familiar. O mais importante é o caráter, por isso desejo a todos muita alegria e paz. Amei a igreja apoiando, espero um mundo mais tolerante em relação a isso. Viva a diversidade e a igualdade humana.

Temática Transgêneros - Negativos

S= Sujeito – Ideia Central

S 1 - Só nascem homens e mulheres.

S 2 - Esses *demônios* não morrem na cirurgia.

S 3 - Quantas aberrações.

S 4 - Essas pessoas pensam que assim serão mulheres e isso não é verdade.

S 5 - A mulher nunca será homem, o homem nunca será mulher. Apenas distúrbio mental, mais nada.

S 6 - Uma criança ainda não possui um amadurecimento para escolher o que realmente quer ser.

S 7 - É o *demônio* invadindo a mente até das crianças.

S 8 - Meu Deus tá tudo confuso.

S 9 - Criança não sei se é boa ideia.

S 10 - Mudança definitiva? Conseguiram mudar o DNA? Só que não.

O Discurso Coletivo: Só nascem homens e mulheres. A mulher nunca será homem e o homem nunca será mulher. Palhaçada, aberração, isso só pode ser o demônio ou distúrbio mental. Nunca mudarão biologicamente, pois foi Deus quem criou. Deveriam morrer na cirurgia, é uma verdadeira mutilação e não mudarão o DNA. Não é correto os pais influenciarem as crianças a isso. Elas precisam crescer para decidir. Como elas podem decidir o sexo, mas não podem pagar por crimes cometidos? Depois elas crescem, se arrependem e viram adultos frustrados e infelizes. Absurdo, abominação. Satanás está tentando entrar na igreja. Deus não aprova, queimarão no inferno.

Programa Profissão Repórter - Elogios

S = Sujeito – Ideia Central

S 1 - Que reportagem maravilhosa.

S 2 - Adorei a repórter que cobriu os USA. Ela conseguiu fazer uma leitura muito sensível do assunto.

S 3 - Esse é o melhor programa em questão de reportagem.

S 4 - Acho super importante apresentar a vida das pessoas transexuais como pessoas normais, não com sensacionalismo ou piada.

S 5 - Aprende o que é reportagem, Record.

S 6 - Ótima reportagem.

S 7 - Que reportagem linda.

S 8 - Reportagem excelente.

S 9-Parabéns pelo trabalho incrível, para nos trazer informação sobre um assunto um tanto desconhecido.

S 10 – Amei a reportagem.

O Discurso Coletivo: Ótima reportagem. A repórter que cobriu os *USA* conseguiu fazer uma leitura muito sensível do assunto. Esse é o melhor programa em questão de reportagem e faz um trabalho incrível para trazer informação sobre um assunto um tanto desconhecido e apresentar a vida das pessoas transexuais como pessoas normais, não com sensacionalismo ou piada.

Programa Profissão Repórter - Críticas

S = Sujeito – Ideia Central

S 1 - Maldita rede globo, sempre contradizendo a palavra de Deus.

S 2 - Tinha que ser programa da Globo.

S 3 - Nunca fale o nome civil dessas pessoas, é desconfortável.

S 4 - Horrível filmar o garoto se ele não quer.

S 5 - Tinha que ser programa da Globo.

S 6 - Globo lixo.

S 7 - Faltou uma produção mais empática

S 8 - Tinha que ser rede Globo para dissuadir estas aberrações.

S 9 - Não tive estômago pra assistir essa *nojeira* até o final.

S 10 - Fazer uma entrevista com uma criança pra falar sobre homossexualidade é um absurdo!

O Discurso Coletivo: Não tive estômago para assistir essa nojeira até o final. Maldita, tinha que ser programa da rede Globo lixo, sempre contradizendo a palavra de Deus e dissuadindo essas aberrações. Fazer uma entrevista com uma criança pra falar sobre homossexualidade, é um absurdo, horrível filmar o garoto se ele não quer. Faltou uma produção mais empática, nunca fale o nome civil dessas pessoas, é desconfortável.

4.3. ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

A análise realizada a partir da formação do discurso do sujeito coletivo baseado nos comentários da postagem do programa Profissão Repórter com a temática transgêneros, revelou dois grupos com argumentos fundamentados no conhecimento empírico e religioso. As opiniões negativas ou positivas, seja para com a temática ou o programa em si, foram bem distribuídas em questão de números e quase sempre embasadas em um mesmo ponto de vista. Entretanto, revelam um dado assustador: a mais da metade dos internautas brasileiros que interagiram com a edição do programa não apoiam qualquer discussão sobre a afirmação de gênero. Preferem ver o seu semelhante sofrer, seja na família, na escola ou no trabalho.

Nos argumentos da categoria "Temática Transgêneros - Positivos", em sua grande maioria falava sobre empatia, amparo emocional e suporte a quem se declara como transgênero. A palavra que mais apareceu dentre os comentários foi "respeito" e derivados. Dos 36 comentários, 10 possuíam-na em seu contexto. No discurso não constavam pesquisas científicas, mas sim experiências vividas por quem é transgênero ou próximo a um. Trinta e cinco dos integrantes dessa categoria se posicionaram positivamente, apenas um disse não ver normalidade, mas ainda assim, respeita independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero.

Em relação à categoria "Temática Transgênero - Negativos", os argumentos eram centralizados na religião e na desnaturalização do grupo em questão. A palavra chave do discurso foi "Deus", já que ela aparece em 10 dos 44 comentários. E no contexto geral, as manifestações foram constatadas com base na religiosidade, pelo uso de palavras como "demônio", "igreja", "Criador", "inferno" e "Satanás". Muitas oposições tratavam também da exteriorização da transexualidade na infância e como as crianças são incapazes de determinar o seu gênero.

No que se refere à produção da reportagem na categoria "Programa", dos dez comentários de críticas, cinco foram baseados na emissora e cinco no despreparo de alguns repórteres sobre o assunto, contato com as fontes e/ou da produção. Já os elogios, seis comentários continham apenas um adjetivo positivo em relação ao programa ou reportagem sem especificações, três foram mais específicos quanto à importância do tema abordado, o profissionalismo de uma repórter e a produção. Um comentário isolado apenas comparou a emissora a outro canal de televisão aberta.

Essa troca de opiniões só foi possível a partir da internet e do YouTube. O programa replicado na segunda tela (Youtube) permitiu que seus usuários fossem expostos à informação e a pluralidade de ideias de uma parcela dos internautas a respeito do assunto. O Profissão Repórter disponibilizado online sem prazo de validade, como acontece na televisão, permitiu que mais pessoas tivessem o acesso gratuito à reportagem

"Transgênero" e pudessem se manifestar a respeito do tema. Ou seja, o internauta/telespectador teve vez e voz a partir da atitude de compartilhamento de um programa de televisão em uma rede social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se, a partir da análise dos comentários dos internautas, que o discurso de uma maneira geral está distribuído em relação aos que pensam positivamente e negativamente. Já que dos 100 comentários, 45% comentaram de forma assertiva seja sobre a temática ou ao programa e 55% de forma contestatória. Os números são muito próximos, mas ainda não existem estudos quantitativos sobre o tema para que os dados possam ser comparados e constatado se refletem o que pensa a população brasileira. Porém, refletem a triste realidade brasileira, que é uma das que mais mata pessoas que não se enquadram nos gêneros tradicionais conhecidos como "homem" e "mulher".

A edição do Profissão Repórter sobre os "Transgêneros" se mostrou de uma grande importância por trazer a discussão um tema pouco pautado pela mídia. Prova disso é o número de *views* (visualizações) que ultrapassou as 140 mil, justamente porque o tema gerou curiosidade aos que não estavam familiarizados e aos que já tinham algum conhecimento.

A publicação do canal "J4C4R3JP 4", possuía até 26 de maio de 2019, 3,2 mil *likes* e 273 *dislikes,* estes números revelaram que a aprovação ao conteúdo exibido prevaleceu por quem utilizou esta ferramenta de medição de satisfação. Os 100 primeiros comentários escolhidos de forma aleatória revelaram uma maior preocupação dos internautas em opinar sobre a temática, ao invés do programa, dado que 80% comentaram sobre o tema e apenas 20% a respeito do programa/produção.

No discurso negativo, se viu uma presença muito explicita da religiosidade como base, principalmente no Cristianismo e preceitos bíblicos. Isso vai ao encontro de uma pesquisa realizada em 2015 pela *Worldwide Independent Network of Market Research* (WIN), em que 79% da população brasileira disse possuir uma religião. O discurso positivo foi baseado na palavra "respeito" e na ação da empatia com o próximo independentemente da condição de transgênero ou qualquer outra relacionada ao gênero. O que ambos tinham em comum, foi a demonstração da falta de embasamento científico para debater sobre o assunto.

Isso indica que existe uma necessidade de que a informação acerca desta temática seja cada vez mais tratada tanto em programas jornalísticos como o Profissão Repórter, quanto academicamente em pesquisas científicas e até ser implementada no sistema básico de educação. Para que assim, o tema possa ser naturalizado na sociedade e dessa maneira, consiga levar o ser humano para fora das barreiras da ignorância e do preconceito.

REFERÊNCIAS

[1] ABORDO, Tv. 'Profissão Repórter' bate recorde de audiência no ano e voa alto na Globo. Disponível em:<https://www.tvabordo.com.br/2018/10/profissao-reporter-bate-recorde-de-audiencia.html>. Acesso em: 12 abr. 2019.

[2] BARCELLOS, Caco. Drauzio Entrevista: Caco Barcellos. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IVTqB0rwHaw>. Acesso em: 29 mar. 2019.

[3] BARCELLOS, Caco. Entrevista com Caco Barcellos. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d-U6FSC04Hk>. Acesso em: 29 mar. 2019.

[4] BRAZILIENSE, Correio. Transexuais no Brasil: uma luta por identidade. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade>. Acesso em: 13 jul. 2019.

[5] CÂNDIDO, Leandro Borges. Medo e preconceito: experiências de transgêneros no contexto organizacional. 2016. 16 f. Monografia (Especialização) - Curso de Estudos Organizacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/61/53>. Acesso em: 03 jun. 2019.

[6] CHIARIONI, Bruno Teixeira. Jornalismo e narrativa na mídia televisiva: o programa profissão repórter. 2012. 13 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Bruno-Teixeira-Chiarioni1.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

[7] CONJUR (Brasil). CNJ regulamenta alterações de nome e sexo no registro civil de pessoas transexuais. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jun-29/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo-registro-transexuais>. Acesso em: 10 maio 2019.

[8] CORREIO BRAZILIENSE (Brasil). Expectativa de vida do brasileiro chega a 76 anos, a maior da história. 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/07/25/interna-brasil,697305/expectativa-de-vida-do-brasileiro-chega-a-76-anos-a-maior-da-historia.shtml>. Acesso em: 13 maio 2019.

[9] ETGES, Ananda. O protagonismo do repórter na narrativa jornalística de televisão: uma análise do programa profissão repórter. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/775>. Acesso em: 18 mar. 2019.

[10] FERREIRA JUNIOR, Sérgio; FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo; NOGUEIRA, Péricles Alves. **Perfil de travestis e transgêneros: tuberculose e HIV/Aids na cidade de São Paulo.** 2016. 8 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2016.v40n6/410-417/pt>. Acesso em: 25 jun. 2019.

[11] G1 (Brasil). De cada 10 brasileiros, 8 dizem ser religiosos, diz pesquisa internacional. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/de-cada-10-brasileiros-8-dizem-ser-religiosos-diz-pesquisa-internacional.html>. Acesso em: 05 jun. 2019.

[12] GLOBO, Memória. Profissão Repórter. 2019. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/profissao-reporter.htm>. Acesso em: 24 mar. 2019.

[13] GLOBO, Rede. **Profissão Repórter 01/08/2018 Transgêneros Completo.** 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2w7_tVvrfdM&t=47s>. Acesso em: 25 jun. 2019.

[14] HADDAD, Amini. A nossa igual humanidade e as diferenças entre discriminação de gênero e a discriminação em razão das identidades transgêneros e de orientação sexual. 2015. 32 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://revistaemam.kinghost.net/revista/index.php/unicemam/article/view/269/243>. Acesso em: 03 jun. 2019.

[15] JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasilia: E-book, 2012. 42 p. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

[16] LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. 2007. 12 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2009.v14n4/1193-1204/pt>. Acesso em: 28 maio 2019.

[17] LODI, Ana; VERDADE, Kelly Kotlinski. TRANSEXUALIDADE E INFÂNCIA: buscando um desenvolvimento saudável.2017. 26 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://revistaeletronica.oabrj.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Transexualidade-e-inf%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

[18] MÉDOLA, Ana Silvia Lopes Davi; SILVA, Elissa Schpallir. Segunda tela e a reconfiguração das práticas comunicacionais no processo de fruição de televisão. 2015. 21 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495551018008.pdf>. Acesso em: 09 maio 2019.

[19]

[20] MINISTÉRIO DA MULHER DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (Brasil). OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>. Acesso em: 13 maio 2019.

[21] O GLOBO (Brasil). Brasil segue no primeiro lugar do ranking de assassinatos de transexuais. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transexuais-23234780>. Acesso em: 13 maio 2019.

[22] PACHECO, Rosely Aparecida Stefanes; PACHECO, Isabela Stefanes. Direito, violências e sexualidade: a transexualidade em um contexto de direitos. 2016. 26 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5608134>. Acesso em: 22 maio 2019.

PAGLIARI, Danieli; PIBER, Lizete Dieguez. Violência de gênero: com a palavra os transgêneros. 2016. 14 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/teologiars/article/view/539/397>. Acesso em: 03 jun. 2019.

[23] PUHL, Paula Regina; ARAÚJO, Willian Fernandes. Youtube como espaço de construção de memória em rede: possibilidades e desafios. 2012. 19 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/4955/495551012007/>. Acesso em: 05 maio 2019.

[24] REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários, identidades, expressão e educação. 2016. 19 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045/pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

[25] RODRIGUES, Cássio Moreira; BARROS, Sulivan Charles. Transexualidade na infância: Reflexões a partir do documentário "Meu eu secreto - Histórias de crianças trans". 2016. 24 f. Monografia (Especialização) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/11456/8066>. Acesso em: 28 maio 2019.

[26] SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. 2014. 18 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v15n2/v15n2a04.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

[27] SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. 2014. 20 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548/5078>. Acesso em: 22 maio 2019.

[28] STURZA, Janaína Machado; SCHORR, Janaína Soares. Transexualidade e os direitos humanos: Tutela jurídica ao direito à identidade. 2015. 19 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Unicesumar, Maringá, 2015. Disponível em: <http://177.129.73.3/index.php/revjuridica/article/view/4101/2591>. Acesso em: 22 maio 2019.

[29] TECHTUDO. Conheça as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2018. 2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/02/ conheca-as-redes-sociais-mais-usadas-no-brasil-e-no-mundo-em-2018.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2019.

[30] TECHTUDO. Dez fatos sobre o uso de Internet no Brasil em 2018. 2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2019/02/dez-fatos-sobre-o-uso-de-internet-no-brasil-em-2018.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2019.

[31] TELINHA, na. Em 2018, “Profissão Repórter” teve média de 20 milhões de telespectadores. Disponível em:<https://natelinha.uol.com.br/televisao/2019/03/24/em-2018- profissao-reporter-teve-media-de-20-milhoes-de-telespectadores-126436.php>. Acesso em: 12 abr. 2019.

[32] UOL. Como é realmente dividido o bolo publicitário no Brasil. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/25/como-e-realmente-dividido-o-bolo-publicitario-no-brasil.htm>. Acesso em: 26 abr. 2019.

[33] VALENZUELA, Sebastian. Analisando o uso de redes sociais para o comportamento de protesto: o papel da informação, da expressão de opiniões e do ativismo. 2013. 40 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Pontifícia Universidade do Chile, Santiago, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2816>. Acesso em: 05 maio 2019.

[34] ZANETTE, Jaime Eduardo; FELIPE, Jane. Dos enigmas da infância: Quando a transexualidade tensiona os scripts de gênero. 2017. 20 f. Monografia (Especialização) - Curso de Docência na Educação Infantil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/171131/001055777.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 maio 2019.

Capítulo 15

Sobrevivência ao cárcere: Aprendizagens e trajetória biográfica de uma mãe, rapper, trabalhadora, militante, estudante, mulher

Fernanda Bispo Correia
Dinamara Garcia Feldens

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a trajetória biográfica de uma sobrevivente ao cárcere que foi custodiada no Presídio Feminino de Nossa Senhora do Socorro (PREFEM), a quem deu-se o nome fictício de Carolina, observando suas implicações na vida pós-encarceramento, no sentido de destacar as aprendizagens delas decorrentes. Assim, serão trabalhadas as aprendizagens que Carolina desenvolveu e continua a desenvolver, no que se refere à sua experiência, não apenas durante a passagem pelo sistema prisional, mas em outros domínios de sua vida pré e pós-prisional. Dessa forma, levaremos em consideração os contextos reportados por Coralina, suas temporalidades, as relações de convívio com a equipe e força policial, amizade dentro do contexto prisional, uma temática bastante frutífera dentro das narrativas partilhadas, suas relações com familiares, com a profissão e o trabalho que exercem, entre outros. Isso porque, ao se valer de uma pesquisa qualitativa, propõe-se evidenciar os percursos de vida dos sujeitos nele envolvidos, salientando em que sua trajetória de vida se relaciona com os aspectos teóricos apontados na investigação.

Palavras-Chave: Mulher. Prisão. Aprendizagem biográfica. Sobrevivência ao cárcere.

1. INTRODUÇÃO

As pessoas que ocupam a margem da pirâmide social, como é o caso da população em situação de privação de liberdade, são olhadas, muitas vezes, como número e estatística da violência, do desemprego, da falta de assistência à saúde e pensar nelas traz em si o propósito de reduzir, ainda que minimamente, o efeito do véu de invisibilidade com o qual se costuma cobri-las. É perceptível que pouca voz é dada àquelas pessoas, as quais, quando saem, carregam o estigma de ex-presidiárias. Além disso, é preciso considerar o pré-julgamento da sociedade no sentido de taxar as pessoas em situação de cárcere como perigosas e claramente culpadas (não importando a acusação e a motivação para o crime ou se de fato houve crime, e mesmo a inexistência de julgamento nas instâncias competentes), sendo, portanto, comum relegar os aprisionados ao esquecimento e entender que aquele espaço é merecidamente ocupado por eles.

É objetivo deste artigo[40] refletir sobre a trajetória biográfica[41] de uma sobrevivente ao cárcere, a quem se denominou Carolina[42], que foi custodiada no Presídio Feminino de Nossa Senhora do Socorro (PREFEM), observando suas implicações na vida pós-encarceramento, no que toca a domínios de vida, como as relações de convívio e amizade dentro do contexto prisional, com familiares, com a profissão e o trabalho que exerce, entre outros, para tentar compreender as aprendizagens delas decorrentes. Assim, é preciso refletir sobre as trajetórias e aprendizagens que a sobrevivente Carolina desenvolveu e continua a desenvolver, no que se refere não apenas à sua experiência durante a passagem pelo sistema prisional, mas sim aos vários domínios por ela destacados. Para tanto, foi crucial trabalhar com os afetos decorrentes das relações postas e seus contextos, das suas temporalidades, de domínios de vida como as relações de convívio e amizade dentro do contexto prisional (uma temática bastante frutífera dentro das narrativas partilhadas), suas relações com familiares, e com o mundo do crime (no caso de Carolina, uma relação que ela alega ter sido forjada em seu processo), com a profissão e o trabalho exercidos, os amores/parceiros, entre outros. Isso porque, ao se valer de um pesquisa qualitativa, propõe-se evidenciar os percursos de vida dos sujeitos nele envolvidos, salientando em que sua trajetória de vida se relaciona com os aspectos teóricos apontados na investigação. Aqui, propomo-nos, na linha do que pontua Delory-Momberger (2014) que importa pensar o processo de aprender de um ponto de vista mais global e menos institucional/escolar, permitindo se valer de diversificados contextos de aprendizagem que permitiriam a valorização de todos eles.

A prisão, real e simbólica, daqueles que acatam a norma positiva seria uma das formas de compulsão para alcançar sua obediência diária, complementando ainda que ao estudarmos sobre as presas, temos como melhor enxergar as prisões diversas nas quais vivem todas as mulheres.

> no mundo patriarcal de relativas liberdades masculinas e das capacidades naturais dos homens e das instituições tanto para obrigar quanto para proibir as mulheres, elas são presas, ainda que não tenham cometido crime algum. Embora no nível simbólico, o crime ou o fracasso cometido por mulheres, o que as coloca na qualidade de presas é sua diferença genérica em relação ao paradigma patriarcal. [...] as mulheres estão presas, e suas prisões são diversas na sociedade e cultura, porém, pelo simples fato de serem mulheres no mundo patriarcal, todas compartilham a prisão constituída por sua condição genérica. (DE LOS RIOS, 2005, p. 241-242 - tradução nossa).

[40] Este artigo é um recorte da Pesquisa de Doutorado NARRATIVAS DE SOBREVIVENTES AO CÁRCERE E SUAS APRENDIZAGENS BIOGRÁFICAS.

[41] Alheit e Dausien (2007), ao trabalharem com as trajetórias biográficas apontam que a aprendizagem biográfica está ligada às estruturas sociais e a aos contextos culturais de significação e destacam que há uma nítida faceta individualizadora das trajetórias de vida e uma resultante reflexividade contínua do indivíduo sobre as próprias ações. Entre outros aspectos que correlacionam à teoria de aprendizagem biográfica, esses autores dão relevo às instituições de formação, enquanto espaços possíveis de estruturação dos processos de aprendizagem biográfica (Kade & Seitter, 1996), contribuindo à modelização das representações das "biografías" no quadro das quais os sujeitos interpretam suas experiências e produzem seu próprio sentido biográfico.

[42] Carolina é o nome fictício adotado pela colaboradora da pesquisa e foi escolhido por conta de sua admiração e respeito pela escritora Carolina Maria de Jesus. Desde primeiro contato com ela, foi perceptível que se tratava de uma mulher bastante singular, forte e inteligente. Nessa oportunidade, Carolina estava acompanhada das suas duas filhas e tinha uma forma de falar muito segura, firme, além de se expressar muito bem. Foi sentenciada a nove anos e dois meses por tráfico e associação ao tráfico. Ré primária, tinha que passar dois anos e quatro meses em regime fechado, porém cumpriu três anos e um mês. Tem curso técnico em Mercadologia, ensino superior incompleto em Direito, e hoje trabalha como cabeleireira, rapper e escritora.

Carolina aponta que, tendo sido acusada de tráfico em decorrência de um crime cometido pelo irmão, acabou passando a integrar uma estatística na qual homens envolvem mulheres no mundo do crime, seja levando-as a cometer crimes ou mesmo, como no caso de Carolina, associando-as ao crime, ainda que elas não tenham envolvimento com as ações delituosas: "eu não se sei se você sabe, mas 90% das mulheres hoje que estão no sistema estão lá por causa de um homem – pai, irmão, companheiro." (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Pensando de acordo com o que pontua De Los Rios (2005), somos submetidas diariamente, no século atual, a submissões e a uma servidão inconscientemente voluntária que nos leva a assumir o papel da mulher feminina, dócil e confortavelmente associada aos espaços privados/domésticos, mesmo depois de tantos avanços e conquistas nos espaços públicos mais variados. Quando se foge a esse estereótipo tido como "naturalmente" feminino, as sanções e punições são ainda mais agressivas para essas mulheres. Um fato ilustrativo dessa maior agressividade com as mulheres aparece na história de Carolina: o fato de o irmão dela ser o praticante do crime não ter inibido a força policial de agir contra uma mulher grávida de forma a desrespeitar todo e qualquer direito no momento em que foi realizada a prisão.

Sposato (2013), em artigo que versa sobre mulheres presas no Brasil, muito bem aponta como os efeitos de penas detentivas são prejudiciais, especificamente quando se trata de condenadas: "embora, a mulher pareça invisível ao sistema penal pela sua pouca ou baixa representatividade, do ponto de vista da intensidade e dos efeitos, o sistema penal, especificamente, a prisão, podem lhe impingir consequências significativamente mais penosas." (SPOSATO, 2013, p.290). Essa autora destaca inclusive as altas taxas de superlotação existentes nos estabelecimentos de privação de liberdade femininos, decorrentes de pequeno número de espaços de detenção destinados a mulheres.

De Los Rios (2005) destaca, no entanto, que não se deve analisar o delito unicamente como o produto da obediência às regras da mesma cultura; e jamais se deve ignorar que o crime é um fato social e não individual, ou seja, que o crime é um espaço social e culturalmente construído e não um 'erro', que o agressor não é anti-social, mas, ao contrário, adepto de normas pró-sociais. Ela acrescenta ainda que "a existência do delito não remete às normas morais, éticas e jurídicas que o definem e sancionam, mas sim ao conjunto de relações e regras de poder na sociedade." O delito seria então um assunto político. Assim as normas jurídicas que sancionam o delito se aplicam em situações de inferioridade social, de vulnerabilidade dos indivíduos e dos grupos sociais delinquentes. Cabe salientar que a pesquisa trabalha com corpos que precisaram ser ainda mais contidos, controlados, e que não só passaram pelos já brutais controles cotidianos a que somos submetidas em cada instituição ou grupo de que nós, nunca antes privados de liberdade, participamos, mas sim pelo aprisionamento propriamente dito.

Pensar esses corpos se mostrou fundamental para entender como foram desenvolvidos mecanismos de sobrevivência durante a sua trajetória demarcada pela privação de liberdade. Assim, partimos da necessidade de se pensar de que forma a transmissão de modos políticos funcionou ao educar (ou tentar fazer) esse corpo instrumento, esse corpo que fugiu às amarras diversas esperadas do corpo feminino.

2. DITOS E NÃO DITOS DE CAROLINA

2.1. INFÂNCIA E ESCOLA

Iniciaremos as reflexões sobre os relatos de Carolina pela sua infância. Ao contar como foi essa fase da sua vida, Carolina relata que sua mãe trabalhava todos os dias da semana, durante a semana como cozinheira e aos finais de semana fazendo faxina para poder criar os quatro filhos, já que era mãe solo. Ao se referir a todo esse esforço para sustentar os filhos, Carolina relata que, para a mãe, o primordial era permitir que os filhos tivessem condição de estudar,

> Minha mãe sempre incentivou a gente a estudar bastante, que ela sempre dizia que a única coisa que ela tinha pra deixar pra gente de herança era o conhecimento que era algo que ninguém tirava da gente. Então, a gente sempre estudou muito. Todos... tanto eu quanto os meus irmãos, a gente sempre fez aula de língua estrangeira, eu falo italiano fluentemente, a gente sempre fez aula de dança, aula de música, eu toco piano, meu irmão toca bateria, o outro toca violão, e por aí vai...Então ela sempre incentivou isso na gente e isso foi muito importante pra minha vida também *né*? de ter como base a educação . (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Carolina perde sua mãe quando tinha apenas 14 anos e sua irmã, que era a responsável pelos afazeres da casa e por cuidar dos 3 irmãos mais novos, enquanto a mãe trabalhava, foi embora com o marido. Deixados pela irmã mais velha, os 3 irmãos foram mandados para um abrigo, pelo fato de o pai ser alcoólatra e não ter podido ficar com os filhos. Depois disso, eles fugiram e acabaram indo morar na rua, sobre essa experiência ela conta:

> e aí eu me vi num mundo que não era mais um mar cor de rosa [...]. Nós passamos um ano morando na rua... Se eu tivesse que comer, eu tinha que tomar conta de carro junto com meus irmãos. e aí foi um momento bem tenso. E aí, o que aconteceu, foi na rua onde eu adquiri conhecimentos que eu tenho hoje, alguns estímulos de vida, posso dizer assim, como por exemplo: eu entendi o que era respeito, foi a rua que me ensinou, porque a gente ouvia muito os mais velhos contarem algumas coisas. Eu aprendi o que era dividir, porque a fome, ela ensinava isso *né*? às vezes a gente ganhava alguma coisa pra comer, mas a gente não comia tudo, sempre a gente guardava um pedaço, porque mais tarde - não sei se você já reparou - os moradores de rua, eles andam em bando à noite, pelo dia é muito difícil você ver, e quando vê eles estão separados, mas à noite sempre eles andam em bando, porque eu aprendi que isso era uma forma da gente se proteger, aprendi que morador de rua ele não era bandido, aprendi que o morador de rua (na minha época não tinha o crack, droga era cola *né*?), aprendi que o morador de rua ele cheirava cola pra passar a fome, que o morador de rua, ele anda bêbado pra passar o frio e esquecer dos problemas, mas graças a Deus eu nunca usei nenhum tipo de droga, mas eu via tudo isso. Aí comecei a aprender a amar as pessoas, a dividir né? o companheirismo que a gente tinha de guardar um pedaço do pão, pra talvez outras pessoas que tivesse ali no bando e não tivesse nada pra comer, então tudo que eu aprendi, hoje, na vida, foi a rua que me ensinou e me ensinou da maneira mais cruel. (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Que escola formal é mais efetiva para ensinar as noções de companheirismo, solidariedade, empatia relatados nesse trecho do depoimento de Carolina? Cabe destacar que não foi nada amena a trajetória que implicou nessas aprendizagens, mas que buscar conhecer e entender esse processo é primordial para pensar e valorizar a aprendizagem biográfica com a qual essa sobrevivente nos brinda. Carolina conta que conseguiu sair da rua após ter encontrado e ter sido reconhecida, totalmente ao acaso, por uma ex-patroa de sua mãe, emcuja casa a genitora de Carolina fazia faxina e onde ela chegou a ir acompanhando a mãe. A mulher a reconheceu e disse que a ajudaria e a chamou para trabalhar na casa dela. Assim, ofereceu-se ainda para pagar um aluguel do local onde Carolina e os irmãos fossem morar. Além disso, impôs como condição que ela deveria voltar a estudar, mais um fator que possibilitou a Carolina seguir com sua educação formal. Carolina se refere a essa mulher com muita gratidão, e diz que conseguiu concluir um curso técnico graças à ex-patroa da mãe, que a incentivou bastante, afirma ainda que não teve como pagar o que essa senhora fez por ela. Ao falar do que a escola significou para ela, a define como uma faca de dois gumes:

> A escola ela é importante porque ela te traz conhecimentos, porém ela é uma faca de dois gumes, sou muito a favor da educação, *né*? porém tudo que o jovem aprende de ruim, ele aprende na escola, não *tô* falando dos professores, nem da construção do que é a escola, mas tudo que o jovem aprende de ruim, ele aprende na escola, por quê? Porque é o lugar que ele está longe do olhar dos pais *né*? Então, lá, ele aprende a beber, lá ele aprende a usar droga, é a realidade, pode ser a melhor escola do mundo. Lá, ele aprende o que é a maldade, aprende o que é a fofoca e aprende a se defender. [...] E hoje em dia acho que as coisas pioraram um pouco mais, porque é muito difícil respeitar os professores. Não adianta a gente querer passar um pano e dizer que na nossa época não passou, porque a gente sabe que é assim. Mas a escola, se a gente pensar nos ensinamentos que o professor traz pra gente, a gente vê que isso é importante pra nossa vida, mas eu *tô* falando dos alunos em si, dentro da escola. (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Ela destaca que, da sua experiência com a escola, do convívio diário não traz memórias boas ou agradáveis, porque, apesar de sempre ter gostado de estudar, sempre foi de brigar, de ter muita revolta e de ser o tipo que "tirava muita satisfação". Aqui, cabe pensar com Alheit e Dausien (2007) que, ao experimentamos situações, vamos, consequentemente, adquirindo habilidades, testando emoções e sentimentos. Então, através de conversas com os amigos, ou mesmo ao assistir à televisão, aprendizagens normalmente não muito levadas a sério ocorrem. Nessa perspectiva de aprendizagem biográfica, importaria pouco se essa maneira de nos formarmos é trivial ou requintada, mas sim nos atermos ao fato de que somos esses seres que aprendem 'no longo curso' da vida. Trazemos essas observações para pensar como, mediante esse espaço negativo que o contexto escolar representou para Carolina, ela conseguiu cumprir e vencer etapas que a educação formal lhe exigiram, como a formação em curso técnico, ingressar em faculdade e escrever desde os 14 anos? Isso mostra que uma aprendizagem marcante e fundamental na trajetória de Carolina é superar as adversidades para atingir os objetivos que ela considera primordiais, como a conclusão da educação básica e do curso técnico.

> eu sofria muito preconceito, eu sempre fui aquela aluna feia *né*? o patinho feio, que os meninos tiravam onda, sabe? que as pessoas não queriam amizade, porque eu não tinha mãe, eu era do movimento hip hop, que é, infelizmente, um movimento marginalizado. Então, as pessoas não queriam estar à minha volta não, lá da escola... (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

A partir dessa fala, percebe-se que Carolina entende o seu corpo como um território de demarcações, no exemplo acima, muito claramente no âmbito das capacidades fenotípicas, tendo em vista que o próprio corpo gerou demarcações de resistência e aceitações das quais resultaram as significações que se inscrevem nele. Conforme apontam Alheit e Dausien (2007), o indivíduo não é livre na construção de sua biografia, já que está atrelada à interação com as biografias de companheiros e companheiras de sua jornada e Carolina enfatiza que a pessoa que é hoje, não por merecer, mas por ter passado por todas essas situações críticas, e que ela adjetiva de necessárias, a tornaram a mulher que ela se tornou.

Isso nos leva a observar que a figura da mãe ausente, o afastamento da irmã mais velha num dos momentos mais críticos de sua adolescência, as situações de preconceito vivenciadas no ambiente escolar, o fato de ter ido trabalhar com serviços domésticos ainda na adolescência a fizeram forçar um amadurecimento do qual ela nunca pôde abrir mão quando, por exemplo, restou-lhe a responsabilização por seus irmãos e também quando da constituição da sua família, na fase adulta, em que, assim como sua mãe, passou a ser a única provedora de seu lar. Carolina, com as narrativas sobre o período de antes da prisão, já apresenta relatos que envolvem acontecimentos e discursos que constituem o ser que narra, dialogando com as recordações, experiências e práticas formadoras que partem de reminiscências, na linha do que aponta Souza (2007). Nisso mostram-se implicadas formas textuais de dizer de si e sobre si mesma, em um diálogo constante entre a esfera do vivido e as fertilidades formativas e auto-formativas das experiências e das transformações das subjetividades que compõem a Carolina narradora, nas trajetórias e caminhos de vida e formação.

2.2. A PRISÃO: ENCARCERAMENTO E OUTRAS VIVÊNCIAS

Em relação ao seu encarceramento, Carolina relatou que seu irmão era envolvido com o tráfico e, no dia da batida policial, ela, por uma infeliz coincidência, estava em casa e acabou sendo acusada de cúmplice dos crimes com os quais afirma não manter qualquer relação, e contou a forma brutal com que se deu a abordagem policial.

Ela detalhou que no dia em que foi apreendida passou horas sendo interrogada, através de violência física e a tentativa de depoimentos forçados e delações que Carolina afirma não ter como "responder" aos policiais que a torturaram de forma tão cruel e injusta, já que não tinha qualquer relação com o crime que vinha sendo cometido pelo irmão:

> Estava arrumando a casa quando escutei um barulho forte no portão. Meu cachorro latiu e fui olhar. Era um monte de homem encapuzado. Chutaram a porta e se identificaram como policiais do Denarc [Departamento de Narcóticos], dizendo que tinham um mandado de busca e apreensão. Eu deixei entrar, achava que não tinha nada em casa. Eles reviraram tudo e fiquei esperando. Só falei para tomarem cuidado com meus filhos pequenos dentro do quarto. Mesmo assim entraram e pegaram as crianças pelo braço, mandando

> elas se levantarem. [...]e eu e meu irmão passamos o dia todo sendo torturados. Os policiais perceberam que quanto mais me batiam, mais faziam meu irmão sofrer. Ele dizia o tempo todo que eu não tinha nada a ver, e eles me batiam cada vez mais, mas eu não tinha o que falar porque não sabia de nada. (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Ela conta ainda que, naquele dia, por muitas vezes achou que tivesse morrido, pois já estava certa que não tinha mais como suportar. Acrescenta que por duas vezes chegou a desmaiar e ser acordada com um tiro perto do rosto - foram tiros perto do rosto de uma mulher indefesa que carregava um bebê em seu ventre. Conta que não consegue esquecer nem um minuto do que viveu e sofreu naquele dia:

> Me tiraram de casa pelos cabelos, na frente dos meus filhos, no meio da rua pra todo mundo ver. Apontaram arma para a cabeça do meu filho mais velho, que é autista. Até hoje ele tem medo da polícia. Teve que fazer um tratamento psicológico muito sério. Meus filhos gritavam o tempo todo. Passei 15 dias vomitando sangue, quando cheguei no Presídio Feminino [Prefem], [...] Eu estava toda roxa e perdi meus dentes da frente de tanto soco e paulada. Hoje, uso uma prótese. (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Tendo sido acusada de integrar uma quadrilha de tráfico de drogas, ela afirma que seu processo assevera que fora encontrado um caderno com contabilidade de tráfico: "Eu sou cantora de rap e estava organizando uma festa, as contas eram para isso. No dia da audiência, consegui duas testemunhas do movimento hip hop para provar que o caderno era para a festa. A juíza não acatou a escuta das minhas testemunhas" (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021). Assim como relata Carolina, De Los Rios (2005) argumenta quanto ao simples fato de ser mulher tirar o direito de ser ouvida com seriedade:

> Devido a serem mulheres, não são ouvidas com seriedade, nem são aceitas as suas palavras, suas razões não são válidas e muito menos se aceitam provas do atenuante a seu favor; Por sua conformação histórica — social e cultural—, como seres vulneráveis, as mulheres precisam de mecanismos, linguagens e formas de comportamento adequadas de autodefesa, nas instituições públicas; Na relação mulher-justiça se expressa e recria a relação da mulher com o poder baseada na dependência vital e na sujeição, na servidão voluntária, na ignorância, em síntese, se trata do domínio patriarcal que as oprime. Nestas condições, as mulheres perdem: como delinquentes são consideradas culpadas. (DE LOS RIOS, 2005, p. 653 - *tradução nossa*).

Ela foi acusada pelo crime de tráfico de drogas, e associação para o tráfico e sentenciada a nove anos e dois meses por tráfico e associação ao tráfico, no ano de 2011, tendo sido condenada a 9 anos e 3 meses de prisão. Passou 3 anos e 1 mês dentro do presídio e em 2017 recebeu o indulto da pena. Ré primária, tinha que passar dois anos e quatro meses em regime fechado, no entanto acabou cumprindo três anos e um mês porque, segundo ela, sua saída foi dificultada, pelo fato de saberem que, ao sair, ela processaria o Estado.

O que mais nos chamou atenção ao ver Carolina falar foi o sorriso que sempre levava no rosto ao relatar situações extremamente duras, como a revista vexatória a que ela e as demais internas tinham que passar durante a saída do pavilhão, o que incluía tirar roupas íntimas e se abaixar diante de um espelho (informação um tanto quanto chocante, pois são cenas que a gente não gosta de pensar como críveis). Entre as diversas formas de violência a que as pessoas sobreviventes ao cárcere são submetidas, ela destaca também a vistoria que acontece nos pavilhões, realizada de forma a, muitas vezes, a gestão sequer tomar conhecimento do que ocorria com as internas.

> A direção que ali estava a todo momento não sabia o que *tava* acontecendo, porque até isso é uma opressão, porque quando eles vão fazer a fiscalização na unidade prisional, entram os fiscalizadores, *né?* Os guardas prisionais entram também, aí eles vão também, só que é pra ver quem é que *tá* denunciando, porque quem denuncia, quando os fiscalizadores vão embora, é pau e tranca! Ali tem uma cela separada, você fica ali e você não sabe se é dia ou noite. E as

> outras tinham medo e eu disse 'não, eu vou pedir socorro', eu falei pra ela: 'eu fui casada 15 anos e meu marido nunca viu uma atrocidade dessa, imagine um guarda que eu não sei nem quem é na minha vida!' (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Se há uma vivência possível de ser associada às redes de solidariedade estabelecidas no Cárcere, é a que aponta Carolina no excerto a seguir:

> Para minha surpresa, as presas cuidaram de mim quando cheguei na unidade prisional. Deram remédio, conversavam comigo. Fui vendo aquelas mulheres com outros olhos e comecei a lutar pelos nossos direitos. Disseram que eu estava ensinando as meninas a se revoltarem contra a direção. Comecei a ser perseguida por isso. (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Um tema com sobre o qual Carolina fala com muita propriedade são as problemáticas envolvendo o sistema prisional, com o conhecimento de causa de quem viveu aquilo de uma forma bastante intensa. Foi enfática, inclusive, ao apontar que o sistema prisional é muito bom em observar os deveres das presas, mas costuma achar muito cômodo esquecer quaisquer possíveis direitos delas. Destacou como a mulher negra é triplamente condenada. Além disso, citou Angela Davis para concordar com a obra "Estariam as prisões obsoletas?", na qual, em uma realidade na qual o cárcere é naturalizado, há a proposição de fechamento das prisões, frisou ainda que o produto do cárcere é a morte. Carolina foi assertiva ao afirmar que quanto mais se criminaliza, mais crescem os índices de criminalidade, além de defender não a necessidade de reforma do sistema penitenciário, mas sim, assim como Angela Davis defende, a sua abolição.

2.3. MATERNIDADE E PRISÃO

Carolina relata que, no dia em que ocorreu a sua prisão, informou aos agentes da polícia que estava grávida de dois meses, e que pediu pelo amor de Deus para que eles parassem de torturá-la. Ela destaca que, após esse pedido, eles aumentaram ainda mais a crueldade "ofertada": 'Dá um choque nela então, para ver se o traficantezinho sai'.

Falou sobre as violências obstétricas a que foi submetida quando de seu parto. Sobre esse fato, ela relata que no dia em que deu à luz não havia viatura para levá-la à maternidade e acrescenta que, mesmo na maternidade, não lhe foi oferecido sequer um copo com água.

> Eu pensei que eu fosse morrer. Quando cheguei na maternidade, fiz o exame de toque algemada, eu fiquei: 'como é que uma mulher grávida, com aquele aparato policial todo, com medo, foge?' Eu tive o meu filho algemada, eu não tive o direito de segurar o meu filho nos braços, de amamentar [...] E eu tive o meu filho no cárcere, foi uma das piores experiências da minha vida até hoje eu carrego sequelas disso, tanto psicologicamente, tanto na vida, *né*? E aí eu me vi grávida, que eu *tava* grávida de três meses e meio na época. (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Ela destaca que, após o parto, ficou muito mal e que lhe deram vários remédios e mesmo assim ela não conseguia recuperar-se. E ressalta a importância de uma lei[43] recente, a qual proíbe uso de algemas

[43] A lei é considerada resultado das chamadas Regras de Bangkok, estas voltadas ao tratamento de mulheres presas, traduzidas e publicadas no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de democratizar o acesso à informação da população em relação a uma lei da qual o Brasil é signatário. O Brasil participou da elaboração e da aprovação das Regras de Bangkok (estabelecida pelas Nações Unidas), ainda em 2010. O tratado é considerado marco normativo internacional sobre essa questão. Dentre as 70 medidas, a norma de número 24 estabelece a não utilização de instrumentos de contenção em mulheres em trabalho de parto, durante o parto e nem no período imediatamente posterior. No entanto, essa, assim como outras leis, com o entendimento, seguiram sem cumprimento. A lei 13.434 alterou o artigo 292, do Código de Processo Penal (CPC) proibindo o uso de algemas em mulheres grávidas durante atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato. Artigo "Mulher presa não pode estar algemada durante o período do parto" Disponível em: https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/449976490/mulher-presa-nao-pode-estar-algemada-durante-o-periodo-do-parto. Acesso em 15 jul. 2021.

em gestantes durante o trabalho de parto, editada pelo STF em 2008, Sumúla Vinculante nº 11. Tal dispositivo legal determina que as algemas só poderiam ser usadas em casos de resistência, fundado receio de fuga ou perigo à integridade física de alguém.

O fato de não ter, até o momento em que narrou sobre sua vida para essa pesquisa, a guarda do filho que nasceu em seu período de aprisionamento é uma situação muito dolorosa para Carolina. Ela menciona que o seu medo lá dentro foi na maternidade. Por conta das agressões que sofreu no momento da prisão, achou que fossem matá-la, relata: "Eu morria de vontade de comer melancia, sentia o gosto na boca, mas não pude comer. Nunca gostei de ser dona de casa, mas lá dentro sentia uma saudade de fazer uma faxina em casa."

Ao falar sobre o tratamento recebido durante o parto, Carolina mostra como todo um imaginário que, para as mulheres fora do cárcere, gira em torno da delicadeza, atenção e cuidados com as mulheres gestantes, deixou de fazer sentido quando da ocasião de sua prisão. Ser deixada sozinha em uma sala que não tinha qualquer aparato de uma sala de parto, num momento tão sublime, foi apenas algumas das dificuldades por ela enfrentadas, para falar de uma forma eufêmica sobre o trauma e a dor por ela vivenciados na sua experiência de maternar dentro do cárcere.

2.4. IMPRESSÕES DO PÓS-PRISIONAL E RESSOCIALIZAÇÃO

Para nós é surpreendente ver que Carolina se refere ao Prefem positivamente, como um espaço que teria proporcionado a ela coisas boas, após sua saída. Cabe destacar que ela mesma, quando lhe foi solicitada ajuda para contactar as outras entrevistadas, foi categórica ao afirmar, depois de citar uma possível colaboradora da pesquisa: "tem gente que não gosta de falar sobre o que viveu lá dentro, talvez ela não te ajude muito..." (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021). Para ela, parece também não ser fácil falar de forma aprofundada sobre o que de mais difícil tenha vivido lá dentro…

> Nessa época de pandemia, o meu trabalho, ele me proporcionou muitas coisas boas, por exemplo, eu fiz várias *lives* aí [...] que foi vista (*sic*) em três países diferentes falando sobre o movimento hip hop na minha vida, *né*? Eu fiz *live* e show pra várias pessoas do Brasil e do mundo, *né*? então me deu um leque de possibilidades, *né*? até o PREFEM, *né?* Isso me proporcionou muita coisa boa, agora... de uns tempos pra cá, que não é bom a gente *tá* isolada do mundo, mas/porém eu recebi um prêmio do secretário de justiça, *né?* dentro do Projeto Penarte que é um projeto que leva as internas pra o teatro, pra fazer arte, e eu voltei como egressa do sistema prisional, mas fui homenageada no meio das meninas, isso foi muito massa! Recebi também uma homenagem na Alese, recebi uma comenda na Alese, recebi prêmios, eu tenho 3... 4 prêmios do movimento hip hop, que eu também recebi uma comenda, *né?* Então hoje eu tenho uma estantezinha na minha casa onde eu guardo todos os meus troféis (*sic*) *né*? que são esses prêmios importantes que eu levo no coração. (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Carolina fala com muito orgulho de ser integrante de uma Frente pelo Desencarceramento, cuja pauta principal é o abolicionismo penal, porque a partir dela está batalhando por uma base mais direcionada e construtiva para a população negra. Ela afirma que, pelo seu conhecimento de causa e da sua posição de participante da mencionada Frente, não acredita em ressocialização. Vários exemplos reforçam essa incredulidade de Carolina, um deles foi o fato de ter ficado um ano a mais presa por não ter advogado e a constatação a que chegou quando recebeu a liberdade: "Em 2013, recebi minha liberdade. Pensei: 'Ufa, que bom'. Mas a liberdade se torna um problema na nossa vida. Voltamos à sociedade, mas a sociedade não contribui para a ressocialização. Quem vai dar emprego para uma ex-presidiária?" (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Ela rememora, no entanto, como vem dando a volta por cima quando o assunto é própria ressocialização que está ocorrendo por força de apoios não estatais. Sobre quando não estava conseguindo cursar a faculdade de Direito, Carolina relata:

> Nesse meio tempo tive que trancar a faculdade duas vezes porque é muito difícil pagar as contas, ser mãe solo e ainda estudar. Por mais que lutasse, tivesse bolsa, tem que comprar livros, a passagem de ônibus, e outros gastos. Dava comida para os meus filhos ou continuava na faculdade. Acabei perdendo a bolsa por causa de falta [às aulas]. Me desesperei. (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Quando esteve na situação de se ver obrigada a trancar o curso, integrantes da Frente da qual ela participa fizeram uma vaquinha na internet para custear os últimos dois anos de faculdade que ela ainda precisa cursar. Foi obtida uma quantidade de doações significativa, e um doador específico se habilitou a pagar seus estudos até o final da graduação: "Não acreditei [...] Com o dinheiro arrecadado, vou montar uma fábrica de roupas para egressas trabalharem, já que não somos incluídas no mercado formal". Com esse exemplo, Carolina mostra que a ressocialização é viável apenas por meio de ações de grupos como o que ela integra, em que pessoas que sobreviveram ao cárcere se unem em prol da causa e não partindo de discursos, da letra de Leis ou de órgãos governamentais. Um outro fato que ela narra e é exemplar dessa sua visão é o fato de ser impedida de tomar posse em concurso no qual foi aprovada:

> Eu passei num concurso público para ser agente prisional. [...] Mas nunca pude assumir porque só posso prestar um concurso público oito anos depois do fim do meu processo. Eu chorava tanto. Estudei tanto para quê? Isso tudo me fez enxergar que não existe ressocialização. (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Segundo ela, não há realmente ressocialização, pois o sistema carcerário tem como principal finalidade ganhar dinheiro. Além disso, ela também destaca que o sistema penitenciário é uma fábrica de monstros, às vezes, a pessoa entra ali por um pequeno delito e, quando sai, vai acabar cometendo outro delito muito maior do que o que ocasionou a prisão.

Ela destaca que ainda não percebeu algo que esteja voltado realmente para a educação do nosso país, ações e programas com tenham interesse que essas pessoas sejam alguém. Assim, enfatiza que, hoje, se se observa um índice de abandono escolar, percebe-se que os adolescentes não chegam nem ao ensino médio completo, porque muitas das vezes, na metade do caminho, eles têm que parar de estudar para ajudar o pai ou a mãe em casa e aí não conseguem conciliar – "A gente luta muito pela educação, porque a partir dela, a gente consegue uma base construtiva mais direcionada diretamente pra população negra no país".

Em um outro momento do seu relato, Carolina diz que não mereceu passar por tantas crueldades, mas que teria sido necessário para ela viver aquilo, pois hoje ela se tornou a pessoa que é por conta desse tipo de vivência. Nos questionamos: quem merece passar por isso? Que autoridade é concedida a um ser humano que trata outro de igual valor, no momento de parto, da forma como Carolina foi tratada? Sofrer tamanha brutalidade, certamente, tornou Carolina mais forte. Ser uma mulher negra e de periferia a levou a um lugar de expiação ainda mais cruel para pagar por um crime não cometido por ela. Esse lugar foi a partir de onde ela sentiu a necessidade de se fazer líder de movimentos sociais em defesa dos companheiros de cárcere e isso se configura como uma aprendizagem que currículo oficial nenhum permite emergir. Segundo Ireland e Lucena (2013), é preciso considerar que as instituições em que os indivíduos são privados de liberdade são "marcadas por processos de dominação e subjugação dos sujeitos nelas inseridos, [e por isso mesmo] têm uma dinâmica em que é necessário construir novas estratégias de sobrevivência, novas sociabilidades e, consequentemente, a aquisição de novas e diferentes aprendizagens." (IRELAND; LUCENA, 2013, p. 115). Isso ilustra também o que Sposato (2013) aponta quando se refere ao fato de práticas jurisdicionais e institucionais direcionadas a mulheres tidas por criminosas serem extremamente marcadas por relações patriarcais.

Ela se apresentou como aluna do curso de Direito e integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Falou de como sempre foi autodidata, por isso mesmo assídua frequentadora da biblioteca do presídio, além questionadora das questões a ela ligadas. Mencionou que, em certa feita, pôs em xeque a informação legal que um importante visitante havia repassado e que ela, por ter lido em livros jurídicos a informação capaz de derrubar o argumento do visitante, o questionou em meio aos demais presentes, por essa razão, ela teria sido chamada à sala da direção do presídio para se explicar. Hoje, uma artista do hip hop, Carolina fala com entusiasmo sobre a sua faceta de rapper:

> Ser rapper… (desde os meus quatorze anos que eu escrevo, *né*?)... que que é escrever um rap? a sigla RAP ela quer dizer Ritmo Alternativo Protestante né? Então a gente protesta tudo aquilo que a gente vive, então a gente começa a escrever sobre as nossas vivências e isso me ajudou demais, *né*?, a passar por vários obstáculos. Então desde os meus 14 anos que eu escrevo e transformei a minha escrita em Música, *né*? e isso me faz refletir, isso me faz um bem muito grande, hoje eu tenho como um trabalho também, porque eu ganho dinheiro pra isso.[...] até mesmo dentro da prisão me ajudou muita coisa, sabe? Eu entender alguns parâmetros, entender de que forma eu precisava agir, então por isso que eu digo que eu sou apaixonada pelo movimento hip hop, porque é um movimento de resgate, o movimento hip hop... ele resgata vidas. (DEPOIMENTO DE CAROLINA, 2021).

Chegou a se lançar em uma campanha como vereadora, que foi impugnada pela justiça eleitoral, mais um impeditivo para sua efetiva ressocialização e para que ela contribua e possa se fazer ainda mais ouvida nas suas lutas pelas populações vulneráveis.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se que por toda a articulação e desenvoltura de Carolina ela é um exemplo fora da curva, um exemplo bom. A prisão, mesmo com toda a carga negativa que representou para ela, foi de onde ela saiu mais forte. Além disso, Carolina é uma mulher engajada envolvida em grupos que buscam defender os mais vulneráveis, especialmente aqueles em situação de privação de liberdade. Uma mãe na luta diária, uma mulher que ousa e que está sempre buscando um espaço de empoderamento e de justiça. Seria Carolina, de fato, uma mulher presa injustamente? Por toda a trajetória que ela vem mostrando, a inclinação é acreditar nisso veementemente, mas isso é uma questão secundária quando ela passou mais de 3 anos presa e pagou por um suposto envolvimento com o tráfico.

Em Carolina observamos uma pessoa cuja trajetória biográfica demonstra resistência e força, e é possível perceber também que, mesmo de forma bastante dura, conseguiu viver e se destacar de maneira positiva no meio em que a retirada de direitos é algo com que se lidar todos os dias, valendo-se de sua faceta artística, sua experiência de moradora de rua, sua fome de conhecimento e seu autodidatismo.

Pensando com Ireland e Lucena (2013, p. 114), a partir do exemplo de Carolina, sua história demonstra "interiorização das normas e dos valores e, consequentemente, a integração em um mundo socialmente aceitável (marcado pelas condutas reguladas, pela aceitação das normas coletivas etc.)". Destaque-se o fato de ela já ter sido colocada no sistema prisional com níveis de escolaridade mais avançados que a maioria de outras pessoas que se encontram em privação de liberdade. Assim, Carolina apresenta um perfil que se empenhou e se dedicou para a obtenção de educação formal. Na trajetória de Carolina não se percebe um desajuste dessa integração a um mundo dito socialmente aceitável, decorrente dos seus efeitos excludentes, ainda que vejamos as barreiras de reintegração ao mercado de trabalho formal, como relatado por Carolina. Assim, ela hoje não mais se associa a mundos de vida ligados à marginalidade e à delinquência.

Carolina, com todas as narrativas trazidas, sejam relativas ao período anterior, durante ou pós à prisão, apresenta relatos que envolvem acontecimentos e discursos que constituem o ser que narra, dialogando com as recordações, experiências e práticas formadoras que partem de reminiscências, na linha do que aponta Souza (2007). Nisso mostram-se implicadas formas textuais de dizer de si e sobre si mesma, em um diálogo constante entre a esfera do vivido e as fertilidades formativas e auto-formativas das experiências e das transformações das subjetividades que compõem a Carolina narradora, nas trajetórias e caminhos de vida e formação.

REFERÊNCIAS

[1] ALHEIT, Peter. "On a contradictory way to the 'Learning Society': a critical approach". In: Studies in the Education of Adults. 31 (1), 1999, p. 66-82. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/On-a-contradictory-way-to-the-%E2%80%98Learning-Society%E2%80%99%3A-A-Alheit/6699070e97aaf3adc498c9cba44f2283d5d141e8>. Acesso em: 11 dez. 2019.

[2] ALHEIT, Peter; DAUSIEN, Bettina. Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida. Educação e Pesquisa [on-line]. 2006, 32(1), 177-197. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29832111>. Acesso em: 14 out. de 2019.

[3] ALHEIT, Peter. "Biografização" como competência-chave na modernidade. In: Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 31-41, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/297/0>. Acesso em: 21 mar. de 2019.

[4] BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: Revista Brasileira de Educação, Campinas, nº 19, p. 20-28, Jan/Fev/mar, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13 nov. de 2019.

[5] IRELAND, Timothy D.; LUCENA, Helen Halinne Rodrigues de. O presídio feminino como espaço de aprendizagens. Educ. Real., Mar 2013, vol.38, no.1, p.113-136. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/08. pdf>. Acesso em 10 mai. 2020.

[6] DELORY-MOMBERGER, Christine. Fundamentos epistemológicos da pesquisa biográfica em Educação. In: Educação em Revista: Belo Horizonte, v.27 - n.01, p.333-346, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000100015&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=DELORY%2DMOMBERGER%2C%20Christine.,Educ.&text=O%20objetivo%20do%20artigo%20%C3%A9,biogr%C3%A1fica%20no%20dom%C3%ADnio%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o. >. Acesso em: 15 out. 2019.

[7] _____. As histórias de vida: Da invenção de si ao projeto de formação. Tradução: Albino Pozzer. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB. 2014. 362p. (Coleção Pesquisa (auto)biográfica ∞ Educação: Clássicos das Histórias de Vida).

[8] DE LOS RIOS, Marcela Lagarde. Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4ª ed. Universidad Autónoma de Mexico: Cidade do México, 2005, p. 641-684.

[9] LUCENA, Helen Halinne Rodrigues de. Biografias de aprendizagens de mulheres encarceradas. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

[10] _____. ... "É o seguinte, na prisão a gente aprende coisa boa e coisa ruim!": Interfaces das aprendizagens biográficas (re)construídas na prisão e os desafios e dilemas pós-prisionais enfrentados por egressas e reincidentes do sistema penitenciário paraibano. 2014. 323f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7741?locale=pt_BR>. Acesso em: 11 mai. 2020.

[11] SCOTT, Joan. História das Mulheres, In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da História: Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

[12] SPOSATO, Karyna Batista. Mulheres presas no Brasil: um retrato da desigualdade. In: CesContexto, v. 4, p. 285-297, 2013.

[13] SOUZA, Eliseu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. In: Educação | Santa Maria | v. 39 | n. 1 | p. 39-50 | jan./abr. 2014. Disponível em:<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao /article/view/11344>. Acesso em 10 jun. 2020.

[14] _____. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. In: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p. ISBN 978-85-232-0484-6. Disponível em: <http://books.scielo.org >. Acesso em 20 jun. 2020.

Capítulo 16

Violência obstétrica: Uma definição necessária

Natália Bertinatto Fabris
Carla Liliane Waldow Esquivel
Adriana Larissa Liell Silveira

Resumo: A violência obstétrica deve ser entendida como a violência, intencional ou não, presente nas gestações, partos, pós-partos e até mesmo pós abortos, podendo ser identificada como violência sexual, verbal, física, psicológica, moral ou racial. A cesárea desnecessária, imposta e generalizada é um dos exemplos de violência obstétrica. Através de pesquisa realizada no cenário nacional verificou-se um número gigantesco de cesarianas, superando em muito o número recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Isto acontece por se tratar de uma violência sexual, misógina, patriarcal e capitalista, onde corpos são números, máquinas a serem consertadas, dinheiro a ser ganhado, tempo a ser poupado. Em face disso, esse trabalho se propôs a definir a violência obstétrica e analisar políticas públicas relacionadas ao parto no Brasil.

Palavras-chave: Parto – cesariana - violência obstétrica – políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A violência obstétrica pode ser definida como qualquer tipo de violência realizada contra a gestante, parturiente ou puérpera, do período de gestação até o momento posterior a ele. Alcança as mais diversas formas de agressão, como a sexual, verbal, física, psicológica, moral, racial, ou seja, toda e qualquer violência reproduzida nesse contexto.

Atualmente, a violência obstétrica é compreendida de uma maneira muito mais ampla e complexa, podendo ser identificada como violência sexual, verbal, física, psicológica, moral, racial, ou seja, toda e qualquer violência reproduzida durante a gestação até o momento posterior a ele.

Diante da medicina tradicional ocidental, o corpo é compreendido de maneira tecnocrática, ou seja, visto como uma máquina defeituosa que necessita de reparos e intervenções para seu pleno funcionamento, esquecendo de toda a sabedoria biológica construída através de milhões de anos, em que um corpo, de maneira geral e simplista, é capaz de gestar, parir e nutrir de maneira eficaz outro ser humano sem nenhuma intervenção desnecessária.

A mesma medicina é entendida como uma sabedoria hierárquica supremacista e plena, que não comete erros, livre de interesses imorais, pessoais, capitalistas.

Nestes trâmites que se firmou a naturalização da violência obstétrica no Brasil, sendo silenciada, muitas vezes não reconhecida pelas vítimas, e pouquíssimas vezes denunciadas.

Objetiva-se, com esse artigo, definir a violência obstétrica e localizá-la em suas mais variadas origens, compreendendo sua permanência nos dias atuais ao ponto de ser normalizada, naturalizada e banalizada pela comunidade médica, ignorada pelo Estado Federal, e não reconhecida pela maioria da população brasileira. Outrossim, propõe-se, igualmente, apresentar, ainda que brevemente, políticas públicas de assistência perinatal no Brasil, chamando a atenção à ausência de legislação vigente no Brasil que trate do assunto.

Neste estudo, utilizar-se-á os dados quantitativos (objetivos) coletados sobre o tema, sejam hipóteses, dados numéricos, objetos, através da abordagem qualitativa (subjetiva), ou seja, interpretar-se-á e compreender-se-á tais dados coletados, gerando uma conclusão a respeito do tema. Dessa forma, o método de abordagem dialético analisará a situação geral e concreta da violência obstétrica no Brasil, onde terá como características o uso da discussão, da argumentação e do estudo da realidade a fim de se chegar a uma conclusão sobre o tema.

2. CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA

A violência obstétrica já vem sendo estudada e debatida há muitos anos mundialmente. No Brasil, a pesquisa “Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre o parto e o nascimento”, realizada entre 2011 e 2012 “acompanhou 23.894 mulheres e seus bebês em estabelecimentos de saúde públicos, conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS), e privados, que realizaram mais de 500 partos por ano, entre fevereiro de 2011 e outubro de 2012. Foram coletados dados em 266 hospitais de 191 municípios, incluindo as capitais e algumas cidades do interior de todos os estados do país” (NASCER NO BRASIL, 2013).

Através da pesquisa realizada foi apurado que no setor privado de saúde, as cesarianas chegaram a 88% dos nascimentos; já no setor público, envolvendo o SUS e contratados do setor privado, as cesarianas chegaram a 46% dos nascimentos.

A recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) é que as cesarianas não ultrapassem 15% de todos os nascimentos, visto que a cesariana, realizada de maneira eletiva, tem aumentado os riscos de saúde da mãe e do nascituro.

A cesárea eletiva é apenas um exemplo, todavia de uma cultura de violência já naturalizada e que deve ser desvelada e criminalizada para existir avanços ao combate da violência obstétrica.

Diante de um tema tão urgente, é indiscutível sua importância e sua necessidade de debate nas mais variadas abordagens, tanto política, social, antropológica, filosófica, psicológica, medicinal, e principalmente jurídica.

2.1. ENTENDENDO A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Apesar do termo “violência obstétrica” ser amplamente usado pela comunidade intelectual e acadêmica de diversas áreas, a maioria da sociedade brasileira não sabe esclarecer e identificar a violência obstétrica.

A Recomendação nº 5, de 9 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial da União, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos Humanos, traz em seu conteúdo a conceituação de “violência obstétrica” entendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS):

> [...] CONSIDERANDO que o termo violência obstétrica foi reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2014, na Declaração de Prevenção e Eliminação de Abusos, Desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde como violação de direitos humanos das mulheres, sendo externada preocupação com o quadro: "Relatos sobre desrespeitos e abusos durante o parto em instituições de saúde incluem violência física, humilhação profunda e abusos verbais, procedimentos médicos coercitivos ou não consentidos (incluindo a esterilização), falta de confidencialidade, não obtenção de consentimento esclarecido antes da realização de procedimentos, recusa em administrar analgésicos, graves violações de privacidade, recusa de internação as instituições de saúde, cuidado negligente durante o parto levando a complicações evitáveis e situações ameaçadoras da vida, e detenção de mulheres e seus recém-nascidos nas instituições, após o parto, por incapacidade de pagamento", de modo que, embora não haja tipificação específica na legislação brasileira, o termo é amplamente utilizado no âmbito acadêmico, jurídico, social e institucional, justamente para dar visibilidade a tais práticas. Ademais, trata-se de práticas associadas ao risco de complicações, práticas dolorosas e cujo uso é considerado desnecessário, como é o caso da episiotomia; [...] (Recomendação nº 5, 2019).

Ademais, a supracitada recomendação, tem o objetivo de desconsiderar o Despacho SEI/MS - 9087621, em que abolia o uso do termo “violência obstétrica”, por ausência de consenso no uso. Segundo aquele, o despacho mencionado representava um “retrocesso nas políticas públicas de saúde da mulher e materna” (Recomendação nº 5, 2019).

No mesmo sentido, alguns Estados do Brasil possuem leis estaduais que abarcam o tema, visto a urgência e necessidade de legislação. No Estado do Tocantins a violência obstétrica foi caracterizada na Lei nº 3.385/2018 nos seguintes termos:

> Art. 2º Considera-se violência obstétrica todo ato praticado pela equipe multiprofissional do hospital, da maternidade e da unidade de saúde ou por um familiar ou acompanhante que ofenda de forma verbal ou física as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período de estado puerperal. (Redação do artigo dada pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020).
>
> Art. 3º Para efeitos da presente Lei, considerar-se-á ofensa verbal ou física, entre outras, as seguintes condutas:
>
> I - tratar a gestante ou parturiente de forma agressiva, não empática, grosseira, vilipendiosa ou de qualquer outra forma que a faça sentir-se constrangida pelo tratamento recebido;
>
> II - recriminar a parturiente por qualquer comportamento, como gritar, chorar, ter medo, vergonha e/ou dúvidas, bem como por característica ou ato físico, como, por exemplo, obesidade, estrias, evacuação e outros;
>
> III - não ouvir as queixas e dúvidas da mulher internada e em trabalho de parto;
>
> IV - tratar a mulher por comandos e nomes infantilizados e diminutivos, com a intenção de menosprezá-la ou ofendê-la; (Redação do inciso dada pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020).
>
> V - realizar cesariana sem a devida indicação formal técnica, deixando de registrar em prontuário a indicação e não informando a paciente e familiares,

salvo situações emergenciais que coloquem em risco o binômio, mãe e filho; (Redação do inciso dada pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020).

VI - realizar procedimentos que incidam sobre o corpo da mulher, que interfiram ou causem dor ou dano físico com o intuito de acelerar o parto, sem indicação técnica formal, por conveniência da equipe multiprofissional; (Redação do inciso dada pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020).

VII - recusar atendimento à gestante em trabalho de parto, haja vista este ser uma emergência médica; (Redação do inciso dada pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020).

VIII - promover a transferência da internação da gestante ou parturiente sem a análise e a confirmação prévia de haver vaga e garantia de atendimento, bem como tempo suficiente para que esta chegue ao local de destino;

IX - impedir que a mulher seja acompanhada por alguém de sua preferência durante todo o trabalho de parto;

X - impedir a mulher de se comunicar, tirando-lhe a liberdade de telefonar, caminhar até a sala de espera e conversar com seus familiares e com seu acompanhante; (Redação do inciso dada pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020).

XI - submeter a mulher a procedimentos como lavagem intestinal, tricotomia (raspagem de pelos pubianos), manobra de kristeller e toques sem indicação técnica e formal, mantendo a mulher em posição ginecológica com as pernas amarradas; (Redação do inciso dada pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020).

XII - deixar de propor e orientar a parturiente sobre as possibilidades anestésicas, quando o caso e a evolução do parto assim o requererem; (Redação do inciso dada pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020).

XIII - proceder a episiotomia quando esta não é realmente imprescindível;

XIV - manter algemadas as detentas em trabalho de parto;

XV - fazer qualquer procedimento sem, previamente, pedir permissão à gestante ou parturiente ou sem explicar, com palavras simples, a necessidade do que está sendo oferecido ou recomendado, salvo em caso de iminente risco de morte materna e/ou fetal; (Redação do inciso dada pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020).

XVI - após o trabalho de parto, demorar injustificadamente para acomodar a mulher na enfermaria ou quarto;

(Revogado pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020):

XVII - submeter a mulher e/ou o recém-nascido a procedimentos feitos exclusivamente para ensinar estudantes;

XVIII - deixar de proporcionar à mãe e ao filho o contato pele e pele e a amamentação na primeira hora de vida nos casos em que o recém-nascido esteja saudável, após avaliação pelo profissional assistente, baseada nas diretrizes de reanimação neonatal do Ministério da Saúde. (Redação do inciso dada pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020).

XIX - retirar da mulher, depois do parto, o direito de ter o recém-nascido ao seu lado em acomodação conjunta e de amamentar em livre demanda, salvo se um deles ou ambos necessitarem de cuidados especiais;

(Revogado pela Lei Nº 3674 DE 26/05/2020):

XX - não informar a mulher com mais de vinte e cinco anos ou com mais de dois filhos sobre seu direito à realização de ligadura nas trompas e/ou implantação do DIU (Dispositivo IntraUterino), gratuitamente, nos hospitais públicos e conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS);

> XXI - tratar o pai do recém-nascido como visita e obstar seu livre acesso para acompanhar a parturiente e o recém-nascido a qualquer hora do dia.

Atualmente, não há lei no âmbito federal sobre a temática, gerando livre interpretação sobre tipificação da violência no mundo jurídico, e desamparo quanto à segurança e direitos de gestantes e parturientes.

Entretanto, têm se que a violência obstétrica é toda e qualquer violência física, verbal, moral, sexual e psicológica, bem como a recusa de prestar assistência médica em gestantes, parturientes, puérperas e neonatais, durante o pré-natal, parto, pós-parto e pós-aborto ocorrida entre todas as classes sociais, em assistências públicas e privadas, todavia, sendo mais frequente em mulheres, negras, solteiras, de baixa renda.

Há também de se atentar que a violência não se encerra no ato praticado por si, podem haver consequências ao decorrer do tempo. O campo da Psicologia Pré e Perinatal ressalta o evento de dar à luz como "decisivo em vários aspectos da vida e na saúde física e mental tanto do bebê como da mãe" (MACHADO; MUNIZ, 2012, p. 9).

Algumas consequências fisiológicas foram elencadas pela médica obstetra, Melania Amorim:

> Estudos da Organização Mundial de Saúde mostram que a cesariana sem uma indicação definida está associada com aumento das complicações respiratórias para o recém-nascido, aumento da chance de internação em UTI neonatal e aumento da mortalidade neonatal. Para a mãe há um maior risco de complicações hemorrágicas e infecciosas, isso sem contar nas repercussões em longo prazo. (O RENASCIMENTO DO PARTO, 2013, 31min30s).

Neste viés, Ricardo Chaves, médico obstetra, complementa as consequências da realização de cirurgias cesáreas sem indicação real de necessidade:

> [...] aqui (cirurgias cesarianas) tem mais prematuridade, tem mais infecção, mais desmame, tem uma relação mãe-bebê mais dificultada, porque, evidentemente, se nasceu assim, muitas vezes o bebê não é colocado em contato com sua mãe, não é colocado para mamar na sala de parto, não se espera que o parto acabe para cuidar de outros detalhes do bebê, já se pega o bebê... a linha de “montagem” é a mesma [...] (O RENASCIMENTO DO PARTO, 2013, 32min06s).

Consequentemente, a banalização da violência obstétrica pela comunidade médica e assistencial, ocasionou diversos transtornos na nossa sociedade, o principal é a maior taxa de morbidade e mortalidade materno-infantil (OMS, 2015).

Dentre mulheres que sofrem violência obstétrica em sua gestação, parto e puerpério, 60% desenvolvem depressão pós-parto, bem como apresentam problemas relacionados a autoestima, interferindo na própria imagem corporal, além de incômodos físicos, como dores em cortes (episiotomia, cesárea) (GRISI; ROCHA, 2017).

No mesmo sentido, a cartilha “Parto, Aborto e Puerpério: Assistência Humanizada à Mulher”, publicada pelo Ministério da Saúde do Brasil em 2001, há mais de 20 (vinte) anos, já trazia em seu conteúdo grande crítica quanto ao uso desenfreado de cesáreas pela medicina brasileira:

> [...] Se, por um lado, a cesárea realizada por razões médicas tem um grande potencial de reduzir a morbimortalidade materna e perinatal, por outro lado, o exagero de sua prática tem efeito oposto, inclusive por consumir recursos preciosos do sistema de saúde. Essa profunda distorção na prática médica brasileira é determinada por múltiplos fatores – históricos, estruturais, conjunturais – mas tem, na forma como a sociedade em geral, e a medicina em particular, encara a mulher, a gênese dessa permissividade. Ehrenreich & English apontam para o poder da medicina em transformar eventos fisiológicos em doenças: a medicalização do corpo feminino – que "trata a gravidez e a menopausa como doença, transforma a menstruação em distúrbio crônico e o parto em um evento cirúrgico" – é uma das mais poderosas fontes da ideologia sexista da nossa cultura. [...] (BRASIL, 2001, p. 14).

Neste seguimento, em estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e pelo Pacto Nacional pela Primeira Infância, está exposto brevemente as complicações geradas pela cesárea eletiva e os recursos consumidos:

> Dentre os vários fatores contrários a essa prática excessiva de cesarianas está a prematuridade. Victora (2016) observa que "nós temos muitas crianças nascendo antes do tempo".
>
> "E o que as pesquisas identificam como consequência da prematuridade e do baixo peso ao nascer, em função de a criança sair antes do tempo do útero?
>
> - Aumento da morbidade e da mortalidade infantil;
> - Maior uso de serviços de saúde;
> - Maiores gastos hospitalares;
> - Retardo no desenvolvimento infantil;
> - Redução do capital humano na próxima geração." (VICTORA, 2016, p. 116).
>
> Então, desde o nascimento, a prioridade não tem sido o ritmo da própria criança, de nascer a termo, principalmente nas classes que não estão em vulnerabilidade econômica. (DIDONET, 2016, p. 116 apud CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021, p. 7).

Michel Odent, médico e pesquisador, chamou a atenção do novo modelo de nascer atual, em que até mesmos os hormônios, aqui chamados de hormônios do amor, indispensáveis para o vínculo mãe-bebê, processados e desenvolvidos no momento de parir, aperfeiçoados ao longo de milhares de anos pela raça humana, se tornaram substituíveis pelos hormônios sintéticos aplicados em cirurgias cesáreas ou em partos normais:

> Em todo o planeta, o número de mulheres que dá à luz a seus bebês e placentas, somente graças a liberação deste coquetel de hormônios do amor, este número está chegando a zero. Zero, na era da ocitocina sintética e da cesariana fácil e rápida. Quando falamos da ocitocina sintética, é uma forma de substituir o hormônio natural que as mulheres deveriam liberar por si próprias. É óbvio que quando uma mulher tem seu filho por cesárea ela não está no mesmo equilíbrio normal que uma mulher que dá à luz por ela própria. Isso significa, em outras palavras, que podemos tornar os hormônios do amor redundantes, inúteis, durante o período crucial em torno do nascimento. Isso é inédito na história do nascimento, e provavelmente na história da humanidade. (O RENASCIMENTO DO PARTO, 2013, 10min11s).

Em outras palavras, as intervenções tecnológicas e artificiais inéditas na história da humanidade em um evento humano fisiológico e natural podem trazer consequências na nossa espécie em diversos aspectos, sejam físicos, psicológicos, culturais e, de maneira ousada, evolutivos, que se respaldará nas nossas relações humanas e no desenvolvimento do ser.

3. O "PORQUÊ" DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

A violência obstétrica no Brasil possui raízes profundas no patriarcado, na misoginia cultural, e no racismo que o país enfrenta desde os primórdios da colonização europeia. Além disso, a figura do homem no parto foi crucial para modificá-lo fisiologicamente, tornando-se um problema real e urgente nos dias atuais.

Nesta linha de pensamento, a medicina tradicional ocidental trouxe avanços incríveis para a qualidade de vida e a prevenção de morbimortalidade infantil e materna. A cesárea é uma grande conquista, quando

bem recomendada e necessária, pode salvar vidas. Todavia, no cenário atual, a cesárea está se tornando a grande vilã de todos os nascimentos no mundo, feita de forma eletiva, como um modelo de parto a se escolher, traz complicações físicas e emocionais para os envolvidos, podendo até mesmo fazer efeito contrário. Ou seja, o uso desenfreado de cesáreas sem um motivo real médico, pode colocar em risco a saúde e a vida da pessoa parturiente e do neonatal.

O livro Entre Orelhas: histórias de parto, expõe o quão perigoso é a banalização das intervenções cirúrgicas nos nascimentos:

> Exaltar a intervenção cirúrgica no nascimento, banalizando-o de maneira irresponsável, merece o repúdio de todos os profissionais que trabalham com esse momento tão delicado da vida humana. Não fossem apenas pelas questões físicas relativas ao parto, onde há a multiplicação do risco de morbidade para mães e bebês, existe uma constelação de outros fatores mais sutis e até imponderáveis de ordem psicológica, afetiva, emocional, espiritual. Se todas as "peças" forem trocadas, o que sobra de real que nos definirá como humanos? É nossa tarefa como "pensadores do nascimento" criticar com energia toda a iniciativa que rouba de nós a essência humana escondida no nascimento. [...] Assim, acredito que marcar uma posição firme contra o estímulo à cesariana irresponsável é mais do que meritório: é uma obrigação de todo aquele que respeita e dignifica a mulher. (JONES, 2012, p. 129).

Em documentário "O Renascimento do Parto", Ricardo H. Jones, especialista e ativista em atendimento humanizado do nascimento, esclarece que:

> [...] O nascimento humano é um evento que foi moldado através de 5 a 7 milhões de anos de experimentação. Apesar desses milênios de aprimoramento, o surgimento do modelo obstétrico contemporâneo, era fundamental que criasse a ideia de que as mulheres são essencialmente incompetentes e incapazes para dar conta do processo de nascimento por si mesmas. [...] As próprias mulheres acreditam que são incapazes de terem seus filhos de forma mais fisiológica e mais natural exatamente porque a cultura contamina a sua autoestima. E aí, um processo que era pra ser essencialmente um empoderamento das mulheres no momento de gerar a vida, de parir, de dar à luz, se transformou num processo que fundamentalmente fortalece os médicos e as incorporações. [...] (O RENASCIMENTO DO PARTO, 2013, 34min30s).

Sendo assim, a cultura misógina, patriarcal e medicinal ocidental trazem a ideia e a confirmação que o corpo da mulher é defeituoso, que o parto é uma condição problemática e mortal, assim dando base para intervenções médicas e drogais sobre o corpo feminino (JONES, 2012, p. 117).

Estas premissas indicam que a confiabilidade dada à ciência e à medicina tradicional, normalizam e banalizam a violência obstétrica como sendo normal ao tipo, comum em atendimentos às gestantes e parturientes.

Em Recomendação nº 5, de 9 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial da União, expõe também em suas considerações dados importantes da pesquisa Nascer no Brasil, realizada entre 2011 e 2012, diante das intervenções realizadas:

> [...] em mais de 70% das mulheres foi realizada punção venosa; que cerca de 40% receberam ocitocina e realizaram amniotomia (ruptura da membrana que envolve o feto) para aceleração do parto e que 30% receberam analgesia raqui/peridual. E que, em relação as intervenções realizadas durante o parto, a posição de litotomia (deitada com a face para cima e de joelhos flexionados) foi utilizada em 92% dos casos; a manobra de Kristeller (aplicação de pressão na parte superior do útero) teve uma ocorrência de 37% e a episiotomia (corte na região do períneo) ocorreu em 56% dos partos; [...].

Em 2015, através de pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde, contatou-se que, entre 2007 e 2011, cerca de 56,7% de todos os nascimentos ocorridos no país (85% nos serviços privados, 40% nos serviços públicos) ocorreram por meio de cesarianas (BRASIL, 2015). De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o índice saudável e real de cesarianas não deveria ultrapassar 15% de todos os nascimentos (OMS, 2015).

Cabe ressaltar que os nascimentos via cirurgia cesárea, quando com reais indicações de acontecerem, salvam vidas. Todavia, quando feitos de maneira indiscriminada, aumentam os riscos de mortalidade e morbidade materna, perinatal e neonatal, sendo que não existem evidências científicas que a realização de cesáreas sem necessidade real de acontecerem tragam benefícios para a pessoa gestante e o neonatal (OMS, 2015).

Recentemente, novo estudo foi aprovado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), parecer número 4.104.073 e CAAE:21633519.5.0000.5240, em 11 de março de 2020, qual seja 'Nascer no Brasil 2: Inquérito nacional sobre perdas fetais, partos e nascimentos (2020 a 2021)', sob coordenação geral da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP - Fiocruz). Conforme segue:

> "[serão] acompanhadas 24.225 mulheres que ingressarem no sistema de saúde para o parto ou por perda fetal precoce, em 465 maternidades em todo o Brasil. Este novo estudo permitirá, ainda, analisar a evolução da atenção ao parto e nascimento em maternidades públicas e privadas do país. Além do estudo principal sobre perdas fetais, partos e nascimentos outros temas como morbimortalidade materna e perinatal, COVID-19 na gestação e transtornos emocionais paternos serão investigados" (NASCER NO BRASIL 2, 2019).

As pesquisas iniciaram em outubro de 2020, não concluídas ainda, possuindo três etapas: "uma hospitalar, durante a internação para o parto ou perda fetal precoce, e duas etapas telefônicas, a primeira realizada no período de 45 a 60 após o parto ou perda fetal, e a segunda quatro meses após o parto ou perda fetal" (NASCER NO BRASIL 2, 2019).

Milhares de mulheres são vítimas de violência obstétrica diariamente no Brasil, trazendo o tema ao grau de extrema urgência sócio-política-médica-jurídica.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA PERINATAL NO BRASIL

No Brasil, no século XIX, iniciou-se a interferência estatal, até então realizada de maneira liberal ou filantrópica, como um projeto de expansão da assistência médica. Entre os programas de saúde desenvolvidos para grupos específicos, o de assistência pré-natal. Esta institucionalização assistencial teve como objetivo melhorar as taxas de mortalidade neonatal e infantil, foi uma preocupação social com a demografia e com a qualidade das crianças nascidas, nunca como proteção à mulher (BRASIL, 2001, p. 12).

Nesta inserção, foi o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância em 1922:

> O primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1922) indiretamente culpa as "mulheres desnutridas, sifilíticas e alcoólatras" pelas elevadas taxas de mortalidade infantil vigentes na época, e recomenda a intervenção do Estado através da abertura de maternidades e creches e da "severa vigilância ao aleitamento materno". Abria-se mais um caminho para responsabilizar as mulheres pelas mazelas da sociedade e se justificava um acirramento do controle social sobre seus corpos e suas vidas. Cumpre recordar que, nessa época, às mulheres era negado ou dificultado o acesso à educação formal (BRASIL, 2001, p. 12).

Sendo assim, o parto foi institucionalizado no decorrer da década de 40, onde ocorreu a primeira ação de saúde pública dirigida às mulheres. A preocupação com a saúde materna se restringiu à assistência perinatal até a década de 60. Foi a partir daí que se iniciaram programas de pré-natal, onde o foco era reduzir a mortalidade infantil, decorrente da introdução da medicina preventiva no país e a criação dos centros de saúde (BRASIL, 2001, p. 17).

Foi na década de 70 que surgiu as entidades não-governamentais, como a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar (BENFAM), com o objetivo de desenvolver programas verticais de planejamento familiar, novamente a saúde das mulheres não era prioridade (BRASIL, 2001, p. 13).

Na mesma época, no auge da Ditadura Militar, haviam ações pró-natalistas, em que o objetivo era ocupar imensos espaços vazios de terras em nome da segurança territorial (BRASIL, 2001, p. 13).

A dicotomia entre discurso e prática, fomentou a esquerda brasileira da época ao movimento de oposição ao planejamento familiar e ao controle da natalidade. E, nenhuma ação ou movimento político, seja direita ou esquerda, beneficiou mulheres (BRASIL, 2001, p. 13).

Foi somente nos anos 80 que houveram ações esparsas pelo Brasil voltadas a reduzir a mortalidade materna, uma das de maior destaque foi o projeto Galba de Araújo, no Ceará, a fim de "integrar as parteiras leigas ao sistema local de saúde, de modo a melhorar a assistência, reduzindo riscos e respeitando a cultura local" (BRASIL, 2001, p. 18).

Nesta década surgiram movimentos em prol da humanização do parto, em sua grande maioria, compostos por profissionais da saúde e por mulheres feministas, que até os dias atuais lutam pelos direitos básicos sociais e econômicos das mulheres, não sendo diferente quanto a violência obstétrica (RODRIGUES, A.R.S.; DUARTE, N.M., 2019, p. 14).

No ano de 1984, de modo heterogêneo pelo país, foi instituído o Programa de Assistência Integral à Saúde a Mulher (PAISM), tendo em vista a organização de mulheres em prol da saúde à mulher (BRASIL, 2001, p. 18). Naquela época, o Programa já reconhecia o tratamento impessoal e agressivo da atenção à saúde das gestantes, parturientes e puérperas (DINIZ, 2015 apud RODRIGUES, A.R.S.; DUARTE, N.M., 2019, p.12).

Em 1994, na Comissão Internacional Sobre os Direitos Humanos, o Brasil se tornou signatário na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher na Convenção de Belém do Pará.

Em 1996, o Ministério da Saúde, juntamente com FEBRASGO, UNICEF e OPAS, lançaram o Projeto Maternidade Segura "que pretendia reduzir a mortalidade materna e perinatal, através da melhoria da assistência ao parto e ao recém-nascido" (BRASIL, 2001, p. 18).

Após diversas ações governamentais lançadas e feitas como melhoria a assistência perinatal e neonatal, a Portaria nº 569 de 2000, instituiu o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o que foi uma grande conquista, pois o programa estabeleceu:

> [...] os princípios da atenção que deve ser prestada e exorta estados, municípios e serviços de saúde a cumprirem seu papel, propiciando a cada mulher o direito de cidadania mais elementar, dar à luz, recebendo uma assistência humanizada e de boa qualidade. (BRASIL, 2001, p. 5).

Em complemento ao Programa acima citado, a apresentação pelo Ministério da Saúde em 2001, em uma cartilha completa e necessária, chamada "Parto, Aborto e Puerpério: Assistência Humanizada à Mulher", pretendia "integrar a capacitação técnica à necessária humanização do processo de atenção à mulher durante a gestação e o parto [...]" (BRASIL, 2001, p. 5).

Em 2006, o Ministério da Saúde lançou um manual técnico chamado "Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada".

Em 2008, a Resolução nº 36, dispôs sobre Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal.

A Portaria nº 1.459 de 2011, instituiu, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Rede Cegonha, tendo exposto, em seu art. 1º, que a atenção humanizada à mulher é um dos focos da rede de cuidados:

> Art. 1° A Rede Cegonha, instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde, consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis, denominada Rede Cegonha.

Em atualizações científicas, recomendações internacionais e contribuições, o Ministério da Saúde publicou cartilha complexa e técnica de recomendações aos profissionais de saúde, no ano de 2016, em parceria com a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), chamada "Diretrizes de Atenção à Gestante: a operação cesariana", em sua apresentação o seguinte está exposto:

> Estas recomendações representam a visão do Ministério da Saúde do Brasil, a qual foi obtida após uma avaliação cuidadosa das evidências científicas disponíveis, recomendações internacionais e contribuições aportadas durante o processo de elaboração e consulta pública. Espera-se que os profissionais de saúde considerem plenamente estas recomendações no exercício de seu julgamento clínico. Entretanto, estas recomendações não substituem a capacidade dos profissionais de saúde ou os isentam da responsabilidade de tomar decisões apropriadas considerando as circunstâncias individuais da mulher e em consulta com a mulher.

Posteriormente, com a chegada da pandemia do Covid-19 no Brasil, em 2020, as gestantes tiveram uma atenção especial frente a doença, visto terem sido consideradas grupo de risco. Após, foram colocadas como grupo prioritário para receber a vacinação, conforme institui a Nota Técnica nº 1/2021 publicado no Departamento de Programáticas Estratégicas, inserida na Secretaria de Atenção Primária à Saúde, pelo Ministério da Saúde.

Por fim, de maneira trágica, em 2022, o Governo Federal lança a nova caderneta de gestantes. A caderneta tem a função de trazer a informação de qualidade e confiança a todas as gestantes do Brasil, a qual acompanhará a gestação e a primeira infância do recém-nascido.

Todavia, a nova caderneta, lançada e incentivada pelo atual Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, ignorando todas as evidências científicas e avanços efeitos nas últimas décadas, passa a relativizar a violência obstétrica como uma opção médica.

Durante o evento de anunciação da nova caderneta do SUS, o secretário de Atenção à Saúde Primária do Ministério da Saúde, Raphael Câmara declara que o termo "violência obstétrica" provoca desagregação, culpa o profissional de saúde único, bem como, acredita ser um termo "que não leva a nada" (LARA, 2022).

Ademais, nas mesmas circunstâncias, Raphael Câmara defende o uso da episiotomia e da manobra de Kristeller, procedimentos desencorajados pela OMS desde 2018, em vista do perigo que trazem, sem comprovação científica de eficácia (LARA, 2022).

A caderneta deixa explicito que a episiotomia pode ser aplicada caso o profissional de saúde entenda ser necessária, como nos casos de sofrimento fetal (BRASIL, 2022, p. 32). Como já mostrado anteriormente, a episiotomia não garante maior passagem do bebê ou aceleração no parto, sendo considerada apenas uma mutilação genital. Também traz informações inseguras que a amamentação previne gravidez nos primeiros 6 meses de vida da criança, se realizada em livre demanda e a menstruação não tiver retornado (BRASIL, 2022, p. 44), o que é incorreto, o que acontece é que a amamentação pode inibir a ovulação, não sendo garantia anticoncepcional.

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), como resposta à caderneta lançou uma nota oficial alertando profissionais e gestantes pelas mudanças trazidas, bem como recomenda o recolhimento do documento e alteração dos pontos que vão contra as evidências científicas (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2022). Por fim, conclui com os seguintes dizeres:

> As mulheres brasileiras têm assegurado o direito de recusar intervenções que violem sua integridade. Relativizar violência obstétrica é um retrocesso para a assistência ao parto no Brasil e não contribui para a melhoria dos indicadores de assistência materno-infantil. (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2022).

No mesmo ano, o Governo Federal instituiu, através da Portaria GM/MS nº 937 (2022), o Programa Cuida Mais Brasil, em seu art. 1º, tem-se:

> Art. 1º Instituir, para o ano de 2022, o Programa Cuida Mais Brasil, para o aprimoramento de ações estratégicas assistenciais de integração da Atenção

> Primária à Saúde – APS nas Redes de Atenção à Saúde – RAS, com enfoque na saúde da mulher e na saúde materno-infantil.
>
> Parágrafo único. O Programa terá como enfoque a saúde da mulher e a saúde materno-infantil, por meio do financiamento federal de ações complementares de apoio às equipes de Saúde da Família – eSF e equipes de Atenção Primária – eAP, considerando a conformação regional de organização da RAS em cada unidade da Federação.

Não obstante os diversos movimentos no sentido de alterar o cenário de violência obstétrica no Brasil, muito ainda há a realizar, principalmente no tocante à compreensão, por parte das gestantes, do que vem a ser essa forma de violação, além da conscientização dos profissionais de saúde a respeito da importância do fenômeno do parto tanto para a mulher quanto para o nascente ou recém-nascido.

5. CONCLUSÃO

O presente artigo propôs, de forma geral, a definir a violência obstétrica e chamar a atenção ao problema no cenário nacional. Igualmente, objetivou analisar, ainda que perfunctoriamente, políticas públicas relacionadas ao parto no Brasil.

Nesse sentido, é possível constatar basicamente que a naturalização da violência obstétrica ocorre pela dominação misógina, capitalista e tecnocrática dentro da medicina tradicional ocidental. Outrossim, e diante desse cenário, verifica-se igualmente que o Estado falhou em seu propósito constitucional de proteger a dignidade da pessoa humana da mulher gestante, parturiente ou puérpera.

Dessa forma, se faz necessário, urgentemente, que o Poder Público Federal aja de maneira abrupta no combate à violência em gestantes, parturientes e neonatais, investindo em políticas públicas de conscientização da população, inclusive dos profissionais de saúde, a respeito desse tipo de agressão, estabelecendo canais de denúncia para os casos constatados. Além disso, compete ao Estado criar leis específicas para a tipificação e responsabilização de agentes da saúde que pratiquem e perpetuem esse modelo de violação de direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

[1] AGUIAR, Janaína Marques de. Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero. 2010. 215f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-21062010-175305/pt-br.php>. Acesso em 08 set. 2021.

[2] ALVARENGA, Sarah Pereira; KALIL, José Helvécio. Violência Obstétrica: como o mito "parírás com dor" afeta a mulher brasileira. 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/27252089-Violencia-obstetrica-como-o-mito-pariras-com-dor-afeta-a-mulher-brasileira.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

[3] BAHIA. Governo do Estado - Secretaria de Saúde. Recomendações da OMS na Assistência ao Parto Normal. Bahia, 2017. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/RECOMENDACAO_PARTO_NORMAL_OMS.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

[4] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.693, de 08 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Atendimento à Gestante. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2200569>. Acesso em: 10 jul. 2021.

[5] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.310, de 04 de junho de 2019. Dispõe sobre o registro de som e imagem de consultas pré-natais, trabalho de parto e parto. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206465>. Acesso em: 10 jul. 2021.

[6] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.021, de 10 de julho de 2019. Dispõe sobre a fixação de placas de conscientização às mulheres grávidas sobre o parto humanizado e altera a Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005 e a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2211836>. Acesso em: 10 jul. 2021.

[7] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 7.633, de 19 de maio de 2014. Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617546>. Acesso em: 10 jul. 2021.

[8] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 7.867, de 13 de junho de 2017. Dispõe sobre medidas de proteção contra a violência obstétrica e de divulgação de boas práticas para a atenção à gravidez, parto, nascimento, abortamento e puerpério. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2141402>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[9] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.219, de 09 de agosto de 2017. Dispõe sobre a violência obstétrica praticada por médicos e/ou profissionais de saúde contra mulheres em trabalho de parto ou logo após. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/resultadoPesquisa?numero=8219&ano=2017&autor=&inteiroTeor=&emtramitacao=Todas&tipoproposicao=%5BPL+-+Projeto+de+Lei%5D&data=12/11/2018&page=false>. Acesso em:10 jul. 2021.

[10] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 878, de 19 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192345>. Acesso em: 10 jul. 2021.

[11] BRASIL. [Constituição (1998)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01 jul. 2021.

[12] BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília, DF: 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[13] BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 1, de 15 de março de 2021. Tratam-se das recomendações referentes a administração de vacinas Covid-19 em gestantes, puérperas e lactantes, incluindo os esclarecimentos que devem ser fornecidos para tomada de decisão. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/vacinas/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacina-contra-a-covid-19/notas-tecnicas/2021/nota-tecnica-no-1-2021-dapes-saps-ms.pdf/view#:~:text=Trata%2Dse%20das%20recomenda%C3%A7%C3%B5es%20referentes,fornecidos%20para%20tomada%20de%20decis%C3%A3o.>. Acesso em: 18 mai. 2022.

[14] BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Recomendação nº 5, de 9 de maio de 2019. Recomendação ao Ministro da Saúde sobre políticas públicas em relação à violência obstétrica. Diário Oficial da União, 2019. Edição 105, Seção: 1, p. 77. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/recomendacao-n-5-de-9-de-maio-de-2019-149878165>. Acesso em: 25 set. 2021.

[15] BRASIL. Lei no 3.268, de 30 de setembro de 1957. Dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1957. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3268.htm>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[16] BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[17] BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[18] BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[19] BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em: 30 de jun. 2021.

[20] BRASIL. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF: 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11108.htm>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[21] BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta da Gestante. 6ª ed. Brasília, 2022. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_gestante_versao_eletronica.pdf>. Acesso em: 19mai. 2022.

[22] BRASIL. Ministério da Saúde. Despacho SEI/MS – 9087621, de 03 de maio de 2019. Brasília, DF: 2019. Disponível em: <https://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=9087621&codigo_crc=1A6F34C4&hash_download=c4c55cd95ede706d0b729845a5d6481d07e735f33d87d40984dd1b39a32d870fe89dcf1014bc76a32d2a28d8f0a2c5ab928ff165c67d8219e35beb1a0adb3258&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0>. Acesso em: 25 set. 2021.

[23] BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de Atenção à Gestante: a operação cesariana. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://conitec.gov.br/images/Relatorios/2016/Relatorio_Diretrizes-Cesariana_final.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[24] BRASIL. Ministério da Saúde. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[25] BRASIL. Ministério da Saúde. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

[26] BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 937, de 5 de maio de 2022. Institui o Programa Cuida Mais Brasil para o ano de 2022, com a finalidade de aprimorar a assistência à saúde materno-infantil e da mulher no âmbito da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cuida-mais-brasil/PortariaCuidaMaisBrasil.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2022.

[27] BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – a Rede Cegonha. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

[28] BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000. Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[29] BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 36, de 3 de junho de 2008. Dispõe sobre Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2008/res0036_03_06_2008_rep.html>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[30] BRASIL. Resolução CFM nº 1.931, de 17 de setembro de 2009. Código de Ética Médica. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2010. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[31] BRASIL. Violência Obstétrica: "Parirás com dor". Parto do Princípio – Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa, 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[32] CARVALHO, Yasmim. Violência obstétrica e a Responsabilidade criminal: Qual a tipificação deve ser aplicada nesses casos? Portal Jurisprudência. Disponível em: <https://portaljurisprudencia.com.br/2020/09/12/violencia-obstetrica-e-responsabilidade-criminal-qual-tipificacao-deve-ser-aplicada-nesses-casos/>. Acesso em: 08 set. 2021.

[33] CAVALCANTE, Aline. et al. Violência obstétrica: desvelando suas consequências. CIAIQ2018, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1852>. Acesso em: 23 jul. 2021.

[34] CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Nova caderneta para gestantes contraria evidências e diretrizes do MS. Nota Oficial. 2022. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/nova-caderneta-para-gestantes-contraria-evidencias-e-diretrizes-do-ms_98900.html>. Acesso em: 19 mai. 2022.

[35] CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN nº 564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília. 2017. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[36] CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Código de ética médica: Resolução CFM nº 1.931, de 17 de setembro de 2009 (versão de bolso) / Conselho Federal de Medicina – Brasília: 2010. Acesso em 01 jul. 2021.

[37] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Marco Legal, Ciência e Políticas Públicas para a primeira infância. Marco Legal da Primeira Infância para Todos. Unidade I. Avanços e desafios na aplicação da regra da prioridade absoluta no contexto da primeira infância. 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/eadcnj/course/index.php?categoryid=124>. Acesso em: 22 abr. 2022.

[38] DIAS, Sabrina Lobato; PACHECO, Adriana Oliveira. Marcas do Parto: As consequências psicológicas da violência obstétrica. Revista Arquivos Científicos (IMMES). Macapá, 2020. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/download/232/115/>. Acesso em 15 jul. 2021.

[39] GRISI, Erika Porto; ROCHA, Mágda Jardim. Violência obstétrica e suas influências na vida de mulheres que vivenciaram essa realidade. Id on Line: Rev Mult Psic. v. 11, n. 38, 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/931/1 304>. Acesso em: 23 jul. 2021.

[40] JONES, Ricardo. Entre as Orelhas: histórias de parto. 3ª.ed. Porto Alegre: Ideias a Granel, 2012.

[41] LARA, Bruna de. O Ministério da Saúde incentiva a violência obstétrica em nova Caderneta da Gestante. The Intercept, mai. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/05/09/ministerio-da-saude-raphael-camara-violencia-episiotomia/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

[42] LOPES, Josiane Marques. Violência Obstétrica: Uma Análise Jurídica Acerca do Instituto no Estado do Tocantins. Âmbito Jurídico, 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/violencia-obstetrica-uma-analise-juridica-acerca-do-instituto-no-estado-do-tocantins/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

[43] MACHADO, Barbosa Ruth; MUNIZ, Beatriz Maia de Vasconcelos. Problematizando o atendimento ao parto: cuidado ou violência? Memorias Convención Internacional de Salud Pública. Havana, 2012. Disponível em: <http://www.convencionsalud2012.sld.cu/index.php/convencionsalud/2012/paper/view/744>. Acesso em: 22 jul. 2021.

[44] Nascer no Brasil. Nascer no Brasil 2: Inquérito nacional sobre perdas fetais, partos e nascimentos (2020 a 2021). Disponível em: <https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/?us_portfolio=nascer-no-brasil-2>. Acesso em: 25 set. 2021.

[45] NOGUEIRA, Beatriz C; SEVERI, Fabiana C. Tratamento Jurisprudencial da Violência Obstétrica nos Tribunais de Justiça da Região Sudeste. 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11, 2017. Florianópolis, SC. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13th. Women's Worlds. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518015798_ARQUIVO_NOGUEIRA,Beatriz;SEVERI,Fabiana.OtratamentojurisprudencialdaviolenciaobstetricanosTribunaisdeJusticadaregiaoSudest e.pdf >. Acesso em: 21 jul. 2021.

[46] OLIVEIRA, Eliane Sutil de. Responsabilidade civil, criminal e ética decorrentes da violência obstétrica. Conteúdo Jurídico, 2019. Disponível em:https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/53009/responsabilidade-civil-criminal-e-etica-decorrentes-da-violencia-obstetrica>. Acesso em: 02 jul.2021.

[47] ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, "Convenção de Belém do Pará". 09 jun. 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 17 jul. 2021.

[48] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde. 2014. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[49] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SÁUDE – OMS. Declaração da OMS sobre Taxas de Cesáreas. 2015. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/161442/WHO_RHR_15.02_por.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 17 jul. 2021.

[50] O RENASCIMENTO DO PARTO. Direção: Eduardo Chauvet. Produção de Érica de Paula. Brasil: Chauvet Filmes, MasterBrasil Filmes, HTRON, 2013. Netflix. Acesso em: 13 de mai. 2020.

[51] O RENASCIMENTO DO PARTO 2. Direção: Eduardo Chauvet. Produção de Marina Pita. Brasil: 808 Filmes Fora da Lata, 2015. Netflix. Acesso em: 16 de jun. 2020.

[52] O RENASCIMENTO DO PARTO 3. Direção: Eduardo Chauvet. Produção de Eduardo Chauvet. Brasil: 808 Filmes Fora da Lata, 2018. Netflix. Acesso em: 20 jul. 2020.

[53] PAES, Fabiana Dal'mas Rocha. Violência obstétrica, políticas públicas e a legislação brasileira. Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-out-08/mp-debate-violencia-obstetrica-politicas-publicas-legislacao-brasileira>. Acesso em: 16 jul. 2021.

[54] REHUNA. Rede pela Humanização do Parto e Nascimento. Disponível em: <https://rehuna.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 18 mai. 2022.

[55] RODRIGUES, A.R.S.; DUARTE, N. M. Violência Obstétrica: um contexto histórico, político, social e científico no Brasil. 2019. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharel em Enfermagem - Faculdade CESMAC do Sertão, Palmeira dos Índios/AL, 2019. Disponível em: <https://ri.cesmac.edu.br/bitstream/tede/565/1/Viol%c3%aancia%20obst%c3%a9trica%20-%20um%20contexto%20hist%c3%b3rico%2c%20pol%c3%adtico%2c%20social%20e%20cient%c3%adfico%20no%20Brasil..pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

[56] SHANTAL diz que percebeu violência obstétrica em vídeo do parto e que foi desacreditada por pessoas próximas. GloboNews e g1 SP, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/01/14/shantal-diz-que-percebeu-violencia-obstetrica-em-video-do-parto-e-que-foi-desacreditada-por-pessoas-proximas.ghtml>. Acesso em: 04 fev. 2022.

[57] SHANTAL no fantástico/REVOLTANTE ISSO EM UM PARTO. Publicado pelo canal Debora Guedes. Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JIig4C5WLoY&ab_channel=DomingoEspetacular>. Acesso em: 05 fev. 2022.

[58] SOUZA, Eduardo Nunes de. Do erro à culpa na responsabilidade civil do médico. Civilistica.com, 2013. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/105>. Acesso em: 11 jul. 2021.

[59] SOUZA, Marilyn Kate Ferreira de. Violência obstétrica e as consequências à dignidade psicológica da mulher. Conteúdo Jurídico, 2019. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/53580/violncia-obsttrica-e-as-consequncias-dignidade-psicolgica-da-mulher>. Acesso em: 21 jul. 2021.

[60] TAXA de disponibiliade para acompanhamento de parto é ilegal. Ministério da Saúde. Gov.br, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/beneficiario/taxa-de-disponibilidade-para-acompanhamento-de-parto-e-ilegal->. Acesso em: 24 abr. 2022.

[61] TOCANTINS. Lei nº 3.385, de 27 de julho de 2018. Dispõe sobre a implementação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado do Tocantins. Palmas, 2018. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_3385-2018_53238.PDF>. Acesso em: 01 jul. 2021.

[62] VICENZI, Angela Baratto. Violência obstétrica no Brasil: o que é, quem sofre e qual sua regulamentação. 2018. 81f. Monografia de Graduação, Curso de Direito, Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62431>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Capítulo 17

Emancipação e submissão femininas: O "ser mulher" na contemporaneidade a partir da ótica literária de Conceição Evaristo

Marciana Bezerra da Silva
Yvonélio Nery Ferreira

Resumo: Partindo da compreensão beauvoiriana de que não se nasce mulher, mas torna-se mulher e entendendo o ser mulher enquanto uma construção social, o presente estudo objetiva refletir sobre os paradigmas que envolvem o "ser mulher" na sociedade contemporânea, discutindo processos de submissão e emancipação do gênero feminino a partir da voz da personagem Aramides Florença, do conto homônimo, compilado na obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, de Conceição Evaristo (2011). A obra de Evaristo é rica em argumentações sócio-históricas sobre o ser mulher em uma perspectiva de gênero, de cor e de classe, desse modo, foi escolhida para amparar este estudo, em uma concepção literária que problematiza e indaga a forma como se encara a construção do feminino na atualidade, levando em consideração dilemas e desafios que se perpetuam pelo tempo. A partir da voz de Evaristo, diversas mulheres têm sua voz personificada mediante histórias marcadas pela submissão econômica e emocional, em que preponderam vivências de exclusão e violência, sob a égide do patriarcado, contudo, são histórias de resistência, de mulheres que, apesar de todo o sofrimento, não desistiram de se reconstruir, evidenciando que ser mulher na atualidade ainda é um desafio permanente.

Palavras-chave: Emancipação feminina. Submissão. Mulher. Gênero. Literatura.

1. INTRODUÇÃO

O gênero feminino vivencia uma situação de rebaixamento e subordinação ao domínio masculino, pois até hoje ainda há situações as quais a mulher é tida como propriedade do homem, primeiramente do pai e depois do marido. A sociedade brasileira guarda fortes traços da cultura patriarcal, desde o processo de colonização. O reflexo mais negativo é o ínfimo valor e o pouco respeito conferidos à figura da mulher desde tempos imemoriais, persistindo até agora.

Simone de Beauvoir (1960) afirma que ser mulher é uma construção social e chega a afirmar que a característica básica da mulher é ser fundamentalmente o outro. Para Beauvoir (1960), as mulheres conquistaram tão e somente o que os homens estavam dispostos a lhes ceder. A questão da submissão feminina abarca em si um problema que excede os limites territoriais, sendo que mulheres em todos os países, nações, etnias e línguas são vítimas e estão suscetíveis às situações de desvalorização, silenciamento e violência de gênero, sem exceção de idade, raça ou religião.

Este estudo tem como objeto uma reflexão acerca dos dilemas do "ser mulher" na contemporaneidade, discutindo processos de submissão e emancipação do gênero feminino a partir da voz da personagem Aramides Florença, do conto homônimo, compilado na obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres,* de Conceição Evaristo (2011).

Caracteristicamente assinalada pela utilização de metalinguagem e da união de palavras que originam novos vocábulos e novas significações, a literatura de Conceição Evaristo é permeada por aspectos de sua vivência pessoal. Dada sua origem como mulher pobre e negra, seus escritos refletem vivências de opressão, submissão e marginalidade, com um viés marcante de reminiscências ancestrais. Embora não se trate de textos autobiográficos, os contos da autora personificam sujeitos excluídos, diminuídos, a partir da reflexão de uma realidade social que se transcreve em seus personagens.

A partir de *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (EVARISTO, 2011), texto que fundamenta a análise projetada neste estudo, Evaristo traz à tona a precariedade cotidiana do ser e do viver de mulheres oprimidas, em face de seu gênero, de sua cor e de sua condição social, discutindo temáticas como o preconceito, relações de trabalho, marginalização e violência doméstica, assuntos ainda significativamente pertinentes à sociedade contemporânea.

Um dos mais relevantes tópicos abordados nos contos que constituem a obra base deste texto é o machismo estrutural, fincado nos pilares de uma estrutura patriarcal, que é reproduzido de geração em geração, inclusive por outras mulheres. O entrecruzamento entre contos de *Insubmissas Lágrimas* e a reflexão dos ritos e agruras que configuram o "ser mulher", na atualidade, possibilita, a partir do eu-narrativo, o contato com experiências femininas de vozes unidas em uma voz que alinha os relatos e traz uma tecitura de enredos que instigam o posicionamento de quem lê.

É como se a liberdade ficcional estivesse alinhavada às *personas* dos treze contos compilados, refletindo-as no leitor e incomodando por uma postura perante o que se apresenta na trajetória literária. Nesse sentido, justifica-se a escolha da temática ao se considerar a relevância da reflexão sobre o ser mulher diante de uma sociedade desigual, que fragiliza seres humanos com base em condições de gênero, historicamente estabelecidas e muito complexas em serem superadas, mediante enfoque literário.

2. VOZES FEMININAS NA LITERATURA: QUESTÕES DE GÊNERO

2.1. O "SER MULHER" ENQUANTO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Na Grécia Antiga, o status social e político das mulheres era muito diferente dos direitos garantidos aos homens em tal sociedade. Não eram consideradas cidadãs e, diante dos homens, encontravam-se em condição de inferioridade social. Assim, em uma atribuição de relação desigual às atividades femininas, geralmente eram as mulheres que realizavam tarefas domésticas e partos, ou seja, seu ambiente "natural" circunscrevia-se à família, educação dos filhos, cuidados com o marido e, portanto, deveriam ceder ao cônjuge, oferecendo-lhe lealdade total (FRIAS, 2012).

Efetivamente, o status social de uma mulher da Grécia Antiga estava atrelado ao seu ambiente cultural e econômico, como no caso das mulheres espartanas, que, em comparação com às atenienses, usufruíam de maiores prerrogativas, porque eram oferecidos aos seus cônjuges, os espartanos, por meio de oportunidades políticas, mais liberdade para a prática esportiva e direitos de gestão (FRIAS, 2012).

Na sociedade espartana, as mulheres da nobreza aprenderam a ler, mas persistiam ainda muitas restrições e regras, como no caso do casamento, em que eram proibidas de contrair união com homens que não fossem seus parentes. Ademais, os casamentos na Grécia Antiga baseavam-se, sobretudo, em alianças entre famílias e eram arranjados pelos pais de mulheres, que se casavam no início da adolescência.

Porém, nas classes sociais mais baixas, as mulheres gozavam de maior autonomia econômica e social do que na nobreza, pois devido à sua situação financeira instável, necessitavam trabalhar, o que lhes possibilitava gerenciar suas posses e seu dinheiro. Nessa classe social, a prostituição feminina era comum.

A concepção de inferioridade entre homens e mulheres foi apoiada pelos grandes pensadores da época, como o filósofo Aristóteles. Ele defendia que essa diferença era inegável, pois independentemente da idade da mulher, o homem deve sempre perpetuar sua superioridade (FRIAS, 2012). O entendimento do filósofo se sustenta na ideia de "ordem natural", isto é, ele qualificou a essência da alma de modo que os homens livres estavam em posição superior à das mulheres, que naturalmente eram carentes no âmbito espiritual, sendo imaturas e impotentes. Às mulheres, era vedado executar qualquer função distinta da obediência aos esposos, sendo que o homem era responsável por administrar a família. Aristóteles criticou duramente a autonomia das mulheres espartanas em relação às atenienses.

Em semelhante pensamento ao de Aristóteles, Demócrito também relaciona as mulheres à natureza, minimizando sua função à satisfação masculina, constituindo-a como exclusiva para o prazer sexual. Ele definiu a concepção de regime autoritário, que naturalmente concede poderes, aos homens que são executados por mulheres, uma ideia que posteriormente será usada de forma incessante, para reprovar a política e as mulheres espartanas (MARTINS, 2016).

Contudo, importa destacar que é um grande erro reduzir as concepções desses dois grandes pensadores a ideias exclusivamente sexistas, pois a estrutura social de seus contextos históricos era pautada pelo "natural". Assim, seus enganos de perspectiva, ao reduzir as mulheres a menos que os homens, podem ter sido decorrentes mais da ignorância fisiológica do que por comportamento preconceituoso verdadeiramente dito (FRIAS, 2012).

Contemporaneamente, no decurso de sua trajetória histórica, as mulheres vêm gradativamente obtendo maior autonomia profissional, organização política e social, independência familiar e superação de preconceitos nas áreas da moralidade. Considerando os conceitos morais entendidos na atualidade, a mulher rompe com a perspectiva de ser reduzida à mera "gestadora" humana e exerce um papel mais atuante na sociedade. Assim, as mulheres contemporâneas opõem-se às mulheres idealizadas da Grécia Antiga em inúmeros aspectos.

Verifica-se, ainda, que o conceito de inferioridade das mulheres gregas, também se projeta na ideologia. Se para os gregos antigos e para grandes filósofos, os homens estão em um patamar mais elevado de perfeição do que as mulheres em decorrência de suas superiores habilidades intelectuais, físicas e mentais, na sociedade moderna, há uma certa tendência ocasionada por este conceito: a inversão de valores no âmbito da ideologia feminina.

Estima-se que essa inversão de ideologia e valores está relacionada ao senso comum. Sob a perspectiva da masculinidade herdada do passado, a mulher é tida como uma pessoa frágil, intuitiva e sensível, então ela terá naturalmente o direito à maternidade e às atividades familiares, o cuidado do marido e dos familiares e o exercício do papel feminino. Em polo oposto, o senso comum estabelece uma inversão ideológica de valor ou troca de papeis, tem-se aí a ideologia feminina.

Historicamente, tais concepções ideológicas são frutos de uma sociedade dominada por homens, sendo que essas divisões sociais ocorrem mediante a concepção de uma ordem natural, na qual as mulheres têm anteposição nas funções da maternidade, o que as afastam do trabalho manual e intelectual do sexo masculino. Essa conformação de sistema social e relação de poder destinava às mulheres uma posição de subordinação, como ajudantes do chefe da família, na lógica do patriarcado. Lins (2007) classifica o patriarcado como uma organização social que não se baseia apenas no poder do pai, mas sim o poder do homem, ou do masculino. Enquanto categoria social, as mulheres são consideradas inferiores aos homens e se submetem à sua dominação.

O patriarcado é entendido como uma organização social, polarizada pela visão de que a supremacia masculina, atribui um maior valor às atividades masculinas em relação às atividades femininas; que legitimou o controle de sexualidade, dos corpos e da autonomia femininos; e estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (MILLET, 1970; SCOTT, 1995 *apud* NARVAZ; KOLLER, 2006).

Quanto à construção da inferioridade feminina, existem teóricos que afirmam que as sociedades pré-históricas eram organizadas em um formato igualitário, nelas não se reconhecia o vínculo que deveria ser estabelecido entre sexo e procriação. Em épocas bem remotas, os homens desconheciam a sua participação no nascimento dos filhos.

O aparecimento da família monogâmica, segundo Engels (2010), nasce a partir da domesticação de animais, do cultivo e da geração de riquezas. O homem não tinha mais a necessidade de caçar, pois já havia constituído rebanhos de cavalos, bois, porcos, entre outros animais. Neste formato o trabalho ganha uma divisão de tarefas entre os membros da família. Assim, competia ao homem ser o provedor dos alimentos, proprietário de suas criações, culturas agrícolas, como também os seus meios de produção.

Nesse cenário onde ocorre a valorização da acumulação de alimentos e, logo após, do capital com a centralização social da propriedade privada, acha-se necessário controlar a liberdade da mulher, para garantir que os filhos sejam legítimos e dessa forma possam herdar o patrimônio deixado pelo seu marido. Para tanto, é preciso assegurar que a mulher não se relacione com outros homens. A liberdade sexual masculina continua garantida enquanto a liberdade sexual das mulheres sofre com sérias limitações. (ENGELS, 2010).

Em relação à nova condição social da mulher, Engels (2010, p. 75) enfatiza:

> A mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em meio instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, (...) tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado.

A partir da construção errônea da noção de gênero superior e inferior, a ideologia patriarcal dividiu a humanidade em duas bases que se resumiram ao controle de fecundidade da mulher e divisão sexual de tarefas. Segundo Lins (2007), a sujeição das mulheres nos aspectos físico e mental foi o único meio de restringir sua sexualidade e mantê-la limitada a tarefas específicas.

Dessa forma, assegurar ao patriarca a fidelidade da mulher faz com que ela passe a ser tratada como objeto de propriedade exclusiva do homem, podendo este fazer uso de seu corpo da forma como bem quiser, inclusive imputar-lhe a morte. A autora conceitua o patriarcado como "uma organização social baseada no poder do pai, (...) As mulheres são consideradas inferiores aos homens e subordinadas à sua dominação." (LINS, 2011, p.39).

Esse poder do homem sobre a mulher, do masculino sobre o feminino enquanto categoria social é a característica mais marcante do patriarcado. Quando se fala em modelo androcêntrico e heteronormativo para classificar o modelo patriarcal de família, se pressupõe a supremacia masculina, trata-se de um arranjo familiar composto por homem, mulher e seus filhos. A figura masculina é colocada como referência em todos os espaços sociais.

Os sintomas emblemáticos dessa construção são identificados, por exemplo, quando ao casar as mulheres adotam o sobrenome do marido, mesmo em países em que a legislação não obriga, como é o caso do Brasil, e elas fazem uma leitura natural, sem se dar conta de que isso nasceu da premissa da qual a esposa é propriedade de seu companheiro.

> O patriarcado é um sistema autoritário tão bem-sucedido que se sustenta porque as pessoas subordinadas ajudam a estimular a subordinação. Ideias novas são geralmente desqualificadas e tentativas de modificação dos costumes são rejeitadas explicitamente, inclusive pelas próprias mulheres, que mesmo oprimidas, clamam pela manutenção de valores conservadores. A abrangência da ideologia de dominação é ampla. Partindo da opressão do homem sobre a mulher a mentalidade patriarcal se estende a outras esferas de dominação (LINS, 2011, p. 42).

A religião e a ciência foram apoios que tomaram, na visão social, o patriarcado como certo e subsidiaram a inferioridade do papel feminino, fortalecendo as relações de dominação e expropriação da autonomia feminina. No decorrer do tempo, um conjunto de condutas caracterizam os tipos de violência a que estão submetidas muitas mulheres.

As relações de gênero, que se pautam por desigualdades políticas, econômicas e sociais e que constituem papéis diversos conforme o sexo, estão relacionadas a um pressuposto de hierarquia em que o pensamento feminista se contrapõe e busca desconstruir, sugerindo e significando novas perspectivas, como a multiplicidade, a heterogeneidade, a pluralidade e não mais a exclusão (STREY; CABEDA; PREHN, 2004).

É indispensável inserir na trajetória global a dimensão relacional entre os sexos, sabendo que ela não é um fato natural, mas uma relação social, construída socialmente e ininterruptamente redesenhada, produto da dinâmica das sociedades e civilizações que oferecem significado à diferença. A produção de saberes e categorias de análise possibilitam reescrever a história, considerando as relações humanas (STREY; CABEDA; PREHN, 2004).

2.2. ARAMIDES FLORENÇA E A SUBMISSÃO FEMININA

> Quando cheguei à casa de Aramides Florença, a minha igual estava assentada em uma pequena cadeira de balanço e trazia, no colo, um bebê que tinha a aparência de quase um ano (EVARISTO, 2011, p. 11).

Partindo do excerto que abre este tópico, começamos, sem delongas, dada a exposição apresentada no item anterior acerca da dinâmica da construção identitária do gênero feminino sob uma perspectiva histórica e social, a utilizar-se da produção de Conceição Evaristo (2011) para compreender, sob a perspectiva literária, a mulher, a partir da voz de sua personagem Aramides Florença.

A literatura, por sua dimensão e caráter plurissignificativo, ultrapassa o puramente racional, de modo que se pode dizer que ela não é neutra, mas traz consigo traços ideológicos e intencionalidades em todo tecido textual. Diante dessa compreensão, pode-se garantir que literatura tem gênero, pois "cor remete a identidade, logo a valores, que, de uma forma ou de outra, se fazem presentes na linguagem que constrói o texto." (DUARTE, 2014, p.11).

Este conto aqui abordado foi escolhido por retratar, de modo inconteste, o lugar da mulher na sociedade a partir de um contexto de posicionamento determinado pela cultura, mediante imagens estereotipadas de maternidade, servilidade e delicadeza em composição com uma vivência de abuso e violência. Mas o que efetivamente chama atenção no conto é a capacidade feminina de transformação:

> O discurso sobre a "natureza feminina", que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como *força do bem*, mas, quando "usurpadora" de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição (Telles, 2004, p. 403).

O referido conto traz a história de amor entre a personagem Aramides e o pai de seu filho. Inicialmente aparentando ser um conto de amor e felicidade, finda trazendo uma dura narrativa de violência sexual e abandono parental. A sociedade brasileira tem discutido de forma intensiva acerca das situações que desencadeiam a violência contra a mulher, assim como seu enfrentamento e prevenção. Contudo, essa fenomenologia não é exclusivamente contemporânea, o que tem sido recente é a visibilidade política e social do tema.

Nas últimas cinco décadas, o assunto vem se destacando nas instâncias de debates políticos, assim como as consequências das situações de violências vivenciadas pelas mulheres em suas relações. Existe uma alta prevalência de violência contra mulheres, com graves implicações no âmbito da saúde, e estudos indicam que de 25% a 30% de mulheres maiores de 15 anos, em sua vida adulta experimentaram ao menos uma situação de violência física. A violência evidencia-se, sobretudo, como fruto das relações de gênero (BANDEIRA; MELO, 2010).

O conceito de gênero indica que os papéis impostos às mulheres e aos homens, reforçados ao longo do tempo e consolidados pelo patriarcado, pela dominação masculina e pela ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é o fruto de natureza senão do processo de socialização das pessoas (LISBOA, 2010).

Segundo Araújo (2008), a violência de gênero produz e se reproduz nas relações de poder, que se expressam, particularmente, na violência global mediatizada pelo sistema patriarcal, que oferece aos homens o direito de dominar e controlar a mulher, podendo utilizar-se da violência para legitimar esse domínio.

No conto *Aramides Florença* (EVARISTO, 2011) a protagonista que dá nome à narrativa relata sua vivência matrimonial, que aparentava ser uma relação tranquila, de forma que a expectativa por um companheiro e pai de seu filho havia sido encerrada. Gradativamente, foram montando um apartamento para morar, ambos com seus respectivos e promissores empregos, ela como chefe de uma empresa em desenvolvimento e ele bancário. Contudo, durante a gravidez, Aramides passa a enxergar na conduta do esposo sinais bastante ameaçadores, que realmente condizem com sua desconfiança e terminam por se traduzir em atos de violência doméstica e violência sexual sofridas por ela logo após o nascimento de Emildes.

Para a análise e compreensão da violência contra a mulher, é indispensável considerar esses aspectos universais e particulares de modo a apreender a diversidade dessa problemática, que está fundamentada em um conjunto de crenças e costumes familiares e culturais repassados de modo praticamente automático e que, portanto, não são questionados e que violam o direito a uma vida autônoma (ARAÚJO, 2008).

Nesse contexto que tem sido abordado neste estudo a partir do conto de Evaristo (2011), a mulher é produto de um sistema social que subordina o sexo feminino, é fruto de uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres. Isso decorre da noção de superioridade da parte agressora e da inferioridade da parte intimidada, noção construída culturalmente, resultado de um processo histórico.

A violência contra a mulher constitui-se uma problemática cada vez mais abordada nos debates e preocupações da sociedade brasileira, não sendo um fenômeno atual. A visibilidade política e social desta temática possui um cunho recente, pois somente nas últimas décadas que tem se evidenciado a gravidade e seriedade das condições de violências sofridas pelas mulheres (GUIMARÃES; PEDROSA, 2015).

A violência contra as mulheres, seja doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, entre outras, é um fenômeno que afeta mulheres de todas as classes sociais (BRASIL, 2011). Apesar das mulheres terem conquistado seus direitos e obtido legislações em seu favor, ainda é crescente a ocorrência de atos de violência contra elas; e muitos deles ocupam destaque cotidianamente nos noticiários nacionais.

Por ocorrer na esfera privada, as mulheres permanecem mais vulneráveis, não havendo influência da comunidade externa, bem como, para a vítima, é muito difícil perceber que o companheiro com quem possui laços afetivos é o seu agressor. A primeira situação de violência doméstica vivenciada por Aramides acontece em um momento de descanso:

> Ela virava para lá e para cá, procurando uma melhor posição para encaixar a barriga e, no lugar em que se deitou, seus dedos esbarraram-se em algo estranho. Lá estava um desses aparelhos de barbear, em que se acopla a lâmina na hora do uso [...]. Um filete de sangue escorria de um dos lados de seu ventre. Aramides não conseguiu entender a presença daquele objeto estranho em cima da cama (EVARISTO, 2011, p.13).

Ao indagar o marido, ele não conseguiu justificar a presença do aparelho no local, o que provocou inquietação, a busca por uma justificativa. No decorrer da terceira semana após o fato, ocorre um novo evento que desencadeia insegurança em Aramides, desgastando ainda mais a confiança que nutria em relação ao seu esposo. O fato aconteceu quando a personagem se olhava no espelho, em roupas de dormir, analisando as transformações do corpo pela gestação, quando o viu se aproximar:

> Só que, nesse instante, gritou de dor. Ele, que pouco fumava, e principalmente se estivesse na presença dela, acabara de abraçá-la com o cigarro aceso entre os dedos. Foi um gesto tão rápido e tão violento que o cigarro foi macerado e apagado no ventre de Aramides. Um ligeiro odor de carne queimada invadiu o ar. Por um ínfimo momento, ela teve a sensação de que o gesto dele tinha sido voluntário (EVARISTO, 2011, p.14).

O nascimento do filho, entretanto, fez Aramides esquecer estes eventos, mergulhada no encantamento da vida e na probabilidade, ainda, de que tais situações de descuido estivessem associadas à primeira experiência da paternidade. Passadas duas semanas de comportamento positivo por parte do marido, começam as pressões para saber "quando ela novamente seria dele, só dele" (EVARISTO, 2011, p.15).

A violência física acontece a partir de relações de poder em que uma pessoa causa à outra, intencionalmente, um dano através da utilização da força física ou pela coação e intimidação com algum tipo de arma que possa ocasionar ou não lesões externas, internas ou ambas. Abarca ainda agressões físicas ou seu intento, como ameaças (BRASIL, 2002). Assim, na sequência, o marido usa da violência para conseguir o que quer:

> Numa sucessão de gestos violentos, ele me jogou sobre nossa cama, rasgando minhas roupas [...] dessa forma, o pai de Emildes me violentou. E, em mim, o que ainda doía um pouco pela passagem de meu filho, de dor aprofundada sofri, sentindo o sangue jorrar (EVARISTO, 2011, p.17).

Depois do ato, o marido a abandona sob a justificativa de que ela "não havia sido dele" (EVARISTO, 2016, p.18), como em outras circunstâncias.

A violência doméstica e familiar contra as mulheres é um fenômeno complexo, com causas culturais, econômicas e sociais. É a manifestação mais pungente do poder e da força física do homem e da trajetória repleta de desigualdades culturais entre os sexos, que através dos papéis estereotipados reforçam ou potencializam a violência (VILELA, 2009).

Destaca-se que a terminologia violência contra a mulher é frequentemente tida como violência doméstica e violência de gênero. Contudo, embora haja sobreposição de tais conceitos, há especificidades em sua utilização como categorias de análise (ARAÚJO, 2008).

Assim, compreende-se como violência doméstica, segundo Teles e Melo (2002, p. 19 *apud* LISBOA; PINHEIRO, 2005 p. 201) "[...] a que ocorre dentro de casa, nas relações entre pessoas da família, entre homens e mulheres, pais/mães, entre jovens e pessoas idosas" (BRASIL, 2006). Tal conceito circunscreve o espaço para dentro de casa, contexto doméstico.

A violência ocorrida no interior das casas, muitas vezes, é cometida pelos companheiros, maridos e namorados, isto é, pela pessoa com a qual a mulher tem algum envolvimento afetivo ou relacional. A violência doméstica não incide apenas na relação do casal, pois causa impactos devastadores para os demais membros da família (LISBOA; PINHEIRO, 2005). O problema da violência contra a mulher integra um processo mais amplo de dominação e exploração feminina. Constitui um fenômeno universal e milenar, com profundas raízes históricas, além de elementos sociais, econômicos, culturais e éticos (INÁCIO, 2003).

A narrativa é finalizada com a conduta de Aramides para transformar a situação e não se resignar perante o ocorrido, dada sua condição de mãe e a consciência de que seu filho dela necessita incondicionalmente, tendo em seu colo seu "bem-amado", como por ela descrito. Assim, prossegue como chefe em uma grande empresa, buscando ser o alimento do filho: "e, literalmente, era. O menino só se nutria do leite materno", e ouvindo o "melodioso balbucio infantil que se assemelhava a uma alegre canção" (EVARISTO, 2016, p.09,10).

Insubmissas Lágrimas de mulheres possui treze contos, em que se manifestam as vozes femininas. As narrativas se estruturam consoante as histórias ouvidas e recontadas pela autora, como se ela mesma assumisse o papel de contadora. Mediante simplicidade e objetividade de linguagem, as protagonistas mulheres e suas histórias são apresentadas. O enfoque discursivo adotado no texto evidencia e denuncia a naturalização da violência e a exploração contra o gênero feminino, sua objetificação e as sistêmicas relações patriarcais preponderantes na estrutura das relações socioculturais do Brasil.

Esse discurso engajado perante as condições apresentadas, direciona a literatura de Evaristo ao movimento de ruptura de paradigmas, prisões e silenciamentos, buscando, a partir da escrita, tomar a pulso o controle de sua vivência e escrita, tal como se verifica por meio da personagem Aramides, que é, pois, uma mulher forte, que prossegue, encarando e vencendo, sozinha, os desafios e dificuldades que se interpõem à sua vida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas formas de discriminação e de violência contra as mulheres são resultantes da manifestação de relações de poder historicamente desiguais. Por mais importantes que sejam e que tenham ocorrido as transformações sociais das últimas décadas, com a figura feminina gradativamente ocupando os espaços públicos, o ordenamento patriarcal permanece muito presente em nossa cultura e se reforça cotidianamente na desvalorização de todas as características ligadas ao feminino, na violência doméstica, na aceitação da violência sexual usados como recurso para manter e reafirmar a autoridade feminina de forma efetiva, quando não subliminar.

Os agressores intencionalmente fazem uso da violência como um instrumento para demonstrar e reforçar o poder do homem como o chefe da família ou do relacionamento, ou seja, o ato serve para justificar o que a sociedade julga como provocante. Isso funciona como uma punição apropriada para a transgressão das regras socialmente estabelecidas para o comportamento feminino.

Dessa forma, a posição desigual das mulheres na coletividade ajuda a criar sua vulnerabilidade à violência, o que, por sua vez, alimenta a violência perpetrada contra elas. Ainda que existam diferentes formas de violência contra a mulher, todas elas frequentemente compartilham certas características. A exemplo disso, vemos que grande parte das formas de violência, incluindo a perpetrada pelo companheiro, abuso sexual infantil, feminicídio e vários abusos cometidos por não-parceiros não ocorrem como situações isoladas, mas são recorrentes no tempo, inclusive por décadas.

As mulheres protagonistas da obra de Conceição Evaristo (2011) são sobreviventes, tendo suas trajetórias de vida marcadas pela violência. No conto aqui analisado, figura um homem sem identidade, que pratica violência física e psicológica contra a companheira, desde sua gestação até o pós-parto, e apresenta uma mulher pluripotente, que se converte no próprio alimento do filho e, após ser abandonada pelo marido, com um recém-nascido, solitária e desamparada, reconstitui sua história de vida através da própria maternidade. De posse de sua própria consciência, ela põe em prioridade a sua vida, o sustento, a educação e a proteção de seu filho, oferecendo a ele o que o genitor e, talvez, a própria sociedade o negaria, o direito a ter direitos.

REFERÊNCIAS

[1] BEAUVOIR, S. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão. Europeia do Livro, 1960.

[2] DUARTE, E. A. Literatura afro-brasileira: 10 autores do século XVIII ao XX. Rio de Janeiro: Pallas, 2014

[3] EVARISTO, C. Insubmissas lágrimas de mulheres. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

[4] ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 3 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

[5] FRIAS, D. N. A mulher da Grécia Antiga e possíveis aspectos da cultura grega na contemporaneidade. Revista Phipsi, 2012.

[6] INÁCIO, M. de O. Violências contra mulheres e esfera familiar: uma questão de gênero? In: Presença ética: ética política e emancipação humana. Revista Anual do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética - GEPE/ Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Ano III, nº. 3, dezembro de 2003.

[7] LISBOA, K. T.; PINHEIRO, E. A. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. Katálysis, v. 8, n. 2, jul/dez, 2005, Florianópolis, SC.

[8] LINS, R. N. A cama na varanda: Arejando nossas ideias a respeito do amor e sexo: novas tendências. Editora: Revisada e Ampliada. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.

[9] LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E P U.,2012.

[10] MARTINS, I. O papel da mulher na sociedade ateniense. 2016. Disponível em: https://sites.google.com/site/lehist09/home/idade-antiga/civilizacao-grega/opapeldamulhernagreciaantiga acesso em 07 de set. 2021.

[11] STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (orgs). Gênero e Cultura: questões contemporâneas. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

[12] TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, M. D. (org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442.

[13] NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, Abr. 2006.

[14] WOLFF, C. S. Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945. São Paulo: USP, 1998.

Capítulo 18

Ele só faz duas coisas, eu faço tudo sozinha: Educação familiar e gênero em uma comunidade rural

Francilene Gomes da Costa
Rebeca Hennemann Vergara de Souza

Resumo: Este artigo aborda a mediação familiar no processo de construção do gênero nas crianças. O objetivo geral é analisar as relações de gênero presentes na educação familiar de crianças de uma comunidade rural de Campo Maior - PI. Utilizou-se a observação, entrevistas semiestruturadas e uma roda de conversa envolvendo mães, filhos e filhas de duas famílias aparentadas. Foi possível constatar que, nas famílias participantes, existe uma representação de papéis masculino e feminino que estimulam as diferenciações de gênero entre as crianças. Essas diferenciações são encontradas nas atividades domésticas exercidas pelas crianças, reflexos da maneira de como os adultos representam a divisão do trabalho doméstico, e também na classificação, baseada no gênero, que as crianças fazem das brincadeiras e brinquedos.

Palavras-chave: Educação familiar. Gênero. Crianças. Brincadeiras.

1. INTRODUÇÃO

O tema Educação e Gênero, em sua abordagem, leva em consideração que a educação está presente em vários contextos da vida social da criança e que não se limita apenas às instituições formais de ensino, como o ambiente escolar. A esfera familiar é a primeira instância de vivências e troca de saberes na vida da criança e a educação familiar é caracterizada como um tipo de educação informal. A família, independente da sua configuração, possui uma prática socializadora contínua, possibilitando ao indivíduo desenvolver hábitos e comportamentos culturais relacionados ao grupo em que está inserido.

Essa educação tem papel fundamental na construção da identidade social do sujeito, incluindo sua identidade de gênero. Partindo do pressuposto de que as relações de gênero são socialmente construídas e que a família se encontra presente nesse processo, estudar as diferenças de gênero dentro da educação familiar é buscar entender como esse processo socializador, construído através das relações de ensino informal, na educação familiar, pode influenciar na construção das diferenças de gênero entre os indivíduos.

O problema de pesquisa proposto para este estudo foi identificar quais relações de gênero estão presentes na educação familiar de crianças de uma comunidade localizada na zona rural de Campo Maior, Piauí, Brasil. O objetivo geral foi analisar as relações de gênero presentes na educação familiar de crianças da referida comunidade. Os objetivos específicos foram conhecer as divisões de gênero nas tarefas domésticas realizadas por crianças da comunidade; identificar as diferenciações de brincadeiras e brinquedos de acordo com o gênero entre crianças das famílias pesquisadas; e identificar como os pais pesquisados educam, de maneira informal, os filhos e filhas de acordo com o gênero.

Para a fundamentação teórica, consideraram-se os trabalhos de Gohn (1999; 2006), Libâneo (2010), Louro (1995; 1997a; 1997b; 2008), Scott (1989), Vieira (2013) e Kosminsky e Santana (2006).

A pesquisa dotou uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Assim, foi realizado um estudo de campo em uma comunidade da zona rural do município de Campo Maior, localizada a 18 km da zona urbana, envolvendo duas famílias, compostas por mães, pais e crianças, de ambos os sexos, com idade entre 6 e 10 anos. Salienta-se que, no momento da pesquisa, os pais encontravam-se ausentes das residências por trabalharem fora da propriedade rural.

O processo da coleta de dados foi dividido em três etapas. Na primeira etapa, fez-se uma observação participante da rotina familiar, durante um mês, especialmente das atividades desenvolvidas pelas crianças dentro e fora de casa. Na segunda, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as mães das famílias participantes. E, na terceira e última etapa, optou-se por uma roda de conversa com as quatro crianças participantes.

2. AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A EDUCAÇÃO FAMILIAR

De acordo com Scott (1989, p. 3), "na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes". Entretanto, segundo essa autora, desde a década de 1980, os movimentos feministas têm utilizado a palavra gênero como um termo que se refere à organização social da relação entre os sexos, sem confundir-se com a noção de sexualidade, a despeito das sobreposições históricas e sociológicas.

O termo gênero, nesse sentido, é utilizado para explicitar as diferenças dos sexos, masculino e feminino, para explicar como as desigualdades sociais entre ambos os sexos acontecem e se reproduzem histórica e socialmente através de uma estrutura binária que associa o masculino à força, completude, racionalidade e o feminino à fragilidade, incompletude e emoção (SCOTT, 1989; LOURO, 1995; 1997a).

Ao usar o caráter social das distinções baseadas no sexo, Louro (1997a) destaca que o conceito de gênero não está ligado ao desempenho de papéis masculinos ou femininos, mas sim à produção de identidades de homens e de mulheres na sociedade e, portanto, como uma construção social. Essa construção é orientada pelas relações e práticas sociais e culturais imersas na vida de cada um; sentir-se e ser homem ou mulher está relacionado aos contextos social e cultural em que o indivíduo está inserido e às construções sobre os sexos (LOURO, 1997b, p. 21).

O gênero está presente no contexto das instituições sociais e de suas relações. As relações entre os gêneros na vida das pessoas são constituídas através de símbolos, normas e regras, mais ou menos impostas pelas instituições sociais às quais elas pertencem, ligando-se assim, igualmente, a construção do gênero à cultura a qual cada indivíduo pertence (LOURO, 1997b). Dentre as instituições sociais que se

organizam pelo gênero e organizam o gênero, está a família, com a distribuição desigual de papéis entre homens e mulheres, por exemplo, e a generificação dos processos de socialização.

Enquanto há um "conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais" (LIBÂNEO, 2010, p. 30), a educação é um processo onipresente na vida humana. De vários modos, todos se envolvem com ela, pois as relações de convivência estão diretamente ligadas à educação (BRANDÃO, 2013).

O processo educativo transmite ativamente aos sujeitos envolvidos princípios, costumes e ideias, no intuito de adaptar esses sujeitos à realidade social do ambiente em que eles estão inseridos. Esse processo de intervenção no desenvolvimento humano (re)cria condições para a reprodução ou transformação de estruturas e identidade sociais, visto que é um "[...] fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizados ou não, sob várias modalidades" (LIBÂNEO, 2010, p. 26). Diante da pluralidade de formas educativas, autores como Libâneo (2010) e Gohn (2006) classificam a educação em três tipos: a educação formal, a educação não formal e a educação informal. A educação formal é aquela praticada em instituições destinadas especialmente a esse fim, caracterizando-se por intencionalidade e racionalidade próprias. A educação não formal, para Gohn, possui caráter intencional, mas baixa estruturação e formalização, ocorrendo especialmente através de compartilhamento de experiências coletivas, como por meio dos meios de comunicação e movimentos sociais.

Já a educação informal corresponde ao modelo de educação que não está ligado às instituições formais de ensino, não seguindo uma linha de organização nos processos educativos e, por muitas vezes, acontecendo de forma não intencional. Para Gohn (2006, p.1), neste tipo de educação "os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados". Para Libâneo (2010, p. 31), a educação informal corresponde "a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas". Acontece no cotidiano, de forma espontânea e naturalizada, sem seguir uma linha organizacional e/ou intencional de ensino. Para os fins deste trabalho, consideramos os processos educativos que acontecem no seio da família, independente de sua configuração, como uma forma de educação informal. Como educação informal, a educação familiar "não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente" (GOHN, 2006, p.2).

Por família, entendemos ser uma instituição social mutável em seu processo histórico, apresentando-se com formas estruturais e finalidades diversas em diferentes contextos de acordo com o grupo social que a compõem (PRADO, 1981). A estrutura familiar, em grande maioria dos casos, e independente do arranjo, é composta por adultos (pais, responsáveis) e por crianças, os quais compartilham entre si deveres e valores sociais em comum. De acordo com Prado (1981), a família é uma instituição responsável por promover a educação dos filhos, atuando como agente socializador. A introdução do indivíduo no mundo social acontece na infância através da aquisição de conhecimentos que são interiorizados pelas relações estabelecidas com seus pais ou qualquer outro responsável (BERGER; LUCKMAN, 2009).

Dentre as identidades sociais que são construídas (ou reprimidas, ou viabilizadas), encontram-se, como já dito, as identidades de gênero. As representações de gênero são transmitidas para as crianças através da educação familiar e são parte ativa do processo de construção de identidade dessas crianças. Por meio do ensino educativo familiar, juntamente com outros agentes socializadores, a identidade da criança vai se construindo, incorporando certas relações sociais.

No processo educativo familiar, a criança aprenderá atividades do seu cotidiano como: horários e forma de alimentação; cuidados de higiene pessoal; hora para brincar, quais são seus brinquedos; aprenderá também a ajudar os adultos nas atividades domésticas, criar relações de afeto, respeito e obediência etc.

A educação familiar, no papel de socialização, estabelece uma estrutura mínima de atividades e relações em que os papéis de cada membro da família são evidenciados, fazendo com que essas atividades e relações ganhem uma naturalização, escondendo as relações de poder (KOSMINSKY; SANTANA, 2006). Por vezes, dentro das famílias, as atividades domésticas e os cuidados com as crianças são colocados como uma obrigação para a figura feminina e uma ajuda para a figura do sexo masculino (VIEIRA, 2013), constituindo uma espécie de fundamento para a construção social das divisões e diferenças de gênero na subjetividade infantil. Em nossa sociedade, a diferença entre homem e mulher é vista como algo incontestável e natural/normal. No interior da vida familiar, as diferenciações de gênero são construídas e vividas como "algo natural e que não pode ser mudado" (LOURO, 1997b, p. 43).

Dentro das comunidades rurais, a divisão do trabalho baseada no sexo é marcante e estruturante da própria ordem familiar (ANDRADE, 2009). Desde muito cedo, as crianças aprendem que o trabalho do homem é o relacionado ao sistema braçal, como o trabalho na roça, e ao cuidado com os animais de grande porte (gado, cavalos, porcos), enquanto que o trabalho da mulher é aquele considerado mais leve, como o cuidado com os afazeres domésticos e com os animais de pequeno porte (galinha, pato), delimitando-se o espaço público para a figura masculina e o doméstico, privado para a figura feminina (SALES, 2006). Ainda, cabe salientar que o trabalho braçal, mesmo praticado por todos os membros da família, é percebido e valorizado como masculino, sendo considerado como ajuda quando feminino (TEDESCHI, 2004). As crianças são educadas para seguirem essa ordem natural da sociedade, refletindo, mesmo que de maneira não intencional, que lugares e comportamentos são esperados de homens e mulheres, meninos e meninas.

3. TEM VEZ QUE EU SÓ BRINCO UM POUQUINHO; BRINCADEIRAS, TAREFAS DOMÉSTICAS E GÊNERO

O município de Campo Maior está localizado a 81km da capital Teresina, na região norte do Estado. A economia municipal se baseia, além das atividades comerciais, na agricultura, pecuário e no extrativismo vegetal, com destaque para as matérias-primas extraídas da carnaúba, uma palmeira abundante na região e símbolo do Estado.

A zona rural do município, chamada de "interior", é composta por organizações territoriais conhecidas localmente como comunidades. A comunidade em que residem as famílias pesquisadas, que não será identificada como parte do processo de preservação da identidade dos sujeitos, é ocupada há gerações por famílias aparentadas. Os moradores possuem pequenas propriedades rurais nas quais cultivam alguns gêneros, como feijão e milho, e criam animais, como porcos e galinhas, geralmente para o consumo interno da unidade familiar. Pode-se identificar a ocorrência de pluriatividade familiar (SCHNEIDER, 2009), pois é comum que, pelo menos um dos membros, se ocupe de atividade remunerada não agrícola fora do estabelecimento, como os pais das crianças.

A comunidade está localizada a 18 km da zona urbana do município e o deslocamento é realizado por transporte privado, geralmente moto, pois não há transporte coletivo intermunicipal. Isto restringe, embora não limite, as trocas sociais fora da comunidade. A dispersão das casas na comunidade, igualmente, favorece que as crianças brinquem com aquelas que estão mais próximas, as quais, geralmente, serão também suas parentes de primeiro grau, pela forma como se dá a ocupação da terra.

Neste texto, optamos pela utilização de pseudônimos para preservar a identidade das famílias, escolhendo-se os nomes de personagens de desenhos animados que fazem parte do cotidiano das crianças. A Família Liga da Justiça é formada pela mãe, Mulher Maravilha, pelo pai, Batman, e pelas crianças: uma menina de codinome Hawkgirl (dez anos) e dois meninos de codinome Flash (oito anos) e Aquaman (dois anos). A segunda família, X-Men, é composta pela mãe, Tempestade, o pai, Wolverine, e as crianças: uma menina, Vampira (seis anos) e um menino, Skype (nove anos). Como dito anteriormente, os pais não estavam presentes fisicamente em nenhum momento da pesquisa. Na família Liga da Justiça, o pai só está presente nos fins de semana, pois trabalha em outro município. As famílias são ligadas por laços de parentesco, uma vez que Batman e Tempestade são irmãos.

No mês em que estavam de férias, as crianças ocuparam seu tempo em realizar atividades domésticas para suas mães e seus avós, além de praticar algumas atividades de lazer, como assistir televisão, passear, tomar banho de riacho e brincar livremente. As quatro crianças realizam algumas atividades domésticas, como lavar e secar louça, limpar casa, cuidar de irmãos mais novos e tratar os animais. As meninas realizam, com mais frequência, atividades de lavar e secar louça e limpar a casa; já os meninos desenvolvem atividades de secar louça e cuidar dos animais, mas não limpam a casa. Essas atividades domésticas eram realizadas no início da manhã, após o café.

Como dito anteriormente, as mães estão mais presentes na rotina doméstica diária das crianças. As mães são quem mais estimulam as crianças a participarem das atividades domésticas e afirmam que, em determinados momentos, todos devem realizar algumas atividades dentro de casa, não se devendo fazer diferenciações de gênero e nem de tarefas. Entretanto, observou-se que as mães possuem papel ativo na reprodução dos papéis de gênero, ainda que afirmem discursivamente uma intencionalidade de igualdade nas tarefas. Na casa da Família Liga da Justiça, ainda que a mãe esteja sempre cobrando das duas crianças a realização de atividades de algumas atividades domésticas, o menino é mais escorregadio aos pedidos da mãe. Embora não se negue a fazer, Flash procrastina e se envolve em outras atividades, e as tarefas

domésticas que lhe foram solicitadas acabam sendo feitas pela irmã, sem haver oposição ou pressão da mãe no sentido contrário.

Na família X-Men, Spyke realiza poucas atividades no ambiente interno da casa, realizando, com mais frequência, atividades com o pai e com o avô materno, como caçar animais, colocar água e comida para os animais e procurar frutos da época na região. Sua irmã Vampira, por sua vez, realiza atividades em casa com a mãe e também na casa da avó materna: secar louça, ir ao quintal buscar algo para guardar, tarefas adequadas a sua idade.

As realizações das tarefas feitas pelas crianças fazem parte de um processo de continuidade de gerações. As crianças reproduzem os padrões sociais que seus pais aprenderam quando crianças e agora reproduzem com seus filhos. A repetição desses padrões sociais é vista pela família como forma de respeito e obediência das crianças para com os pais e as pessoas mais velhas que as cercam. A percepção do processo educativo de gênero como parte de um processo moral e geracional é fundamental para a reprodução das relações de gênero, uma vez que justifica a ordem natural doméstica e estabelece as bases para a continuidade das relações domésticas/familiares, como revelam as falas das mães:

> Eu e meus irmãos fumo criados ajudando nossos pais, então eu ensino os meus filhos a fazerem as coisas, a menina ainda é pequena só tem seis anos, mas eu já boto ela pra fazer as coisas, o menino eu também boto mesmo ele chorando de preguiça. As crianças de hoje em dia têm muita preguiça, mas é importante os pais botarem elas pra fazer as coisas. (Tempestade, 30 anos).
>
> É assim, se as crianças de hoje em dia fossem criadas do jeito que nós fumo, muitas crianças não eram do jeito que é não, porque tem muita criança que vai ficando rapaz, adolescente e ai só quer saber de playear, sem fazer nada [...] Eu acho muito importante sim as crianças ajudar, por isso que eu boto os meu pra fazer. (Mulher Maravilha, 34 anos).

Nesse sentido, embora as mães afirmem que não deva existir diferenciação nas tarefas domésticas realizadas pelas crianças, observa-se, no cotidiano das famílias, a reprodução da divisão sexual do trabalho, pois as atividades do interior das casas são representadas como deveres das mulheres e das meninas ao passo que as atividades do exterior são consideradas masculinas. Embora a pesquisa não tenha alcançado a atuação do pai na dinâmica familiar, percebe-se que o avô funciona como um importante agente socializador masculino, chamando os meninos para acompanhá-lo e sendo indicado como acompanhante. Igualmente, a avó é acompanhada e acompanhante das netas. Flash, por exemplo, expressa seu descontentamento ao ser solicitado pela mãe a lavar louça, apontando a irmã como a executora natural da atividade: “ah, mãe, de novo eu? Por que a senhora não bota a Hawkgirl?” (Flash). Por outro lado, manifesta entusiasmo em ir com o avô “caçar as cabras”.

A educação informal das crianças é centrada no desenvolvimento rotineiro das atividades necessárias à existência do grupo familiar, incluindo as atividades domésticas *strictu sensu* (lavar roupa e louça, preparar as refeições, limpar a casa) e o cuidado com as criações e plantações, além das atividades propriamente infantis e a escolarização. As famílias reproduzem a diferenciação dos papéis de gênero quando fazem as divisões sexuais de tarefas domésticas, deixando visível que os cuidados com a casa e com as crianças são de responsabilidades das mães, e os trabalhos fora do ambiente doméstico, incluindo a atividade laboral fora da propriedade rural, são exercidas pelos pais. Quando, na casa dos avôs, é comum que a Avó chame Vampira para ajudá-la na cozinha, guardando a louça e limpando a mesa, enquanto Spyke brinca no terreiro até ser chamado pelo avô para acompanhá-lo na roça. Neste sentido, a “ajuda” das crianças é também uma educação para os papéis mais gerais de gênero que estabelecem o trabalho feminino na propriedade rural como “ajuda”, como apontado por Tedeschi (2004) em estudo sobre a subordinação do trabalho agrícola feminino ao masculino.

Outro indicador da sutil diferenciação de gênero em concessão de opções. Enquanto aos meninos é facultado não fazer, se não quiserem, as atividades domésticas; às meninas isso não é cogitado, pois é posto que faz parte da construção de uma boa menina. Para Vieira (2013), é comum pais e mães estimularem nas crianças diferentes comportamentos de acordo com a categoria sexual a que as crianças pertencem, como parte da função reguladora de comportamento que a educação familiar possui.

> Sim, eu gosto de botar ela pra varrer a casa, ele não gosta não, ai também eu não boto, eu boto só ela. (Mulher Maravilha).
>
> Não muito, eles fazem tudo a mesma coisa, só estender as roupas que só a menina que me ajuda. o menino não gosta muito. (Tempestade).

A naturalização da divisão sexual do trabalho, que passa a se expressar nos gostos e preferências, é parte fundamental da sua reprodução, na medida em que invisibiliza as relações de poder entre homens e mulheres (LOURO, 1997b; 2008; KOMINSKY; SANTANA, 2006). Entretanto, isso não significa que tal naturalização implique na reprodução integral e intacta dos estereótipos de gênero. Por exemplo, embora Flash reclame por ser chamado a lavar a louça, afirma que essa é a atividade de que mais gosta de fazer dentro de casa, demonstrando assim o desenvolvimento de uma identificação com a atividade que não pode ser explicada pela reprodução dos padrões. Por outro lado, as diferenciações não passam despercebidas, especialmente pelas meninas.

Hawkgirl expressa sua insatisfação, que dá título a este trabalho, com sua sobrecarga de atividades, quando comparada ao irmão, ao afirmar que "o Flash faz duas coisas, só bota comida pra os porcos e vai brincar, eu faço tudo sozinha, tem *vez* que eu brinco só um pouquinho". Em outro momento, a mesma menina afirmou que "ser menina é diferente de menino, as brincadeiras, e também as roupas, e também que eu fico mais em casa fazendo as coisas, e meu irmão só faz umas duas coisas e vem brincar". Na percepção das meninas, especialmente das mais velhas, o tempo que gastam com atividades domésticas é superior ao dispendido pelos irmãos. Se essa percepção é relevadora da própria divisão sexual do trabalho doméstico adulto, no qual as mulheres gastam o dobro do tempo que os homens em atividades domésticas (IBGE, 2017), ela também nos indica a capacidade reflexiva e atuante dos sujeitos, no caso as meninas, na construção de suas condições objetivas de existência (KOMINSKY; SANTANA, 2006).

Além das atividades domésticas, a rotina das crianças é marcada por atividades lúdicas, típicas da cultura infantil, como brincadeiras, tomar banho em um riacho perto de suas casas e assistir televisão. Por morarem próximas umas das outras, e também por serem da mesma família, as quatro crianças, geralmente, estão juntas nos momentos das brincadeiras. Grande parte das brincadeiras acontece nos terreiros de suas casas e na frente da casa de seus avós.

Na observação e na roda de conversa, foi identificado que as crianças realizam três tipos de brincadeiras: individuais, coletivas e mistas. As brincadeiras individuais são aquelas em que as crianças brincam sozinhas. As brincadeiras coletivas são brincadeiras realizadas em grupo e em que, geralmente, as crianças brincam com crianças do seu mesmo gênero. As brincadeiras mistas envolvem crianças pertencentes às duas categorias de gênero, ou seja, as crianças brincam juntas, independente do gênero.

Nas brincadeiras coletivas, é comum as crianças brincarem apenas com crianças pertencentes a sua mesma categoria de gênero. Brincadeiras como brincar de boneca e fazer comidinha são comuns apenas entre as meninas; os meninos, por sua vez, brincam com mais frequência de jogar bola, de carrinho e de lutar. Não apenas as crianças identificam brincadeiras de menino e de menina, refletindo divisões sociais mais amplas, como constroem seus gostos a partir dessas diferenciações, que também são indicadoras das relações sociais mais próximas. Enquanto as meninas aprendem com primas e com a mãe, os meninos aprendem a brincar com as figuras familiares masculinas.

> Minha brincadeira preferida é brincar de fazer comidinha para minhas bonecas, aprendi a brincar disso com as bonecas que a mãe me dá, sozinha, com a mamãe. (Hawkgirl).
>
> Brincar de boneca com minhas primas, de casinha todo mundo junto é o que eu mais gosto, aprendi com as minhas primas" (Vampira).
>
> Andar de bicicleta é minha brincadeira preferida, mas só que eu não tenho bicicleta (risos), aprendi a andar com meu pai. (Flash).
>
> Eu mais gosto é de bola, brincar de jogar bola, aprendi a jogar com meu pai, meus tios e também meus primos. (Spyke).

Além disso, percebe-se, igualmente a Vieira (2013), que os pais oferecem aos meninos brinquedos como bolas, carrinhos e às meninas, brinquedos como bonecas e panelinhas, observando os padrões hegemônicos de construção do gênero. Nesse sentido, as preferências vão sendo construídas, em grande medida, delimitadas pelas oportunidades. A naturalização da divisão binária se expressa na naturalização

do gosto. As mães reiteradamente afirmam que as meninas “gostam de boneca” e os meninos “gostam de bola”, encobrindo-se assim que esses brinquedos são destinados de forma preferencial às crianças desde a mais tenra idade, moldando suas preferências e limitando suas opções.

Entretanto, mais uma vez, isso não significa que o processo seja passivo e linear. Enquanto os meninos são categóricos na divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras, rejeitando toda atividade considerada feminina, as meninas expressam outros desejos e preferências.

> Tem vez que eu acho que não [brinquedos de menino e de menina] e tem vez que eu acho que sim. De boneca é só menina, mas tem uma que dá pra todo mundo, os meninos pode, mas eles não tão nem aí. Mas o importante é brincar e eles não quer... Mas só de boneca mesmo que não dá pra eles brincar, as outras é eles que num quer. (Hawkgirl).
>
> De boneca, de casinha, só menina brinca, agora de carrinho e lutar é só menino, mas eu gosto de brincar de lutar, as outras meninas não quer. (Vampira).

Vampira personifica a resistência contra os padrões naturalizados. Em diferentes momentos ela, considerada pela “mais danada, vive subindo em árvore, correndo pra lá e pra cá atrás do avô e dos meninos”, expressa sua vontade de brincar de luta, sendo excluída pelos meninos por não ser algo do seu gênero. A solução encontrada pela menina, entretanto, é brincar com os primos mais novos que ainda não interiorizaram de forma rígida a divisão sexual e estão sujeitos à sua autoridade de prima mais velha.

A produção ativa da divisão sexual dos brinquedos, incluindo a resistência de Vampira, nos lembra dois elementos apontados por Souza (2004) em etnografia realizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, devemos reconhecer que “brinquedos de menino” e “brinquedos de menina” constituem regimes de verdade que produzem meninos e meninas, constituindo-os de acordo com seus gêneros e estabelecendo espaços e formas de brincar. Segundo, os desejos por brinquedos, brincadeiras e performances lúdicas são mediadas pela indústria cultural, a qual as crianças estão expostas. Neste sentido, como identificou a autora, muitas vezes as meninas são "obrigadas” a abrir mão de certos artefatos em função do gênero - ou constituem estratégias de subversão, como faz Vampira.

Há situações em que as crianças brincam juntas, aqui denominadas brincadeiras mistas, que acontecem, em grande maioria, quando as quatro crianças estão na casa dos avós. A proximidade física entre as residências também favorece que as crianças brinquem conjuntamente. São brincadeiras como brincar de casinha, de escolinha, de detetives, de fazer compras, as quais oferecem a oportunidade de divisão de papéis segundo o gênero das crianças. Entretanto, é importante salientar que os meninos possuem menos interesse em brincar com as meninas, como elas reiteraram várias vezes ao afirmar que e “eles podem, mas não querem”.

Em diferentes ocasiões, foi possível observar que os meninos ativamente excluem a companhia feminina nas brincadeiras como parte do processo de apropriação do papel de gênero. Na roda de conversa e na entrevista, os meninos demonstram (re)conhecerem que há uma expectativa social de distanciamento do que socialmente considerado feminino, seja em termos das atividades domésticas, seja em termos do brincar – o que inclui o brincar com as meninas. É importante notar que o brincar com as meninas não se restringe ao brincar com “coisas de meninas”, pois parte do processo de construção do gênero se dá na simbolização e significação dos objetos. Neste sentido, categorizar brinquedos e brincadeiras como sendo de meninas e meninos se torna fundamental para a construção simbólica da diferença.

É neste sentido que não basta aos meninos não brincarem de brincadeiras ditas femininas com as meninas. É preciso excluí-las daquelas que serão salvaguardadas como masculinas, pois, sendo relacionais, os gêneros se constroem como binários. A figura antagônica e subversiva de Vampira, lembrando constantemente a meninos e meninas que brinquedos e brincadeiras podem ser simbolizados e significados de forma não generificada, revela também a força mediadora dos papéis de gênero aprendidos de forma ampliada nas relações familiares, tal como Souza (2004) observou na sua etnografia em Ijuí.

Por fim, outro elemento significativo da construção social dos gêneros na infância é a espacialização das brincadeiras. As brincadeiras dos meninos ocupam um espaço maior na propriedade, podendo inclusive estender-se para fora dela, enquanto as brincadeiras das meninas se restringem às varandas e outros locais próximos à casa. Essa espacialização é indicadora também dos limites aos corpos femininos e masculinos das crianças.

Tal espacialização (re)produz a divisão burguesa dos espaços segundo os gêneros, em que o espaço público é constituído como espaço masculino, por excelência, e o doméstico, privado, para as mulheres (SALES, 2006), mantendo-se as meninas "por perto", sob o olhar vigilante das mães e avós, e permitindo-se aos meninos maior liberdade de movimento (e também de experiências).

Isto incide igualmente sobre a construção social dos corpos. Como afirma Louro (1997a; 1997b), os corpos femininos são moldados para a contenção, para a limitação, inclusive espacial. O espaço de operação destes corpos é restrito e vigiado, quando comparado ao espaço mais amplo em que atuam e se desenvolvem os corpos masculinos. Nesse sentido, as mediações familiares sobre a produção dos gêneros não acontecem apenas diretamente, através daquilo que os pais e avós efetivamente fazem – nos brinquedos que dão, nas brincadeiras que ensinam, nos comportamentos que exigem, nos serviços domésticos que cobram. A mediação ocorre também pelas liberdades presumidas que os corpos masculinos podem ter em detrimento dos femininos, o que abre um campo de possibilidades não controladas diretamente pelos adultos.

Isso não significa que as meninas não construam suas brechas e resistências – Vampira é um exemplo formidável, mas o fazem em condições menos amistosas. No caso das famílias pesquisadas, observa-se que há transformações em curso, tanto do ponto de vista discursivo, como as reiteradas afirmações das mães em defesa da igualdade de tarefas domésticas entre as crianças, quanto do ponto de vista prático, com a realização, ainda que precária, de tarefas domésticas pelos meninos – algo impensado na geração dos avós.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou conhecer como acontece o processo educativo informal no meio familiar e como esse processo interfere na construção da identidade de gênero das crianças. As diferenciações de gênero são transmitidas pela família através da educação familiar, geralmente de forma não intencional como expressão da naturalização das diferenças entre os gêneros. Enquanto que realização de algumas atividades doméstica pelas mães e meninas, a ausência do pai, as brincadeiras e os brinquedos diferenciados entre meninas e meninos fazem com que as representações de papéis diferentes de gênero sejam interiorizadas pelas crianças como algo natural da sociedade.

Na pesquisa, foi possível analisar que as duas famílias fazem uma divisão das tarefas domésticas entre as crianças pelo sexo, assim como as brincadeiras e os brinquedos. Observou-se a reprodução de papéis masculino e feminino, naturalizados, embora as mães também tenham a ideia de que, tanto meninos e meninas, devem ajudar na realização das atividades domésticas e que todos devem exercer funções iguais.

As brincadeiras e o brincar são importantes na vida das crianças, pois, através dessas práticas, aprendem a conviver socialmente umas com as outras e a lidar com as diferenças existentes entre elas.

Nas famílias participantes da pesquisa, tanto as crianças quanto as mães veem de forma natural as diferenças de gênero que se constroem nas divisões das brincadeiras e dos brinquedos das crianças, porque essas divisões sempre estiveram na sociedade e todos aprendem dessa forma.

Na pesquisa, conclui-se que os pais influenciam nas diferenciações de gênero que as crianças fazem sobre os brinquedos e as brincadeiras quando eles ensinam a essas crianças diversas brincadeiras baseadas no gênero e oferecem brinquedos diferentes para a menina e para o menino.

O gênero tem papel importante na vida dos sujeitos, pois sua construção se dá através de processos históricos, sociais e culturais. A família é uma instituição socializadora que contribui para a construção do gênero da criança, atuando como mediadora nesse processo.

Os comportamentos sociais das famílias são interiorizados pelas crianças e refletem no comportamento de gênero que elas desenvolveram, com isso constata-se que a educação familiar é de suma importância para o desenvolvimento social dos indivíduos, pois esse modo de educação orienta de modo considerável a forma de comportamento que os indivíduos se apresentaram a sociedade. Para que se ocorra uma construção de gênero independente da função biológica do sexo das pessoas, é necessário que as famílias parem de atribuir e esperar determinados comportamentos baseadas fato das crianças serem meninos ou meninas.

REFERÊNCIAS

[1] ANDRADE, Rafael Júnio et al. Relações sociais de gênero no meio rural brasileiro: a mulher camponesa e o lazer no início do século XXI no Brasil. Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 23, n. 23, p. 39-49, jan/mar. 2009. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16709/18422. Acesso em: 22 ago. 2022.

[2] BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade Tratado de sociologia do conhecimento. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

[3] BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação? Educações: aprender com o índio. In: O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2013. p. 7- 12.

[4] GOHN, Maria Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

[5] GOHN, Maria Glória. Educação não-formal na pedagogia social. Rio de Janeiro, Congr. Intern. Pedagogia Social, I, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext. Acesso em: 22 ago. 2022.

[6] INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

[7] KOSMINSKY, Ethel Volfzon; SANTANA, Juliana Nicolau. Crianças e jovens e o trabalho doméstico: a construção social do feminino. Goiania, Revista Redalyc, UFG, 2006. Disponível em: http://www.redalyc.org/html/703/70390208/. Acesso em: 22 ago. 2022.

[8] LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, pra quê?. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

[9] LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. Porto Alegre, Educação e Realidade, v 20, n 2, 1995. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722. Acesso em: 22 ago. 2022.

[10] LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATINI, Denice Bárbara et al. (orgs). Docência memória e gênero: estudos sobre a formação. São Paulo: Escrituras, 1997a. p. 75-84.

[11] LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997b.

[12] LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. ProPosições, v. 19, n. 2 (56), p. 17- 23, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

[13] PRADO, Danda. O que é família. São Paulo: Brasiliense, 1981.

[14] SALES, Celecina de Maria Veras. GÊNERO E JUVENTUDE RURAL: permanência de traços da herança cultural camponesa e a produção de novos valores na construção do presente. In: VII Seminário Fazendo Gênero, 1., 2006. Ceará. Anais eletrônicos... Ceará: UFC, 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Celecina_de_Maria_Veras_Sales_01.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

[15] SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (comp.). (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano. Quito: FLACSO, 2009. p. 132-161.

[16] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica, Educação & Realidade, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 22 ago. 2022.

[17] SOUZA, Cristiana Callai de. O gênero do brinquedo! Revista Contexto & Educação, v. 19, n.71-72, p. 81–91, 2004. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1134. Acesso em: 22 ago. 2022.

[18] TEDESCHI, Losandro Antônio. Meu nome é "ajuda": a vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Revista Contexto & Educação, v. 19, n. 71-72, p.45–64, 2004. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1132. Acesso em: 22 ago. 2022.

[19] VIEIRA, Cristina Maria Coimbra. Educação Familiar Estratégias Para a Promoção da Igualdade de Gênero. 3ed. Lisboa: CIG, 2013. Disponível em: http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/publicacoes/20140110-educacao-familiar.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

Capítulo 19

Cidade: Substantivo feminino

Isis Detomi Teixeira

Resumo: O presente trabalho se inicia pela crítica à exclusão do gênero feminino da formação do espaço, refletindo em lugar de insegurança e de vulnerabilidade. Este trabalho final de graduação pretende refletir sobre o corpo feminino que, como sujeito, ocupa os espaços públicos, mas também busca pertencer a esses lugares de vivência, ter o seu direito pleno à cidade. O que se pretende, então, é trazer o fato de que a cidade não é, desta forma, um instrumento inerte, é produto e produtora de relações sociais desenvolvidas no decorrer dos tempos e cenários. Intensificar o conhecimento da cidade e suas lógicas da produção e reprodução é fundamental para que se compreenda como a mulher vive esse espaço, bem como de que maneira as múltiplas associações de poder se dão e manipulam a organização do espaço. Nesta exibição, acaba-se por destacar a urgência de provocar uma nova visão da prática das relações sociais estabelecidas nesses contextos, que busca incorporar na produção do espaço soluções quanto a esse direito à cidade e conter espaços de exclusão e vulnerabilidade feminina, que moldam a forma angustiante com que as mulheres vivenciam e se apropriam das cidades.

Palavras-chave: Direito à cidade; Gênero; Mobilidade Urbana; Espaço público; Vulnerabilidade Feminina.

1. ABSORVENDO O TABU

Por que o planejamento das cidades deve abordar gênero? Certamente porque o planejamento tem como missão servir ao interesse público, e esses interesses são múltiplos. Perante as incitações enfrentadas pelo planejamento urbano atual, fica perceptível o desejo de se refletir acerca dos distintos modos de planejar a cidade, especialmente em relação às práticas de um urbanismo mais inclusivo, perceptivo e que considere a diversidade característica dos espaços urbanos, e assim faz possível o direito à cidade: um direito humano para todos.

Analisar um espaço urbano para todos é fazê-lo diferente e não desigual. Pouco se expressa sobre um planejamento urbano focalizado para a perspectiva de gênero, sendo as mulheres historicamente excluídas da organização do espaço urbano, desde o advento das cidades, exclusão essa que se sustenta hoje em uma sociedade patriarcal, hierarquizada e capitalista. Esse afastamento é refletido em espaços de insegurança e vulnerabilidade, que ressaltam a forma com que as mulheres vivenciam e se apropriam das cidades.

O conflito em questão é uma forma de estabelecer o valor de integrar, no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo, respostas para as particularidades das vivências de grupos sociais vulneráveis, apresentando a precisão de integrar mulheres no planejamento das cidades, como agentes transformadoras e usuárias do espaço urbano. Porém, para entrar nessa perspectiva, é necessário consertar/ rever falhas de um processo de apavoramento e inquietude coletiva diante de uma realidade que além de tudo, exclui o feminino.

Como sugere Muxi (2011, p. 109): “o planejamento urbano feminista trabalha para transformar a sociedade por repensar os espaços, porque espaços também contribuem para configurar realidades”. Realidade esta, hoje, sombria, insegura e angustiante. O direito à cidade se torna um conceito-chave na diminuição dessa disparidade historicamente consolida. O que se faz urgente a aspiração por uma potente vivacidade urbana.

2. URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E MOBILIDADE URBANA

A cidade é espaço construído, mas antes de tudo, local de troca, encontro e descoberta. Símbolo da narrativa de lutas e confrontos, de notáveis conquistas e árduas deliberações, a urbanização é a narradora da trajetória humana. Conforme Harvey (2014, p.30) “Desde que passamram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção”. A cidade como a compreendemos levou tempo e significativos processos históricos para se alicerçar, e foi se remodelando no decorrer dos anos.

No Brasil, até meados do século XX, tinha uma economia pautada nas práticas rurais desenvolvidas no campo e na exportação dos artigos agrícolas. Esse método começou a transformar quando o urbanismo se manifestou como ciência e prática em uma altura em que a concentração populacional no espaço precisou ser organizada e otimizada nas cidades onde as ações industriais foram mais acentuadas. A urgência de agrupar o máximo de pessoas em um ínfimo espaço, com intenção de assegurar uma maior produção de capital e deste jeito firmar o sistema atual, criou-se centros urbanos com urgente necessidade de infraestrutura. Organizar o espaço, seus fluxos, usos e precisões passou a conduzir a ideia de encadeamento dos centros urbanos.

Além de métodos e ciência de estudo, o urbanismo manifestou-se como instrumento de controle social, usado para olhar, quantificar, qualificar e apartar a população de baixa renda. Simone Scifoni (2016) apresenta este modelo de autoridade que, o estado estrutura como boicote da população, e esta técnica do poder se pronuncia da mesma forma pelo planejamento urbano:

> [...] a ideia de milagre contradiz a realidade vivida pelos trabalhadores das cidades já que a carestia e salários rebaixados garantidos por uma política de Estado autoritário, aliados a repressão política que enfraqueceu, limitou a ação dos movimentos sociais e dos trabalhadores, levou a um agravamento da situação social nas cidades.(SCIFONI, 2016, p.25).

O planejamento para a cidade se revela como método de controle do coletivo e de delimitação territorial entre a alta sociedade, que dispõe de seus princípios capitalistas, preconceituosos e patriarcais, e as classes pobres, que veem seu direito à cidade reprimido por um discurso mascarado de progresso.

Segundo Villaça (2001), um dos sinais mais notáveis do sistema de urbanização brasileiro, ao remate do século XIX, foi o efêmero aumento da população urbana, que, neste estágio residia as regiões centrais. Para o escritor, tendo em vista que o centro passou a ser uma região mais desfrutada pelas classes de maior condição econômica, caracterizou-se um encadeamento de enaltecimento espacial que alçou o custo da terra e simultaneamente, constatou-se uma ideologia higienista que fundava-se em isolar, encobrir e controlar a classe trabalhadora e sua situação precária de vida, impedindo a existência desta classes mais pobres na região central.

> [...] reside nos hábitos e experiencias estrangeiras a fonte de inspiração da nossa modernidade. E é assim que se fará o disciplinamento e tratamento da pobreza, num modelo de cidade que nega sua identidade, seu curso natural, sua beleza associada aos trópicos, e se privilegiam formas que escondem a realidade social. (SOBRINHO,2013, p.216).

As concepções urbanísticas, então, geraram heranças e marcas vivas no espaço que retrata precisos modelos de opressão e segregação dos indivíduos. De acordo com Simone Scifoni (2016, p. 26)" À medida que se inviabiliza a permanência e moradia dos mais pobres nas áreas centrais, coordenamente a iniciativa privada começou a construir a "solução" para a expulsão, que produziram a terra barata longe da cidade, formando um anel periférico." Nestas condições, como exprimiu Lefebvre (2010)," [..] consciente ou inconscientemente, social e politicamente, as estratégias de classe visam a segregação."

Portanto, a urbanização se conferiu, assim, por via da formação de um espaço periférico perante a lógica especulativa que rejeitou ao morador e trabalhador a obtenção de infraestrutura e de serviços urbanos. Com esse comportamento, tal período urbano produziu cenários de caminhabilidade inconcebível, atrapalhando o acesso e as trocas urbanas. Isso criou sérios problemas de mobilidade urbana, tornando a vinculação com o espaço vivido provisório e eventual e estabelecendo uma prática desenraizadora.

Assim sendo, as cidades atribuem formas e funções do mercado e as desconformidades e colapsos fazem parte desta dinâmica. A informalidade, a escassez de serviços urbanos e infraestrutura levaram, a afirmação da imagem da periferia como o "caos urbano, a desordem e falta de planejamento":

> A ideia de "caos" difundida, inclusive entre urbanistas, dissimula o fato de que existe uma lógica por tras da produção do espaço das periferias, que é a da especulação imobiliária que comandou a "solução" para o problema da moradia popular. Nestes termos, a desordem oculta uma ordem, como diz Lefebvre (2010), que é a da produção do habitat barato para o trabalhador expulso das áreas centrais valorizadas. (SCIFONI, 2016, p.27-28).

E é neste cenário que as desigualdades se passam ainda mais notórias: quando se examina a dicotomia e as contradições entre centro/periferia e seus inúmeros desdobramentos, uma vez que é no espaço urbano que a má distribuição de renda, infraestrutura e oportunidades transformam-se em sistemas de opressões mais perceptíveis, em especial a de gênero.

Assim como a segregação socioespacial toma um novo viés na contemporaneamente, o processo de produção do espaço urbano, também, atinge uma nova acepção na fase de globalização do capital: a urbanização transfigura-se, em si mesma, em um negócio lucrativo. A cidade como negócio. Assim sendo, acentua-se a manifestação de mercantilização do espaço urbano e afirmam-se políticas públicas que sustentam a estrutura exploratória e segregada do capital. O urbano se torna ordem, todavia o construído não corresponde as mínimas necessidades humanas.

Por fim, as cidades vivem fortemente o segmento de fragmentação do bem-estar social, as segregações são páginas destas cidades contemporâneas, e os conflitos entre classe com perspectiva de gênero e raça/etnia, exibem a decadência de um sistema como um todo. A produção deste urbano como negócio nega a cidade para todos, na medida em que, claramente, assimilar as relações de poder que se traça é extremamente cruel, impedindo que as mulheres, como exemplo de gênero, se sintam cidadãs.

3. SE ESSA RUA FOSSE MINHA?

Intensificar o conhecimento da cidade e suas lógicas da produção e reprodução é fundamental para que se compreenda como a mulher vive esse espaço, bem como de que maneira as múltiplas associações de poder se dão e manipulam sua organização:

> Muito mais do que um espaço urbano fechado, recortado por ruas e avenidas, construído com blocos de concreto e lajes de aço... a dominar todas as paisagens, a cidade é... um território de relações no qual cada cidadão/cidadã busca satisfazer suas necessidades e realizar seus quereres. (...) É uma realidade viva, pulsante. Ela é composta e compõe uma rede de fluxos de pessoas, mercadorias, matérias... energias em constante movimento. (LOPES, J.C.C., 2001, p.5-6).

A cidade não é, desta forma, um instrumento inerte, é produto e produtora de relações sociais desenvolvidas no decorrer dos tempos e cenários. Vale reforçar, ainda, que é preciso pensar o espaço das cidades como um dos lugares do fazer social, pois é onde se dão encontros, celebrações, consumo, trabalho, ócio e lutas sociais. Em vista disso, expressa-se a vontade de que gradativamente possa-se aperfeiçoar e ampliar um conhecimento íntegro na prática coletiva.

Nessa lógica, sabe-se que "os corpos não estão soltos no espaço. São corpos que interferem e são interferidos, não só pela natureza, mas pela sociedade e contradições que os cercam" (TAVARES, 2017, p. 4). De tais contradições sociais, Henri Lefebvre (2000) constrói o conceito de urbano a partir da existência, em seu espaço e nesse sentido, denomina a cidade como o espaço social.

> Os espaços sociais se compenetram e/ou se superpõem. Não são coisas, limitadas umas pelas outras, se chocando por seu contorno ou pelo resultado de inércia. (...) Resta compreender o que produz os diversos movimentos, ritmos, frequências, o que os entrelaça e mantém a hierarquia precária de grandes e pequenos, de estratégias táticas, de redes e lugares. (LEFEBVRE, 2000, p.76-77).

Assim sendo, a presença material da cidade também se dá pelo empoderamento do espaço pela população. Por entre a fixação das comunidades em um território como local de habitação e serviço, se desperta em uma sequência de outras necessidades como, organização das relações, memorização e registro. Estes espaços e estas relações se incorporam e se influenciam sem início e fim, continuamente indo e voltando, materializando de maneira subjetiva e espacial profusas relações de poder e exercício.

Essa conjuntura indica a cidade como espaço de fixação das relações entre indivíduo e a comunidade, objeto de estudos, sonhos, lutas e poder. Retrato da sociedade, a materialização dessas relações manifesta-se na arquitetura, morfologia e nas formas de construção e no uso do espaço público. Para Listerbom (2002) a cidade é mais do que unicamente um item de construção ou de uma composição social. "A cidade é também imaginária". E por isso, a autora estabelece a ideia de cidade libertadora e ameaçadora.

A cidade libertadora, segundo Listerbom (2002), é a cidade de abertura, da oportunidade que gera culturas produtivas, um contexto urbano em incessante transformação. Já a ameaçadora, associada ao medo e a insegurança. A figura da cidade perigosa é fruto do imaginário individual e coletivo, senão, também, de uma realidade efetivo. Essa é a imagem abordada nesse trabalho, a cidade que encanta e que apavora, a cidade excludente, principalmente para o feminino.

Nesse sentido, a cidade não é um espaço igualitário e acessível a todos, sendo também efeito de um contexto histórico que segrega os indivíduos por gênero, classe social, etnia, orientação sexual. Realidade que manipulará pontualmente as discrepantes maneiras de viver a cidade, dado que a vivência de cada indivíduo estará vinculada por esses princípios que são resolutos nas relações geradas entre o corpo e a cidade. Com efeito, a esfera pública não é um espaço de e para todos. Como explica Monnet (2013):

> Uma seleção, feita de forma mais ou menos tácita, permite que certas pessoas ou certos grupos se apropriem ou não de lugares públicos. O espaço público não é um simples espaço livre, uma versão simples da continuidade ou extensão do espaço privado ou da habitação, nem mesmo um espaço coletivo apropriável por vizinhos. Sua vocação igualitária, seu princípio de

> acessibilidade, que em teoria o governa, está longe de ser uma realidade na prática. Todo mundo não é admitido em um espaço da mesma maneira. Alguns/mas podem desfrutar de mais liberdade que outros. (MONNET, 2013, p.220).

Ainda segundo a autora Monnet (2013), o espaço é um objeto social, ou seja, é imagem dos indivíduos e comportamento que se remodelam com o tempo. O espaço público, bem como os métodos de a ele ter alcance e ter voz, tem sido articulado fundamentado em uma percepção segregacionista. Para tal, o direito à cidade transfigura-se em um conceito chave na atenuação de desigualdade historicamente resistente.

No entanto, o estado atual dos fatos está longe de ser uma democracia real e, oposto a isso, o que se tem é a esfera de fronteiras quentes e frágeis em que desproporções se intensificam e conflitos urbanos se fazem gradativamente mais costumeiros na multidão sucessiva de segregados sociais, econômicos e culturais.

A mudança neste cenário é vital. Uma busca por inclusão e segurança demanda além de posicionamento criativo urbano, modificações de costumes coletivos e também a produção de atuais subjetividades, mais altruístas. Não por acaso, no livro "*Arquitetura e política – Ensaios para mundos alternativos" (2014)*, Josep Montaner e Zaida Muxi englobam um ponto que é raramente debatido no campo da arquitetura: significância da voz ativa dos feminismos no que denominam "urbanismo de gênero". Como sugerem esses autores, não é um tópico insignificante analisar a invisibilidade das mulheres no espaço público e a conexão opressiva delas no interior dos espaços privados. Refere-se sim de uma carência na esfera pública, no planejamento das cidades.

Montaner e Muxí (2014) retratam também a vida urbana passando por espaços de confronto por reconhecimento de reinvindicações coletivas, de uso público da razão e, além de tudo, de luta pela efetivação de uma comunidade livre. Ora, isto expressa que a cultura urbana está atada à urgência de se fazer da arquitetura uma ação conforme a concretização do direito absoluto à cidade.

4. CIDADE: SUBSTANTIVO FEMININO

É significativo conferir clareza quanto à compreensão feminista adotada neste trabalho. Uma fonte importante de referência é o ensaio *"A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero"* de Terezinha de Oliveira Gonzaga, pois sua posição evidencia que:

> Quanto às mulheres, para que possam aumentar seu acesso à cidade, com certeza cabe a elas, ou seja, a nós, entrincheirarmo-nos e batalharmos para ter visibilidade, exigindo que sejamos tratadas como sujeitos de direitos. (GONZAGA, 2011, p.22).

Nessa perspectiva o presente capítulo aborda sobre a mulher no espaço urbano, junto aos seus medos, sua falta de representatividade e sua busca pela segurança por direito.

4.1. DESPIR, VESTIR, MAQUIAR SUA PRÓPRIA EXISTÊNCIA

Para assimilar a construção do gênero feminino e, por decorrência, suas vivências da cidade são fundamentais pleitear sobre algumas vertentes. São elas: a elaboração do papel da mulher no seu lugar social, no seu lugar no mundo, as ligações de gênero e a vivência da mulher em sociedades.

É preciso destacar que historicamente o mundo feminino é teoricamente limitado à vida privada, o espaço público muitas vezes não é pensado para elas, tornando mais desgastantes ou até impossibilitando experiências, por fatores como medo ou inacessibilidade. A mulher foi desassociada da cidade, afastada da experiência urbana em inúmeros átomos da formação histórica. Ou seja, os procedimentos de produção do espaço urbano, documentadamente desconsideram as mulheres. O privilégio de ir e vir é dado, mas na vivência do urbano, não se dirige de forma fluida e efetiva. Se dá, então, uma vinculação intrínseca da mulher no espaço urbano sob a perspectiva das mais profusas formas de luta e resistência.

Dessa forma, se gerar cidades que propiciem vivenciais desproporcionais para homens e mulheres, é porque tem-se socialmente concebido uma naturalização dessas diferenças e hierarquias e, portanto, naturaliza-se também a devida construção destas cidades, traçada pela lógica patriarcal:

> E o mesmo se dá com acesso à cidade pelas mulheres, mas com uma particularidade: a visão sexista com que a sociedade patriarcal trata as mulheres, ainda hoje, é um fator preponderante nas dificuldades de acesso das mulheres à cidade. O que é agravado pelo componente estrutural de cunho ideológico que permeia o preconceito contra as mulheres, impedindo-as de usufruir e apropriar-se do espaço construído, público e privado, e até mesmo de seus próprios corpos. (GONZAGA, 2011, p. 16).

Gonzaga (2011) aponta a necessidade de se planejar e de efetivar programas que tratem a população considerando a heterogeneidade que está exposto nela. Advertindo que é inevitável tratar as relações sociais de gênero unindo-as aos direitos humanos, que carecem ser compreendidos como necessidades econômicas, sociais, civis, políticas, culturais, certificando a organização e a participação. E, nessa abordagem, deve-se associar a diferença entre sexos, etnia, faixa etária, classes sociais e orientação sexual, como parâmetros no planejamento baseadas nos princípios da equidade. Assim como Gonzaga (2011), Cálio (1997) sobreleva a carência nos estudos urbanos do debate sobre as desigualdades de gênero nas cidades e o cuidado de se assumir a urgência deste tema:

> Assumir a categoria de gênero significa identificá-lo a partir dos vários espaços onde ele se constrói: na cidade, na família, no mercado de trabalho, nas instituições, na subjetividade... Significa também trazer à tona a relação de gênero como relação de poder – uma relação impossível de ser explicada pela biologia da mesma forma que a dominação racial.
>
> A sociedade deve estar preocupada não só com as desigualdades sociais espaciais fruto das diferenças sociais, mas também com as relações de poder entre os gêneros, ou seja, as relações sociais entre os sexos em relação à evolução do espaço rural e urbano. (CALIÓ, 1997, p. 1).

Contudo, gradualmente, o quadro vai sendo alterado. Antagônico a essa carência de posicionamento encontram-se produções que merecem serem citadas, como: o coletivo Arquitetas Invisíveis, o blog FeminismUrbana, site Olga e o laboratório de pesquisa lab cidade.

O coletivo Arquitetas Invisíveis almeja promover a igualdade de gênero dentro do âmbito da arquitetura e do urbanismo. Criado por estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, a primeira iniciativa do grupo foi incitar a discussão sobre gênero no meio acadêmico e profissional.

A segunda produção, FeminismUrbana foi uma iniciativa de Diana Helene[44] e Rossana Tavares[45] motivada pela carência de debates, pesquisa, teses, dissertações, artigos sobre as desigualdades de Gênero na Arquitetura, Urbanismo e no Planejamento Urbano. Por esta razão, o blog é um mecanismo de mobilização e de descoberta, de troca de conhecimento.

[44]**Diana HELENE Ramos** _ professora de estudos urbanos e habitação social (Arquitetura e Urbanismo – UNIGRANRIO), cartunista, comunicadora popular, feminista, arquiteta e urbanista (FEC/UNICAMP), mestre em planejamento urbano e regional (FAU/USP), doutora em planejamento urbano e regional (IPPUR/UFRJ) com *doutorado sanduíche* na EHESS (Paris, França) e pós-doutorado no Instituto de Geografia da Université du Québec à Montréal – UQAM no Canadá.

[45]**Rossana Brandão TAVARES**_ feminista, professora arquiteta e urbanista (TUR/EAU/UFF), coordenadora do Projeto de Pesquisa **Práticas espaciais generificadas e os conflitos urbanos e socioambientais,** professora de estudos sociais, planejamento e projeto urbano do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIGRANRIO, pesquisadora do LabMote e líder do NEUB, especialista e mestre em planejamento urbano e regional (IPPUR/UFRJ), doutora em urbanismo (PROURB/UFRJ) com *doutorado sanduíche* na AgroParisTech (Paris, França).

A Olga é uma ONG feminista criada em 2013, com o propósito de empoderar mulheres por meio da comunicação. O projeto levanta conteúdos significativos para o público feminino de forma acessível. A proposta é oferecer espaço de fala para quem antes não tinha onde ecoar sua voz.

Por fim Lab cidade é Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade – é um laboratório de pesquisa e extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tem dois eixos de atuação: Estudos da Paisagem, coordenado pelo professor Euler Sandeville[46], e Direito à Cidade, coordenado pelas professoras Raquel Rolnik[47] e Paula Santoro[48]. O laboratório tem como núcleo de atuação o acompanhamento crítico das políticas urbanas e habitacionais, assim como a intervenção direta no debate público a respeito de ações desenvolvidas.

4.2. SOB CONSTANTE AMEAÇA

Estupros, feminicídio, depreciação profissional, assédio, objetificação do corpo, obrigação pelo papel reprodutivo e ausência de representatividade nas inúmeras instâncias são somente poucas dos impasses que as mulheres defrontam cotidianamente, fatores que geram cada vez mais insegurança e vulnerabilidade e que acabam moldando a forma com que as mulheres vivenciam e se apropriam da cidade. O medo delas está na sua experiência vivida que dispõe uma enorme força na forma de uso do espaço público. As mulheres assimilam por meio dessa vivencia que é indevido e potencialmente perigoso estar sozinha no espaço dominado por homens. O assédio, com a objetivação do corpo, também afeta nas seleções dessas mulheres sobre como e onde circular no espaço urbano. E isso tudo resulta na insegurança em viver esse espaço público.

A segurança e o entendimento da cidade são muito divergentes para as mulheres e para os homens, de modo que é significativo que se dominar suas experiências ao planejar espaços públicos. Hábitos, demarcações, visibilidade e iluminação são propriedades que devem ser ter em consideração de acordo com a vivencia das mulheres. A segurança no espaço público está sem desvios associado à complexidade de ações que desenrola na cidade. Não se conquista segurança com a segregação entre público e privado, com gradis e muros, mas sim com ambientes ativos e pessoas que os habitem integralmente. No livro "*Morte e vida de grandes cidades*", de 1961, Jane Jacobs justifica que a mais acertada e mais enérgica forma de se adquirir segurança no âmbito público é com o fomento da heterogeneidade de usos e usuários, que viabilizem ruas ativas e vivas regularmente.

Outra inquietude que deve ser analisada é a incessante representação do corpo da mulher como um objeto público. As cidades foram erguidas sob uma perspectiva machista, sendo até recentemente inconcebível para uma mulher sair de casa sozinha. Sendo assim, as cidades devem ser revistas de modo a reconstruir espaços sem gênero ou ordem patriarcal, onde mulheres possam se sentir não só seguras, mas também parte essencial da vida urbana. Somente desta maneira terão espaços horizontais, que notabilize as diferenças pessoais, e não as desigualdades sociais.

Fica evidente, então, a restrição da mulher percorrer os espaços públicos de forma livre e segura. Esse feminino não só é impedido de utilizar os espaços públicos, como também sofrem ataques quando transgridem as normativas sociais. É habitual, a título de exemplo, empregar a sexualidade da mulher para difamá-la moralmente quando ela ocupa espaços. Assim, até hoje é do senso comum que a mulher que se apresenta em um âmbito público sozinha é uma mulher pública, ou seja, uma mulher da qual qualquer um pode se apossar. Porém, vale reforçar que caminhar por um espaço público não torna o corpo público.

O assédio é um dos maiores obstáculos que as mulheres encaram na utilização dos espaços públicos e no combate por ocupar espaços de poder. Ele ocorre de maneira branda, como cantadas; olhares libidinosos; intimidação, e também de maneira ameaçadora, uso de força física; "encoxadas" nos transportes coletivos; chantagens; constrangimento; difamação. Cada mulher tem atitudes distintas para os numerosos tipos de assédios, mas, independentemente, estes de alguma forma impossibilitam que as mulheres detenham uma vivência plena da utilização dos espaços públicos.

[46] **Euler** SANDEVILLE Junior _Professor Associado da Universidade de São Paulo (FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO e Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA AMBIENTAL do Instituto Energia e Ambiente)

[47] **Raquel** Rolnik _ é arquiteta e urbanista brasileira, graduada pela Universidade de São Paulo - SP em 1978. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo em 1981, doutorada em Graduate School Of Arts And Science History Department - New York University em 1995 e livre docência pela FAUUSP em 2015.

[48] **Paula Freire SANTORO** _ Arquiteta urbanista brasileira, professora de Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP.

Todas essas indagações perfazem na naturalização da violência contra a mulher além de culpabilizar a vítima. É costumeiro empregar a sexualidade das vítimas para explicar as práticas de violência: roupas curtas, horário, local, maquiagem, apresentação, conduta, etc. Essa lógica cruel se retrata no uso dos espaços públicos, nos meios de diálogo das relações, no arranjo de poder e em tantas outras esferas.

Como exemplo a essa inquietude feminina, Lara Pita Vieira (2015)[49], expressa-se enquanto mulher e sua relação com a cidade. A arquiteta deixa clara sua experiência de exclusão, mostrando-se insegura ao viver essa vida urbana contemporânea que ao mesmo tempo a encanta e a apavora:

> A cidade me encanta e me apavora.
> Vejo tantas possibilidades, tanta vontade e tanta beleza.
> Mas vejo tudo em um quadrado: em uma janela, em uma tela, em um impresso.
> A cidade me apavora.
> Olho a rua pela janela, e lá uma calçada muitas vezes solitária.
> Me percebo no desejo de fazer-lhe companhia, percorrer suas artérias, sentir seus cheiros, sua brisa.
> Tateando a pés descalços a aspereza do concreto, o frio da terra, as pedrinhas caroçudas...
> Me percebo no desejo de fazer-lhe companhia.
> Desejo.
> Vejo a janela, a persiana e a grade que me permitem espiar o som dos passos de quem se atreve a estar lá fora.
> Me confortam por não ser vista nem ouvida. Me confortam por não ser percebida.
> Mas o desejo persiste.
> Ilumino-me pelo sol.
> O mesmo sol que toca a minha pele toca a pele das árvores, dos edifícios, a pele da rua.
> Descubro as ruas, os becos, as praças.
> Descubro as entradas e saídas, a toca do rato e a goiabeira da esquina.
> Descubro a vida.
> Descubro a cidade.
> Como se a elas eu pertencesse.
> (VIEIRA, 2015, p.65).

4.3 RESISTIR E FLORESCER

> A mulher segue em frente à procura da terra da liberdade. Como posso chegar lá? A razão responde: Existe só uma maneira, e apenas um caminho. Abaixo a marginalidade do trabalho, pelas águas do sofrimento. Não há nenhum outro. E a mulher descartou tudo em que ela agarrou e gritou: Como faço para ir a essa terra distante, que ninguém jamais alcançou? (GAVRON, 2015) [50].

O observar o urbano e a linguagem que se usa para com ele necessita de mudança, este é o pontapé introdutório para garantir novos cenários, fundamentais transições na investigação da cidade. Jane Jacobs e seu notável livro "*Morte e Vida nas grandes cidades*" põe em foco as pessoas, ao expressar a cidade, os costumes e o convívio com o entorno urbano.

Rossana Tavares (2017) toma como um primeiro aspecto a ser evidenciado o planejamento proporcionando as mulheres de se apropriem do espaço, frisando sua presença, uma vez que se desnaturalizar, o seu corpo que é coagido a persistir à margem, torna-se um corpo compelido e segregado.

Isso posto, o arranjo de reinvindicações de condutas sociais com a aspiração de apropriação do espaço possibilita a concepção de vigentes processos de insistência de experimentar, sentir, viver, interpretar um espaço sendo mulher. Em referência a essa "ousadia", Tavares afirma:

[49]Lara Pita Vieira possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2016). Atualmente é estagiária em projeto de arquitetura e design da Cooperativa Design | Arquitetura.

[50] Sarah Gavron diretora do filme franco-britânico As Sufragistas, retrata o ínicio da luta do movimento feminista e os métodos incomuns de batalha. A história das mulheres que enfrentam seus limites na luta por igualdade.

> (...) Isto quer dizer que procuramos as brechas para existirmos na cidade. Achamos brechas quando ousamos votar, estar nas ruas trabalhando, ousamos ser donas de nosso sistema reprodutivo, ousamos falar, gritar e chorar em público por nossas perdas, pela violência que sofremos, ousamos existir segundo o que acreditamos ser a existência em nosso tempo. Isso nada mais é que resistir através de nossos corpos e práticas sociais. (TAVARES, 2017 p.7).

Dispondo dessa conduta significativa, Tavares (2017) ainda acrescenta um conceito chave para ser levado em consideração na constituição de um planejamento de possibilidades. O *espaço generificado de resistência*. Este não se define por determinado espaço. Por isso, não está preso, posto que a primeira proporção do espaço generificado de resistência habita no corpo das mulheres com base em suas práticas sociais. Contudo, apesar do espaço generificado de resistência partir do corpo e de suas práticas, é o espaço que promove práticas generificadas de resistência, perante os meios de desigualdade, discriminação, exploração, opressão e segregação socioespacial que se especializam e chocam as suas propensões e suas práticas. Se há convenções sociais de resistência frente às desigualdades de gênero, ali se estabelece o espaço generificado de resistência, construindo de um lado a conexão de potencias do modo de produção do espaço urbano, no trilho da certificação e da justiça, e de outro, resistências para garantir práticas hegemônicas.

Sendo assim, é indispensável uma noção de espacialidade para a concepção de uma singular conexão que associe possibilidades, conhecimento e multiplicidade, como propõe Tavares:

> Para o planejamento urbano, sem que repliquemos a exclusão das(os) consideradas(os) diferentes e das(os) iguais onde possamos nos reconhecer e estabelecer práticas de solidariedade e tolerância. Com isso, tanto o material quanto o simbólico coexistem paradoxalmente. Precisa-se projetar esse espaço de desconstrução e construção, de aprendizagem política e epistemológica, sem preconcepções, para o reconhecimento das diferenças e de múltiplos interesses. (TAVARES, 2017, p.9).

Considerando todo o contexto acima delineado sobre a relação da mulher com e no espaço público, este trabalho pretende compreender o modo como as mulheres que circulam e usam o espaço público na atualidade compreendem e vivenciam o cotidiano. Quais são os trajetos usuais dessas mulheres na área central da cidade de Belo Horizonte? Quais são as restrições ou os limites que sofrem essas mulheres no dia-a-dia? De que modo seus corpos resistem e lutam pela transformação dessa relação, ou seja, de que modo elas produzem um espaço generificado? Como são elaboradas as suas principais estratégias para vencer as inseguranças, as tensões, as violências?

5. COMPREENDER A REALIDADE

> Que mulher nunca pensou duas vezes antes de virar a esquina? Olhou para trás para ver quem estava vindo? Apressou o passo por conta do cara na calçada? Sentiu-se invadida diante dos olhares? Sentiu desespero no silencio da rua. Já é fato para nós que a cidade nos intimida e nos limita, de tantas formas que é até difícil mensurar. Não tem caminho fácil nem seguro[51]. (Jane´s Walk, 2016).

Estas são questões que permeiam a vida urbana feminina, mais do que apenas questionamentos, são realidades do seu habitar a cidade sob uma constante ameaça. Definiu-se, então, fazer uma investigação em um contexto específico temporal e social de uma realidade.

A mistura de significados, padrões e movimento permite explorar as diversas facetas de uma cidade. Ali, desloca-se entre o íntimo e o desconhecido, entre a discriminação e a curiosidade. A rua é também lugar de conflito. A indiferença que surge pelo planejamento do espaço é efetiva, seja ela gerada pelo abandono ao longo dos anos ou por falta de infraestrutura e segurança. Se almeja experimentar processos de

[51] Movimento mundial de passeios a pé, criado em Toronto (Canadá) e realizado em mais de 100 cidades de 25 países. É inspirado nos preceitos de Jane Jacobs, Jornalista e ativista Urbana que, na década de 1960, conseguiu mobilizar seus vizinhos e evitar a destruição de bairros tradicionais da cidade de Nova York. Naquele período Jacobs escreveu o livro "Monte e Vida de Grandes Cidades", referência entre os estudiosos do urbanismo.

conquistas coletivas que, atadas pelo esforço cidadão, podem transformar a região como memória viva da cidade.

Por outro lado, processos urbanos como a violência, o preconceito dos próprios cidadãos da cidade e a vulnerabilidade, principalmente, feminina, vem solvendo em ritmo instantâneo a dimensão da vida, limitando-se muitas vezes a localidades marginalizadas e desqualificadas. Assim, o cotidiano das cidades vai se esvaziando de autenticidade e empatia, retratando modelos excludentes e antissépticos de vida em comunidade.

Soa urgente, portanto, mapear, dar visibilidade e potencializar lugares e modos de vida que estimulam a firmar relações de segurança, tenham elas desdobramentos políticos ou urbanístico, nos distraídos trajetos cotidianos que deem direito pleno a cidade.

Com essas questões em mente, pesquisar por um recorte territorial torna-se urgente. O âmbito público que apavora e não é convidativo para muitos. O desconhecido que gera o tabu e resistência geral. A referência da vulnerabilidade feminina. Que na verdade é lugar da admissão, do inexplorado, das pequenas revelações e encontros fortuitos. Território que precisa se tornar acessível, visível aos olhos de quem vê, de quem sente.

REFERÊNCIAS

[1] BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciencias Sociais. Tradução: Marcoi Estevão. São Paulo: Hucittec, 1999.p. 47-99.

[2] BECKER, Howard. Segredos e Truques da Pesquisa. Tradução:Maria Borges. São Paulo: Zahar, 2007.

[3] BURDEN, Amanda. How public spaces make cities work. TED talk 18 de março de 2014. Disponível em: http://www.ted.com/talks/amanda_burden_how_public_spaces_make_cities_work/transcript?language=pt-br. Acessado em: 18 Março 2019.

[4] CALIÓ, S. Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 1991

[5] CARLOS, Ana Fani Alessandri. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna. Um novo planejamento para um novo Brasil? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 25-39.

[6]

[7] CHANT, Sylvia. Cities through a “gender lens”: a golden “urban age” for women in the global South? Environment & Urbanization, v. 25(1), p. 9–29, 2013. DOI: 10.1177/0956247813477809. Disponível em: <http://eau.sagepub.com/content/25/1/9. Abstract> Acessado em: 28/03/2019.

[8] COURB Brasil. Mulheres no espaço urbano: como fazer cidades melhores para elas? ArchDaily Brasil, 04 Jul 2016. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/790741/mulheres-no-espaco- urbano-como-fazer-cidades-melhores-para-elas > Acessado em 5 Março 2019.

[9] DIÁLOGO Urbano: A cidade sob o olhar da mulher. Arquitetas Invisíveis, Brasília, v. I 2017.

[10] DIDIER, A. Os métodos projetivos. Rio de Janeiro: Campus, 1978.

[11] FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. Feminismo, economia e política: debater para a construção da igualdade e autonomia das mulheres / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempre viva Organização Feminista, 2014. p. 145-158.

[12] GONZAGA, Terezinha de Oliveira. A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero. São Paulo, Annablume, 2011.

[13] HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

[14] HELENE, Diana. O urbanismo feminista do Col·lectiu Punt 6. FeminismUrbana, 12 Set 2017. Disponível em: < https://feminismurbana.wordpress.com/2017/09/12/o-urbanismo-feminista-do-col%c2%b7lectiu-punt-6/comment-page-1/ > Acessado em 3 Março 2019.

[15] JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

[16] LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

[17] LISTERBORN, Carina. TRYGG STAD Diskurseromkvinnorsrädslaiforskning, policyutvecklingochlokalpraktik. 2002. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de Stadsbyggnad, SektionenFörArkitektur, SektionenFörArkitektur Chalmers TekniskaHögskola, Göteborg, 2002. Disponível em: <http://www.fot.se/documents/349.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2019.

[18] MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C. S. (Org.) Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade. 13 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

[19] MONNET, Nadja. Flanâncias Femininas e Etnográficas. Tradução: Paola Jacques. Bahia: Redobra, 2013. Disponível em:< https://www.issuu.com/laboratoriourbano/docs/revista_redobra11_virtual/221>. Acesso em: 04 abril. 2019.

[20] MUXI, Zaida. MONTANER, Josep Maria. Arquitetura e política – Ensaios para mundos alternativos. Gustavo Gili. São Paulo, 2014.

[21] MUXI, Zaida. CASANOVAS, Roser. CIOCOLETTO, Adriana. FONSECA, Marta. Valdivia, Blanca ?Gutiérrez Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo? Feminismo/s, Alicante, v.17, p. 105-129, junho 2011.

[22] PAIN, Rachel. Place, social relations and the fear of crime: a review. Progress In Human Geography, Northumbria, v.3, n.24,p.365-387, 01set.2000.Disponível em:<http://phg.sagepub.com/content/24/3/365.short>. Acesso em: 30 junho 2019.

[23] RODRIGUES, Clarice. A mulher no espaço público – Uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13º Mundos de Mulheres. Florianópolis, 2017.

[24] SOUSA, C.V. (2018). A vida móvel das mulheres entre bairros e as cidades: explorações antropológicas em fronteiras urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais/Brasil). Universitas Humanística, 85, 293-318. https://doi.org/10.11144/Javeriana.uh85.vmmb

[25] TAVARES, Rossana Brandão. Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

[26] TAVARES, Rossana Brandão. Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades. XVII enanpur, Unigranrio. São Paulo, 2017.

[27] VALENTINE, Gill. The Geography of Women's Fear.BlackwellPublishing.Royal Geographical Society., Reading, v. 21, n. 4, p.385-390, dezembro, 1989.Disponível em:<http://www.jstor.org/stable/20000063>. Acesso em: 01 jun. 2019.

[28] VIEIRA, Lara Pita. Manul de táticas urbanas emergentes sob a perspectiva de gênero. Trabalho Final de Graduação, Universidade de Brasília, 2016.

Capítulo 20

Sobre como o automóvel teve prioridade na praça de São Pedro - Mariana (MG)

Maria Helena de Andrade Azevedo
Maria Berthilde Moura Filha

Resumo: Há alguns anos, as áreas patrimoniais das cidades brasileiras integram agendas governamentais com propostas para implementar a sua reinserção na dinâmica urbana contemporânea. O Programa Monumenta (1996-2010) foi criado com a finalidade de capitanear este processo e, de acordo com Bonduki (2010), ele realizou intervenções em 52 praças localizadas em cidades de grande, médio e pequeno porte, selecionadas por serem sítios urbanos protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dentre elas, uma chama especial atenção: a Praça de São Pedro, em Mariana (MG) que passou por obras, entre março e dezembro de 2007. Ao termino dos trabalhos, esta praça teve o seu espaço físico voltado para privilegiar o uso do automóvel ao invés do pedestre, com o consentimento dos órgãos patrimoniais, indo de encontro ao conceito de praça entendido aqui conforme a acepção de Robba e Macedo (2002, p.17) como "espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos". Este artigo, então, tem a finalidade de discutir a intervenção urbana realizada na citada praça, observando o projeto urbano concebido e o resultado da obra. A pesquisa demandou coleta de dados junto ao acervo do escritório técnico do IPHAN e ao Arquivo Municipal da Prefeitura, ambos em Mariana, onde foram levantados documentos como contratos, atas de reuniões, memorandos, memorial justificativo do projeto urbano e imagens antigas. Simultaneamente, foi feito o levantamento fotográfico da praça em seu estado atual e uma entrevista com o arquiteto responsável pelo projeto urbano.

palavras-chave:Programa Monumenta; Praça de São Pedro; Mariana (MG); Patrimônio Urbano.

1. INTRODUÇÃO

Ao se observar os programas de preservação do patrimônio cultural levados à cabo por meio de ações governamentais no Brasil contemporâneo, percebe-se que as áreas urbanas também têm sido alvo de intervenções, numa situação diferente dos tempos nos quais apenas os monumentos históricos recebiam atenção. Este artigo, então, trata da intervenção urbana realizada na Praça de São Pedro em Mariana/ MG com financiamento do Programa Monumenta, responsável pelo financiamento das ações de recuperação do patrimônio cultural edificado brasileiro entre 1995/1996 e 2012, quando contou com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar os projetos, ações e obras que foram executados nas cinco regiões do país.

Por muitos anos, a preocupação em preservar o patrimônio no Brasil se voltou para valorizar as manifestações do barroco, tanto na arquitetura quanto no urbano e, ao longo do século XX, muitas cidades antigas foram sendo classificadas como patrimônio nacional. Nestes tempos, o patrimônio urbano sofria com uma desvinculação entre a preservação, o planejamento urbano e as alternativas de desenvolvimento socioeconômico. Em geral, estas áreas foram objeto de esporádicas atuações preservacionistas que nem sempre chegaram a configurar um processo de proteção patrimonial com o envolvimento de outros agentes e instrumentos complementares, essenciais à preservação dos conjuntos urbanos.

Com o alargamento conceito de patrimônio cultural, observou-se a formação de um outro modo de pensar os núcleos urbanos, no qual os processos social e histórico de formação, crescimento e transformação são tão importantes quanto as suas expressões estéticas. Com isto, as cidades históricas do país foram deixando de ser vistas apenas por seus monumentos isolados.

A preservação do patrimônio pôde, então, ser entendida como uma função urbana a exemplo de outras como habitar, circular, trabalhar e recrear, ou seja, ações que expressam o direito à cidade, fazendo parte de uma escala maior que se relaciona com a ocupação e organização territorial urbana, tornando-se um elemento definidor do espaço e da paisagem cultural, mas que não pode deixar de se relacionar com a história que tem grande importância para a definição de identidades locais.

Atualmente, as áreas patrimoniais fazem parte do consumo cultural no mundo globalizado, o que tem conduzido as intervenções a buscar propostas plástico-formais que possibilitem novos e rentáveis usos, ocasionando, por vezes, a reinvenção de tradições.

Assim, nesta meta de torná-los inseridos numa dinâmica urbana contemporânea, ocorre a procura por uma imagem articulada a uma maior visibilidade para a cidade e a uma reescrita da história, relegando a um segundo plano o objetivo de assegurar a preservação do seu caráter histórico-cultural e de aspectos como memória, identidade e significado.

O patrimônio passou a ser usado como instrumento de promoção da imagem urbana e de propaganda política, assumindo um valor diferenciado no mundo globalizado e enfatizando uma forte relação entre poder político e áreas urbanas patrimoniais. Diante do papel de destaque que estas áreas passaram a desempenhar nas cidades, foi estruturado o Programa Monumenta, destinado à preservação do patrimônio urbano e arquitetônico no Brasil, a partir de parcerias entre o Ministério da Cultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o BID.

Com abrangência nacional, o Monumenta foi um programa de cunho governamental com parcerias públicas e privadas, que tratou da preservação urbana como parte de um processo de planejamento urbano. Ele foi elaborado para servir como modelo na implantação de colaborações entre organismos financiadores e agências multilaterais voltadas à preservação do patrimônio construído. Outro aspecto peculiar é que o Monumenta foi estruturado de modo a trabalhar com a descentralização da gestão das intervenções através de fundos municipais de preservação, numa política local de proteção. Durante os 16 anos de sua existência, o desenho institucional do programa mudou e ele foi incorporado ao IPHAN, num momento de fortalecimento deste instituto em 2006.

Inovador na estrutura de gerenciamento, o Monumenta também financiou ações em imóveis privados, em áreas urbanas, em mercados públicos e em ruínas. Para tanto, trabalhou em conjunto com as municipalidades e impulsionou ações de parceria com agentes públicos e privados para a recuperação do patrimônio nas cidades com sítios tombados em proteção federal. Em sua pauta, constavam, ainda, diretrizes que associavam a preservação patrimonial ao desenvolvimento local com ações de estimulo ao desenvolvimento social.

Esta pesquisa se interessou por investigar largos e praças que passaram por obras financiadas pelo Monumenta. De acordo com Bonduki (2010), este programa realizou intervenções em 52 praças localizadas em cidades de grande, médio e pequeno porte. Dentre elas, uma chamou especial atenção: a Praça de São Pedro, em Mariana (MG) que passou por trabalhos, entre março e dezembro de 2007. Ao termino destas atividades, a praça teve o seu espaço físico voltado para privilegiar o uso do automóvel ao invés do pedestre, com o consentimento dos órgãos patrimoniais.

Para levantamentos de indícios históricos, foram coletadas informações junto ao acervo do escritório técnico do IPHAN e ao Arquivo Municipal da Prefeitura, ambos em Mariana. Em ambos locais, foram levantados documentos como contratos, atas de reuniões, memorandos, memorial justificativo do projeto urbano e imagens antigas. Simultaneamente, foi feito o levantamento fotográfico da praça em seu estado atual e uma entrevista com o arquiteto responsável pelo projeto urbano. Começamos, portanto, por situar logo abaixo a formação histórica e morfológica da praça em estudo.

2. HISTÓRIA E MORFOLOGIA DA PRAÇA DE SÃO PEDRO

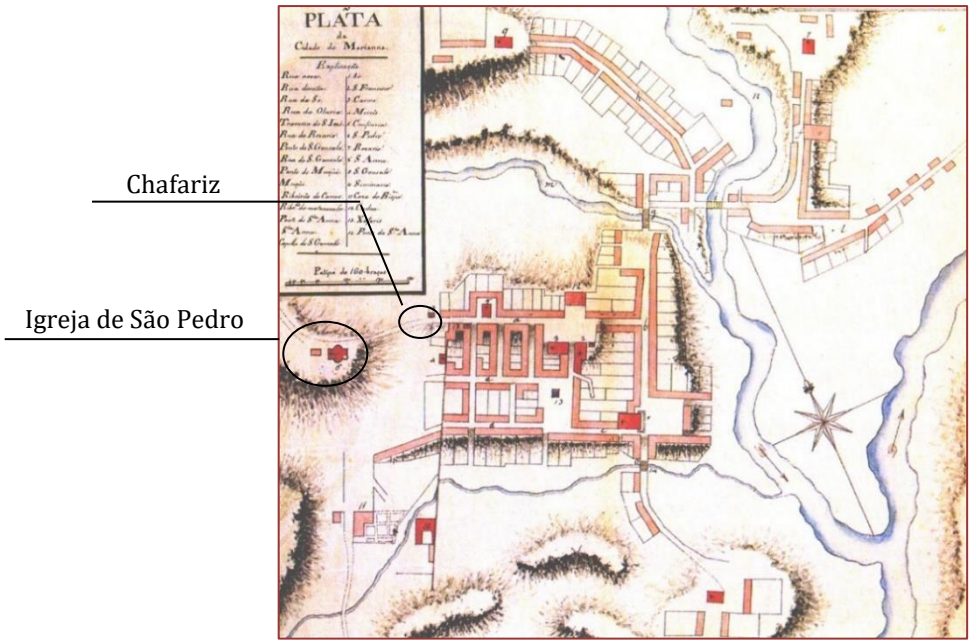
Na região das Minas Gerais, em 16 de julho de 1696, um grupo de bandeirantes encontrou ouro em um curso d'água e deu a este rio aurífero o nome de Ribeirão do Carmo. Às suas margens, a partir do acampamento dos mineradores, nasceu o arraial de Mata Cavalos (Fonseca, 1998) elevado a vila com o nome de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo em 1711 e a cidade com o nome de Mariana em 1745, quando ali se instalou o bispado, desmembrado da Diocese do Rio de Janeiro.

Mariana é conhecida como uma das primeiras cidades planejadas do Brasil a partir de ações geralmente atribuídas ao Engenheiro Militar José Fernandes Alpoim (Fonseca, 2012). Porém, estudos mais recentes levantam questionamentos quanto a autoria do plano urbano desta cidade:

> [...] o traçado do chamado "centro histórico" não deve ser associado exclusivamente ao "plano Alpoim" - sobre o qual, aliás, pairam várias dúvidas, já que a correspondência oficial demonstra que ele não participou de decisões essenciais, como a localização da "nova praça" da cidade (a atual praça que reúne a Casa de Câmara e as igrejas de São Francisco e Nossa Senhora do Carmo). Outros indivíduos, e diferentes instâncias do poder civil e religioso, participaram de maneira significativa na construção desse espaço urbano, além da própria população, que também interferiu no processo, ora se submetendo, ora reagindo às decisões das diversas autoridades (FONSECA, 2012).

No século XVIII, na época áurea da mineração, Mariana foi um polo destacado na estrutura econômica da América Portuguesa. Já em 1745, foi o primeiro núcleo urbano mineiro a ser elevado à categoria de cidade, conforme informou Fonseca (2012), durante o reinado de D. João V, por meio de Ordem Régia (02/05/1746), foi determinado que o governador das Minas Gerais mandasse fazer a planta da cidade (Figura 01), dispondo o arruamento em local distante das inundações do Ribeirão do Carmo, com praças, ruas largas e sítios para os edifícios públicos. Outra recomendação expressa foi que as obras deveriam ser concluídas antes da posse do Bispo, cerimônia sempre marcada pela pompa.

Figura 01 – Plãta da Cidade de Mariana



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, atribuída a José Fernandes Alpoim.

Assim, ao ser elevada a cidade episcopal, Mariana tornou-se importante também do ponto de vista religioso, tendo vários templos pertencentes a ordens terceiras ou a irmandades, pontuando a sua área mais central, a exemplo da Sé, do Carmo ou da igreja de São Francisco, enquanto nas ruas adjacentes, encontra-se a confraria de Nossa Senhora dos Anjos e, no alto, a Igreja de São Pedro dos Clérigos, dentre outras.

A presença de templos católicos na paisagem das cidades brasileiras revela relações de proximidade entre a Coroa Portuguesa e Igreja de Roma. Os edifícios religiosos foram implantados no Brasil fossem como capelas, conventos ou mosteiros e, em frente a eles, era comum encontrar-se um largo que acentuava a igreja enquanto elemento morfológico singular no meio urbano colonial, funcionando como uma extensão do templo em dias festivos e de procissão. Aliás, Toledo (2001, p. 177) ao escrever sobre Mariana, afirmou que "Uma das características desta cidade são suas praças amplas onde edifícios religiosos e oficiais tem uma adequada ambientação".

Com vista privilegiada para o centro de Mariana, a praça de São Pedro tem sua origem diretamente vinculada à construção da igreja de São Pedro dos Clérigos, bem dentro do modo como as praças eram implantadas na cultura urbanística portuguesa, conforme explicou Teixeira (2001, p. 69). A sua presença era muitas vezes associadas à construção de edifícios institucionais, fossem eles religiosos ou civis.

A construção dessa igreja foi promovida pela irmandade de São Pedro dos Clérigos e deve ter se iniciado na primeira metade do século XVIII, conforme o relato de Vasconcellos (1938, p. 52). O citado autor fez esta afirmação com base em uma nota existente no Livro de Arrematações (1748, p. 46) da Câmara de Mariana e que trata do abastecimento d'água da cidade. A nota informa sobre a existência do Chafariz de São Pedro, ainda hoje localizado nas proximidades da igreja.

De acordo com imagens antigas, localizadas no acervo do Escritório Técnico do IPHAN de Mariana, a atual praça já passou por variadas configurações. A Figura 02 é uma vista panorâmica de Mariana, onde é possível ver a sua área central, com as igrejas principais (a Sé, São Francisco, o Carmo) e o casario mesclado por construções térreas e de dois pavimentos. Na parte mais alta, numa posição de destaque na topografia, está a igreja de São Pedro com suas duas torres inconclusas e um pátio sem tratamento algum.

Quanto à forma das praças, Vaz (2001, p. 152) lembra que no séculos XVIII e XIX, ela tende a ser "aproximadamente regular", o que esta autora descreve como sendo formada por retângulos tortos ou paralelogramos e trapézios, que se deformaram, amoleceram ou se derreteram, resultando em linhas não retas. Na Praça de São Pedro, a "regularidade" do triângulo de seu traçado é entendida junto às

características geográficas do sítio onde a igreja foi implantada, situado em uma cota elevada, e também pela presença dos caminhos que ali desembocavam, conduzindo o clero e os fiéis.

Outra informação obtida junto à Figura 02 é sobre o quanto a Igreja de São Pedro ainda era distanciada das demais construções da cidade. Aliás, sobre essa ocupação rarefeita, ficou entendido que:

> O projeto de instalação na cidade de Mariana da sede administrativa das Minas Gerais nunca foi efetivamente posto em prática, o que levou a um processo lentíssimo de ocupação das áreas de expansão, ainda hoje com uma direcionalidade dos lotes pouco clara e mais rarefeita em comparação com o trecho de assentamento anterior, mantendo, porém, a estrutura das quadras regulares (PESSÔA, 2001, p. 652).

Figura 02 – Vista Panorâmica de Mariana: a Igreja de São Pedro dos Clérigos aparece com as torres sineiras incompletas à esquerda na parte de cima

Fonte: Acervo do Escritório Técnico do IPHAN em Mariana.

Apesar de a igreja de São Pedro já ser mencionada em documentos do século XVIII, a cidade não cresceu naquela direção, mantendo o templo em um relativo isolamento em relação à parte mais baixa de Mariana, onde a vida política e social se desenvolvia com mais intensidade, com a presença da Casa de Câmara e Cadeia, dos demais edifícios religiosos e das casas comerciais. A ocupação dos lotes nas proximidades da Praça de São Pedro só aconteceu no decorrer do século XX.

Por mais de cem anos a construção da Igreja de São Pedro permaneceu parada, até que em 1922, conforme informa Fonseca (1995, p.153), ela foi concluída pelo arquiteto e padre Artur Hoyer. No entanto, a Figura 03, que é a foto de uma tela do pintor Hans Nöbauer[52], datada de 1927, mostra uma pequena parte do pátio da igreja, onde é possível observar o solo escavado pelas águas da chuva nas proximidades da igreja que ainda se encontra em estado de arruinamento, com duas de suas três portas emparedadas e as torres inconclusas.

[52] Hans Nöbauer (1893-1971): pintor austríaco que radicou-se no Rio de Janeiro, a partir de 1921. Para atender a uma encomenda do Museu Histórico Nacional, Nöbauer pintou algumas telas de igrejas mineiras entre os anos de 1926 e 1927. Dentre elas há duas imagens da Igreja de São Pedro dos Clérigos em Mariana, quando as torres desta ainda não haviam sido concluídas.

Figura 03 – Igreja de São Pedro dos Clérigos vista em uma fotografia da tela pintada por Hans Nöbauer em 1927

Fonte: Acervo do Escritório
Técnico do IPHAN em Mariana.

Em outras imagens do século XX, com autor e data não identificados, encontradas no acervo do Escritório Técnico do IPHAN, em Mariana, foi possível ver as torres concluídas e as primeiras tentativas de se ajardinar o pátio da igreja, como também a implantação de um cruzeiro de madeira na frente das portas de acesso à galilé.

Figura 04 – Igreja de São Pedro dos Clérigos vista em uma fotografia no ano de 2004

Fonte: Acervo do Escritório Arquitetos Associados, de Belo Horizonte.

No início do século XXI, uma equipe do Escritório Arquitetos Associados, de Belo Horizonte, foi convidada para desenvolver um estudo de projeto urbano para algumas praças de Mariana a partir de Financiamento do Programa Monumenta. Na etapa de levantamento dos dados, em 2004, foi tomada a imagem fotográfica acima (Figura 04). Nela é possível ver a presença de um canteiro com gramíneas e algumas palmeiras de pequeno porte. Fica evidente aqui que a Praça de São Pedro não apresentava nenhuma estrutura ou

mobiliário urbano que pudesse atrair as pessoas para ali permanecerem. Este canteiro tinha a função de organizar o percurso do trânsito de veículos dentro da praça

3. PROJETO URBANO

Mariana, como núcleo urbano reconhecida como patrimônio nacional, estava entre as cidades que se encaixaram nos requisitos do Programa Monumenta para a obtenção de recursos financeiros destinados a investir na recuperação do bens culturais urbanos e arquitetônicos. A Prefeitura de Mariana, então, convidou o Escritório Arquitetos Associados para desenvolver e eles entregaram uma proposta comercial e um portfólio. Como o valor a ser cobrado estava abaixo do teto para licitação foi feita uma contratação direta.

Para início dos trabalhos, os arquitetos solicitaram uma reunião com a equipe do IPHAN em Mariana, conforme informou Carlos Alberto Maciel[53], em depoimento para esta pesquisa: "Nossa primeira ação foi propor uma reunião com o IPHAN, para a gente buscar diretrizes, para que a gente pudesse fazer o projeto de uma maneira mais convergente possível para os critérios que depois seriam usados para avaliar e aprovar o projeto".

A reunião foi feita com a arquiteta, chefe do escritório técnico do IPHAN, em Mariana. A orientação passada, então, foi a de que os arquitetos deveriam desenvolver o projeto e apresentá-lo ao escritório técnico para daí ser avaliado e receber as considerações, não tendo sido indicado nenhum aspecto conceitual a direcionar a proposta projetual.

A fim de entender a legibilidade, a hierarquia espacial e a vocação de uso, a equipe caiu em campo para levantar as informações através de percursos e visitas realizados em dias distintos "[...]para ver o movimento nos fins de semana, ver o movimento durante a semana, para entender a apropriação, entender os elementos de dissonância na paisagem e mapear essas interferências", conforme informou Carlos Alberto Maciel. Com isto, a leitura e a análise da praça trouxeram operacionalidade ao projeto urbano.

Como a equipe também desenvolveu os projetos de intervenção em mais duas praças em Mariana, a Praça Minas Gerais e a Praça Cláudio Manoel (a Praça da Sé), eles tinham preocupações com a acessibilidade das calçadas e em criar elementos comuns a todas elas, fosse por meio de percursos fosse pela especificação de materiais. Enfim, a ideia era criar um sistema de praças de tal modo que fosse possível perceber uma conexão entre elas e não tratá-las de modo isolado. Ao se referir às três praças, Maciel explicou que, embora existissem diferenças de conformação bem distintas, a equipe de arquitetos primou por:

> [...] um pouco de conciliação entre as especificidades da geometria, da topografia, dos limites, da relação de cada espaço com um monumento que, na maior parte deles, tinha sempre uma relação com alguma igreja, mas sempre buscando estabelecer um certo equilíbrio entre como o desenho responde à especificidade, mas, ao mesmo tempo, observando o que é comum a todos os espaços para construir essa ideia de unidade.

Foi percebido para os arquitetos que, além de a Praça São Pedro ser pouco frequentada pela população, o lugar tem uma vocação para ser mirante da cidade, entendendo aqui o conceito de lugar conforme Garcia Roig (1987, p. 104) ao afirmar que lugares representam estruturas concretas na relação de interdependência entre história, sociedade e paisagem, sendo pontos singulares e elementos significativos dominantes na estrutura morfológica de uma cidade. Daí, foi possível identificar que as principais forças daquele lugar estão na sua localização situada em cota altimétrica elevada, acima da centro da cidade, o que faz com que a igreja seja visualizada de longe, permitindo, também, a quem esteja na praça ter uma visão de parte considerável do centro de Mariana e das serras do seu entorno.

A equipe pôs-se a trabalhar e desenvolveu um estudo que eliminou o uso destinado ao automóvel, tratando a praça de tal maneira que ela continuasse a ser um mirante para a vista descortinada de Mariana, já que "[...] a contemplação da cidade como espetáculo, como uma paisagem que se estende

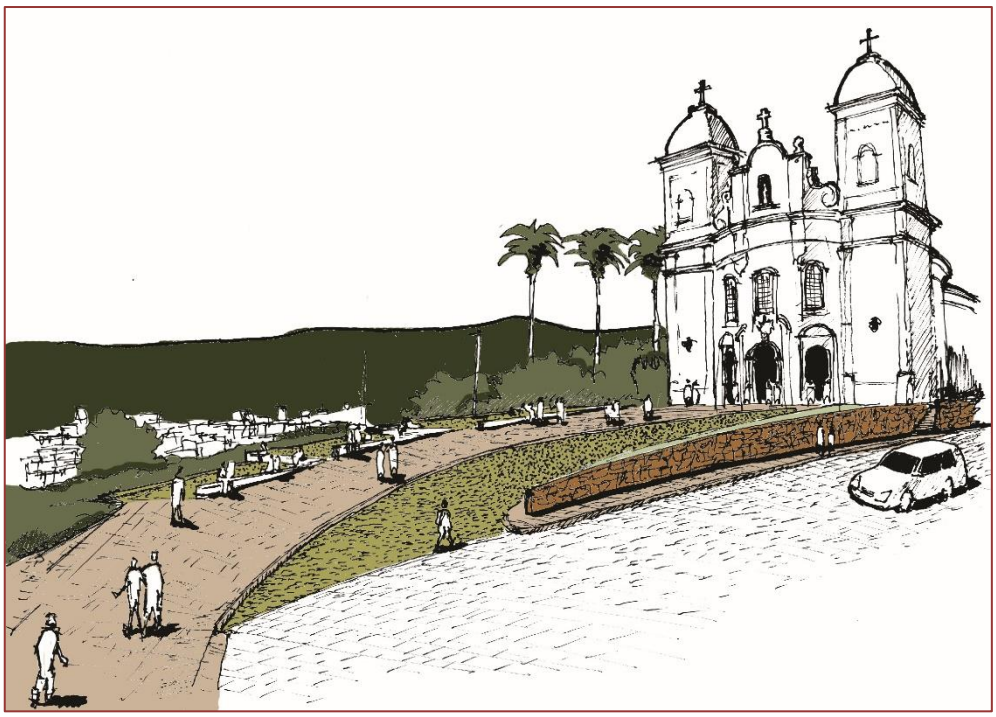
[53] O arquiteto Carlos Alberto Maciel concedeu-nos uma entrevista no dia 09/ 05/ 2019 em seu escritório na cidade de Belo Horizonte/ MG.

diante de nós possui uma longa tradição", conforme explicou Panerai (2006, p. 25). No entanto, a proposta também tinha ambientes de estar e poderia receber eventos a exemplo de feiras ou teatro de rua.

Ao discutir a construção do espaço público, Alves (2003, p. 111) defende que "[...] a análise das dimensões humanas do espaço público urbano – direitos e necessidades dos utilizadores – constitui uma orientação fundamental para o desenho pormenorizado [...]", permitindo a organização de ideias sobre a utilidade social de um espaço, focando nas dimensões humanas e na participação ativa dos cidadãos. Assim, o estudo projetual foi desenvolvido procurando se aproximar de conceito de praça conforme proposto por Robba e Macedo (2002, p.17) como "espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos". Com isto, foi levando em conta a presença de pessoas que usariam a praça, incluindo os fiéis que frequentam a igreja e moram ali pelo entorno.

Tal situação é percebida quando, em paralelo aos patamares que acompanham a topografia, observa-se que uma via estreita desemboca na praça e o seu traçado foi continuado, sendo tomado como um eixo rumo à igreja. Esta decisão projetual ressaltou o percurso do caminhante que subiria à pé, atravessaria o recinto e poderia contemplar a arquitetura do templo, antes de chegar à sua portada (Figura 05), dentro da lógica explicada por Cullen (2009, p. 177) de que "Os objetos adquirem significados através da sua relação com níveis" – a portada da igreja está situada no ponto mais alto da cota altimétrica da praça.

Figura 05 – Praça de São Pedro, em Mariana/ MG



Fonte: Acervo de Arquitetos Associados, Belo Horizonte.

Ladeando este caminho, do lado esquerdo de quem sobe à igreja, há uma variação sutil da topografia que permitiu a distribuição de degraus em um desenho que foi escalonando alturas de bancos e delimitando áreas verdes. Do outro lado do caminho, também há uma área coberta por vegetação rasteira e, em seguida, uma calçada que se limita com um muro em pedra ciclópica já existente. A proposta de iluminação seria a partir da colocação de pontos de luz distribuídos no piso para evitar a interferência visual dos postes, com uma claridade uniforme, sem deixar zonas de escuridão.

Ao tratar de ponto focal, Cullen (2009, p.28) explicou que eles ocupam um determinado espaço em um recinto e que são o símbolo vertical da convergência ali dentro. Desta forma, pode ser entendido o papel da igreja de São Pedro nessa proposta projetual, já que ela não foi tratada como um elemento indiferente naquela ambiência. Este edifício singular fez uma concordância entre a chegada na praça e condução do

fiel até o seu destino, revelando que a praça foi modelada pela presença da igreja o que enfatizaria ao largo o significado de agregação. Quanto ao automóvel, ele poderia encostar para deixar algum passageiro e sair em seguida.

No entendimento de Brandão (2000), conceito é a chave de compreensão do objeto arquitetônico - ao qual é possível acrescentar também aqui o objeto urbanístico. O autor ainda explica que os conceitos não parecem do nada, "[...] mas da reflexão sobre a nossa própria experiência dos espaços e daquilo que nos fornece a tradição que lhes concerne". Assim, quando perguntado sobre os conceitos que nortearam o projeto da Praça de São Pedro, Maciel, que foi aluno de Brandão, relatou quatro deles: a não-presença na intervenção, as praças de Mariana enquanto conjunto, o uso para o pedestre e o reconhecimento de preexistências relevantes, no caso do projeto aqui estudado, a topografia.

Segundo Brandão (2000), conceito "[...] não é apenas aquilo que descreve uma ideia ou o ponto de partida de um projeto [...]", mas é algo que expõe a essência projetual, que dá o seu sentido, fazendo com que o projeto seja daquele modo e não de outro. Com isso, os conceitos elencados pela equipe de arquitetos foram encaminhados dentro da proposta. O processo de projeto, então, ocorreu numa mão dupla, existindo, de modo muito claro, uma reciprocidade com o desenho da praça e uma atitude otimista que buscou intensificar experiências aos usuários de um espaço público, quebrando um caráter que ali havia se estabelecido e indo em busca de trabalhar naquela praça o seu *genius loci*.

Entendendo que os espaços livres públicos nas cidades antigas eram marcados pela relação entre o vazio e a presença de edifícios singulares, a equipe partiu para um projeto de praça, no qual o desenho deveria existir para gerar ativações do espaço, como foi explicado por Maciel:

> Às vezes, o projeto não tem que desenhar. Ele tem que reduzir informação. No caso desse, então, especialmente. Quanto mais o desenho desaparecer, melhor ele fica. Quanto mais ele conseguir ativar o uso, permitir que as pessoas possam se apropriar do espaço, e ele em si não ser uma forma, uma presença, tanto melhor.

A equipe desenvolveu um conjunto de estudos que foi apresentado em uma segunda reunião na qual "[...] tudo foi aparentemente aceito, mas era uma reunião informal, e aí desenvolvemos os projetos básicos. Depois dos projetos básicos já prontos, eles deram pareceres solicitando alterações", conforme depoimento do arquiteto Carlos Alberto Maciel. Depois de finalizados os projetos básicos, eles foram analisados e aprovados, as obras foram licitadas e contratadas e o alvará de construção foi emitido. Porém, seis meses após esta entrega, o Escritório Técnico do IPHAN cancelou a aprovação numa atitude que pegou de surpresa os arquitetos responsáveis pelo projeto.

Através do Parecer Técnico elaborado pelo Escritório do IPHAN em Mariana e encaminhado à 13ª Superintendência Regional, em Belo Horizonte, por meio do Oficio/ Gab/ 13ª SR/ IPHAN/ Nº 0767/ 2005 de 19/ 02/ 2005, foi feita a seguinte afirmação:

> A proposta de definição de platôs escalonados, criando-se espaços de permanência e contemplação do conjunto arquitetônico tombado, constitui-se em um ponto extremamente positivo no projeto. Entretanto, a priorização do uso para pedestres não se justifica diante da utilização consolidada daquele espaço, caracterizado pela visitação constante de turistas que acessam o local em seus próprios veículos, vans e ônibus, fazendo uso da área de retorno como estacionamento temporário. O projeto suprime o acesso e área de parada de veículos e não prevê a relocação desta área, o que pode modificar ou comprometer seu uso atual, vindo a prejudicar o trafego das vias adjacentes e consequentemente a visitação turística. Assim sendo, torna-se imprescindível, a permanência da ilha gramada e do retorno de veículos. (IPHAN, 2005).

Entendendo que o estacionamento usurpava a praça e não estimulava as pessoas a passarem o seu tempo ali, os autores do projeto questionaram aquilo que foi apontado como uso consolidado por não se tratar de uma apropriação consistente da população, não deixando possibilidades para se fortalecer a identidade ou a memória da praça. Eles também argumentaram que não fazia sentido colocar automóveis na frente da igreja, inclusive porque tal situação não permitiria que a fachada deste edifício fosse visualizada como um todo. Mesmo diante da proposta de fazer uma área de estacionamento na parte de trás do templo, a equipe

do Escritório Técnico do IPHAN, em Mariana, foi irredutível e insistiu sobre a presença do estacionamento na praça.

Se colocado em prática, o projeto poderia ter desempenhado um papel social e oferecido outras possibilidades para o lugar. Contudo, indo em uma contramão da pedestrianização e valorizando a cultura do automóvel, desconsiderando a praça como um lugar onde pode ocorrer vida coletiva e possibilidades de práticas e interações entre as pessoas, numa atitude segregacionista e que não fortalece o uso do espaço público, o projeto urbano anteriormente aprovado teve que ser revisto. Ficando evidente que as visões dos arquitetos e as políticas públicas não estavam lado a lado, os profissionais se viram diante de um problema para o qual todas as soluções que propuseram foram rejeitadas, prevalecendo a manutenção do estacionamento na proposta final, conforme explicou Maciel:

> Mas, nesse caso não nos restou outra alternativa que não atender. E a gente fez, então, o menor possível, a área do automóvel, aumentando um pouco a área dos patamares, em relação ao que estava lá no local, mas bem menor do que o que era a nossa proposta original. Essa foi uma mutilação, ao nosso ver, em relação à proposta original. A gente redesenhou, retirando as palmeiras, reduzindo a área da circulação, mas deixando esse acesso bem em frente à igreja que é, assim, o pior lugar pra colocar um automóvel, de frente da portada da igreja. Mas, assim, isso foi uma determinação do IPHAN. Foi esse parecer que motivou a modificação.

O projeto básico foi então modificado para que o automóvel voltasse a ter lugar prioritário na praça a e obra foi iniciada em março de 2007. A inauguração ocorreu em dezembro do mesmo ano e o custo foi estimado em R$305.550,20.

Ao explicar que não entendia de onde veio o raciocínio para justificar a opção do Escritório Técnico em defender a praça para o automóvel, Maciel lembrou de pontuar o jogo de poder entre o Monumenta e o IPHAN: "[...]sabe-se que o IPHAN se sentiu atacado e colocado de lado, diminuído, com a criação do Monumenta". Tal situação gerava conflitos constantes na tomada de decisões fossem elas acerca da aprovação de projetos ou para solucionar problemas surgidos no canteiro de obras.

4. ANÁLISE DA INTERVENÇÃO

A Igreja de São Pedro dos Clérigos ficou inconclusa por muitos anos, sem abrigar cultos e sendo percebida pela população como uma ruína. Tal situação não permitiu que se desenvolvesse uma relação de maior proximidade entre os cidadãos e a praça. A partir da conclusão das obras, provavelmente no final dos anos 1920[54] ou começo dos anos 1930, o edifício passou a abrigar celebrações religiosas.

Partindo do entendimento que Norberg-Schulz (2007, p.18) propôs ao explicar o conceito de *genius loci* como a essência ou o espírito do lugar que permite ao homem identificar-se e reconhecer-se ali, é possível entender a Praça de São Pedro como um espaço público cujo cujo *genius loci* é extremamente pouco pronunciado.

No imaginário popular e nas práticas turísticas, esta praça é identificada como o mirante da cidade, de onde se pode ver boa parte da paisagem construída da área antiga de Mariana. A linguagem de desenho adotada pelo projeto de intervenção urbana procurou ser muito mais um suporte sutil do que uma presença marcante. Embora tenha sido pensada de modo a permitir a aproximação e a permanência das pessoas foi trabalhada uma proposta que reduziu a quantidade de informações visuais a serem lançadas no estudo projetual. Assim, numa espécie de simbolismo às avessas, ressaltou como elementos positivos aqueles que tem presença visual no entorno – a igreja, a paisagem e o casario da vizinhança.

Ali, uma vez ao ano, são acolhidos os fiéis que participam da procissão de São Pedro, praticamente o único evento com pompa religiosa, na qual ocorre repiques dos sinos. A relação entre a população e a Praça de São Pedro, portanto, é bem mais recente do que com outras praças da cidade, onde há ações que incentivam o uso e a apropriação. Na Praça Gomes Freire (popularmente conhecida como o Jardim), por

[54] A provável data do final dos anos 1920 foi levantada a partir de pinturas feitas por Hans Nöbauer, já que uma de suas telas é de 1927 e a igreja ainda aparece arruinada.

exemplo, costuma ter bandas de música ou banquinho e microfone para os músicos da cidade se apresentarem nas tardes de domingo.

Já a Praça de São Pedro, é lembrada pela festa de carnaval ali realizada pela Prefeitura em um único dia do período de momo ou como o lugar onde as pessoas vão para fazer uso de drogas ilícitas, possivelmente por ser um ambiente ermo.

Do ponto de vista da memória, todavia, esta praça não foi um suporte sólido para acontecimentos sociais ou culturais. Além disto o seu desenho, tanto o anterior à reforma quanto o resultante da intervenção financiada pelo Monumenta, não estimula a presença de usuários para se construir um sentido de lugar e memória. Como isto, a praça assume qualidades de um não lugar conforme explicado por Augé (2012), visto que a identificação do homem com o lugar ocorre por meio da memória que permite ao cidadão rememorar e enxergar-se parte de uma ambiência.

No entanto, é possível afirmar que os acontecimentos que se deram naquela praça são de origem recente, quando comparada às demais praças da cidade. Para Nora (1993, p.07), "A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia" é associada a momento particulares da história e, especificamente na Praça de São Pedro, os usos são caracterizados por uma fragilidade de fatos culturais, com um volume de informações bastante restrito e uma fraca bagagem histórica, o que vem se arrastando a anos e não apresentando um diferencial que a sobressaia na memória coletiva dos marianenses como um suporte sólido.

No caso de uma praça, existe uma forte conexão entre usos e identidade e ,conforme afirmou Abreu (1998, p.21) "A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado", e conforme Mariana foi indicada para participar do Programa Monumenta, a Praça de São Pedro foi incluída junto com outras praças e edifícios singulares da cidade antiga para receber o financiamento destinado às obras de intervenção a fim de preservar aspectos da paisagem urbana da cidade.

Durante as visitas in loco para levantamento de dados, foi constatado que turistas que costumam subir até a Praça de São Pedro em automóvel. Na maior parte das vezes, baixam o vidro do carro, sacam um aparelho celular e fazem a foto da paisagem sem sequer descer do veículo, que faz a volta e segue para outro destino.

Também durante a visita realizada em maio de 2018, foi percebido que a maior parte dos automóveis estacionados na praça eram de pessoas que se dirigiam à Fundação Renova[55], que estava ocupando o edifício do Antigo Palácio Episcopal, anexo à Igreja de São Pedro dos Clérigos. A Renova ainda tornou público um documento, afixado junto ao portão de pedestres para acesso à Fundação, informando aos seus funcionários sobre as restrições de estacionamento na Praça de São Pedro solicitadas pela Prefeitura de Mariana. No entanto, a mesma empresa fazia usos de cones para disciplinar o trânsito na praça (Figura 06).

Outra situação percebida foi a existência da Faculdade Dom Luciano Mendes de Almeida, pertencente à Diocese de Mariana, e cuja graduação em Filosofia funciona no edifício do Arquivo Episcopal, anexo à igreja. A faculdade também usa a praça como estacionamento no período noturno. Embora, as praças sejam espaços com um protagonismo social e estético dentro das cidades, é importante ressaltar que cada ambiente físico possui ligações com as dimensões social, política, cultural e econômica na qual foi produzido e é mantido. Sendo assim:

> A cidade, como sistema de informação, não pode limitar-se a transmitir notícias características e publicitárias. É uma entidade política que deve transmitir o sentido do seu caráter político, e não vemos como possa fazê-lo se não justificar o seu caráter político e histórico. E como faz parte da história da cidade a gestão capitalista, não apenas negativa, mas também contraditória em relação a todas as tradições culturais urbanas: os crimes da especulação, o escândalo das casas sem gente e da gente sem casas, o caótico congestionamento do trafego, a insuficiência dos serviços sociais e do verde, a escassa mobilidade da cidadania,

[55]A Fundação Renova é uma pessoa jurídica de Direito Privado, criada em junho de 2016, após o acidente ambiental ocorrido no distrito de Bento Rodrigues a partir do rompimento da barragem de Fundão que recolhia detritos de minério extraídos nas suas redondezas. O seu objetivo é colocar em prática medidas mitigadoras dos danos causados aos impactados.

devido à dificuldade dos escritórios, a mediocridade cultural, etc. (ARGAN, 1998, p.250).

Figura 06 – Praça de São Pedro, em Mariana/ MG em foto de 2018

Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo.

Desta forma, é possível vislumbrar que a política pública do Programa Monumenta tenha produzido a espacialidade da Praça de São Pedro em função de interesses econômicos ou de interesses políticos, em detrimento de aspectos socioculturais. A partir de fundamentos da obra de Henri Lefebvre, Sorbazo (2006, p. 94) que é contrário à suposta morte do espaço público e, ao mesmo tempo, é consciente da transformação deste espaço, entende a cidade como produto e condicionante da reprodução da sociedade e das relações sociais que se manifestam na prática socioespacial. Ele ainda afirma que "[...]do ponto de vista simbólico, os grupos de maior poder econômico e político impõem ou tentam impor a sua cidade [...]". Assim sendo, é possível detectar interesses específicos na permanência da praça como estacionamento.

Simultaneamente, a fruição e a proteção do patrimônio cultural brasileiro são tutelados pela Constituição Federal de 1988 (art. 216, § 1º. c/c 23, III e IV) como uma necessidade comum a pessoas indeterminadas, o que dá a este patrimônio cultural uma perspectiva comunitária, pertencendo à coletividade e não a qualquer pessoa, de forma individualizada.

Portanto, ao se situar às determinações da Constituição Federal a decisão do Escritório Técnico em Mariana, solicitando que a Praça de São Pedro continuasse como um estacionamento, observar-se que relações de poder permearam esta decisão como clientelista, não igualitária e ligadas a privilégios. Assim, é plausível entender que o trabalho realizado pelo IPHAN na fiscalização da política pública implementada pelo Programa Monumenta, como também na proteção e promoção desta praça enquanto bem cultural refletiu conflitos de interesse, não se ajustando à realidade de uma operação técnica pertinente.

Para Sorbazo (2006, p. 96), "o espaço envolve o poder e o poder significa controle e dominação". Desta forma, ao permitir ali a permanência do automóvel, foi dificultado àquela praça a possibilidade de ser um lugar fomentador de manifestações simbólicas, um ambiente onde é possível encontrar e socializar, atraindo múltiplos usuários, permitindo o encontro das diferenças, formando identidades e construindo memórias. Aqui, então, cabe lembrar a definição de não lugar proposta por Augé (2012, p. 53) ao afirmar que "Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar". Portanto, a Praça de São Pedro se aproxima do conceito de não lugar.

Já Rivlin (2003), em seus estudos de psicologia ambiental, ao discorrer sobre identidade de lugar (*place identity*), afirmou que este conceito possui uma relação direta com lembranças, imagens, valores,

sentimentos e atitudes de um indivíduo para com um ambiente e consigo próprio. Com isto, os lugares possuem valores simbólicos para as pessoas e os seus atributos formam uma imagem mental que é cultivada e difundida, em sintonia com a afirmação de Augé (2012, p. 53) quando escreveu que "Finalmente, o lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima."

Com isso, a formação da identidade de lugar tem uma relação direta com a apropriação deste lugar. Esta apropriação ocorre a partir do experienciar o lugar, o que pode se dá de modo coletivo ou individual e resultar numa relação de pertença, fazendo com que o cidadão se reconheça ali. No caso da Praça de São Pedro, a falta de atratividade e de confortabilidade afetam diretamente o experienciar o lugar e o convívio social, promovendo um enfraquecimento da sua vitalidade, não atraindo e nem mantendo em sua área usuários distintos.

REFERÊNCIAS

[1] ABREU Mauricio de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. Revista da Faculdade de Letras, Geografia I, série,vol. XIV, p. 77 – 97. Porto, 1998.. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acessado em 02/01/2020.

[2] ALVES, Fernando Brandão. Avaliação da Qualidade do Espaço Público: Proposta metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/336702125_Avaliacao_da_Qualidade_do_Espaco_Publico_Urbano_PDF>. Acesso em: 17/02/2019.

[3] ARGAN, Guilio Carlo. História da arte como história da cidade. Trad. Píer Luigi Cabra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história. Brasília: MEC/SEF, 1998.

[4] AUGÉ, Marc. Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 9. ed. 2012.

[5] BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Linguagem e arquitetura: o problema do conceito. Revista de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. vol.1, n.1, novembro de 2000. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa "Hermenêutica e Arquitetura" da Escola de Arquitetura da UFMG. Disponível em <https://www.arq.ufmg.br/ia>. Acessado em: 12/02/2020.

[6] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

[7] BONDUKI, Nabil. Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010. 376 p.

[8] CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 2009.

[9] FONSECA, Cláudia Damasceno. Do Arraial à Cidade: A trajetória de Mariana no contexto do urbanismo colonial português. In: CARITA, Helder. ARAÚJO, Renata. Coletânea de Estudos. Universo Urbanístico Português, 1415 – 1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 267-301.

[10] _____. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. São Paulo, v.20 n. 1, jan./ jun., 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100004>. Acesso em 25/02/2020.

[11] GARCIA ROIG, Jose Manuel. Elementos de Analisis Arquitectonico. Valladolid: Universidad, Secretariado de Publicaciones: Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Salamanca, D. L., 1987.

[12] IPHAN. Parecer Técnico. Oficio Gab, 13ª SR, nº 0767/ 2005, 19 fev. 2005. [mímeo].

[13] NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Projeto História 10 – Revista do Programa de Pós Graduação e do Departamento de História da PUC/ SP. São Paulo: PUC/SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acessado em: 25/ 03/2019.

[14] NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius Loci: Paesaggio, ambiente, architettura. Milano: Grupo Editoriale Electa, 2007. 8.ed.

[15] PANERAI, Philippe. Análise Urbana. Brasília: Ed. UnB, 2006.

[16] PESSÔA, José. Forma Urbana no Brasil: Uma amostragem de casos-tipo. In: Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português: 1415-1822. 2001, Lisboa: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português: 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. P. 651 – 659.

[17] RIVLIN, Leanne. Olhando o passado e o futuro: Revendo pressupostos sobre as relações pessoa-ambiente. Estudos de Psicologia, Natal., v.8, n.2, p. 215-220, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/19037.pdf>. Acessado em: 18/02/2020

[18] ROBBA, Fábio; Macedo, Silvio Soares. Praças Brasileiras. São Paulo: EdUSP, 2010.

[19] SORBAZO, Oscar. A Produção do Espaço Público. Da Dominação à apropriação. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 93 - 111, 2006

[20] TEIXEIRA, Manuel C. As praças Urbanas Portuguesas Quinhentistas. In: Teixeira. Manuel C. (org.). A Praça na Cidade Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. P. 69-89.

[21] TOLEDO, Benedito Lima de. Espaços Públicos: Mariana e Ouro Preto. In: Teixeira. Manuel C. (org.). A Praça na Cidade Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. P. 175-183.

[22] VASCONCELLOS, Salomão de. Mariana e seus Templos. Belo Horizonte: Gráphica Queiroz Breyner Ltda, 1938, 116 p.

[23] VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre as Praças do Rio de Janeiro no Período Colonial. In: Teixeira. Manuel C. (org.). A Praça na Cidade Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. P. 139-1156.

Capítulo 21

Women in marshy tropical zones: Adaptation and climatic variability in Quintín Arauz, Mexico

Marcela Biviana Rivera Ospina
Dora Elia Ramos Muñoz

Abstract: The construction of adaptive capacities to confront climatic variability in Quintín Arauz is mediated by hegemonic gender norms. Indigenous Chontal women participate in the spheres of production, reproduction, and community, but their labors are undervalued by their communities and themselves. To understand this phenomenon, our study used semi-structured interviews, informal dialogues, and ethnography to elucidate women's views on the vicissitudes of climate and how they deal with floods and drought, recognizing the reality of a process of differentiated adaptation. Indigenous men and women living in wetlands face the same climate changes during the year, but women have less access to nature than men, for they are relegated to a dependent role that constrains their ability to adapt to climate change. From a feminist focus, power relations condition the constitution of women's capacities to adapt and/or resist, and in this case, as subsistence communities in tropical wetlands settings are a critical part of understanding the Climate Change picture. We argue that for better understanding its environment is imperative to study and publishing more about women's actions and seek a more equitable situation.

Keywords: Gender, power relations, intercultural studies, vulnerability, wetlands.

1. INTRODUCTION

Hegemonic gender norms and power relations condition the construction of women's capacities to adapt[56] to the climate. This study aims to analyze and visualize women's actions towards the climate, understanding them as essential to processes of adaptation/resilience since women's roles in the division of labor in the community tend to be undervalued. The axis of analysis consists in recognizing the response of Maya-Chontal women to the direct and indirect impacts of climatic variability in Quintín Arauz (Quintín henceforth), a community in the Biosphere Reserve *Pantanos de Centla* (BRPC) in Tabasco, Mexico, where hegemonic gender norms related to climate are well-defined. These women relate climate, especially, to the health/sickness of their loved ones, while for men this relation revolves around planting and harvest times, fishing and other productive activities, where women's participation is made invisible.

This case is analyzed considering the existing power relations between men and women, as Skinner suggests (2011) for studies of climatic variability and change; that is, understanding gender as a transversal category. In this approach, gender is understood as the social construction of being a woman or man at a certain moment in a given society (Aguilar, Castañeda and Salazar, 2002; Alston, 2013; PNUD, 2008; Skinner, 2011). Our work highlights the voices of women from the community. Given that gender relations tend to be hierarchical, their study allows us to discern how inequalities emerge and how power operates between the sexes.

Women have more difficulty in confronting climatic variation due to gender inequities expressed in unequal power relations. Though men also experience inequality in access to, and control of, resources, mobility and minuscule institutional support, the burden is greater for women (PNUD, 2008; Skinner, 2011). Poor women in rural areas are extremely vulnerable, for they depend on nature for survival due to their responsibility to secure supplies of water, food, and fuel for cooking and heating (Escobar, 2008; Shiva, 1998; Skinner, 2011; Ulloa, 2013). But they perform diverse activities to adapt to climatic crises framed in cultural terms, gender relations and social inequality.

We adopted a qualitative methodology to document dialogues and co-existence in the community, seeking to make visible the activities that women perform in response to the vicissitudes of climate, such as diversifying remunerated work, tending gardens in certain climatic periods, and caring for the health of family members while also participating in traditional and non-traditional productive activities. Women are assigned these activities by current hegemonic gender norms, but they may intensify due to changes in the weather that bring greater stress and vulnerability and a heavier workload.

Quintín is characterized by sharp contrasts in temperature and precipitation through the year: primarily a clearly-marked dry season with high temperatures, followed by strong winds and rains the rest of the year. The community occupies a bioculturally diverse zone[57] that owes much of its ecological and social behavior to this variability and the pulses of the surrounding rivers.

We must recognize that in addition to the conditions imposed by hegemonic gender norms, women act in response to climate. Modifying the understanding of the value of the work they perform will help (i) re-orient public policies towards their productive, reproductive and community spaces; (ii) prevent excessive workloads from falling on women's shoulders due to climatic variability; and (iii) foster more positive perspectives among women themselves and, thus, greater autonomy and self-confidence. At the local level, it is crucial that women make themselves more visible, value themselves and their work, and feel encouraged to seek greater participation and a role in decision-making, as they become increasingly recognized and appreciated by family and community.

[56] Social responses to climatic variability and vulnerability include adaptation (capacity of resilience) and/or resistance in struggles against underlying causes, two processes that tend to occur simultaneously. We address only adaptation/resilience, understanding the latter as people's ability to overcome adversity, resist, and re-make themselves in response to life's attacks (Aguilar 2016).

[57] Biologically diverse due to the number of species and their interactions; culturally diverse because various human settlements maintain their culture and symbolism.

2. BACKGROUND

Authors like Agarwal (1997) in India and Zapata Martelo *et al*. (1994) in Latin America have studied gender relations from the perspective of domestic units. They agree that how we describe this unit affects both scholarly analyses and –crucially– public policies. Agarwal argues that a difference exists between what a person needs, or is capable of doing, and how her/his contributions or needs are perceived, emphasizing that women's unremunerated work at home is often undervalued. For Kabber (1999), this means that neither the community nor public policy deem women's work 'essential'. Agarwal and Kabeer analyze perceptions of the value of work in terms of negotiation, but here they are examined as a limitation to processes of adaptation.

Gender inequalities and differentiated vulnerabilities due to climate are closely related, as are the forms of adaptation/resilience adopted by women and men in Quintín. We first address the topic of vulnerability and its impact on the process of adapting to climatic variability. Several authors (Adger et al., 2013; Ribot, 2017; Skinner, 2011) clarify that vulnerability exists before events rather than being a consequence of disasters. Skinner holds that social vulnerability is affected by social, cultural and/or political factors and processes, so relevant aspects include the social condition of individuals, their sex, means of earning a living, the infrastructure they can access, and the institutions that affect the use and control of resources (Ogra and Badola, 2014; Resurreccion and Elmhirst, 2008; Skinner, 2011). This means that institutional changes are required to eliminate social, cultural and economic obstacles that impede women and men from participating equitably in society (Skinner, 2011).

In developing countries, inequalities are exacerbated during environmental crises. Studies show that women, in general, are 14-times more likely than men to die in disasters, due to gender differences and inequality (Skinner, 2011), but is inversely proportional in societies where the sexes have similar opportunities (Ogra and Badola, 2014). But inequalities do exist in daily life with specific differences regarding sex and hegemonic gender norms. Most malnourished people in the world are women, girls and boys; a fact that reflects social and cultural norms that determine who enjoys priority in households (Skinner, 2011). Women may also be more vulnerable to illness than men due to physiological differences (especially pregnancy and lactation). Likewise, when someone close to the household becomes ill, women in the home and the community are held responsible for attending to her/him (IPCC, 2014; Pazmiño and Vargas, 2014; Tuñon and Molina, 2011).

Another example of the conditioning of hegemonic gender norms concerning women's actions is land use. Case studies in rural communities in southern Africa and Latin America show that men migrate in difficult times, but women stay behind to care for the home, work fields that gradually lose productivity, and ensure the wellbeing of their families (Ashwill, Blomqvist, Salinas and Ugaz-Simonsen, 2011; Skinner, 2011), often with no legal ownership of land. Moreover, they are often excluded from training programs in the use of agricultural inputs that would allow them to increase resilience to climatic events like floods or drought (Skinner, 2011). Alston (2013) and Skinner (2011) thus affirm that gender inequalities are often key factors in determining the types of adaptive strategies available to women.

To elucidate adaptations made in contexts of inequality, we must explain the type to which we refer. "Cultural adaptation" describes the adjustments that societies make to their natural surroundings through subsistence activities (Smit, Burton, Klein and Wandel, 2000; Smit and Wandel, 2006). In addition to incorporating measures to deal with vulnerability, cultural adaptation includes actions undertaken to construct and strengthen the adaptive capacities of individuals or groups (Adger et al., 2005 in Ortega Argueta, Hernandez de la Cruz, Ramos Muñoz, Aldasoro Maya and Espinoza Tenorio, 2017). According to Ogra and Badola (2014), the adaptive capacity of local communities is governed by their cultural, social, economic and political characteristics, which limit or potentiate action based on the privilege of decision: "a person or community that lacks options or alternatives in any situation has no real power" (Ogra and Badola, 2014). When we speak of women's adaptations in Latin America –specifically, southern Mexico– we must be aware of how hegemonic gender norms complicate processes of adaptation, since they are imbricated in the conditioning factors explained above.

Our study centers on the adaptation of indigenous women inside a natural protected area where factors of cultural and biological diversity converge with sociopolitical events that impact the area and, on a broader scale, the state of Tabasco. But our conclusions draw relations in swampy tropical environments in Latin America close to petroleum areas. Inside *Pantanos de Centla* (RBPC), a biosphere reserve populated by distinct indigenous and peasant communities, Quintín has the largest Maya-Chontal indigenous presence (Maimone-Celorio et al., 2006). For anthropologists like Uribe Iniesta (2003), Quintín stands out for its successful adaptation to climatic variability and demanding ecosystems that include swamps, wetlands and the rhythms of river currents. Significantly, while many Chontal communities were created as a consequence of a modern petroleum-exploiting process, others maintain a historical continuity that connects to earlier periods –colonial times– and to the geographical area of Mesoamerica (Galán 2018). Maimone-Celorio et al. (2006) clarify that these people belong to the Maya-Chontal culture, have long lived in swampy areas, and have adapted to the social conditions that influence recurring floods in Tabasco. The RBPC is thus located in an eminently modern, petroleum-oriented state (Gama Campillo, Villanueva García, Macías Valdez, Pérez Sanchez and Diaz López, 2008; Tudela, 1989; Uribe Iniesta, 2003). Uribe Iniesta observes that the process of modernization of Mexico, especially in Tabasco, modified "the reconstitution of Yokot'an[58] social organicity from its ecological and economic bases" (2003 p. 100). This means that the processes of modernization there –hydroelectric projects, extensive agricultural programs, oil extraction, urbanization– altered river currents, brought pollution, migration, subsidies and protests, and imposed an educational system that profoundly ruptured and changed Yokot'an culture. But those processes also altered relations with ecosystems and impacted the economy and the wider society. In this perspective, indigenous knowledge that existed before modernization combines with the new knowledge gained since then to allow this adaptation. Setting out from the posture that culture is not static, as Galán (2018) suggests for Tabasco, indigenous identities must be understood since relations are malleable, dynamic, uncertain and complex.

In Latin América modernization processes impacted the domestic sphere and intensified the separation of men's wage labor from women's work in the home (Zapata Martelo et al., 1994). It is important to understand that current cultural conditions largely impede women from paid work and, though almost imperceptibly, assign them a certain place in society and the home. The capitalist system does not recognize the existence of those entrusted with reproducing productive-reproductive cycles, so family unity can disintegrate, as Zapata Martelo has explained (1994), since "this is necessary for capital to be valued and modernization achieved" (Zapata Martelo et al., 1994).

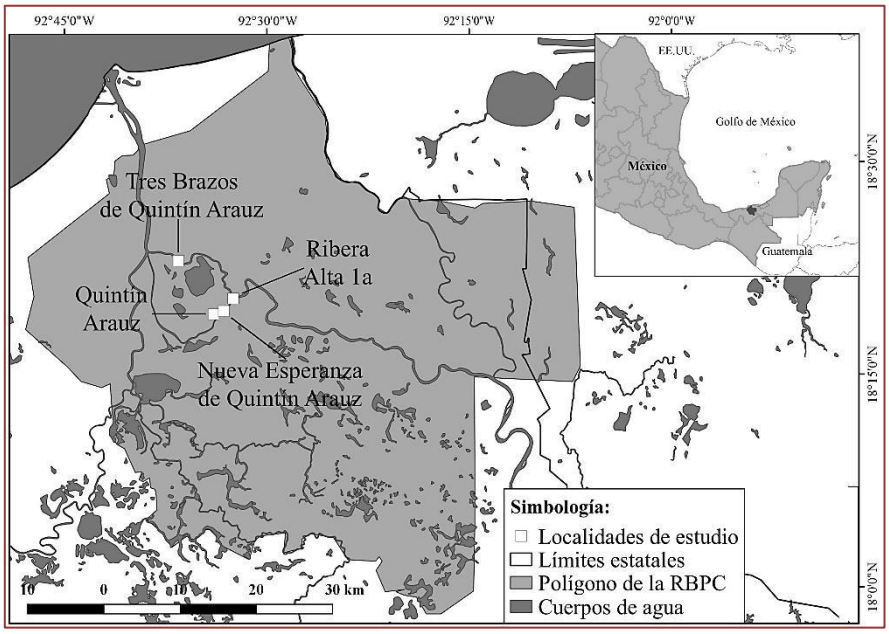
While some studies mention forms of adaptation in Quintín based on productive activities (e.g. Elizalde and Romero, 2000), little work exists on topics like practices in the domestic sphere; how other adaptations not necessarily associated with production develop; how this society continues to adapt; and how power relations and hegemonic gender norms mediate this process. One approach to crucial issues such as these consists in dialoguing with the women who participate in productive, reproductive and community domains where different family members assign differential values to the labors they perform (Agarwal 1997).

3. METHODOLOGY

The study area lies inside the BRPC a Ramsar site (733) at the terminal delta of the Usumacinta and Grijalva Rivers (Figure 1) in northwestern Tabasco. It is the principal reserve of renewable water in Mexico (Gama Campillo et al., 2008; Sánchez, Salcedo, Florido and Mendoza, 2015), covering 302,706 h that represent 12.27% of the surface area of the state, including parts of the municipalities of Centla (225,108 h), Jonuta (65,651 h), and Macuspana (6,280 h) (Elizalde and Romero, 2000; Guerra and Ochoa, 2005). Quintín is in the municipality of Centla (Map 1) at an elevation of just 10 m.a.s.l., with a hot-humid climate (Am(f)) that brings copious rains in summer and total annual precipitation of 1,500-3,000 mm (Gama Campillo et al., 2008; Maimone-Celorio et al., 2006). Díaz Perera et al. write that "the hydrological rhythm gives meaning to the organization of the economic and religious activities in Quintín" (Díaz Perera, Marín Olán and Capdepont Ballina, 2016, p. 16), rhythms determined by the color and cycles of river water that local people identify as "the period of blue waters" and "the period of black waters" (Díaz Perera et al., 2016).

[58] Another name for the Maya-Chontal ethnic group.

Figure 1. Pantanos de Centla Biosphere Reserve (BRPC)



Source: Morales Rodríguez et al., (2019).

Fieldwork was performed from January to March 2018, based on the ethnographic method, 25 semi-structured interviews with local women and men (Table 1); the former involved primarily in domestic activities, the latter with experience in farming and fishing. This was complemented by observations recorded in fieldwork diaries and photographs. Three broad categories were established –adaptation, vulnerability and indigenous knowledge of the climate– with one category that cross-cut the others: gender. We created 20 codes based on our data using *Atlas ti* software (Figure 2). Contact with the individuals who contributed to our research was made via the snowball technique (Lugo-Morin, 2014). During fieldwork, we stayed with a family that allowed us to achieve a certain closeness, participate in daily dialogues –mainly with women– and observe and follow their activities. The observations and informal conversations with women and men were recorded nightly in our diaries.

Table 1. Profile of the interviewees

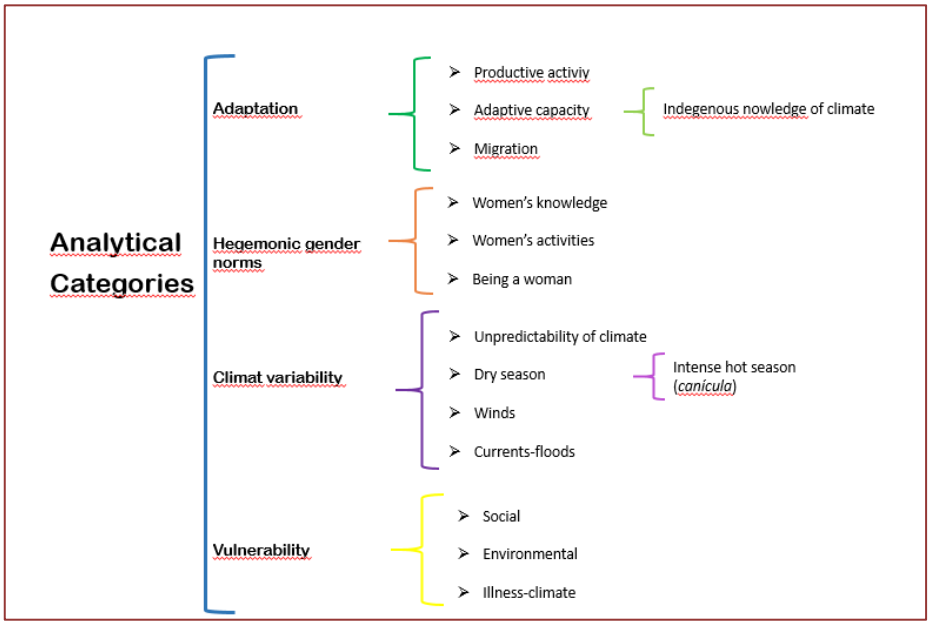
Sex	Age	Marital status	Occupation	Data-gathering technique	Observations
M	Over 60		Civil Protection official, Tabasco	Interview	Does not live in Quintín
M	Over 60	Married	Community Delegate	Interview and informal conversations	
W	Over 60	Married	Leader and ex-delegate	Interview and focal group	
M	Over 60	Married	Leader of fishers in the RBPC	Interview	Does not live in Quintín
W	Over 60	Married	Homemaker	Interview and informal conversations	
W	Over 50	Widow	Homemaker	Interview	
W	Over 70	Widow	Homemaker and fisher	Interview	
W	Over 60	Widow	Homemaker	Interview	
W	35 years	Divorced	Environmental guide and homemaker	Interview and informal conversations	Works in the RBPC

Table 1. Profile of the interviewees (continuation)

Sex	Age	Marital status	Occupation	Data-gathering technique	Observations
M	Over 60	Married	Canoe-maker and farmer	Interview	
W	Over 60	Married	Homemaker	Interview	
W	Over 60	Married	Homemaker and taco stand	Interview	
M	Over 60		Ejidal Commissioner	Interview	
W	Over 50	Married	Homemaker	Interview	
M	Over 60	Married	Pescador and farmer	Interview	
W	Over 40	Married	Homemaker	Interview	
M	Over 40	Married	Fisher and farmer	Interview	
W	Over 50	Married	Homemaker and fisher	Interview	
M	Over 60	Married	Farmer	Interview	
W	Over 50	Married	Homemaker	Interview and informal conversations	
M	Over 40	Married	Farmer	Interview	
W	Over 40	Married	Homemaker	Interview	
W	43 years	Married	Homemaker	Interview	
W	37 years	Married	Homemaker	Interview	
M	40 years	Married	The Reserve's biologist	Interview	Does not live in Quintín
M	Over 35		Doctor, Health Center	Interview	Does not live in Quintín
M	Over 35		Treatment plant supervisor	Interview	
W	Más of 30 years	Married	Homemaker	Interview and informal conversations	
W	Over 35	Married	Homemaker and fisher	Interview	
W	40 years	Married	Homemaker and worker in the treatment plant	Interview and informal conversations	
W	Over 50	Married	Midwife and homemaker	Interview	
W	27 years	Single	Student	Interview	Studies outside the community
W	26 years	Single	Student	Interview	Studies outside the community
Girl	7 years	Single	Student	Informal conversations	
Boy	10 years	Single	Student	Informal conversations	
W	Over 40	Married	Homemaker	Focal group	
W	Over 40	Married	Homemaker	Focal group	
W	Over 50	Married	Homemaker	Focal group	
W	Over 50	Married	Homemaker	Focal group	
W	Over 50	Married	Homemaker	Focal group	
W	Over 50	Married	Homemaker	Focal group	
W	Over 60	Married	Homemaker	Focal group	

Source: elaborated by the authors.

Figure 2. Analysis and codification



Source: elaborated by the authors.

Some female authors analyze power relations in the context of communities' relations with nature (Aguilar et al., 2002; Ulloa 2013), but others examine adaptation to change and climatic variability (Ashwill et al., 2011; Skinner 2011; Ulloa 2013). Our research presents novel evidence since are few accounts of marshy tropical zones have yet discussed the influence of hegemonic gender norms on processes of adapting to climatic variability (Gillespie & Perry, 2019). Besides, it contributes to the topic of how climate changes can exacerbate social inequalities in swampy areas, as various authors affirm that women and girls in other social and ecosystemic contexts are those most affected by these phenomena (e.g. Ashwill et al., 2011; IPCC 2014).

4. RESULTS AND ANALYSIS

Traditionally, inhabitants of Quintín captured fish and fauna in rivers and marshes, kept gardens and tended fields, but since 1970 various government programs have fomented cattle-ranching. Quintín had 1,505 inhabitants in 2010, making it one of the most populous localities in the BRPC, a place where people from nearby communities come for school and health services. People have fruit trees in their yards (lime, lemon, orange, guava, soursop, among others), varieties of plants for domestic consumption, ornamental and medicinal species, and small animals, chickens, turkeys, ducks and pigs. Yards serve as meeting places in the dry season when intense heat makes staying inside uncomfortable. Many yards have a woodstove and well (used when water supplies fail) and is the place for washing dishes and doing laundry. This space is administered mostly by women with girls, boys and men intervening only to a lesser degree.

In addition to traditional productive activities, other work is done to earn income. Many women have small stores in their homes, others prepare food (turnovers [*empanadas*], tortillas, *totoposte*,[59] or traditional sweets), many sell goods by catalog (shoes, clothes), and a few do wage work outside the home. Men repair *cayucos*[60] or air conditioners, drive taxis or *pangas*[61], or take their wives' products to sell in other communities. This diversification of productive activities (more clearly among women) reflects the reality that traditional pursuits like fishing, farming and gardens have been severely impacted by pollution and climate change.

[59] A tortilla toasted.
[60] Local name of canoes or small boats for navigating the river.
[61] Motorboat used as transport by local to cross the river.

One official of *Civil Protection Tabasco*[62] –an expert on the area– described three stages of climatic variability. First, the Norther's,[63] cold winds that descend from Canada and the U.S. and collide, in Tabasco, with hot meteorological fronts causing thunderstorms, hurricanes and tropical depressions. Neither system can advance, so they generate intense precipitation worsened by runoff from the Usumacinta River in Chiapas and Guatemala that swells currents and produces floods. Those water levels allow fauna to reach trees, roots and low areas for reproduction and other ecological processes. This occurs between September and November.

The dry season: after the rains, December to February brings the dry season. A year with low precipitation lowers water levels in the rivers and lagoons for the next year, while intense sunlight raises temperatures. According to this official, 2017 had the sixth-lowest amount of rain in the past 50 years. This increased the intensity of the heat from February into May, affecting mainly fishing due to high mortality, loss of diversity, and difficulty in navigation due to low water levels.

Flooding ('high current' time) due to the river dynamics under increased precipitation. Floods occur from September to January.

5. ADAPTATION IN QUINTÍN

A minority of families have fashioned levees or embankments to prevent water from entering during floods. Some houses are made of concrete, but the rising waters make a muddy mess of their dirt floors (diary, 24 February 2018). Winds blew strongly in February, the period of *suestes*; that is, gales from the southeast. Our house remained cool despite the intense heat (diary, 24 February 2018). In March, the weather changed and heat concentrated inside the house[64] (diary, 9 February 2018). When speaking of floods and droughts, people say they do not worry about dealing with climatic variability for they adapt their homes with raised paths (*tapancos*) and embankments (*relleno*):

> *… it's* [called] *an entarimbado [in the compound]… you sink the poles in the ground and put rocks on top… that's where you walk. There's no problem because they're well-supported, set in the earth… that's where people live, on the raised porch, well that's how they lived in the past. Here, we build up the land so water can't get in, but low-lying areas, that's where the water goes, so people make raised porches above the water level* (50-year-old man).

People mentioned the *tapanco* as a solution passed from generation-to-generation, employed during the high-water months:

> *[…] they'd make a tapanco… that's where the current would go til it has to stop. It's not going to go on all year. Like I say, maybe it'll last for two, three months, then the water goes down, things open up and nothing happens… yeah, nothing happens* (50-year-old man).

It is not clear whether embankments (ground fill) are another long-standing local adaptation or began recently with the arrival of modern building materials (concrete blocks, cement, rebar, sheeting). While all people must resolve or deal with floods and drought, indigenous women face the greatest difficulties in confronting the vicissitudes of weather, for they are primarily responsible for the reproductive cycle due to the prescriptions of traditional hegemonic gender norms. When Quintín experiences floods or drought, these women intensify their participation in the productive and community spheres, while maintaining their role in the reproductive domain.

The following section presents examples of how power relations restrict women's adaptation to the vicissitudes of climate.

[62] In an interview for this study.
[63] Local name for this climatic condition.
[64] The house where I stayed is made of concrete with wooden poles and sheet roofing (diary, 28 February 2018).

6. ADAPTIVE CAPACITIES AND HEGEMONIC GENDER NORMS

a) Differentiated roles in the household

Though social and cultural characteristics potentiate or restrict certain actions, women strive to adapt using what they have learned since childhood; for example, this 58-year-old woman who spoke of learning to swim:

> *... I didn't grow up by the river [...], but older women were so meddlesome, don't let anyone see you standing there by the riverbank, they'll go and look for you, though you're a grown woman, and some older men were meddlesome too. The men, okay, but the women no, some of them, okay, but not all of them, not all the women* (58-year-old woman).

This condition was confirmed by observations in other situations. In one home, the only girl there was aged 7. She ran all errands and performed the key function of caring for her little siblings, playing with a 4-year-old, and holding the newborn, giving him his bottle, and soothing him when he cried. She also attended a small store and helped her mother around the house. The difference compared to her 10-year-old male cousin was clear as he only helped his grandfather in the tortilla shop (*tortillería*) and ran errands on his tricycle. In this region of marshes and rivers, both kids were learning to swim, but the cousin was taken to the cornfield more often, so he spent more time around the water, either swimming or steering the canoe, activities that his grandfather had taught him earlier.

These roles may not appear to entail an unequal relation, but they confine the girl to the restricted space of the home where infants depend on her and she has multiple responsibilities to help her mother as she learns the role of being an adult woman. In contrast, the cousin goes out under his grandfather's care and learns activities to provide for the home by farming or running errands. His world is much freer and allows much greater interaction with the aqueous landscape, equipping him to better deal with climatic variability through everyday experiences, like being able to swim. Not learning to fish or use the canoe from childhood impedes many productive activities in Quintín and, for women, limits access to resources and the possibility to transgress their dependence and learn outside the home. But women perceive changes in the weather and respond actively to crises, usually by helping their loved ones and preventing health problems. One 43-year-old woman said the following about the rainy season: *It has an effect because it brings coughs, fevers, grippe for the kids or older ones... in the future too, everyone'll get it, it's part of the change that goes on. Because sometimes it's hot [but] the other day was cool... the rains come and that's how it is.* This excerpt speaks of the confinement entailed in caring for other family members in different stages of growth, but also reveals people's awareness of climatic variability, which leads them to carefully store water for housecleaning, personal hygiene and alimentation. Running water is available from 7:00-13:00 hrs, and we observed extensive collaboration among women in this regard. Childcare was often done collectively with women dividing their time between this, household chores, and feeding the animals in their yards. Activities related to church and school were also frequently shared (diary, 25 February 2018).

Epochs of floods and drought intensify the labor required to care for the members of the woman's own family, her husband's family and, often, neighbors. Many women are overloaded, though their knowledge of the climate allows them to organize matters at home, protect their belongings, and even prepare food when the home is flooded. They also adjust their daily activities accordingly: on very hot days they get up earlier to boil corn for tortillas before the temperature reaches its maximum at midday, and they store more water so the family can take frequent baths. Women understand the importance of heating water to bathe children on cold days or when the northers' come, to prevent illnesses, and know the kinds of dishes they can prepare according to the foods available, using fish, corn and seasonal products to make meals for the family as well as food for sale.

b) Family economy and land tenure

The impact of hegemonic gender norms on economic decisions and the control of natural resources condition women's access to land and fishing, as this excerpt illustrates:

> *Yeah, he left me a plot, but [...] there's no one to cultivate it; I say that because they didn't stay... they went away... all that's left was... well... that's it ... women can't go out there under the hot sun [sic.], because that's only for men... since they know what the sun's like, out there working under the sun, but us women, we can't go out in the sun, soon we'd all die, especially now that [blood] pressure is so*

> *common, instead of going to the cornfield, it's best for me to stay home… that's why we don't go, it's far away* (59-year-old woman).

Fields are in far-away zones, accessible only by canoe. Not all women are taught to fish or steer canoes because locally these are considered male activities. A few women know-how, but since farming and fishing are not their assigned tasks when they do these activities had hid themselves avoiding critics from locals. Therefore, a woman whose husband dies or migrates has no access to, or control over, the fields, leaving her in conditions of great vulnerability. These women may tend land in the form of backyard gardens or orchards. A few cultivate fields but are stigmatized for performing "traditionally male" activities. Clearly, there are restrictions on women's ability to own land or enjoy economic usufruct. Thus, many, adopt other activities to generate income essential for confronting epochs of floods and drought throughout the year:

> *Yes, aside from homemakers, many [women] have a workplace, a small store, selling chicken or fruit, many sell Avon or perfumes, things like that, others sell shoes, something to produce a little income* (34-year-old woman).

In this vein, another woman said:

> *… thanks to God, sometimes I make 40 or 50 totopostes so we have a bit of money to get by, to buy things you need at home; I also do it because my son is studying… he comes needing money, so we get together and give him some because, as people say, studying requires money* (46-year-old woman).

The hegemonic gender norms restrict women's mobility, but they find ways to collaborate when economic times are tough due to their poverty and marginalization: preparing seasonal dishes, attending a small store, selling shoes, etc.; activities crucial for family survival. They assume responsibilities in the face of climatic variability and feel that one fundamental task is transmitting indigenous knowledge by teaching their children. When we asked one woman with who share her chores, she responded matter-of-factly, "*No… because I don't have a daughter"* (36-year-old woman). Women shoulder a double load: caring for the home and earning income, but they do not seem to perceive this; rather, they believe "*it's their duty to help out*", feed their families, perform domestic labors, and participate in activities to produce food in their yards and gardens:

> *[…] as mothers we [make sure] our kids go to school; what do we do when we don't have [what they need]? Raise a chicken, turkey, or duck to get production… an egg for our kids. Because now, even beans are expensive. That used to be the cheapest thing, but it's gone up* (57-year-old woman).

The activities defined by hegemonic gender norms become complicated with inclement weather, intense rain, northers' or runoff from the high basin of the Usumacinta River, all of which demand careful management of times and spaces inside the home. Women organize and clean the yard, and make sure their animals are safe during difficult times. Indeed, the entire area must be made safe for the family when the rivers rise, though this means additional domestic work and greater responsibilities for women:

> *Ahh, you know high currents bring lots of problems… it isn't only the river. When the current's really high, there are these empty lots* [solares], *not big areas, just lots, the water gets in […] and the chickens and turkeys? Well, I say if the current isn't too high it doesn't bother me, but when it gets really high, we go out to the street, leaving the dry area for the animals, because we're saved by that embankment over there* (60-year-old woman).

c) Countryside and cornfields: "exclusively" male activities

The hegemonic gender norms assign women the role of caregivers, concerned with the activities of all family members, so they worry about not only the domestic domain but also the productive activities considered "masculine" in nature, especially fishing and farming. But there may be more to it than this, for their concern for the two spheres reflects the reality that their participation in both is key, though their contribution to "male" productive activities is deemed of little or no consequence. In fact, women themselves deny or undervalue their contribution, though they are well aware of their capacity to perform activities similar or equal to those of men:

> *Here, women actively help their husbands in farming, planting corn, squash, watermelon, going for firewood, thousands of things, preparing fields, ceramic griddles, making lots of things… fans, incense, tortillas, grind pozol, tell stories, you*

> *can ask… so many things, when necessary women grab bait, take a boat… their canoe…, whatever, and go fishing, or gather firewood and look for things because needs are many: There's lots of activity. We don't see it in other places, but we know we can do everything* (59-year-old woman).

Several women stated that they participate in fishing or farming, but commented that their role was simply "helping" their husbands in their activities. The broad knowledge they demonstrated about planting and harvesting dates and good fishing spots, among other topics, lead to the conclusion that their role in these activities is much greater than they say, but their discursive self-contention further evidences the hegemonic gender norms. The undervaluing of actions performed by women and the negative perception of women who participate in "masculine" activities makes their contributions 'invisible' and impedes recognition of these tasks in the community and public policy.

7. IN CLOSING

According to Ashwill et al.'s (2011) work in seven rural communities in Bolivia, a close relation exists between hegemonic gender norms and vulnerabilities differentiated by climate and the adaptive strategies identified by women and men. One aspect of this vulnerability is the undervaluing of predominantly female responsibilities in economic terms compared to traditional male labor. Agarwal (1997) affirms this for India, and Zapata (Zapata Martelo et al., 1994) and Medina (1992) observed the same phenomenon earlier among peasant women in Latin America. It is evident today, in Quintín, that men's work is deemed more important and of greater symbolic value than women's labors. According to these studies, women's collaboration in traditional productive activities is observed in both India and Latin America, though the proportion of women who participate is unknown. Ashwill et al.'s study (2011) found that Guaraní women who work the fields with their husbands receive no direct remuneration, while women in Chaco refer to their sales activities simply as "help". During our daily life in Quintín, the women refer to them as helpers. Ashwill et al. did not note any increase in men's participation in domestic and reproductive responsibilities; similarly, we have no evidence of their participation in the domestic domain in Quintín.

Hegemonic gender relations frame the actions of women and men in society, including perspectives on, and responses to, climatic conditions. Women almost inevitably link the dry and flood seasons to illness and health, both their own and that of their loved ones. Uribe Iniesta (2003) observed that women are traditionally entrusted with caring for family health, a gender-based responsibility determined by culture and handed down from mother-to-daughter. The topic of traditional healing rarely arose, but we saw women recur to traditional indigenous knowledge. In the absence of medical professionals, they have diverse means of healing themselves and their relatives. According to our interviews, today illnesses are attributed more to contamination than climate, with blame being placed on the State oil company, *Petróleos Mexicanos* (PEMEX). In 2014, Díaz Perera et al. warned of the many sequelae of the oil industry, especially the presence of polycyclic aromatic hydrocarbons (PAH) in soils in the RBPC. Uribe Iniesta (2003) traces this to the specific way in which modernization processes have evolved in Tabasco, and their differentiated effects on women and men. Their impact on the ecosystem has repercussions for culture because they are interdependent systems and, hence, on family structure and the gendered division of labor. For Iniesta, "*productivity of the self-supply system declined due to changes in the hydrological regimen, increased cattle-ranching, and other factors; then came pollution that hit the productive unit at its foundations*" (Uribe Iniesta, 2003 p. 109). Iniesta notes that alcoholism among men is caused by the stress generated by these processes, and results in domestic violence that damages the whole family. This has led some women to seek work opportunities outside the community, though they are stigmatized for this internally. Nevertheless, Quintín is a vibrant indigenous community in a wetlands environment, one of the more difficult places to live in the world.

In Bolivia, older women do not migrate, but younger ones may do so as often as men, as families send young people of both sexes to study or search for better opportunities (Ashwill et al., 2011). The situation is similar in Quintín, with several cases of women who migrate to study, though if they become pregnant they usually adopt their role as mothers, discontinue their studies, and abandon any potential trade or profession. When men migrate, women are left in charge of both the home and the productive activities men traditionally perform, with the consequent, significant, intensification of women's work. Ashwill et al. (2011) concluded that hegemonic gender norms are changing quickly as a result of migratory processes that lead some women to transgress those restrictions. While it is true that migration generates disadvantages for women, men and family unity, sometimes results are positive. Chant (1998 in Skinner

2011) holds that migration can empower women by increasing their control of domestic resources and decision-making at home, while also improving economic conditions through the remittances received. In the case of Quintín, however, deeper analyses are required to determine whether real empowerment occurs. Ulloa (2013) states that for Colombian peasants this means moving to urban zones in response to climatic variability or to search for jobs; a strategy developed due to issues of land tenure and access to land. Zapata (1994) sustains that migration is no longer just a survival strategy in response to crises, but a condition for the reproduction of family units. Without doubt, as Skinner (2011) affirms, migration is a last-resort strategy that brings profound changes to the entire family, impacting every member and their interrelations. In the case of women, the actions and processes carried out to confront the vicissitudes of climate are conditioned by inequalities in power relations that subordinate them within a patriarchal society, but this does not imply that they refuse to attempt to move forward during times of adversity.

On the one hand, women have limited access to land because traditionally only men can inherit; on the other, there are the physical limitations and social restrictions on women's ability to go to farming areas (Gillespie & Perry, 2019) because this requires using the canoes that they are rarely taught to handle as children. Zapata (1994) writes that although Mexico established the juridical equality of women and men with respect to land in 1971, access is still precarious for women: "… *due less to the law than to cultural conditionings and discriminatory policies determined by the patriarchate*" (Zapata Martelo et al., 1994). Besides, in water issues, the women are under full control inside the house, even national laws ignore indigenus water governance. As Naess (2013) explain, *the role of local knowledge for adaptation need to give more consideration to local power relations,* as well, more interaction with government strategies.

Authors like Agarwal (1997), Kabeer (1999), Shiva (2010) and Gillespie & Perry (2019), have addressed gender relations and how they influence unequal access to resources in India, Bangladesh and Cambodia. Quintín, similarly, offers evidence of a division of activities related to gender and adaptation; for example, women's efforts to complement income through other activities, or the productive and reproductive labors they perform in their yards to satisfy their families' nutritional requirements through self-sufficiency. Ramón Mariaca (2012) writes that family gardens are systems of adaptive production, as different family members manage the biophysical environment to produce plants and animals in a space also destined for recreation. Women are mainly responsible for the work in the yard to feed the family. Moreover, their 'invisible' domestic labor and the support of people who do not participate in labor markets are essential for sustaining the economy (Gillespie & Perry, 2019). Zapata also affirms that these undervalued labors are what allow the unity of peasant production and capital accumulation. If this work were left undone, not only the scheme of production, but the society as a whole, would come to a grinding halt.

In synthesis, the value of the activities that women perform as a function of confronting climatic variability is minimized by local level power relations, as their labors are deemed less important, or even made invisible, though this impedes the adaptive processes led by women, limits benefits for communities, and in a regional and national level impedes the construction of more 'progressive' public policies. The actions considered "exclusively for women" center on the domestic and community spheres and reproduction. Communities view these actions as simply "help", or fail to speak of them at all, for they are considered irrelevant. Showing these actions, describing them, and recognizing them as important, will constitute a grand advance in orienting efforts to adapt to climatic variability, in achieving empowerment for women, and in enhancing community wellbeing. The undervaluing of women's domestic labor increases the weight of the double, or triple, burden carried by those who work outside the home for wages, and those who sell products, prepare food for sale, or participate in activities in the wider domain. During climatic crises, their burdens become even heavier, and the stress and vulnerability they suffer increase. Failing to visibilize this double or triple burden impedes acting in response, recognizing and rigorously documenting the importance of women's work and, in general, all the activities performed by women in Quintín, and whatever other place, are keys for the survival of their families, and for the continuity of their culture.

Throughout the paper we press this key point: understanding the ways in which women actions might confronting climatic variability. Subsistence communities in tropical wetlands settings are a critical part of understand Climate Change the picture. We argue that for better understanding its environment is imperative to study women labors and seek a more equitable distribution of domestic tasks and the empowerment of women with greater control resources control and participation in decision-making.

ACKNOWLEDGMENTS

Gratitude is due to people in Quintín. This work was supported by the Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (Conacyt); Academy of Finland, under grant number 1317319.

DECLARATION OF INTEREST STATEMENT

The authors declare no competing interests. The Comité de Ética en la Investigación de El Colegio de la Frontera Sur approved this research dated: 12.02.2018.

BIBLIOGRAPHY

[1] Adger, N. W., Barnett, J., Brown, K., Marshall, N., O'Brien, K., Adger, W. N., … O'Brien, K. (2013). Cultural dimensions of climate change impacts and adaptation. Nature Climate Change, 3(2), 112–117. Recovered from: https://doi.org/10.1038/nclimate1666

[2] Agarwal, B. (1997). "Bargaining" and Gender Relations: Within and Beyond the Household. Feminist Economics (Vol. 3). Delhi. Recovered from: https://doi.org/10.1080/135457097338799

[3] Aguilar, L., Castañeda, It. y Salazar, H. (2002). En búsqueda del género perdido. Equidad en áreas protegidas. (ABSOLUTO S.A., Ed.). Unión Muncial para la Naturaleza (UICN).

[4] Alston, M. (2013). Women and adaptation. Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change, 4(5), 351–358. Recovered from https://doi.org/10.1002/wcc.232

[5] Ashwill, M., Blomqvist, M., Salinas, S. y Ugaz-Simonsen, K. (2011). La Dinámica del Género y el Cambio Climático en las Zonas Rurales de Bolivia. Washington: © 2011 Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial.

[6] Díaz Perera, M., Marín Olán, P. y Capdepont Ballina, J. (2016). Diagnóstico y viabilidad económica de actividades productivas en la Reserva de la Biósfera Pantanos de Centla. Informe Final. Recovered from: https://www.basel.int

[7] Elizalde, F. y Romero, J. C. (2000). Programa de Manejo Reserva de la Biosfera Pantanos de Centla. (Instituto Nacional de Ecología, Ed.). México D.F.: Secretaría de Medio Ambiente Recursos Naturales y Pesca.

[8] Escobar, P. (2008). El conocimiento de las mujeres indígenas como elemento fundamental para enfrentar el cambio climático. In A. Ulloa, E. Escobar, L. Donato y P. Escobar (Eds.), Mujeres indígenas y cambio climático Perspectivas latinoamericanas Mujeres indígenas y cambio climático Perspectivas latinoamericanas (pp. 37–41). Bogotá. Recovered from: http://www.carbonoybosques.org/images/stories/esp/archivos/mujeres-indigenas-y-cambio-climatico-2008.pdf

[9] Gama Campillo, L. M., Villanueva García, C., Macías Valdez, M. E., Pérez Sanchez, E. y Diaz López, H. (2008). Evaluación de la vulnerabilidad de los estados del Sureste de México ante lluvias extremas debidas a la variabilidad y el cambio climático: Tabasco, Estudio De Caso.

[10] Gillespie, J., & Perry, N. (2019). Feminist political ecology and legal geography: A case study of the Tonle Sap protected wetlands of Cambodia. Environment and Planning A: Economy and Space, 51(5), 1089–1105. Recovered from https://doi.org/10.1177/0308518X18809094

[11] Guerra, V. y Ochoa, S. (2005). Identificación y variación de la vegetación y uso del suelo en la reserva pantanos de Centla, Tabasco (1990- 2000) mediante sensores remotos y sistemas de información geográfica. Revista de Sociedad, Cultura y Desarrollo Sustentable, 1, 325–346.

[12] IPCC. (2014). El Quinto Reporte de Evaluación del IPCC ¿Qué implica para Latinoamérica?

[13] Kabeer, N. (1999). "The Conditions and Consequences of Choice: Reflections on the Measurement of Women"s Empowerment'. UNRISD Discussion Paper DP108. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD).

[14] Maimone-Celorio, M., Aliphat, M., Martínez-Carrera, D., Ramírez-Valverde, B., Valdéz-Hernández, J. y Macías-Laylle, A. (2006). Manejo tradicional de humedales tropicales y su análisis mediante sistemas de información geográfica (SIGs): el caso de la comunidad Maya - Chontal de Quintín Arauz, Centla, Tabasco. Universidad y Ciencia, 22(1), 27–49.

[15] Mariaca, R. (2012). La complejidad del huerto familiar maya del sureste mexicano. En R. Mariaca (Ed.), El huerto familiar del sureste de México (pp. 8–42). Villahermosa, Tabasco: D.R. Secretaría de Recursos Naturales y Protección Ambiental del Estado de Tabasco.

[16] Morales Rodríguez, J. R., Ortega Argueta, A., Ramos Muñoz, D. E. y Gurri García, F. D. (2019). La capacidad de adaptación en la Reserva de la Biosfera Pantanos de Centla, México. Economía Sociedad y Territorio, (59), 1119. Recovered from: https://doi.org/10.22136/est20191255

[17] Naess LO. The role of local knowledge in adaptation to climate change.WIREs Clim Change 2013, 4:99–106. doi: 10.1002/wcc.204

[18] Ogra, M. V y Badola, R. (2014). Gender and climate change in the Indian Hindu-Kush Himalayas : global threats, local vulnerabilities. Earth System Dynamics Discussions, 5, 1491–1520. Recovered from: https://doi.org/10.5194/esdd-5-1491-2014

[19] Ortega Argueta, A., Hernandez de la Cruz, A., Ramos Muñoz, D., Aldasoro Maya, M. y Espinoza Tenorio, A. (2017). Planificación de medidas de adaptación al cambio climático desde la perspectiva local en la subregión de Pantanos, tabasco, México. En M. Instituto Mexicano de Tecnología del Agua (Ed.), La cuenca del río usumacinta desde la perspectiva del cambio climático (Primera, pp. 267–300).

[20] Pazmiño, A. y Vargas, P. (2014). Las mujeres indígenas, grandes aliadas en la lucha contra el cambio climático. En R. Lara y R. Vides-Almonacid (Eds.), Sabiduría y adaptación. El valor del conocimiento tradicional para la adaptación al cambio climático en América del Sur (pp. 119–131). Quito-Ecuador: UICN.

[21] PNUD, P. de N. U. P. el D. (2008). Guía Recursos de género para el cambio climático. Chapultepec: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD).

[22] Resurreccion, B. y Elmhirst, R. (Eds.). (2008). Gender and Natural Resource Management: Livelihoods, Mobility and Interventions.

[23] Ribot, J. (2017). Cause and Response: Vulnerability and Climate in the Anthropocene. Acta sociológica, 73, 13–81.

[24] Sánchez, A. J., Salcedo, M. Á., Florido, R. y Mendoza, J. D. D. (2015). Ciclos de inundación y conservación de servicios ambientales en la cuenca baja de los ríos Grijalva-Usumacinta. ContactoS, 97, 5–14.

[25] Shiva, V. (1998). Abrazar la vida. Mujer, ecología y supervivencia. (H. y horas la Editorial, Ed.). Madrid.

[26] Shiva, V. (2010). Diálogo sobre ecofeminismo con Vandana Shiva. Quito: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo.

[27] Skinner, E. (2011). Género y cambio climático Informe general. Recovered from: http://www.bridge.ids.ac.uk/vfile/upload/4/document/1211/Overview Report _CC.pdf

[28] Smit, B., Burton, I., Klein, R. J. T. y Wandel, J. (2000). An Anatomy of Adaptation to Climate Change and Variability. Climate Change, 45, 223–251. Recovered from: https://doi.org/10.1023/A:1005661622966

[29] Smit, B. y Wandel, J. (2006). Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. Global Environmental Change, 16, 282–292. Recovered from: https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.03.008

[30] Tudela, F. (1989). La modernización forzada del trópico: el caso de Tabasco, proyecto integrado del golfo. (F. Tudela, Ed.). México: Federación internacional de institutos de estudios avanzados (IFIAS) y Centro de investigación y de estudios avanzados del IPN (CENVESTAV).

[31] Tuñon, E. y Molina, D. (2011). Agenda de género ante el cambio climático en el Estado de Tabasco. México.

[32] Ulloa, A. (2013). Estrategias culturales y políticas de manejo de las transformaciones ambientales y climáticas. In A. Ulloa y A. Prieto-Roz (Eds.), Culturas, conocimientos, políticas y ciudadanías en torno al cambio climático (Centro Edi, pp. 71–105). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de ciencias humanas y Colciencias.

[33] Uribe Iniesta, R. (2003). La transición entre el desarrollismo y la globalización: ensamblando Tabasco (Primera). Cuernavaca: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, Av.

[34] Zapata Martelo, E., Mercado González, M. y López Arellano, B. (1994). Mujeres rurales ante el nuevo milenio (Ana Victor). Montecillo, Texcoco.

Capítulo 22

Análise das tipologias arquitetônicas dos edíficios escolares públicos do estado do Paraná construídos período de 1960-2000

Gleison Mendes Gerola
Sérgio Eduardo Rosales
Norma Eliane Jung

Resumo: O presente artigo apresenta um panorama histórico a respeito dos projetos arquitetônicos das escolas construídas no Estado do Paraná após a década de 1960. Evidenciou-se que aspectos como: iluminação, ventilação, espaços de convívio coletivo e circulação configuravam-se como um requisito a nível pedagógico e não como uma diretriz projetual. Hoje, percebe-se grandes dificuldades enfrentadas pelos usuários dessas edificações em função da falta de qualidade projetual. Problemas de conforto visual, térmico e acessibilidade são os mais comuns. Considerando que os usuários dessas escolas possuem diferentes necessidades daquelas da década de 1960, os novos projetos arquitetônicos devem ser reavaliados no tocante a aspectos de conforto ambiental, estética e acessibilidade.

Palavras-chave: Escola; arquitetura; projeto arquitetônico.

1. INTRODUÇÃO

A educação é o maior legado de uma nação. Boa parte da vida na fase infanto juvenil é passada na escola, onde por meio do processo de escolarização a criança passa a ser preparada para o convívio em sociedade. Durante esse processo, a criança vivencia e se imerge em mundo de novas sensações e descobertas. Sendo assim é necessário dar importância à escola e como a edificação interage com esses sujeitos, especialmente na questão de espacialidade, levando em conta quais são as sensações e as emoções que o edifício desperta no aluno (KOWALTOWSKI, 2011). A maioria das escolas do Estado do Paraná, depois da década de 50, foi executada com base em projetos padrões denominados: 001, 004, 009/010, 013. Estes projetos padrões eram diferentes, porém, tinham as mesmas características tipológicas. A reprodução destes projetos impediu a adaptação as características do lugar, ocasionando problemas típicos de conforto térmico e acústico. A falta da identidade dos próprios usuários do local, muitas vezes, acabam por levá-los a cometerem atos de vandalismo (SILVA FILHO; ARAUJO, 2017). De acordo com Azevedo (2007), a evolução dos espaços escolares tenta acompanhar, de forma lenta, as novas filosofias da educação e a uma visão diferenciada da criança daquela do século passado - deixando de ser considerada como o adulto em miniatura, para a criação de uma criança com formação própria. É necessário que as espacialidades escolares sejam compatíveis aos avanços da pesquisa em educação de forma que a qualificação do processo de escolarização contemple a relação entre o ser humano a ser formado e o espaço físico em que ali está imiscuído. Os projetos padrões escolares deste período foram baseados em necessidades pedagógicas e em filosofias educacionais que atualmente são considerados obsoletas e ultrapassadas pela pedagogia (BUFFA et al, 2003). Os alunos desta nova geração frequentam ambientes escolares, que foram projetados para atender as necessidades da geração de seus pais, tios e até avós. Durante todo o século XX, o Estado do Paraná passou por grandes modificações socioespaciais. Em especial, depois da década de 50, várias cidades tiveram aumento significativo na densidade populacional. Este aumento resultou em várias necessidades dentro dos municípios, uma delas foi a urgente necessidade de construção de mais escolas. Baseado neste fato, o Governo do Estado teve que padronizar projetos escolares para facilitar a execução, reduzir custos e tempo.

Os projetos padrões até então utilizados não atende mais as necessidades desta nova geração do século XXI. As práticas pedagógicas também foram modificadas. Atualemtente, estas vivenciam um grande conflito em ter que condicionar sua prática a uma edificação antiga que não oferece respostas adequadas as suas necessidades e demandas. O presente artigo objetiva traçar um panorama sobre a História da Arquitetura Escolar do Estado do Paraná, abordar a necessidade de implantação de escolas durante o século XX; o ambiente escolar e sua relação com os seus usuários e ao final, apresentar os projetos padrões inseridos no Estado do Paraná depois da década de 50.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. EDUCAÇÃO, UM DIREITO DE TODOS

De a cordo com a Constituição de 1988:

> "Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (BRASIL, 1988).

Atualmente, a Constituição Federal de 1988 determina o direito à educação a todos os brasileiros. Antes desta lei, as pessoas poderiam estudar, mas não era de responsabilidade do Estado promover e incentivar a educação. A lei surgiu, para assegurar a todos os cidadãos o direito de estudar e assim, tentar extinguir o analfabetismo no país. Este assunto dever ser abordado por todos os segmentos sociais, inclusive pela própria escola.

2.2. A HISTÓRIA DA ARQUITETURA ESCOLAR NO PARANÁ

O Estado do Paraná teve uma evolução mais tardia, quando comparado a outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, a Arquitetura Escolar do Estado do Paraná teve como referência a arquitetura escolar destes estados. Segundo Bueno (2008) a estrutura educacional do Rio de Janeiro na época servia de exemplo para os demais estados, até que em São Paulo ocorreu uma experiência, de elaborar projetos de Escolas denominado de "Grupo Escolar", que se consolidou como exemplar para os demais estados da federação. Nestes projetos padrões do "Grupo Escolar", foram repensados, algum itens, para melhorar a qualidade da estrutura escolar. Bueno (2008) destaca alguns itens tais como: cuidados com a ventilação, iluminação e salubridade da área ocupada pela escola, nova distribuição e ocupação de seu espaço externo com a criação de pátios, áreas para educação física, jardins, etc. e também de seu espaço interno ao acolher e valorizar uma ampla gama de equipamentos e móveis distribuídos pela biblioteca... salas de aula, se preocuparam e valorizaram a questão de higiene e saúde, incluindo as questões posturais. De acordo com Bueno (2008), o processo de implantação dos grupos escolares não foi uniforme em todo o país. Apesar de possuírem uma estrutura muito semelhante e contarem com prédios próprios, na maior parte das vezes. Segundo Correa (2004), o primeiro grupo escolar criado no Estado do Paraná foi o Grupo Escola Dr. Chavier da Silva, inaugurado simbolicamente, ainda em fase de conclusão em 1903. Foi criado para servir de modelo para outros grupos, sendo mais tarde disseminado na Capital e no restante do estado.

Com o passar dos anos as escolas tiveram que rever seus espaços, inserindo itens necessários para uma boa qualidade dos ambientes. Correa (2004) afirma que os princípios que regeram as edificações se pautavam em necessidades pedagógicas, tais como, ventilação, q iluminação, sala de jogos, pátio de recreação e questões estéticas (promoção do gosto pelo belo e artístico). Segundo Correa (2004), o Estado do Paraná foi caracterizado por utilizar projetos-tipo, na construção de escolas, ou seja, projetos com plantas e fachadas padrões, que foram construídos na Capital do Estado e em diversas cidades do Estado do Paraná. O edifício se simplifica e se aproxima da linguagem neocolonial (BREITENBACH, 2007). Essa padronização, em geral, de forma simples, gera economia, rapidez e facilidade de execução.

Enquanto na zona urbana se implantava as escolas projetos-tipo, na zona rural, havia as chamadas escolas isoladas ou escolas rurais. As escolas rurais foram implantadas por volta do início do século XX. Século esse marcado não somente pela expansão agrícola, mas uma importante parcela da história da educação no Brasil, quando o edifício escolar passa a ser mais evidente a todas as pessoas. (STANISLAVSKI ,2009) As escolas rurais resistiram por muitos anos no século XX, porém, foram extintas pois a infraestrutura não colaborava para a boa formação dos alunos. A escola rural, em geral, construída de madeira, tinha uma sala de aula, uma varanda e às vezes uma pequena cozinha. O banheiro era tipo privada, localizado pelo lado de fora e afastado da edificação, não tinha instalação hidráulica e nem elétrica.

Segundo Stanislavski (2009), a Escola rural era caracterizada pela falta de recursos materiais, financeiros e pedagógicos, incluindo a falta de profissionais habilitados. Seus professores tinham que improvisar e particularizar os meios para dar a educação das crianças. Era nítido o descaso com as escolas rurais que deixadas às margens das políticas públicas em contrapartida às escolas urbanas. Nestas salas de aula, eram ministradas aulas para várias turmas ao mesmo tempo e com um único professor, que geralmente, morava próximo a escola. Isso justifica a falta de qualidade destes ensinos. O interessante nestas escolas rurais é que o espírito de coletividade e socialização ser bem evidente. Várias crianças de diferentes idades dividiam o mesmo espaço, criando respeito e admiração entre si.

No Paraná, do inicio do século XX até 1980, foi um período em que se construíam muitas escolas. De acordo com Ipardes (2004) o Paraná recebeu muitos imigrantes europeus no inicio do século XX. Anos depois, em meados de 1970, o Paraná passou por outro momento marcante que foram as transformações tecnológicas de base agrícola, responsáveis por um impactante reordenamento fundiário com implicações sociais de grande magnitude. Essas mmudanças culminaram em grandes migrações da zona rural para a zona urbana (IPARDES, 2004). Este aumento populacional na zona urbana proporcionou a construção de várias escolas, em todo o estado. Novamente, inserindo um projeto padrão para escolas. Atualmente, constroem-se poucas escolas, em geral, o governo faz reformas ou apenas ampliam as escolas existentes. Até porque não houveram transformações no Estado que alterassem de forma significativa a densidade populacional neste início do século XXI.

2.3. O AMBIENTE ESCOLAR

Atualmente, há várias discussões sobre o ambiente escolar, tanto na área de arquitetura quanto na área da psicologia, pedagogia e filosofia, entre. Esta discussão relacionada como o ambiente físico escolar influencia no aprendizado e na vida da criança; como a criança se comporta nestes espaços? Qual a qualidade destes espaços? Como são os espaços livres da escola e a sua interação com o meio ambiente? Será que estas escolas têm espaços lúdicos? E assim várias outras perguntas que deverão ser respondidas.

De acordo com Melatti (2004), a importância do ambiente escolar pode ser testada numa experiência simples e corriqueira: é só observar uma criança quando chega pela primeira vez à escola, ela normalmente reage de forma imediata, demonstrando o impacto agradável ou não que lhe causou o "espaço", a estrutura, as cores, enfim, o conjunto físico do colégio. Em média, uma criança entra na escola de ensino fundamental aos 7 anos de idade e termina o ensino médio aos 17 anos. Obrigatoriamente ela tem que frequentar espaços escolares ao longo de 10 anos. O que se pode observar é que tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio a criança frequenta espaços escolares com as mesmas características, isso ocorre devido aos projetos padrões executados ao longo de várias décadas. Resumindo, uma criança passa 10 anos da sua vida vivendo em ambientes escolares parecidos, e justamente neste período é que o indivíduo se prepara para a vida, passando da fase infantil para a fase adolescente e sai iniciando a fase jovem.

Toda escola pública é construída para ter uma vida útil maior do que 50 anos, ou seja, uma escola abriga várias gerações, e é neste ponto, que deve haver discussões. Será que durante 50 anos os pensamentos e os métodos de ensino serão os mesmos? A resposta é simples, é só imaginar se há diferença entre o comportamento de uma criança da década de 1960 e uma criança dos dias atuais. Provavelmente há inúmeras diferenças, tanto nas questões culturais, quanto tecnológica, na maneira de socialização, na maneira de brincar, na vida familiar, entre outros.

Segundo Funare e Kowaltowski (2005), existe uma literatura bastante rica que apresenta a arquitetura escolar sob o contexto histórico, mas há pouco que discute a arquitetura escolar no seu sentido mais amplo, com relação a questões projetuais tais como: conforto, manutenção metodologia de ensino, configuração espacial entre outros. As escolas devem ter uma preocupação com suas áreas livres, devem oferecer espaços agradáveis, e deve-se ter cuidado com a manutenção destes espaços, para que os mesmos não seja motivo de preocupações com a segurança. Segundo Elali (2003), alguns autores estão estudando os espaços livres escolares. Grande parte desse interesse provavelmente deve-se à gradativa redução dos espaços para brincadeira, tanto na área urbana (pelo adensamento da área urbana e aumento da preocupação com a segurança em seus diversos tipos e níveis) quanto nas próprias residências familiares. De acordo com Elali (2003), a existência de grandes áreas livres, parte ensolaradas, parte sombreadas, tem assumido cada vez maior importância na delimitação dos ambientes destinados à educação infantil, uma vez que tais locais permitem às crianças desenvolver a psicomotricidade ampla (correr, pular, exercitar-se), participar de jogos ativos e estabelecer um maior contato com a natureza. A arquitetura é fundamental para o desenvolvimento deste novo ambiente escolar, onde o pátio da escola e a natureza será o partido arquitetônico deste projeto (KOWALTOWSKI, 2011). O ideal é resgatar a natureza e interagir ambos os ambientes, físico e natural.

2.4. PROJETOS PADRÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ DEPOIS DOS ANOS 50

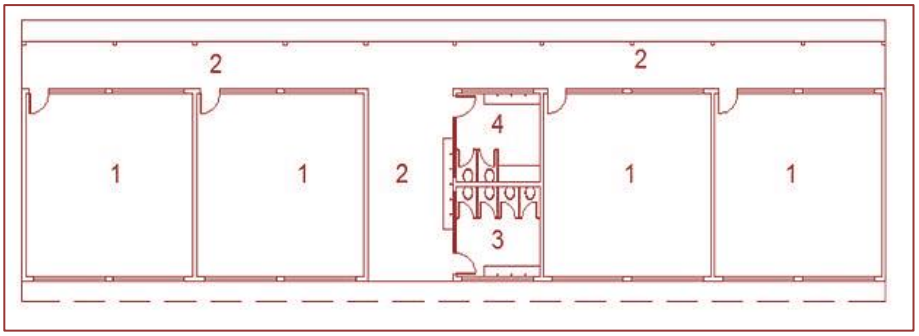
A padronização de projeto escolar vem acontecendo desde o século passado (KOWALTOWSKI et al, 2001). Dentro do contexto histórico de projetos padrões Azevedo (2007) afirma que entre o século XIX e a década de 20 do século XX, a adoção de projetos-tipo foi um procedimento padrão não somente para os prédios escolares, mas também, para outros prédios públicos que seguiam a um determinado programa arquitetônico, como os fóruns e as cadeias. É importante salientar a diferença entre o projeto-tipo das escolas ou grupos escolares do final do século XIX e início do século XX e o “projeto padrão” racional, modulado que chegou até os dias atuais. Nas escolas caracterizadas por projeto-tipo, a distribuição interna era “tipo”, porém a aparência, a fachada ou a forma arquitetônica, eram diferentes. Já em no caso onde era “projeto padrão”, seu aspecto formal, sua técnica construtiva e a distribuição espacial são idênticas em qualquer local que se situem (AZEVEDO, 2007). No início do século XX, o Governo do Estado do Paraná implantou vários projetos padrão do tipo Grupo Escolar. Essas escolas foram implantadas em grande quantidade na Capital do Estado, Curitiba. Esses projetos tinham as mesmas características arquitetônicas.

A partir dos anos 50, novos projetos padrões foram lançados. Embasados em projetos arquitetônicos do Grupo Escolar e com base nas necessidades pedagógicas, foram elaborados os Projetos Padrões. De acordo com Azevedo (2007) a fragilidade da utilização de projetos padronizados é ainda demonstrada, muitas vezes, pelas dificuldades e incoerências na implantação das edificações. A composição e plástica arquitetônica têm uma concepção empobrecida, com formas e organização espacial que não estimulam a descoberta, a criatividade e a percepção, podendo comprometer, por conseqüência, o desenvolvimento da criança e a eficácia do processo educativo. Destacam-se quatro tipos de "Projeto Padrão", representados na Imagem 1, 2, 3 e 4.

a) Projeto Padrão: 001

O projeto denominado pela Secretaria da Educação e do Esporte (SEED) como "Projeto Padrão 001" é caracterizado por um eixo longitudinal onde se situa a circulação. As salas de aulas se posicionam de forma perpendicular a este eixo, ao centro existe uma circulação que dá acesso as instalações sanitárias. As salas são padronizadas, não permitindo uma flexibilização do ambiente, deixando-o monótono. Outros ambientes necessários a escola, tais como: pátio, cozinha, cantina, refeitório, área de serviço, deverão se situar em outro bloco, pois o mesmo não deixa espaço para estes elementos. Neste projeto, percebe-se que não houve preocupação com a acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

Imagem 1: Planta Baixa - Projeto Padrão 001



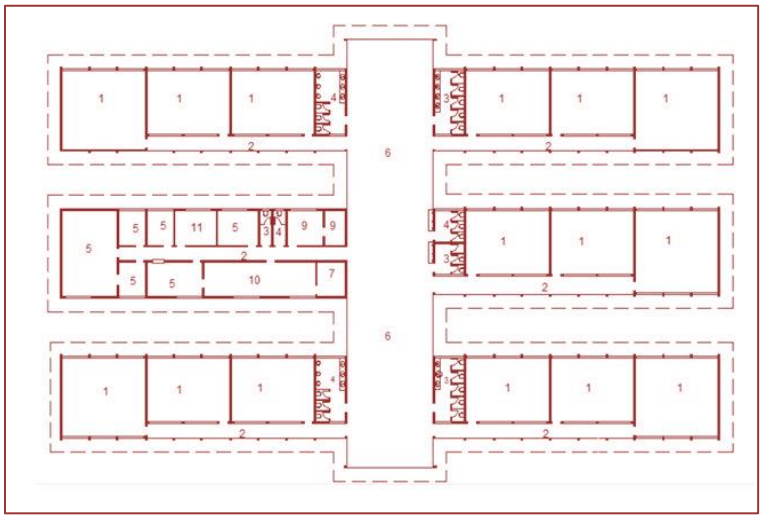
1 – Sala de Aula
2 – Circulação Coberta
3 – Instalação Sanitária Feminina
4 – Instalação Sanitária Masculina

Fonte: Secretaria da Educação e do Esporte – PR (2017).

b) Projeto Padrão: 004

O projeto denominado como "Projeto Padrão 004" é caracterizado por um eixo principal onde se situa o pátio. Todos os blocos de salas de aula e secretaria se posicionam perpendicular a este eixo. Em cada escola que era adotado este projeto, eram feitas adaptações de acordo com as necessidades específicas do local onde seria implantado. Em algumas escolas, ele aparece com um eixo maior e com mais blocos de salas de aulas. Já em outros lugares, aparece com menos blocos, mas a estrutura é a mesma. Neste projeto, percebe-se que não houve preocupação com a acessibilidade para portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida. Não foi projetado lugar especifico para refeitório, cozinha, área de serviço e depósito. Algumas escolas fizeram adaptações dentro deste projeto para inserir estes ambientes. Em geral, esse projeto padrão 004 apresenta os requisitos mínimos necessários para uma escola, mas de certa forma, improvisados.

Imagem 2: Planta Baixa - Projeto Padrão 004



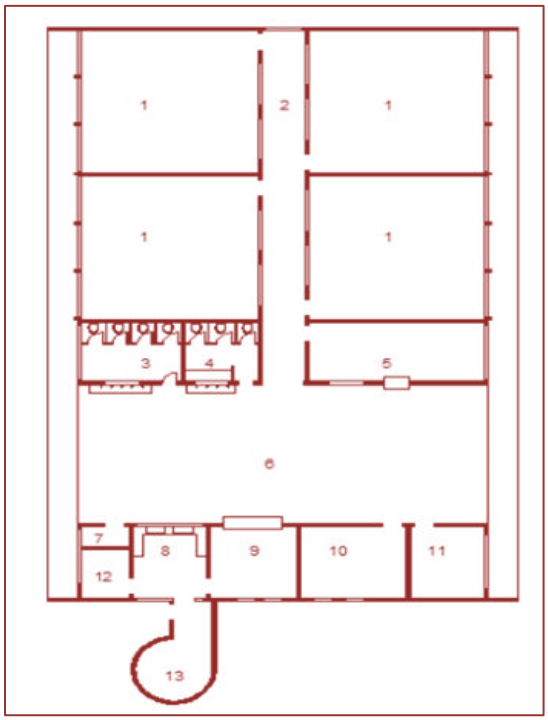
1 – Sala de aula
2- Circulação coberta
3 - Instalação sanitária feminina
4 – Instalação sanitária masculina
5 – Secretaria Escola
6 – Pátio Coberto
7 – Depósito de Materiais
9 – Cantina
10 - Sala dos Professores
11 – Sala do Diretor

Fonte: Secretaria da Educação e do Esporte – PR (2017).

c) Projeto Padrão: 009-010

O projeto denominado como "Projeto Padrão: 009-010" atendeu a necessidade de várias escolas com pouca demanda de alunos, porém, houve alterações neste projeto quando inserido em escolas maiores. Algumas alterações são: mais salas de aula inseridas no eixo longitudinal, mais instalações sanitárias, que são inseridas no local destinado à secretaria escolar. Com o passar dos anos, houve a necessidade de ampliar a cozinha, e para isso, lançaram um projeto padrão para a cozinha. O refeitório se encontra junto com o pátio. Neste projeto, percebe-se que não houve preocupação com a acessibilidade para portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida, um exemplo, são as instalações sanitárias, que apresentam dimensões mínimas.

Imagem 3: Planta Baixa - Projeto Padrão 009-010



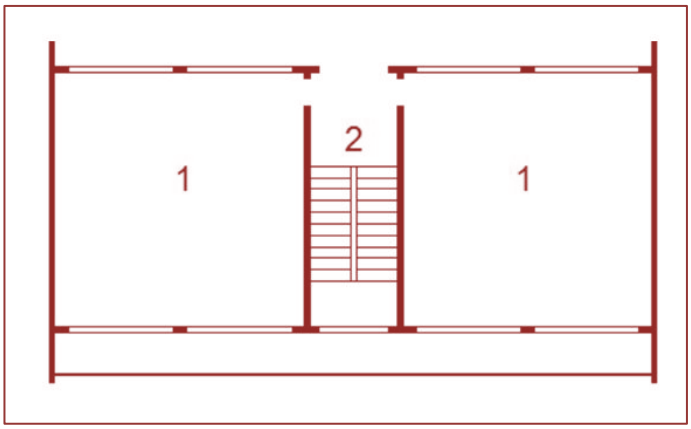
1 – Sala de Aula
2 – Circulação Coberta
3 – Instalação Sanitária Feminina
4 – Instalação Sanitária Masculina
5 – Secretaria Escolar
6 – Pátio Coberto
7 – Área de Serviço
8 – Cozinha
9 – Cantina
10 – Sala dos professores
11 – Sala do diretor
12 – Depósito de Merenda
13 – Área de Serviço

Fonte: Fonte: Secretaria da Educação e do Esporte – PR (2017).

d) Projeto Padrão: 013

O projeto denominado como "Projeto Padrão 013" é caracterizado pela verticalidade, esse bloco pode ser multiplicado tato verticalmente, quanto horizontalmente, de açodo coma demanda do local onde será implantado. Foi impantado em menor escala, pois em geral, era implantado em terrenos pequenos ou com topografia com denível acentuado. A acessibilidade desse projeto é inficiente. Pois, nos locais onde foram inseridos, os alunos com necessidades especiais ou mobilidade reduzida podem acessar apenas o primeiro pavimento. Outros ambientes necessários ao funcionamento da escola, tais como: pátio, cozinha, refeitório, área de serviço deverão ser implantados em outro bloco, pois este projeto padrão não prevê espaço para estes ambientes.

Imagem 4: Planta Baixa - Projeto Padrão 013



1 - Sala de Aula
2 - Circulação Coberta vertical com escadas

Fonte: Secretaria da Educação e do Esporte – PR (2017).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todos esses projetos padrões foram implantados entre as décadas de 50 a 90. Observa-se que nenhum projeto foi elaborado pensando em acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Por exemplo, os banheiros são comuns, as salas de aulas têm portas com aberturas de 80 cm e os acessos às escolas, na maioria, têm degraus. Fato este, devido a Norma de Acessibilidade (NBR 9050) ser sido formulada apenas em 1985, porém, os projetos após a NBR 9050 entrar em vigor não as adequaram.

Atualmente, em muitas escolas estão sendo executadas reformas, para adaptações para que o portador de necessidades especiais possa acessar, estão sendo executadas rampas de acesso e banheiros maior área de circulação. Esses projetos foram implantados em escolas do Estado do Paraná, porém, em algumas escolas eram construídos projetos especiais, de acordo com as necessidades específicas da escola. No entanto, esses projetos especiais seguiam a mesma linha arquitetônica destes projetos padrões.

Observa-se que não há um ambiente para refeitório, e os alunos lancham no próprio pátio. Os projetos das escolas apresentam os requisitos mínimos para o funcionamento, porém, sem identidade local, sem emoção, sem características próprias. Em muitas escolas, é possível encontrar mais de um projeto padrão executado, por exemplo: é comum encontrar o projeto 001 e 009 em uma mesma implantação. Isso ocorreu, quando já havia um bloco construído e houve a necessidade de construir outro bloco, e optou-se pelo bloco que se adaptava as condições locais. De modo geral, os projetos padrões implantados eram baseados na quantidade de alunos.

4. CONCLUSÃO

Os ambientes escolares executados no Estado do Paraná depois da década de 50 seguem um mesmo padrão, são vários modelos tipo, que foram executados ao longo destes anos. Os projetos seguem o pensamento de cuidar das questões de iluminação, ventilação, mas não houve atenção as questões de acessibilidade, não houve adequação dos projetos para atender aos requisitos das normas vigentes.

Nos dias atuais, as escolas são obrigadas a adaptar as condições especiais e para isso estão sendo executadas reformas para essa adequação. Os projetos padrões supriram a necessidade do Estado do

Paraná no século XX, pois a demanda era grande e necessitava de rapidez e economia. E esses projetos baseados em premissas da década de 50 a 70, não atendem mais as necessidades atuais, o pensamento e as necessidades dos projetos de 50 anos atrás são tratatos da mesma forma dos dias atuais.

Os projetos arquitetônicos que serão projetados para os próximos anos, deverão ser repensados, em vários aspectos, como estética, espacialidade, ambientes externos interligando com ambientes internos, o pátio como ambiente de socialização entre os alunos, deve-se fazer uma análise desses alunos e dos métodos de ensino dos dias atuais e assim projetar uma escola coerente para atender esta nova população.

Ressalta-se a necessidade do desenvolvimento de pesquisas na área de projetos específicos para cada localidade, tanto por parte da comunidade acadêmica, quanto por parte das intituições públicas. Resultando assim, em projetos de edifícios mais humanos e com melhor desempenho de projeto e uma melhor qualidade ambiental.

REFERÊNCIAS

[1] AZEVEDO, G. A. N. As escolas públicas do Rio de Janeiro: Considerações sobre o conforto térmico das edificações. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Univesidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

[2] AZEVEDO, G.A.N.; BASTOS, L.E.G.; BLOWER, H.S Escolas de ontem, educação hoje: é possível atualizar usos em projetos padronizados? In: SEMINÁRIO PROJETAR, 3, 2007, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2007.

[3] BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

[4] BREITENBACH, Silvia B. A presença da Arquitetura Neocolonial em Salvador. Cadernos PPG-AU/UFBA, [S.I.], v. 6, n. 1, p. 75 – 90, 2007.

[5] COSTA, Korina; CARRENHO, Dayane T. Y; HAGA, Jaqueline Naomi; COSTA, Lucas L. Tipologia arquitetônica de edifício escolar em Presidente Prudente/SP: transição de educação separada para a mista. Colloquim Socialis, Presidente Prudente, v. 1, n. Especial, jan/abril, 2017.

[6] BUENO, M.F.G. A história da educação: a cidade, a arquitetura escolar e o corpo CEOM – v.21, n. 28 - Memória, História e Educação. 2008 . Cadernos do

[7] CORREA, A. P. P. História e Arquitetura Escolar: os prédios escolares públicos de Curitiba (19431953). Dissertação (Mestrado. Curitiba, 2004.

[8] BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel González; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

[9] FUNARI, T. B. S.;KOWALTOWSKI, D. C. C. K. Arquitetrua e Avaliação pós-ocupação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 3, 2005, Maceió. Anais... Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2005.

[10] KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

[11] KOWALTOWSKI, Doris C. C. K; LABAKI, Lucila C; PINA, Silvia A. Mikani G. Conforto e ambiente escolar. Cadernos de Arquitetura, Bauru, n.3, jul/dez, 2001.

[12] ELALI, G. A. O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil. Estudos de Psicologia. Rio Grande do Norte, v8, n2, p. 309- 319, 2008.

[13] MELATTI, S. P. P. C., A arquitetura escolar e a prática pedagógica. Dissertação de Mestrado. Joinville, 2004

[14] PEREIRA. V. V. V. R. Considerações acerca da ocupação e da migração no Estado do Paraná. Curitiba: Ipardes, 2004.

[15] SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. Educação por Escrito, Porto Alegre, v.8 n. 1, p. 35-48, jan/jun, 2017.

[16] STANISLAVSKI, C. F. S. As ilustrações dos livros Espelho (1928), Vida na Roça (1932) e Alegria (1937) do autor Thales Castanho de Andrade: um estudo sobre a escola rural do Brasil no século XX. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 2009, Campinas. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesuisas "História, Sociedade e Educação no Brasil: História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas". Campinas: UNICAMP, 2009.

Autores

AUTORES

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

ADAUTON EZEQUIEL MÜLLER

Graduação em Serviço Social (2010), Esp. em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos (2017) e Docência do Ensino Superior (2019), pela Universidade Pitágoras UNOPAR. É Mestrando em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria e Técnico Administrativo em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria.

ADRIANA LARISSA LIELL SILVEIRA

Psicóloga pela Pontífica Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Especialista em Psicologia Fenomenológico Existencial pela Universidade Paranaense (UNIPAR), Especialista em Psicologia e Maternidade pela Universidade de Araraquara (UNIARA), Doula pelo Grupo de Apoio à Maternidade Ativa (GAMA)

ALESSANDRA DILAIR FORMAGIO MARTINS

Profa. Dra. Alessandra Dilair Formagio Martins, Psicóloga, Doutorado e Mestrado em Educação, Docente do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio - CEUNSP, Itu-SP. Orientadora Programa de Iniciação Científica CEUNSP.

ALEXIRLEY RAMOS DA SILVA

Pós-graduado em Coordenação Pedagógica (UFBA), Pós-graduado em Orientação, Supervisão, Inspeção e Gestão em Administração Escolar (FAIARA-TO), Pós-graduado em Metodologia do Ensino da Matemática (FAIARA-TO), Licenciado em Matemática (FTC). Professor da rede municipal de ensino de Livramento de Nossa Senhora, desde 1999. Atuei como Coordenador Escolar (2000-2004), atua como Diretor do Departamento Técnico-Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Coordenador da Elaboração e do Monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME, desde 2013.

ANDRÉA FORGIARINI CECCHIN

Graduação em Pedagogia, habilitação Pré-Escola pela Universidade Federal de Santa Maria (1995), Mestrado (1997) e Doutorado (2006) em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É Professor Associado 4 do Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Federal de Santa Maria.

CARLA LILIANE WALDOW ESQUIVEL

Doutora em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Direito Penal pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), professora adjunta do curso de Direito na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon/PR

CAROLINI CONSTANTINO

Especialista em Tutoria em Educação a Distância e Docência no Ensino Superior pela Faculdade Venda Nova do Imigrante e graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil. Bolsista no Programa de Aperfeiçoamento Científico no Grupo de Pesquisa em Design da Universidade Feevale, RS.

AUTORES

CHRISTIAN ALBERS

Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UNISINOS. Integrante do Grupo de Pesquisa em Design com usuários de cadeira de rodas, na Universidade Feevale, RS.

DENISE VIANNA NUNES

Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (TAR-EAU/UFF). Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB/UFRJ), Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ/UFRJ) e Graduada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Leciona disciplinas das áreas de Projeto de Arquitetura e Expressão Gráfica. Coordena dois grupos de Pesquisas CNPq: Grupo de Estudos sobre Arquitetura e Concepção Estrutural (GEACE) e Grupo de Estudos sobre Modos de Habitar no Rio de Janeiro (MHRJ).

DINAMARA GARCIA FELDENS

Pós-doutora pela Universidade Complutense de Madrid UCM, na área de Filosofia da Educação, estudo do filósofo Frances Gilles Deleuze. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS/RS , durante o doutorado realizou estudos e pesquisas com bolsa MTC/ CNPq na Universidade da Sorbonné - Paris V, França, na área de Antropologia do corpo sob a supervisão de Georges Vigarello. Possui licenciatura em História . É professora e pesquisadora da Universidade Federal de Sergipe e do Programa de Pós Graduação em Educação na linha de Pesquisa Conhecimento, cultura e educação. Coordena o Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade (GPECS/UFS/CNPq).

DORA ELIA RAMOS MUÑOZ

Ingeniera Industrial (ITESM 1989) con doctorado en Ecología y Desarrollo Sustentable (Ecosur 2003) con interés en el estudio de trabajo femenino y desarrollo regional. En los últimos ocho años he trabajado sobre el trabajo de la industria energética en el sureste de México.

FERNANDA BISPO CORREIA

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Possui Mestrado em Letras (2014), pela Universidade Federal de Sergipe, área de de concentração - estudos linguísticos. É graduada em Letras Licenciatura Plena em Português, também pela Universidade Federal de Sergipe (2009), e Especialista em Língua Portuguesa pela Faculdade Pio Décimo (2010). Atualmente é Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Sergipe.

FRANCILENE GOMES DA COSTA

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí e Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e em Educação Especial pela FAVENI.

FRANCIVALDO ALVES NUNES

Doutor em História Social na Universidade Federal Fluminense. Atua como professor nos cursos de Graduação em História e Pós-Graduação em “História Social da Amazônia” e “Ensino de História”, na Universidade Federal do Pará.

GABRIEL CREPALDI ANTUNES

Graduando em Arquitetura e Uebanismo pela Universidade Ferderal Fluminense (UFF). É membro do Grupo de Estudos sobre Arquitetura e Concepção Estrutural (GEACE).

AUTORES

GLEISON MENDES GEROLA

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Maringá (2008) e mestrado em Engenharia Urbana pela Universidade Estadual de Maringá (2014). Fez parte do quadro de professores da FEITEP,. Fez parte do quadro docente do Centro Universitário FAMA de Maringá (UNIFAMMA) onde atuou como coordenador de curso nas modalidades presencial e EAD. Desde 2013, atua como professor do ensino superior. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade sustentável, morfologia urbana, desenho urbano e paisagem urbana, eficiência energética em edificações e desempenho de projetos.

ÍSIS DETOMI TEIXEIRA

Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

IVAN SILVIO DE LIMA XAVIER

Professor Associado do Departamento de Arquitetura da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (TAR-EAU/UFF). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (USP, 2005); Mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP, 2000); Arquiteto e Urbanista (UMC, 1980). Atua principalmente nos seguintes temas: Arquitetura e Urbanismo; Orçamento; Planejamento e Gerenciamento de Obras. Realiza pesquisas na área de Ensino e Expressão Gráfica; Desempenho Técnico Construtivo; Gráfica Digital; Plataforma BIM. É membro do Grupo de Estudos sobre Arquitetura e Concepção Estrutural (GEACE).

IVO COSTA NOVAIS

Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE–UFBA). Bahia – BA, Brasil. Autor (a) correspondente.

JACINTA SIDEGUM RENNER

Doutora em Engenharia de Produção (UFRGS), Especialista em Saúde e Trabalho (UFRGS/CEDOP) e graduada em Fisioterapia pela Universidade Feevale. Professora do Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social, na Universidade Feevale, RS.

JÚLIA AMÉRICO GOMES DE ALMEIDA

Graduanda em Arquitetura e Uebanismo pela Universidade Ferderal Fluminense (UFF). É membro do Grupo de Estudos sobre Arquitetura e Concepção Estrutural (GEACE).

LARYSSA RODRIGUES DUARTE

Estudante de psicologia da universidade Centro Universitário Nss. Sra do Patrocínio - CEUNSP, Itu - SP, pesquisadora do Programa Iniciação Científica CEUNSP.

LETICIA JULIANA DE PAULA MACHADO

Graduação em Serviço Social (2016) pela Universidade Pitágoras UNOPAR. Esp. em Gestão Pública Municipal (2018) pela Universidade Federal de Santa Maria. É Assistente Social na Pref. Mun. de São Francisco de Assis RS e docente do Curso de Bacharelado EAD em Serviço Social da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

AUTORES

LIANE CICHERO ALVES

Graduação em Serviço Social (2021) pela Universidade Pitágoras UNOPAR. Esp. em Docência do Ensino Superior (2021) Universidade Pitágoras UNOPAR e Esp. em Gênero e Sexualidade pela UNYLEYA (2021). É Servidora Pública Municipal da Pref. Mun. de Santa Maria RS e Tutora de Sala EaD pela Universidade Pitágoras UNOPAR.

MAÍRA MENDONÇA CABRAL

Formada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atuo desde 2014 como repórter editora de mídia impressa e digital. Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação e Territorialidades da Ufes.

MARCELA VIVIANA RIVERA OSPINA

Ecóloga de formación (Pontificia Universidad Javeriana 2007) con maestría en Desarrollo Rural y Manejo de Recursos Naturales (Colegio de la Frontera Sur de México 2019), ecofeminista, he trabajado en distintos proyectos de investigación y con organizaciones no gubernamentales en función de la compresión de la relación sociedad-naturaleza. Actualmente soy investigadora y analista del Grupo de Trabajo de Género de la Comisión de la Verdad de Colombia.

MARCIANA BEZERRA DA SILVA

Especialista em Estudos Literários pela Universidade Federal do Acre - Campus Floresta.

MARIA BERTHILDE MOURA FILHA

Arquiteta, Doutora em História d Arte (Universidade do Porto). Professora Associado IV da Universidade Federal da Paraíba, integrando o corpo docente permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade. Atua, principalmente, nos seguintes temas: história da arquitetura brasileira, história da cidade e do urbanismo, patrimônio, centros históricos na cidade contemporânea. Mantém projeto de extensão em educação patrimonial em meio virtual e junto a escolas de ensino fundamental e médio.

MARIA HELENA DE ANDRADE AZEVEDO

Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/ UFPB). Atualmente é pesquisadora no Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória 2 (LPPM 2), do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria do restauro, patrimônio cultural, introdução de edifícios contemporâneos nas áreas antigas da cidade, intervenções urbanas em espaços livres públicos de áreas patrimoniais e educação patrimonial.

MICHELE BARTH

Doutora e Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social, graduada em Design. Pós-doutoranda em saúde e inclusão social e integrante do Grupo de Pesquisa em Design junto à usuários de cadeira de rodas, na Universidade Feevale, RS.

NANCI FERREIRA LESSA

Pós graduada em Língua Portuguesa (UNIASSELVI); Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Professora da Rede municipal de Dom Basílio desde 1999 e da rede municipal de Livramento de Nossa Senhora desde o ano de 2008. Atuou como Coordenadora da Divisão de Creches da Secretaria de Educação de Livramento de Nossa Senhora, de 2017 a 2021; membro da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME – Livramento de Nossa Senhora, desde 2017; Articuladora da construção do Referencial Curricular de Livramento

AUTORES

de Nossa Senhora, 2020; atualmente Diretora do Departamento de Desenvolvimento da Gestão Escolar.

NATÁLIA BERTINATTO FABRIS

Bacharela em Direito pela Univerisdade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

NORMA ELIANE JUNG

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Luterana do Brasil (1988) e mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Atualmente é professora titular no Unicesumar nas disciplinas de projeto arquitetônico, orientação de trabalho final de graduação. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos da Edificação.

OSVALDO LUIZ DE CARVALHO SOUZA

Professor Associado do Departamento de Arquitetura da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (TAR-EAU/UFF). Doutor em Engenharia Civil (UFF, 2011); Mestre em Engenharia Civil (UFF, 2002); Engenheiro Civil (UFF, 1991) e Arquiteto e Urbanista (USU, 1979). Tem experiência e, Projetos de Arquitetura, estruturas em concreto armado e construção. É membro do Grupo de Estudos sobre Arquitetura e Concepção Estrutural (GEACE).

REBECA HENNEMANN VERGARA DE SOUZA

Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora assistente na Universidade Estadual do Piauí.

RENATA MONTY

Jornalista, escreve sobre gastronomia e viagens para veículos como O Globo. Doutora em Tecnologias da Comunicação e Cultura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2021), com apoio da Faperj. Mestre em Comunicação e Cultura pela Uerj (2010), com o apoio da Capes. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2006). É jornalista da área de gastronomia e turismo, com passagem pela redação de O GLOBO, e criadora do blog Viagem Gourmet.

RODRIGO RENAN KICH

Graduado em Música (ISEI - Instituto Superior de Educação Ivoti) e Bolsista do Programa de Aperfeiçoamento Científico no Grupo de Pesquisa em Design junto à usuários de cadeira de rodas, na Universidade Feevale, RS.

SERGIO EDUARDO ROSALES

Possuí Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário de Maringá (2013-2017). Em 2019 inciou curso de especialização em Engenharia Digital pela UTFPR. Desde 2015 atua como professor disciplinas da educação profissional da Secretaria da Educação do Paraná nas áreas da Construção Civil e Design de Interiores. É usuário avançado de ARCHICAD, possuindo experiência em projetos em BIM. Em 2019 fundou a SER BIM - Capacitação em Arquitetura Digital, onde dedica-se ao ensino e implementação de softwares BIM em escritórios de arquitetura de Maringá e região.

SHEINE TAINNE ROCHA DE SOUZA

Especialista em Estudos Literários pela Universidade Federal do Acre – Campus Floresta.

AUTORES

TATIANI DAIANA DE NOVAES

Atuo como professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, campus Natal- Cidade Alta. Sou concursada em regime de dedicação exclusiva. Trabalho com turmas de Ensino Médio Integrado, Técnicos Subsequente, cursos de Graduação e Pós-Graduação. Fui professora do IFPR, campus Curitiba durante sete anos. Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP, linha de pesquisa "Linguística aplicada do português". Doutora em Estudos da Linguagem, área e concentração Linguística Aplicada, linha de Práticas Discursivas" na UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2018). Possuo graduação em Letras Português Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2002), especialização em Leitura de Múltiplas Linguagens pela PUC-PR (2004) e mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2007). Doutorado interrompido no final do terceiro ano em Comunicação e Linguagens na Universidade Tuiuti do Paraná, com bolsa da CAPES/Fundação Araucária. Sou membro integrante do grupo de pesquisa "Linguagens, discurso e ensino" GP/CNPq/USP. Escrevi livros didáticos de Língua Portuguesa para os cursos PROEJA - EAD, atuei de 2006 até 2010 na Secretaria Estadual de Educação com formação continuada de professores, escrita do Livro Didático Público do estado do Paraná e na construção das Diretrizes Curriculares Estaduais. Sou autora do livro " Diferenças e Semelhanças entre a leitura impressa e a digital ", Editora Novas Edições acadêmicas, 2015, ISBN 978-613-0-15884-2 e do livro "Enunciado dos Cartazes das Manifestações de Junho de 2013: uma forma carnavalesca de contar a história do Brasil " , Editora IFPB (Instituto Federal da Paraíba), 2019, ISBN: 978-85-54885-21-2. Meus temas de interesse são: ensino de Língua Portuguesa para brasileiros e estrangeiros, interculturalidade, análise do discurso, material didático de ensino

THIAGO GUIMARAES AZEVEDO

Professor Adjunto no curso de Design da Universidade do Estado do Pará e integrante como professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará. Doutor em Artes pelo PPGARTES/UFPA, Mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará - UFPA, possui MBA em Marketing pela Universidade da Amazônia - UNAMA e graduação em Bacharel em Design com Habilitação em Produtos pela Universidade do Estado do Pará (2006). Membro do grupo de pesquisa: Desenvolvimento de Produtos com Materiais Amazônicos - DEPROMA. Tem experiência na área de Design Gráfico, com foco em fotografia, Design Editorial e desenvolvendo atividades na área de produção audiovisual.

VICTOR EMMANUEL FEITOSA HORTENCIO

Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE–UFBA). Bahia – BA, Brasil

YVONÉLIO NERY FERREIRA

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás - Goiânia (FE/UFG). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, na área de Estudos Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (PPGLL/FL/UFG). Líder do GAIA - Grupo de Pesquisa em Literatura, Sociedade, Cultura e Direitos Humanos (DGP/CNPq).

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson